



**Universidade de Brasília – UnB**  
**Departamento de Serviço Social – SER**  
**Programa de Pós-graduação em Política Social – PPGPS**

Orientadora: Silvia Cristina Yannoulas

Sophia Cunha Afonso

**Efeitos da nova direita na política educacional: Embates em torno do pseudoconceito da “ideologia de gênero” na deliberação dos planos de educação no Brasil e na Espanha na segunda década do milênio (2010-2020).**

**Brasília/DF**

**2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A257e Afonso, Sophia Cunha  
Efeitos da nova direita na política educacional: Embates em torno do pseudoconceito da "ideologia de gênero" na deliberação dos planos de educação no Brasil e na Espanha na segunda década do milênio (2010-2020). / Sophia Cunha Afonso; orientador Silvia Cristina Yannoulas. -- Brasília, 2022.  
222 p.  
Dissertação (Mestrado - Mestrado em Política Social) -- Universidade de Brasília, 2022.  
1. Nova Direita. 2. Ideologia de gênero. 3. Política educacional. 4. Brasil. 5. Espanha. I. Yannoulas, Silvia Cristina, orient. II. Título.

SOPHIA CUNHA AFONSO

**Efeitos da nova direita na política educacional: Embates em torno do pseudoconceito da “ideologia de gênero” na deliberação dos planos de educação no Brasil e na Espanha na segunda década do milênio (2010-2020).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Política Social do Departamento de Serviço Social – PPGPS/SER/UnB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social, sob orientação acadêmica da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Silvia Cristina Yannoulas.

Brasília/DF

2022

TERMO DE APROVAÇÃO

SOPHIA CUNHA AFONSO

**Efeitos da nova direita na política educacional: Embates em torno do pseudoconceito da “ideologia de gênero” na deliberação dos planos de educação no Brasil e na Espanha na segunda década do milênio (2010-2020)**

Dissertação de Mestrado em Política Social da Universidade de Brasília.

Aprovada em 03 de junho de 2022

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas – Orientadora  
Programa de Pós-graduação em Política Social – PPGPS  
Universidade de Brasília – UnB

---

Profa. Dra. Anabelle Carrilho – Membro Externo  
Departamento de Serviço Social – SER  
Universidade de Brasília – UnB

---

Profa. Dra. Camila Potyara Pereira – Membro Interno  
Programa de Pós-graduação em Política Social – PPGPS  
Universidade de Brasília – UnB

---

Profa. Dra. Claudia Pereira Vianna – Suplente  
Faculdade de Educação  
Universidade de São Paulo - USP

## **Agradecimentos**

Existe um provérbio africano que afirma que “é preciso uma aldeia para se educar uma criança”. Assim também, é preciso uma aldeia para se construir uma dissertação. É impossível nomear todas e todos que de alguma forma contribuíram nesse caminho, mas gostaria de agradecer quem esteve comigo nessa caminhada até aqui.

Agradeço a minha querida orientadora Silvia Yannoulas. Desde 2017, você me acompanha e ensina. Obrigada por ser tão organizada e direta, por ser exigente e sempre me guiar nessa incrível jornada. Obrigada pelo seu cuidado e compreensão, mesmo quando eu insistia em querer “abraçar o mundo”. Obrigada por quebrar a parede da autoridade e não ser apenas a orientadora inatingível. Você nos acolhe, ao mesmo tempo em que nos exige nosso melhor.

Agradeço às professoras dras. Camila Potyara e Claudia Vianna pelas suas contribuições e apontamentos na banca de qualificação. Foram fundamentais para continuidade da pesquisa. Agradeço ainda por terem aceitado participar da banca de defesa da dissertação. Agradeço à profa. dra. Anabelle Carrilho, por também aceitar participar da banca de defesa. É uma honra ter meu trabalho avaliado por vocês.

Agradeço às minhas companheiras do TEDis, por todas as reuniões, eventos, encontros (ainda que virtuais) e reflexões. É uma alegria fazer parte desse grupo tão diverso e sensacional. Em especial, obrigada a Laís Pinelli e Lídia Alencar, colegas que são exemplo e sempre compartilharam suas reflexões e me auxiliaram nas minhas.

Também não seria possível chegar até aqui sem as diversas professoras e professores, tanto da graduação em Relações Internacionais, quanto em Serviço Social e PPGPS/UnB. Obrigada a todas e todos. Particularmente, agradeço às professoras Priscila Maia e Lucélia Pereira. Vocês são pessoas e professoras maravilhosas. Agradeço também às minhas e meus colegas de graduação e da pós-graduação. Nesse contexto de pandemia, foi ainda mais difícil me dedicar às atividades acadêmicas, mas em nossas aulas e encontros virtuais, foi possível me fortalecer e me sentir acolhida. Agradeço também a todas que fizeram as rodas de conversas se tornarem realidade, abrindo um espaço de aconchego e aprendizado.

Um agradecimento especial à Universidade de Brasília e toda a sua comunidade. Essa “aldeia” diversa que possibilita a expansão do conhecimento, não apenas acadêmico, mas de

vida. É um orgulho dizer que sou parte da UnB desde 2010. Nesse momento, preciso de um descanso, mas sempre estarei aberta a voltar.

Agradeço especialmente a minha mamãe Cláudia, por todo o amor e apoio. Você sempre foi e será meu porto seguro e a mulher que me inspira. Obrigada pelo incentivo e oportunidade para continuar a estudar. Obrigada a minha avó Maria, que tem o melhor colo desse mundo e me ensinou a ter fé. Obrigada a meu pai Francisco, a vovó Carol e a família Afonso por me mostrarem que é possível. Agradecimento especial a minha tia Ceíça que me acompanhou e auxiliou na dissertação e foi a primeira doutora da família. Quem sabe um dia eu chego lá também! Agradeço também ao João, meu segundo pai, que me ensinou a sempre ver o lado bom das coisas e a nunca desistir. Obrigada também por todo o apoio.

Agradeço de coração ao meu companheiro de vida, Gustavo. Nesses 12 anos juntos, você sempre me disse que sou a pessoa mais inteligente que você conhece. Se é verdade ou não, não importa. O que importa é a sua certeza de que eu sou capaz e seu apoio em todas as diversas fases da vida. Em especial, nesses últimos anos, você me acompanhou na construção dessa dissertação, trazendo lanches, deixando mensagens e sendo você: me fazendo sorrir e fazendo brincadeiras (muitas vezes sobre mim). Agradeço também à família Rodrigues, da qual me considero filha, e que celebram comigo as vitórias e me dão força para continuar.

Obrigada as minhas amigas de vida, que seguem comigo há anos. Juntas, celebramos vitórias e nos apoiamos nas dificuldades. Vocês são mais que amigas, são minhas irmãs. Fernanda, que me deu meu amado afilhado Henrique, obrigada por ser minha melhor amiga desde que nos conhecemos. Emanuelle e Liliane, vocês foram meu melhor presente de REL. Camila querida, você é exemplo. Obrigada por tudo. Agradeço ainda ao Felipe e Bianca por não me deixarem enlouquecer e por fortalecerem minha convicção de que a literatura abre portas para diversos mundos. Agradeço às Mias, que me acolheram e alegam minha vida. Agradeço ao Miau, pelas boas risadas e histórias incríveis. Obrigada também a todas e todos meus amigos, que, sendo impossível nomear, contribuíram para meu crescimento.

Agradeço ainda minhas e meus colegas de trabalho. Na convivência diária, batalhamos por condições melhores para nossas usuárias e para nosso trabalho. Obrigada especial às queridas Vanessa, Helana, Fabiana e Verônica.

Por fim, mas definitivamente não menos importante, agradeço a todas as mulheres que vieram antes de mim e abriram os caminhos para que pudéssemos falar, votar, questionar,

produzir conhecimento, ocupar espaços, pensar, ter um teto todo nosso, e sermos respeitadas por nossas próprias visões. Uma lembrança especial à professora Lourdes Bandeira, que nos deixou no ano passado e contribuiu tanto para o pensamento feminista. Não foi fácil e ainda há muito caminho a ser percorrido, mas seguimos juntas!

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender os efeitos da nova direita, a partir da relação entre o pseudoconceito de “ideologia de gênero” e o debate das políticas educacionais no Brasil e na Espanha no período de 2010 a 2020. Optou-se pelos estudos de gênero como paradigma e os estudos comparados como estratégia metodológica. O método escolhido foi o materialista-dialético. Foram realizadas a análise documental e de conteúdo das discussões dos projetos de lei que compõem a política educacional brasileira (Plano Nacional de Educação - PNE/2014) e espanhola (Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa – LOMCE/2013, e Lei Orgânica de Modificação da Lei Orgânica de Educação – LOMLOE/2020), a fim de se compreender os efeitos do pseudoconceito da “ideologia de gênero” nos discursos e documentos parlamentares. Em relação ao Brasil, constatou-se que a primeira menção à falácia da “ideologia de gênero” ocorreu apenas no ano de 2014, quando também se intensificaram as discussões sobre a permanência ou exclusão da palavra gênero do PNE/2014. Em seus discursos, os deputados demonstraram diversos aspectos neodireitistas, dentre eles, a tentativa de enfraquecer a importância das questões de gênero no âmbito da educação, por meio de estratégias como a generalização, a tergiversação do gênero enquanto conceito, a incitação do pânico moral, e, por fim, a estratégia de polarização. Em relação à Espanha, não houve menção à expressão “ideologia de gênero” nas discussões da LOMCE/2013. Ainda assim, essa lei aceitou a presença da palavra “gênero” e fomentou, ainda que de forma limitada, a perspectiva de gênero. A LOMLOE/2020, por sua vez, esteve permeada pela perspectiva de gênero. Porém, suas discussões foram caracterizadas pelo embate, especialmente em decorrência da presença de parlamentares do partido Vox. Esse partido, cujos valores estão em consonância com os princípios neodireitistas, foi o principal responsável pelas menções à “ideologia de gênero”, reforçando o objetivo para o qual o pseudoconceito foi criado: combater e deslegitimar os avanços feministas. Em ambos os países, o uso da generalização esteve presente, assim como a retomada de valores cristãos e da tentativa de renaturalização. Percebeu-se ainda que os argumentos neodireitistas retomam os direitos, porém concebe-os apenas como liberdade, ao mesmo tempo em que os valores são permeados pelo individualismo, exemplificando a fusão contraditória de princípios neoliberais com neoconservadores, amalgamando-se na nova direita.

**Palavras-chave:** Nova direita; estudos de gênero; ideologia de gênero; política educacional; Brasil; Espanha.



## ABSTRACT

The present research aimed to understand the effects of the new right, by means of the relationship between the pseudoconcept of “gender ideology” and the debate of educational policies in Brazil and Spain in the period 2010-2020. We opted for gender studies as a paradigm and comparative studies as a methodological strategy. The materialist-dialectical method was chosen for the research. Documentary analysis and content analysis of the discussions of the bills that make up the Brazilian (National Education Plan - PNE/2014) and Spanish (Organic Law for the Improvement of Educational Quality - LOMCE/2013, of Organic Law for the Modification of the Organic Law of Education - LOMLOE/2020) educational policies were carried out in order to understand the effects of the pseudoconcept of “gender ideology” in parliamentary discourses and documents. Regarding Brazil, it was found that the first mention of the fallacy of “gender ideology” occurred only in the year 2014, when discussions about the permanence or exclusion of the word gender from the PNE/2014 were also intensified. In their speeches, the deputies demonstrated several neo-rightist aspects, among them, the attempt to weaken the importance of gender issues in education, through strategies such as generalization, the tergiversation of gender as a concept, the provocation of moral panic, and, finally, the strategy of polarization. With regard to Spain, there was no mention of the term "gender ideology" in the discussions of LOMCE/2013. Still, this law accepted the presence of the word “gender” and fostered, albeit in a limited way, the gender perspective. LOMLOE/2020, in turn, was permeated by the gender perspective. However, its discussions were characterized by clashes, especially due to the presence of parliamentarians from the Vox party. This party, whose values are in line with the neo-rightist principles, was the main responsible for the mentions of “gender ideology”, reinforcing the purpose for which the pseudo concept was created: to combat and delegitimize the feminist advances. In both countries, the use of generalization was present, as well as the resumption of Christian values and the attempt at renaturalization. It was also noticed that the neo-rightist arguments resume rights, but conceive them only as freedom, at the same time that values are permeated by individualism, exemplifying the contradictory fusion of neoliberal and neoconservative principles, amalgamating into the new right.

**Keywords:** New Right; gender studies; gender ideology; educational policy; Brazil; Spain.

## RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo comprender los efectos de la nueva derecha, a partir de la relación entre el pseudoconcepto de “ideología de género” y el debate de las políticas educativas en Brasil y España en el período 2010-2020. Optamos por los estudios de género como paradigma y los estudios comparativos como estrategia metodológica. El método elegido fue el materialista-dialéctico. Se realizó un análisis documental y de contenido de las discusiones de los proyectos de ley que conforman las políticas educativas de Brasil (Plan Nacional de Educación - PNE/2014) y España (Ley Orgánica para la Mejora de la Calidad Educativa - LOMCE/2013, de Ley Orgánica de Modificación de la Ley Orgánica de Educación - LOMLOE/2020) para comprender los efectos del pseudoconcepto de “ideología de género” en los discursos y documentos parlamentarios. En Brasil, la primera mención de la falacia de la “ideología de género” se produjo sólo en el año 2014, cuando también se intensificaron las discusiones sobre la permanencia o exclusión de la palabra género del PNE/2014. En sus discursos, los diputados mostraron varios aspectos neo-derechistas, entre ellos, el intento de debilitar la importancia de los temas de género en la educación, a través de estrategias como la generalización, la tergiversación del género como concepto, la provocación del pánico moral y la estrategia de polarización. En España, no se mencionó la expresión “ideología de género” en los debates de la LOMCE/2013. Sin embargo, esta ley aceptó la presencia de la palabra “género” y fomentó, aunque de forma limitada, la perspectiva de género. La LOMLOE/2020, a su vez, estaba impregnada de la perspectiva de género. Sin embargo, sus debates se caracterizaron por la confrontación, especialmente debido a la presencia de parlamentarios del partido Vox. Este partido, cuyos valores están en consonancia con los principios neo-derechistas, fue el principal responsable de las menciones a la “ideología de género”, reforzando el propósito para el que se creó el pseudo-concepto: combatir y deslegitimar los avances feministas. En ambos países, el uso de la generalización estuvo presente, así como la reanudación de los valores cristianos y el intento de renaturalización. También se percibió que los argumentos de la neoderecha retoman los derechos, pero los conciben sólo como libertad, mientras que los valores están impregnados de individualismo, ejemplificando la fusión contradictoria de los principios neoliberales y neoconservadores, amalgamados en la nueva derecha.

**Palabras-clave:** Nueva derecha; estudios de género; ideología de género; política educativa; Brasil; España.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

### Lista de Figuras

Figura 1: Lugar de fala dos pronunciamentos favoráveis à perspectiva de gênero, nas reuniões Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2010 a 2012.....	76
Figura 2: Votação por partido: favoráveis ao substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados 103 de 2012, apresentado em sessão no plenário do Senado Federal, realizada em 17 de dezembro de 2013.....	93
Figura 3: Votação por partido: contrários ao substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados 103 de 2012, apresentado em sessão no plenário do Senado Federal, realizada em 17 de dezembro de 2013.....	94
Figura 4: Falas do Deputado Pastor Eurico que mencionavam “ideologia de gênero” nas reuniões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2014.....	101
Figura 5: Falas do Deputado Eros Biondini que mencionavam “ideologia de gênero” nas reuniões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2014.....	102
Figura 6: Falas do Deputado Pastor Marco Feliciano que mencionavam "ideologia de gênero" nas reuniões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2014.....	103
Figura 7: Falas do Deputado Marcos Rogério que mencionavam "ideologia de gênero" nas reuniões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2014.....	104
Figura 8: Nuvem de palavras das falas contrárias à perspectiva de gênero nas reuniões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2014.....	105
Figura 9: Emendas que mencionam gênero e foram aprovadas pela Comissão de Educação e Esporte do Congresso dos Deputados em 2013.....	132

Figura 10: Parágrafos que mencionam gênero e já constavam no Projeto de Lei Orgânica de Melhoria da Qualidade Educativa, no período de 2013 .....	133
Figura 11: Votação das emendas de totalidade na sessão do dia 16 de julho de 2013 no Plenário do Congresso dos Deputados da Espanha, no âmbito da discussão do Projeto de Lei Orgânica de Melhoria da Qualidade Educativa, no período de 2013 .....	134
Figura 12: Comparação das alterações aprovadas nas emendas que mencionam gênero e a proposta original, nos Boletins Oficiais no Senado, referentes ao PLOMCE, em 2013 .....	140
Figura 13: Emendas que mencionam gênero na proposta original, nos Boletins Oficiais no Congresso dos Deputados, referentes ao PLOMCE, em novembro de 2013.....	143
Figura 14: Comparação das alterações aprovadas nas emendas que mencionam gênero, nos Boletins Oficiais no Congresso dos Deputados, referentes ao PLOMCE, em novembro de 2013 .....	144
Figura 15: Nuvem de palavras das falas contrárias à perspectiva de gênero, emitidas pelo GVOX, no Boletim Oficial da Comissão de Educação e Formação Profissional em outubro de 2020.....	152
Figura 16: Votação sobre as emendas de totalidade apresentadas na sessão do Plenário do Congresso dos Deputados que ocorreu no dia 17 de junho de 2020 .....	157

## **Lista de Quadros**

Quadro 1: Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012 (nº 8.035, de 2010, na Casa de origem).....	86
--	----

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2010 a 2012.....	74
Tabela 2: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos nas sessões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2010 a 2012.	75
Tabela 3: Posicionamento dos parágrafos que mencionam a palavra “gênero” nas reuniões Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2010 a 2012.....	75
Tabela 4: Posicionamentos nos discursos que mencionaram a temática de gênero nas sessões do Plenário do Senado Federal.....	89
Tabela 5: Posicionamentos nos discursos que mencionaram a temática de gênero nas sessões da CEPL no ano de 2014 .....	97
Tabela 6: Parágrafos que mencionam “ideologia de gênero”, por deputado, nas reuniões da CEPL no ano de 2014 .....	100
Tabela 7: Votação por partido do texto do PL 8.035/2010 no Plenário da Câmara dos Deputados em 2014.....	115
Tabela 8: Grupos parlamentares ativos durante a X Legislatura (2011-2016).....	123
Tabela 9: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos das reuniões da Comissão de Educação e Esporte do Congresso dos Deputados em 2013 .....	125
Tabela 10: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos dos BOCD no âmbito da Comissão de Educação e Esporte do Congresso dos Deputados em 2013 .....	129
Tabela 11: Grupos parlamentares ativos no Senado durante a X Legislatura (2011-2016)...	136
Tabela 12: Posicionamento dos parágrafos que mencionam “gênero”, nos Boletins Oficiais no Senado, referentes ao PLOMCE, em 2013 .....	139
Tabela 13: Grupos parlamentares ativos durante a XIV Legislatura (2019-).....	147
Tabela 14: Posicionamento dos Grupos Parlamentares em relação aos parágrafos que mencionavam a questão de gênero no Boletim Oficial do Congresso dos Deputados publicado no dia 20 de outubro de 2020, no âmbito da CEFP .....	151

Tabela 15: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos nos Boletins Oficiais do Congresso de Deputados no âmbito do Plenário do Congresso dos Deputados, no âmbito da discussão do PLOMLOE, de março a novembro de 2020.....	158
Tabela 16: Grupos parlamentares ativos no Senado durante a XIV Legislatura (2019-).....	159
Tabela 17: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos do Boletim Oficial no Senado publicado dia 17 de dezembro de 2020, sobre discussão do PLOMLOE na CEFPS .....	163
Tabela 18: Comparação entre o texto inicial do PLOMLOE e a lei publicada no dia 30 de dezembro de 2020 .....	165

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ADPF	Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APO	Audiência Pública Ordinária
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal
CEC	Comissão Permanente de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados
CEE	Conferência Episcopal Espanhola
CEECD	Comissão de Educação e Esporte do Congresso dos Deputados
CEFP	Comissão de Educação e Formação Profissional
CEPL	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 8.035 de 2010
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONED	Congresso Nacional de Educação
DEM	Partido Democratas
DOCD	Diário Oficial da Câmara dos Deputados
DOSF	Diário Oficial do Senado Federal
EUA	Estados Unidos da América
GCUP	Grupo Parlamentar Confederal de Unidas Podemos
GENPOSS	Grupo de pesquisa Gênero Política Social e Serviços Sociais
GPC	Grupo Parlamentar Catalão
GPCI	Grupo Parlamentar Cidadãos
GPHERB	Grupo Parlamentar Euskal Herria Bildu
GPIP	Grupo Parlamentar da Esquerda Plural
GPMX	Grupo Parlamentar Misto
GPP	Grupo Parlamentar Popular
GPPL	Grupo Parlamentar Plural

GPR	Grupo Parlamentar Republicano
GPS	Grupo Parlamentar Socialista
GPUPD	Grupo Parlamentar da União, Progresso e Democracia
GPV	Grupo Parlamentar Vasco
GVOX	Grupo Parlamentar VOX
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexuais e outras.
LGE	<i>Ley General de Educación</i>
LOCE	<i>Ley Orgánica de Calidad de la Educación de 2002</i>
LODE	<i>Ley Orgánica Reguladora del Derecho a la Educación de 1985</i>
LOE	<i>Ley Orgánica de Educación de 2006</i>
LOECE	<i>Ley Orgánica del Estatuto de Centros Escolares de 1980</i>
LOGSE	<i>Ley Orgánica General del Sistema Educativo de 1990</i>
LOMCE	<i>Ley Orgánica para la Mejora de la Calidad Educativa de 2013</i>
LOMLOE	<i>Ley Orgánica de Modificación de la Ley Orgánica de Educación de 2020</i>
MESP	Movimento Escola Sem Partido
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAM	Plataforma de Ação Mundial
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE/2001	Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001
PNE/2014	Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014
PL	Partido Liberal
PLOMCE	Projeto de Lei Orgânica de Melhora da Qualidade Educativa



PLOMLOE	Projeto de Lei Orgânica de Modificação da Lei Orgânica Educativa de 2006
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicanos
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSOE	Partido Socialista Operário Espanhol
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PPGPS	Programa de Pós-graduação em Política Social
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
RDO	Reunião deliberativa ordinária
REQ	Requerimento
RIC	Requerimento de informação
Scielo	Scientific Electronic Library Online
SPM-PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
STF	Supremo Tribunal Federal
TEDis	Grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação
UBA	Universidade de Buenos Aires
UCD	União de Centro Democrático
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Agência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
Justificativas .....	21
<b>CAPÍTULO 01 – MÉTODO E METODOLOGIA .....</b>	<b>25</b>
1.2. Revisão Bibliográfica .....	31
<b>CAPÍTULO 02. NOVA DIREITA E O SURGIMENTO DO PSEUDOCONCEITO DE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” .....</b>	<b>35</b>
2.1 Nova direita e Contrarreforma .....	35
2.1.1. Nova direita no Brasil .....	42
2.1.2. Nova direita na Espanha .....	48
2.2. Conceito de Gênero e Estudos de Gênero .....	51
2.3. O pseudoconceito de “ideologia de gênero” .....	55
<b>CAPÍTULO 03 – POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DE NOVA DIREITA – MANIFESTAÇÕES NO BRASIL .....</b>	<b>61</b>
3.1. Os embates em torno do pseudoconceito de “ideologia de gênero” na definição da política educacional brasileira .....	65
3.2. Brasil: Análise das discussões do PNE 2014 .....	69
3.2.1. Na Câmara dos Deputados – 2010 a 2012 .....	73
Reuniões e Sessões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 da Câmara dos Deputados (CEPL).....	73
Pareceres, substitutivos, complementação de voto e votação.....	77
3.2.2. No Senado Federal – 2012 a 2013.....	80
3.2.3. Na Câmara dos Deputados – 2014 .....	94
Reuniões e Sessões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 da Câmara dos Deputados (CEPL).....	95
Pareceres, substitutivos, complementação de voto e votação.....	107
Plenário da Câmara dos Deputados.....	113

<b>CAPÍTULO 04 – POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DE NOVA DIREITA – MANIFESTAÇÕES NA ESPANHA .....</b>	<b>117</b>
4.1. Os embates em torno do pseudoconceito de “ideologia de gênero” na definição da política educacional.....	117
4.2. Espanha: Análise das discussões das Leis Orgânicas de Educação após 2010.....	121
4.2.1. Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa (LOMCE) - 2013 .....	123
4.2.1.1. Congresso dos Deputados (maio a setembro de 2013).....	123
4.2.1.2. Senado (outubro a novembro de 2013).....	135
4.2.1.3. Congresso dos Deputados (novembro de 2013 – 2ª fase).....	140
4.2.2. Lei Orgânica que modifica a Lei Orgânica de Educação 2/2006 de 3 de maio (LOMLOE) – 2020 .....	146
4.2.2.1. Congresso dos Deputados (março a novembro de 2020).....	146
4.2.2.2. Senado (novembro a dezembro de 2020).....	159
Comissão de Educação e Formação Profissional do Senado (CEFPS).....	160
Boletins Oficiais das Cortes Gerais – Senado (BOCGS) .....	162
Plenário do Senado.....	164
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>192</b>
ANEXO I - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	192
ANEXO II – TABELAS REFERENTES ÀS ANÁLISES DE DADOS .....	196

## INTRODUÇÃO

Os períodos de redemocratização vivenciados em meados das décadas de 1970 na Espanha e 1980 no Brasil influenciaram na elaboração de suas respectivas políticas educacionais, consolidadas nos anos 1990. Também nesse período, houve a formulação do pseudoconceito<sup>1</sup> de “ideologia de gênero”, uma manifestação da nova direita que se fortaleceu nos anos 1990 e se mantém até os dias atuais, assunto que será aprofundado ao longo da dissertação.

Paralelamente, o século XX como um todo, e em especial a década de 1990, foi palco de várias conquistas feministas, que consolidaram a perspectiva de gênero enquanto categoria científica de análise e enquanto agenda política referendada pelos movimentos sociais, com destaque para a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing em 1995. Em resposta a essas conquistas, irrompeu-se uma politização reativa e reacionária especialmente em oposição ao avanço dos direitos sexuais e reprodutivos.

Nessa ofensiva antigênero, o pseudoconceito de “ideologia de gênero” foi forjado pelas autointituladas “novas feministas”, que também faziam parte de movimentos católicos conservadores, como o Opus Dei. A disseminação dessa falácia ocorre como uma tentativa de renaturalizar os sexos, por meio da deturpação de conceitos científicos, sob a influência do Vaticano e de neodireitistas. A “ideologia de gênero”, portanto, surge como estratégia para deslegitimar os estudos de gênero e os avanços das pautas feministas e LGBTQIA+.

É importante destacar que a compreensão da categoria científica de gênero não se manteve estática historicamente (BUTLER, 1990; CORRÊA, 2018; SCOTT, 1995; SCOTT, 2011). Seu significado sofreu mudanças e ainda pode variar, a partir das convicções e ideologias. Além disso, as políticas educacionais foram e são influenciadas por seus respectivos conflitos de interesses. Logo, existe um processo de construção das políticas educacionais que pode

---

<sup>1</sup> Pseudoconceito foi utilizado por Vianna e Unbehaum (2016). No presente projeto, a fim de compreendê-lo, parte-se de sua etimologia: de acordo com o dicionário online Priberam, pseudo “exprime a noção de falso, enganador” (PSEUDO, 2021). Assim, pseudoconceito pode ser compreendido como um conceito falso, enganoso. Portanto, o pseudoconceito de “ideologia de gênero” foi criado a partir de conceitos científicos deturpados com o objetivo de enfraquecer o conceito de gênero.

refletir a perspectiva de gênero ou que, por outro lado, defenda a retomada de valores neoconservadores e mercantilistas.

No Brasil, vivenciava-se a construção da nova Constituição Federal (CF/88), conhecida como “Constituição Cidadã”, promulgada em 1988. Nesse movimento dialético de avanços e retrocessos, houve também reações de movimentos neoliberais e neoconservadores aos direitos sociais conquistados pelos movimentos feministas. A ofensiva antigênero se fortaleceu no Brasil a partir de 2010, ano de publicação do livro “A ideologia de gênero ou o gênero como ferramenta de poder” (tradução nossa)<sup>2</sup> do autor argentino Jorge Scala, que foi fortemente disseminado na América Latina. Nesse mesmo período, iniciaram-se as discussões para a construção do Plano Nacional de Educação (PNE), que foi aprovado apenas em 2014, excluindo qualquer menção ao gênero.

Na Espanha, houve uma reforma educacional aprovada em 2013, sendo denominada de Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa (LOMCE – sigla em espanhol), de caráter conservador, promulgada sobre o mandato do Partido Popular (PP). Esta lei previa, dentre outras deliberações que estão de acordo com a perspectiva neodireitista, a supressão da disciplina sobre cidadania nas escolas, o que reflete no enfraquecimento dos estudos sobre direitos humanos, dentre eles, os direitos das mulheres.

Na esteira dos embates, em março de 2020, foi enviada ao Congresso espanhol, uma nova proposta de lei sobre a educação, a Lei Orgânica de Modificação da Lei Orgânica de Educação de 3 de maio de 2006 (LOMLOE – sigla em espanhol), pela ministra de Educação que compõe o governo do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). Esta proposta, considerada progressista, que preconiza a defesa dos direitos humanos e da igualdade de gênero, foi aprovada em 29 de dezembro desse mesmo ano.

Percebe-se, assim, ser possível estabelecer uma comparação entre Brasil e Espanha, pois em ambos os países, na década de 1990, aconteceu a consolidação de conquistas feministas. Além disso, no presente milênio, presenciou-se o fortalecimento da perspectiva neodireitista nos espaços políticos, inclusive por meio de processos de caráter antidemocráticos e contrários aos direitos humanos. A partir da literatura, é possível estabelecer esse ponto de inflexão entre

---

<sup>2</sup> No original: “*La ideología del género o el género como herramienta de poder*”.

2011 e 2013, especialmente em relação às políticas educacionais, por meio da disseminação da falácia da “ideologia de gênero”.

Assim, a presente pesquisa teve como objeto de estudo a relação entre o pseudoconceito de “ideologia de gênero” e o debate das políticas educacionais no Brasil e na Espanha no período de 2010-2020. A pesquisa tem como sujeitos os parlamentares que participaram das discussões dos projetos de lei que originaram as mais recentes legislações que regulamentam a política educacional brasileira (PNE/2014) e espanhola (LOMCE/2013, LOMLOE/2020). Portanto, são analisadas as discussões e a tramitação dessas legislações nos respectivos parlamentos, assim como as propostas de emendas e os pareceres e relatórios legislativos produzidos, a fim de se compreender os efeitos do pseudoconceito da “ideologia de gênero” e sua inserção e fortalecimento nos discursos parlamentares.

Assim, o estudo se centrará nos debates e embates em torno à definição das políticas educacionais no Brasil e na Espanha, no período de 2010-2020, por meio da análise da falácia da “ideologia de gênero” como estratégia para o fortalecimento da nova direita e o enfraquecimento dos estudos de gênero.

Tendo em vista as considerações apresentadas, propõe-se a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as manifestações da nova direita no debate em torno às políticas educacionais brasileiras e espanholas, no que diz respeito às questões de gênero? E, conseqüentemente, quais os efeitos da falácia da “ideologia de gênero” na formulação, discussão e na promulgação dessas políticas no Brasil e na Espanha, de 2010 a 2020?

A fim de responder à pergunta, buscou-se averiguar a hipótese de que a nova direita tem como estratégia a retirada dos estudos de gênero dos documentos oficiais que definem as políticas educacionais, comprometendo a discussão sobre equidade de gênero e contribuindo para a contrarreforma no sistema educacional em âmbito brasileiro e espanhol. Nesse sentido, supôs-se que a política educacional no Brasil permanecesse sob a forte influência de aspectos neoconservadores e neoliberais, ao passo que, na Espanha, ocorreria um movimento contrário, direcionando-se à retomada de ideias progressistas.

A pesquisa teve como *objetivo geral* compreender os efeitos da nova direita, por meio da falácia da “ideologia de gênero”, nas políticas educacionais brasileiras e espanholas no período de 2010 a 2020.

Os *objetivos específicos* podem ser identificados como (i) compreender a construção do pensamento neodireitista, com relação às questões de gênero; (ii) analisar os debates em torno do combate ao gênero na elaboração e implementação da política educacional brasileira mais recente (PNE/2014); (iii) analisar os debates em torno do gênero na elaboração e implementação da política educacional espanhola mais recente (LOMCE/2013, LOMLOE/2020); (iv) contribuir para os estudos de gênero nas políticas educacionais, colaborando para esclarecer e reafirmar que a falácia da “ideologia de gênero” é distinta dos estudos de gênero, com enfoque na compreensão dos diferentes contextos entre Brasil e Espanha.

### **Justificativas**

Primeiramente, gostaria de explicar de que maneira o objeto de estudo proposto se relaciona intrinsecamente com minha trajetória estudantil e profissional. Concluí o bacharelado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) em 2014. Já nessa graduação, interessei-me pelos estudos de gênero. O interesse surgiu ao realizar a disciplina de “Teoria das Relações Internacionais 2” que abordou, em uma de suas unidades, sua relação com a teoria feminista. Além disso, realizei o curso “*Mujeres Coraje*”, ofertado pela *Universitat Jaume I*, na Espanha, na qual realizei um semestre de graduação como aluna de intercâmbio em 2013. Destaco ainda que morei na Espanha por seis meses, o que possibilita compreender mais profundamente a língua – da qual fui professora ao voltar ao Brasil – e o país, permitindo assim uma boa interpretação do caso espanhol.

Em 2017, ingressei ao curso de graduação em Serviço Social da UnB e busquei a professora Silvia Yannoulas, do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis). Tornei-me integrante do grupo, aproximando-me, assim, tanto dos estudos de gênero, quanto de temas educacionais. Durante essa segunda graduação, realizei pesquisa no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) em 2017-2018 e 2018-2019 (AFONSO, 2018b). O meu Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, apresentado e aprovado pela banca em junho de 2019, estabeleceu intersecção entre políticas sociais, gênero e relações internacionais (AFONSO, 2019).

Participei também da Roda de Conversa sobre Necessidades Práticas e Interesses Estratégicos com a professora Gisela Zaremborg, realizada em 2017, pelos grupos de pesquisa

TEDis e Gênero Política Social e Serviços Sociais (GENPOSS) a qual analisou a criação e utilização das categorias Interesses Estratégicos de Gênero e Necessidades Práticas das Mulheres. A participação nessa roda resultou em uma resenha publicada na Revista Feminismos, periódico científica produzido no âmbito da Universidade Federal da Bahia (AFONSO, 2018a).

Durante o ano de 2019, o TEDis realizou rodas de conversa em tributo a Paulo Freire, momentos em que tive a oportunidade de aproximar-me de temas e políticas educacionais. Dois momentos foram marcantes: 1) a Roda de Conversa Extraordinária do TEDis que ocorreu no âmbito do *Seminário Desigualdade, Mundialização e Políticas Sociais Contemporâneas*, no dia 26 de setembro de 2019, e contribuiu para a proposta de pesquisa ao mestrado no que diz respeito aos cuidados a ter nos estudos comparados e nos intercâmbios internacionais; dentre temas apresentados pelas expositoras Professoras Adriana Clemente (da UBA/Argentina) e Silvia Yannoulas (UnB/Brasil), houve a discussão sobre internacionalização, contrarreforma no Brasil e na Argentina e os efeitos desta na Educação (AFONSO; YANNOULAS, 2020); e 2) a Roda de Conversa realizada em outubro de 2019, cujo título foi “Pedagogias da Opressão: Desvendando a Relação entre Educação, Desigualdade Social e Opressão”, com as palestrantes Ana Paula Oliveira e profa. dra. Silvia Yannoulas, as quais trataram sobre neoconservadorismo e educação. Ressalta-se que houve reflexões sobre a contrarreforma/restauração conservadora com desdobramentos na educação, exemplificadas por quatro manifestações: a “ideologia de gênero”, o Movimento Escola Sem Partido (MESP), a educação domiciliar e a militarização das escolas.

Ademais, em 2020, os grupos de pesquisa TEDis e GENPOSS organizaram, sob a coordenação da professora Anabelle Carrilho, as Rodas de Conversa Beth Lobo. Como integrante do TEDis, participei da organização destas e fui mediadora da roda sobre “Cuidados e Família”, realizada em 29 de setembro desse ano. Em 2021, participei das Rodas de Conversa Paulo Freire, também organizadas pelo grupo TEDis e estive como palestrante na roda sobre “Neoconservadorismo, Gênero e Política Educacional”.

Com base nessas rodas e atividades no contexto do Grupo TEDis, percebi a importância de se articular neoconservadorismo, contrarreforma, a propagação da “ideologia de gênero” e seus desdobramentos nas políticas educacionais. Atualmente, integro o Projeto “Antes da pandemia: três décadas de propostas político-pedagógicas restauradoras no Brasil”, coordenado pela professora Silvia Yannoulas, cujo objeto de pesquisa são as disputas ideológicas travadas



pela restauração conservadora em torno da política educacional (YANNOULAS; AFONSO; PINELLI, 2021).

Em relação à originalidade, a pesquisa proposta buscou contribuir para o campo dos Estudos de Gênero e das Políticas Educacionais, ampliando os horizontes para além do panorama brasileiro, por meio da comparação das experiências de dois países com raízes católicas, considerando a origem do pseudoconceito aqui problematizado. Destaca-se que, ao se pesquisar, em novembro de 2021, simultaneamente as palavras-chave “neoconservadorismo”, “nova direita”, “ideologia de gênero” e “política educacional”, em português, inglês e espanhol, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) foram encontradas 87 pesquisas, e no Scielo 18 resultados. A pesquisa na base de dados espanhola Dialnet foi realizada após a apreciação da banca de defesa, e foram encontrados 58 resultados. Estas pesquisas foram analisadas e classificadas como semelhantes, relacionadas e não relacionadas. A revisão bibliográfica será mais bem detalhada no item 1.2 do primeiro capítulo.

A partir das pesquisas encontradas, percebe-se que a perspectiva da nova direita e “ideologia de gênero” está presente em dissertações, teses e artigos em relação ao PNE 2014 e planos estaduais e municipais de educação de diversas regiões do Brasil. Ademais, estes também analisam a “ideologia de gênero” sob a perspectiva psicológica ou de linguagem. A presente pesquisa, por sua vez, foca no âmbito federal e analisará não somente o PNE 2014, mas também a relação entre a sua formulação e o fortalecimento da nova direita. Destaca-se ainda que a busca pela compreensão do processo de tentativa de expansão da chamada “ideologia de gênero” na Espanha é inédita.

A comparação com a Espanha torna-se especialmente importante, tendo em vista que ela experimentou diversas alterações na política educacional após sua redemocratização. A lei orgânica consolidada em 2013, permite compreender como esta refletiu os princípios da contrarreforma. Por outro lado, nesse país, foi possível acompanhar a discussão e a proposição de uma nova lei, no ano de 2020, a qual é compreendida como mais progressista e possui a igualdade de gênero como objetivo, desde seu projeto de lei (PL) e que poderá nos orientar futuramente sobre maneiras de reverter retrocessos que acontecem neste momento no Brasil.

É também importante promover conhecimento científico para os movimentos sociais. Conhecimento este que poderá contribuir para sua organização e defesa dos direitos, lutando contra essa onda neodireitista vivenciada atualmente. Ademais, esse conhecimento também

poderá contribuir para os meios de comunicação, com o propósito de que possam divulgar a falácia da “ideologia de gênero” e seus desdobramentos morais e limitantes. Dessa forma, o presente estudo torna-se importante pois analisou as políticas educacionais com ênfase na década de 2010 a 2020, a fim de verificar os efeitos desse fenômeno da nova direita no que diz respeito aos estudos de gênero no Brasil e na Espanha.

A dissertação ora apresentada organiza-se por meio de quatro capítulos e a conclusão, além das referências bibliográficas e anexos. No primeiro capítulo foram expostos o método e a metodologia da pesquisa. No segundo capítulo, buscou-se compreender o fenômeno da nova direita, assim como o surgimento e consolidação do pseudoconceito de “ideologia de gênero”, por meio da revisão de literatura e visando o aprofundamento para a posterior realização da análise. O terceiro capítulo trata sobre a política educacional no Brasil, sob o contexto de nova direita, mais especificamente analisando o debate parlamentar em torno da inclusão das questões de gênero no PNE/2014. O quarto capítulo explora a política educacional espanhola, sob a mesma perspectiva. Por fim, conclui-se a dissertação com destaque para os principais resultados encontrados.

## CAPÍTULO 01 – MÉTODO E METODOLOGIA

Como paradigma para a realização da pesquisa, foram utilizados os estudos de gênero. A decisão por usar este paradigma ocorreu devido à proposta da pesquisa de analisar os efeitos da nova direita, especificamente em relação ao pseudoconceito da “ideologia de gênero”, nas políticas educacionais.

Para Denzin e Lincoln (2006, p.34), paradigma é “a rede que contém essas premissas epistemológicas, ontológicas e metodológicas do pesquisador”. Nesse sentido, propõem a existência de quatro principais paradigmas para a pesquisa qualitativa: o paradigma positivista e pós-positivista, o paradigma construtivista-interpretativo, o paradigma crítico, também chamado de marxista ou emancipatório, e o paradigma feminista-pós-estrutural, os quais não são excludentes e podem estar presentes de forma a complementar-se nas pesquisas. Além disso, afirmam que esses quatro paradigmas são abstratos e podem se complexificar quando se encontram no nível das “comunidades interpretativas específicas concretas” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.34).

Em conformidade com a presente pesquisa,

os estudos feministas, étnicos, marxistas e culturais e os modelos da teoria queer privilegiam uma ontologia materialista-realista; ou seja, o mundo real faz uma diferença material em termos de raça, de classe e de gênero. [...] Os materiais empíricos e os argumentos teóricos são avaliados quanto às suas implicações emancipatórias. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.35).

Yannoulas, Vallejos, Lenarduzzi (2000) compreendem os Estudos de Gênero como “um corpus de saberes científicos, que têm por objetivo proporcionar categorias e metodologias para análise das representações e condições de existência de homens e mulheres em sociedades passadas e futuras” (YANNOULAS, 1996, p. 17, *apud* YANNOULAS, VALLEJOS, LENARDUZZI, 2000, p. 426). A partir disso, esclarecem que existem cinco características que compõem o paradigma dos Estudos de Gênero: a comparatividade, a transversalidade, a historicidade, a politicidade e a espacialidade. Assim, de acordo com as autoras, a comparação entre os papéis de gênero e suas formas de representação é intrínseca à compreensão das relações de gênero. A transversalidade confere a necessidade de os Estudos de Gênero serem multidisciplinares, ao passo que a historicidade implica que o gênero é socialmente construído, e, portanto, é temporalmente mutável, assim como as relações sociais.

Os estudos de gênero também são políticos, pois vinculam-se ao movimento feminista, que é um movimento social e político. Destaca-se que a relação entre movimento e academia não é linear, fácil e direta e que deve ser retomada. A espacialidade pressupõe a compreensão da mutabilidade das relações de gênero no espaço. Especificamente em relação a essa pesquisa, destaca-se a comparação entre os países – Brasil e Espanha – como elemento heurístico fundamental para a compreensão das expressões da nova direita de acordo com as características de cada caso.

Para Olesen (2006, p.219), “a investigação feminista é dialética, e possui diferentes visões que se fundem para produzir novas sínteses que, por sua vez, formam as bases da pesquisa, da práxis e das políticas que estão por vir”. Assim, em sua crescente multiplicidade e complexidade, os estudos feministas permitem realizar pesquisas em diferentes áreas e políticas, por meio de diversos métodos (OLESEN, 2006).

Sardenberg (2007), ao “defender a proposta de uma ciência feminista – isto é, de um saber alavancado em uma perspectiva crítica feminista de gênero” (p. 2), afirma que a própria ciência moderna não abarca a possibilidade dessa proposta, pois, baseia-se em uma suposta neutralidade e no afastamento entre fatos e valores. A ciência feminista, por outro lado, ampara-se em uma práxis política. Para a autora,

a crítica feminista historiciza a ciência, voltando-se para a análise de como as categorias de gênero têm historicamente influenciado os conceitos de conhecimento, sujeito cognoscente, justificativas e práticas de investigação ditas científicas (SARDENBERG, 2007, p. 10).

Destaca-se assim, que a crítica epistemológica feminista “deve constituir-se, necessariamente, através de um processo de mão dupla, ou seja, de um processo tanto de desconstrução como de construção” (SARDENBERG, 2007, p. 10). Essa tarefa torna-se ainda mais complexa em razão as posições conflitantes dentro do próprio pensamento feminista.

A partir do questionamento de quem detinha e detém o privilégio epistêmico, foi possível também desvelar as próprias contradições da epistemologia feminista, a ser concebida, na verdade como epistemologias feministas. Ou seja, as próprias pesquisadoras feministas foram desenvolvendo visões críticas sobre seus trabalhos, tanto por meio de autocrítica quanto pelo surgimento e fortalecimento de novos feminismos, como, por exemplo, os feminismos pós-colonial, decolonial, provenientes de mulheres não-brancas, feminismo lésbico ou da teoria *queer*.

Assim, foi-se conquistado não apenas o direito de produzir saberes, mas também foram acumulados saberes e diferentes maneiras de produzi-los, levando a mudanças qualitativas (SARDENBERG,2007). Nesse sentido,

tanto em nossos fazeres científicos quanto políticos, partimos de um paradigma de lutas pela *igualdade* que se transformou, no próprio processo de lutas sociais, políticas e intelectuais, em um paradigma de lutas pela *autonomia* também na produção de saberes. [...] Tenho por mim que a conquista dessa significa também que autonomia avançamos do “fazer ciência enquanto feministas”, para o “fazer uma ciência feminista”. (SARDENBERG, 2007, p. 28).

Retoma-se aqui a importância do conceito relacional de gênero proposto pela crítica feminista, o qual “contrapõe-se a um conhecimento totalizante, masculinista e universalista” (BANDEIRA, 2008, p.210), e que tem como desafio não reproduzir a própria dominação a que está submetido. Por meio dos Estudos de Gênero também é possível compreender que o conhecimento científico não está distante da realidade dos processos sociais e culturais e que o surgimento do gênero como categoria de análise permitiu a compreensão de novas maneiras de ver o mundo e possibilitou mudanças sociais (BANDEIRA, 2008).

Por meio do paradigma dos estudos de gênero, portanto, afirma-se possível fazer uma ciência feminista. Isso ocorre tanto por meio do avanço paradigmático possibilitado pelo gênero como instrumento de análise, categoria de pensamento, e como um objeto teórico para as investigações; assim como pela desmistificação e desconstrução da ciência moderna, e a posterior construção da ciência feminista. Assume-se, assim, uma perspectiva crítica feminista de gênero na presente pesquisa.

Como estratégia metodológica, foram utilizados os estudos comparados, visto que se buscou estudar as políticas educacionais tanto durante um período temporal determinado (2010-2020) quanto compará-las entre diferentes países (Brasil e Espanha).

A comparação é uma ferramenta heurística fundamental para compreender a forma como as nossas sociedades operacionalizam o gênero, a classe social e a raça, as três bases estruturantes da desigualdade social na América Latina (AL). Permite, assim, perceber a pluralidade implícita em todo objeto de estudo, sua complexidade interna, e controlar a autorreferência existencial de nossas categorias e teorias. (YANNOULAS *et al*, 2021, p.125-126).

Tendo em vista que é a pergunta de pesquisa que faz ser necessária a comparação como estratégia metodológica, retoma-se o questionamento que deu início à pesquisa: Quais as manifestações da nova direita no debate em torno às políticas educacionais brasileiras e espanholas, no que diz respeito às questões de gênero?

Destaca-se que “o objetivo fundamental da análise comparativa é buscar semelhanças e diferenças” (YANNOULAS *et al*, 2021, p.128), permitindo, portanto, elaborar uma análise mais complexa e compreensiva do objeto de pesquisa. Por meio da identificação de regularidades, é possível também elaborar modelos explicativos e/ou preditivos. Em uma pesquisa qualitativa, é essencial a elaboração do conceito das variáveis. Essas variáveis podem ser de contexto, de tempo e/ou de espaços. Assim, os fenômenos sociais devem ser observados de forma múltipla, compreendendo suas “dimensões, históricas, econômicas, sociais e políticas” (YANNOULAS *et al*, 2021 p.131).

Silva (2016) utilizou os estudos comparados para analisar e produzir uma história curricular da educação brasileira. Com esse intuito, retoma o contexto dos estudos comparados, esclarecendo sua importância devido à

capacidade de o estudo comparado instituir-se em uma pluralidade de perspectivas, abordagens e metodologias ao mesmo tempo e indicar limites para compreensão dos fatos ou fenômenos educativos que compara, apresentando-se como um importante instrumento de conhecimento e de análise da realidade educativa. (SILVA, 2016, p.213).

A autora esclarece que, para os estudos comparados, deve-se estabelecer os períodos dos documentos analisados, como espaços e tempos de projeção; o “lugar” que esses documentos ocupam, ou seja, suas funções. Ou seja, é importante recuperar tanto os “aspectos macrosociais e as dimensões microescolares” (SILVA, 2016, p.211), considerando sua historicidade e materialidade. E, assim como Silva faz com os currículos escolares, será importante “que se tenham em conta as condições de sua produção, isto é, que o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado por esse impresso na história da educação” (SILVA, 2016, p.213-214).

Schneider e Schmitt (1998), ao estudarem o método comparativo nas ciências sociais, expõem algumas operações teórico-metodológicas materializadas em passos a serem seguidos: a) a seleção de séries de fenômenos que sejam efetivamente comparáveis; b) a definição dos elementos a serem comparados; c) a generalização. Portanto, esses passos foram aplicados e serão aprofundados na presente pesquisa.

Sendo uma pesquisa social, a presente pesquisa foi desenvolvida como uma pesquisa qualitativa, a fim de compreender as relações, processos e fenômenos que envolvem o objeto de estudo. Dessa forma, partiu-se de uma abordagem dialética que propõe “abarcando o sistema

de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados” (MINAYO, 1994, p.24)

Como técnica metodológica, foi utilizada a análise documental, conforme Cellard (2008). Tendo o documento como fonte, o autor apresenta as vantagens da análise documental:

trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados. (CELLARD, 2008, p. 295).

Por outro lado, existem também limites na utilização da análise documental como a credibilidade dos documentos e a impossibilidade de buscar informações adicionais. Torna-se necessária uma preparação adequada, a fim de decodificar e utilizar as fontes. Assim, a análise preliminar do documento é essencial, sendo importante compreender o contexto em que foi elaborado, quem são os autores e as autoras, a confiabilidade do material, a natureza, e os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Após o momento preliminar, realiza-se a análise de fato. Esta deve partir do questionamento inicial, elaborar uma síntese dos elementos acumulados, procedendo-se à desconstrução e reconstrução do material, possibilitando a formulação de explicações possíveis, de forma analítica (CELLARD, 2008).

Para analisar os documentos, empregou-se a análise de conteúdo, conforme Bardin (1977) definiu:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens. (BARDIN, 1977, p.42).

Bardin (1977) indica três fases para a análise de conteúdo: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados obtidos. A primeira pressupõe a organização e escolha e preparação dos documentos, a formulação das hipóteses, dos objetivos e de indicadores. A fase da exploração constitui-se pela análise propriamente dita. Por fim, a fase final refere-se aos resultados, que podem ser tratados por inferência ou interpretação.

Destaca-se uma preocupação com alguns possíveis desvios e limitações da análise de conteúdo. A subjetividade do pesquisador pode ser exacerbada na realização da inferência, ou

pode haver erros relacionados à frequência ou não de manifestação de alguns fenômenos. Logo, a interpretação realizada pelo pesquisador é essencial a fim de minimizar essas limitações.

É vantajoso realizar a análise de conteúdo porque pode ser utilizada em pesquisa qualitativa sob diferentes disciplinas, como destaca Oliveira (2008). Ademais, seu caráter social também é importante, visto que

é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada. Este contexto pode ser temporariamente, ou em princípio, inacessível ao pesquisador. A AC [análise de conteúdo] muitas vezes implica em um tratamento estatístico das unidades de texto [...], e é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social. (BAUER, 2002, p.191).

Como indicam Cellard e Bardin, a escolha dos documentos é fundamental. Assim, para se realizar a pesquisa, foram utilizados como fontes primárias os documentos abaixo. Eles foram encontrados em sítios eletrônicos, de livre acesso.

- Atas das comissões e do plenário do Congresso Nacional referentes à tramitação do Plano Nacional de Educação do Brasil, aprovado em 2014;
- Pareceres e relatórios legislativos das comissões e do plenário do Congresso Nacional referentes à tramitação do Plano Nacional de Educação do Brasil, aprovado em 2014;
- Atas do Congresso dos Deputados e do Senado da Espanha, referentes à tramitação da Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa (LOMCE/2013) e da Lei Orgânica de Modificação da Lei Orgânica de Educação de 2020 (LOMLOE).
- Boletins Oficiais das Cortes Gerais da Espanha, referentes à tramitação da Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa (LOMCE/2013) e da Lei Orgânica de Modificação da Lei Orgânica de Educação de 2020 (LOMLOE).

Esses documentos foram analisados conforme roteiro abaixo:

- Identificar se na ata/boletim/documento houve menção à igualdade/equidade de gênero/sexo ou termos semelhantes;
- Se sim, identificar se busca incluir ou excluir a igualdade/equidade de gênero/sexo ou termos semelhantes;
- Identificar quem propôs a inclusão/exclusão? Qual é o lugar de fala?
- Identificar os fundamentos/argumentos utilizados para defender ou descartar a inclusão da teoria de gênero. São científicos?



- Qual foi o resultado após a discussão? Igualdade/equidade de gênero/sexo foi adotada como medida ou não?

Após essa análise, foi necessário organizar os resultados a fim de comprovar ou não se a nova direita influenciou as políticas educacionais tanto no Brasil quanto na Espanha e se houve semelhanças e diferenças entre os países.

Assim, a partir da perspectiva dos estudos de gênero, a proposta da presente pesquisa foi, portanto, analisar as discussões ocorridas nas formulações, votações e aprovação das leis educacionais, compreender esses avanços e recuos em relação à perspectiva de gênero nas políticas educacionais do Brasil e da Espanha, a fim de apreender a espiral de tese/antítese/síntese (NETTO, 2011) do processo de consolidação dessas políticas.

Nesse sentido, foi importante fortalecer o referencial teórico a partir das reflexões aprofundadas ao longo do estudo, ou seja, partindo-se do concreto, das discussões que de fato ocorreram no âmbito das respectivas casas legislativas, possibilitou-se a compreensão das diferentes formas que a nova direita tomou para influenciar a política educacional. Portanto, destaca-se que o referencial teórico, e a própria compreensão da influência apenas do neoconservadorismo ou da nova direita enquanto ideologia, partiu do concreto para se fortalecer enquanto teoria adotada na presente pesquisa.

Destaca-se que houve dificuldade da pesquisadora para analisar os discursos de alguns deputados. Enquanto mulher, feminista, pesquisadora e defensora de uma educação pública, laica, de qualidade e para todas, todos e todes, houve momentos em que se foi necessário interromper momentaneamente a pesquisa a fim de poder concluí-la com qualidade, com o devido distanciamento e objetividade, ainda que se compreenda ser impossível afastar-se totalmente do seu objeto de estudo e ser imparcial.

## **1.2. Revisão Bibliográfica**

Em pesquisa realizada no dia 22 de novembro de 2021, a partir das palavras-chave “nova direita”, “neoconservadorismo”, “ideologia de gênero”, “escola sem partido” e “educação”,

construiu-se a seguinte estratégia de busca<sup>3</sup>: (neoconservadorismo OR neoconservatism OR “nova direita” OR “new right” OR “alt right” OR “ideologia de gênero” OR “gender ideology” OR neoconservadurismo OR “nueva derecha” OR “escola sem partido” OR “escuela sin partido” OR “school without party movement” OR mesp OR antigenero) AND (educacao OR “política educacional” OR “educational policy”). Foram encontrados 1.176 resultados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Percebemos que o número encontrado era excessivo para o escopo da presente pesquisa, assim como, por meio de um filtro visual, verificamos que grande parte dessas pesquisas se referiam a análises de planos educacionais estaduais ou municipais, como reflexo do PNE 2014. Além disso, outra parte significativa abordava especificamente os projetos de leis relacionados com o MESP. Importante ressaltar que o MESP está tematicamente e historicamente relacionado ao pseudoconceito da “ideologia de gênero”, porém, não se constitui parte do nosso objeto de estudo.

Assim, na mesma data, a estratégia de busca foi reelaborada para a seguinte: (neoconservadorismo OR neoconservatism OR “nova direita” OR “new right” OR “alt right” OR “ideologia de genero” OR “gender ideology” OR neoconservadurismo OR “nueva derecha” OR antigenero OR antigender) AND (educação OR “política educacional” OR “educational policy” OR educacion).

Na base de dados da BDTD, foram encontrados 87 resultados, os quais foram classificados como (a) pesquisas que possuem objetos e/ou metodologias semelhantes; (b) pesquisas relacionadas à pesquisa atual, porém, possuem outro objeto de pesquisa e/ou outra metodologia; e (c) pesquisas que não se relacionam diretamente.

- a) Pesquisas semelhantes: foram encontradas 17 pesquisas que possuem objetos de pesquisa e/ou metodologia semelhantes, pois analisam os efeitos da nova direita sobre as políticas educacionais, por meio da perspectiva de gênero. Dessa forma, têm como objeto o pseudoconceito de “ideologia de gênero” e/ou as políticas educacionais, ou também utilizam a análise de discurso para compreender os debates de parlamentares,

---

<sup>3</sup> De acordo com Volpato (2013), estratégia de busca é uma fórmula composta por palavras, que geralmente inclui operadores booleanos e pode incluir sinais e filtros. Consiste em uma linguagem escrita que tem a habilidade de ser interpretada por um sistema de armazenamento e recuperação de informação. Tem valor semântico e representa uma pergunta que será feita a uma base de dados.

ou sujeitos de pesquisa semelhantes. Porém, apesar das semelhanças, não possuem exatamente o mesmo objeto, metodologia e marco temporal e/ou espacial que a presente pesquisa. Essas pesquisas estão elencadas no Anexo 01.

- b) Pesquisas relacionadas: foram encontradas 26 pesquisas que possuem objetos de pesquisa e/ou metodologia que se relacionam aos que foram analisados na presente pesquisa, ou seja, que pesquisam sobre o pseudoconceito da “ideologia de gênero”, mas não se relacionam com a política educacional; ou pesquisam a política educacional e gênero, porém, não abarcam a perspectiva comparativa ou possuem outro marco temporal ou espacial, como os planos educacionais municipais ou estaduais;
- c) Pesquisas não relacionadas: foram encontradas 44 pesquisas que não se relacionavam com o pseudoconceito de “ideologia de gênero” nem com as políticas educacionais no período de estudo (2010-2020).

Realizamos também a busca na base de dados da Scielo, utilizando a mesma estratégia de pesquisa. Foram encontrados 18 resultados. Tendo em vista que um resultado aparece duas vezes, foram identificados 17 artigos. Foram encontrados 6 artigos que possuem objetos de estudo e/ou metodologias semelhantes; 10 artigos estão relacionados à pesquisa atual, porém, possuem outro objeto de pesquisa e/ou outra metodologia; e apenas 1 artigo não se relaciona diretamente com a presente pesquisa.

Também foi realizada busca na Dialnet<sup>4</sup>, no dia 22 de junho de 2022. O sítio eletrônico da Dialnet não permitia realizar a busca por meio da estratégia de busca descrita acima, portanto, foram utilizadas as palavras-chave: “*ideologia de género*”; “*educación*” simultaneamente. Foram encontrados 58 resultados.

Assim como foi realizado nos resultados encontrados na BDTD, estes foram classificados como (a) pesquisas que possuem objetos e/ou metodologias semelhantes; (b) pesquisas relacionadas à pesquisa atual, porém, possuem outro objeto de pesquisa e/ou outra metodologia; e (c) pesquisas que não se relacionam diretamente. Assim, foram encontrados 9 resultados semelhantes, 18 relacionados e 31 resultados que não se relacionam à pesquisa atual.

---

<sup>4</sup> Sistema aberto de informações de Revistas em espanhol. Pode ser acessado pelo link: <https://dialnet.unirioja.es/>.

Dentre os 9 resultados semelhantes, ou seja, aqueles que têm como objeto o pseudoconceito de “ideologia de gênero” e/ou as políticas educacionais, ou também utilizam a análise de discurso para compreender os debates de parlamentares, ou sujeitos de pesquisa semelhantes, porém, não possuem exatamente o mesmo objeto, metodologia e marco temporal e/ou espacial que a presente pesquisa, destacam-se, seis foram escritos por autoras brasileiras e autores brasileiros. Porém, nenhum deles é realizado por meio da perspectiva comparada entre Brasil e Espanha.

Dentre os 18 resultados classificados como relacionados, nota-se que sete deles trazem a “ideologia de gênero” como algo a ser combatido, posicionando-se de forma contrária à perspectiva feminista. Desses artigos, quatro não tinham o texto completo disponível, portanto, não foi possível realizar uma análise profunda, porém, o título ou os resumos possibilitaram identificar o sentido em que a expressão foi empregada.

Destaca-se o artigo de María Calvo Charro, intitulado “A ideologia de gênero na escola. O respeito à feminilidade e à masculinidade: fórmula para o êxito acadêmico e pessoal” (tradução nossa)<sup>5</sup>. A autora diz defender a igualdade entre homens e mulheres em relação aos direitos civis, porém, condena o uso do gênero e deslegitima o movimento feminista, postulando uma diferença inata e natural entre homens e mulheres, como argumento para defender a educação diferenciada (ou do mesmo sexo). Outros cinco artigos<sup>6</sup>, que também se manifestam contrários à perspectiva de gênero, estão relacionados de alguma forma ao cristianismo, sendo seus autores parte do clero ou manifestadamente cristãos, em sua maioria católicos.

Percebe-se, assim, que já existem algumas pesquisas que associam a “ideologia de gênero” às políticas educacionais específicas, tanto no Brasil quanto na Espanha. Porém, não foi encontrada nenhuma pesquisa que tivesse exatamente o mesmo objeto de estudo e, principalmente, a perspectiva comparada entre os dois países.

---

<sup>5</sup> No original: “La ideología de género en la escuela. El respeto a la feminidad y masculinidad: fórmula para el éxito académico y personal”.

<sup>6</sup> REIG PLA, 2005; RIVERO; GALÁN, 2021; ROJAS, 2019; JIMÉNEZ, 2019; QUINTANA, 2018.

## CAPÍTULO 02. NOVA DIREITA E O SURGIMENTO DO PSEUDOCONCEITO DE “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

### 2.1 Nova direita e Contrarreforma

A nova direita, como ideologia, é plural e não possui uma definição exata, assim como outros conceitos das ciências sociais. Apesar de suas diferentes definições, encampadas por correntes teóricas distintas, a nova direita se une “em torno de um ideal comum: a crítica ao modelo intervencionista posto em prática nas democracias capitalistas a partir do segundo pós-guerra” (PEREIRA, 2016, p.119) e se fortaleceu, como ideologia, a partir dos anos 1970, devido à suposta “crise” do Estado de Bem-estar Social.

Assim como Pereira (2016), compartilhamos da colocação de Afonso (2007) que compreende a Nova Direita como “uma espécie de *melting pot*<sup>7</sup> político, econômico e cultural que se traduziu na fusão (conjuntural) de valores e interesses contraditórios, de origem (neo)liberal e (neo)conservadora” (p.13). Destaca-se que essa convergência de posições contraditórias fortaleceu as contrarreformas do Estado, atingindo não apenas as dimensões políticas e econômicas, mas também a cultural.

Ao analisar as mudanças na educação nos Estados Unidos (EUA), Apple (2002) compreende a nova direita norte-americana como uma aliança. Ela seria formada por quatro grupos: “os neo-liberais, os neo-conservadores, os populistas autoritários e uma fracção particular de uma nova classe média em ascensão” (APPLE, 2002, p.57). Através do termo “restauração conservadora”, usado para ser referir às ações da nova direita, ele ressalta que

esta nova aliança tem tido muito sucesso, porque conseguiu vencer o domínio do senso comum, isto é, conseguiu projectar, de modo criativo, diferentes tendências e compromissos sociais, organizando-os sob a sua autoridade geral em questões relacionadas com o bem social, a cultura, a economia e [...] com a educação. (APPLE, 2002, p.56).

Ainda que não se concorde que a nova direita é apenas uma aliança, a perspectiva de Apple permite compreender que não basta apenas o neoliberalismo para caracterizar a ofensiva contra políticas sociais, sendo necessário também considerar sua relação com o

---

<sup>7</sup> Traduzido literalmente *melting pot* significa caldeirão. É uma expressão de língua inglesa, criada nos Estados Unidos, especialmente ligada ao processo de imigração daquele país. No caso da citação, compreende-se que foi empregado no sentido de mistura, combinação dos aspectos políticos, econômicos e culturais.

neoconservadorismo. Apple ainda argumenta que essa aliança pode ser percebida inicialmente como contraditória, ao se analisar separadamente cada grupo, porém, “muito embora os neoliberais preconizem um estado fraco e os neoconservadores exijam um estado forte, esta contradição evidente pode associar-se nas mais díspares formas criativas” (APPLE, 2002, p.74), por meio de diversas estratégias.

Para se compreender a síntese da nova direita, é interessante uma breve contextualização das ideologias neoliberal e neoconservadora.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas. (HARVEY, David, 2011, p.12).

O neoliberalismo se fortaleceu nos anos 1970, após a recessão econômica que atingiu o sistema de produção capitalista e provocou mudanças como a reestruturação produtiva e uma superexploração do trabalho. Assim, no contexto de crise do capital, e conseqüente crise do Estado de bem-estar social, o neoliberalismo emergiu como resposta, sendo fomentado por grupos que defendiam a liberdade de mercado e o corporativismo.

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o ‘Consenso de Washington’ (HARVEY, 2011, p.23).

Nesse sentido, foram também realizadas mudanças nos processos de trabalho, nos quais “o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica de mercado” (ANTUNES, 2006, p. 24), conhecida como reestruturação produtiva.

A partir desse contexto, os neoliberais propuseram o fim do gasto social pelo Estado, necessitando deste para atuar de forma positiva a fim de garantir a criação do mercado adequado. Ademais, a atuação estatal tinha como dever fortalecer a desigualdade, um dos pilares centrais defendidos pelos neodireitistas (PEREIRA, 2016).

Destaca-se que esses processos apenas intensificaram-se com o passar dos anos. Atualmente, vemos sua radicalização, com exemplos como a “Indústria 4.0”<sup>8</sup> e a “uberização” do trabalho<sup>9</sup>. Ambas fazem parte de transformações recentes nos processos de trabalho e serviços, caracterizadas por “um novo período de acumulação capitalista com a substituição cada vez mais importante da mão de obra humana por máquinas” (SANTOS; JAKOBSEN, 2020, p. 10-11).

Em relação à ideologia neoconservadora, ela também se fortaleceu a partir dos anos 1970, especialmente nos EUA. Pereira (2016) sistematiza quatro atributos importantes na construção do neoconservadorismo: seus teóricos permanecem utilizando a linguagem e a metodologia das ciências sociais; aceitam e reiteram a desigualdade como valor, naturalizando-a; resistem à criação de novos programas e benefícios, tornando a proteção social focalizada em atender o mínimo social, de forma temporária; e, por fim, defendem uma democracia capitalista baseada em um nacionalismo exacerbado, em especial nos EUA. Ademais, o neoconservadorismo surgiu como reação a movimentos progressistas que, de acordo com eles, causavam uma degradação cultural produzida pela eliminação de diferenças ‘naturais’ (ALMEIDA, 2018).

Questionando o entendimento de que o neoliberalismo seria “o único corpo ideológico hegemônico na atual fase capitalista” (PEREIRA, 2019, p.67), Pereira defende que o neoconservadorismo é igualmente forte e presente no atual contexto, fomentando a repulsa a “objetos de aversão comuns” (PEREIRA, 2019, p.68). A autora ressalta que, ainda que pareçam

---

<sup>8</sup> De acordo com Santos e Jakobsen (2020), a Quarta Revolução Industrial, ou a Indústria 4.0, possui a digitalização da produção de bens e serviços como elemento fundamental, por meio de três áreas diferentes: o sistema de assistência; os sistemas cyberfísicos e a inteligência artificial.

<sup>9</sup> De acordo com Abílio (2020), “a uberização do trabalho define uma tendência em curso que pode ser generalizável pelas relações de trabalho, que abarca diferentes setores da economia, tipos de ocupação, níveis de qualificação e rendimento, condições de trabalho, em âmbito global. Derivado do fenômeno social que tomou visibilidade com a entrada da empresa Uber no mercado, em realidade o termo uberização se refere a processos que não se restringem a essa empresa nem se iniciam com ela, e que culminam em uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho. É possível também conceituá-la como um amplo processo de informalização do trabalho, processo que traz mudanças qualitativas para a própria definição de trabalho informal. Mostra-se complexa e poderosa na redefinição das relações de trabalho, podendo ser compreendida como mais um passo no processo de flexibilização do trabalho, ao mesmo tempo que concorre com as terceirizações na forma como as conhecemos nas últimas décadas. Opera também com um novo meio de monopolização de atividades econômicas (Slee, 2017) e de centralização do controle sobre o trabalho” (ABÍLIO, 2020, p. 112).

opostos, “tanto o neoconservadorismo quanto o neoliberalismo sofreram mutações nos seus propósitos originais e deram início a outras vertentes ideológicas da direita” (p.69).

Brown (2019) traz algumas possíveis combinações dessas ideologias – neoliberalismo e neoconservadorismo –, as quais caracterizariam a nova direita. Elas são denominadas: complemento, hibridismo, ressonância, convergência e/ou exploração mútua. Em relação ao complemento, Brown parte das ideias de Irving Kristol, o qual propunha que os valores morais devem complementar essencialmente os mercados livres, defendendo que valores tradicionais permeiem um Estado que garanta o livre mercado.

No caso do hibridismo, compreende-se as ideologias neoliberal e neoconservadora como elementos distintos, mas que se sobrepõem a fim de contribuir para uma “desdemocratização”, por meio do fortalecimento de uma cidadania antidemocrática. Assim, o hibridismo dessas duas racionalidades políticas se afasta tanto da liberdade política quanto da igualdade social, não exigindo responsabilidade estatal, tampouco questionando acúmulos de poder político e econômico.

A ressonância, por sua vez, se refere à relação entre o cristianismo evangélico e o capitalismo, mais especificamente por meio de uma imbricação, que resultaria em uma dissolução incompleta dessas ideologias. Assim, as complexidades que estavam desconectadas são associadas de forma a dobrar-se, mesclar-se, fundir-se, resultando em uma união incompleta que questiona os pressupostos clássicos (BROWN, 2019).

A convergência se aprofunda no ambiente da família tradicional, e sugere que a família seria a principal responsável pela educação e bem-estar dos indivíduos, ideário promovido por um contrato entre neoconservadores e neoliberais. Por fim, a exploração mútua é ilustrada pela aliança de tradicionalistas cristãos, especialmente evangélicos, com políticos neoliberais, de forma a garantir o voto em seus candidatos e fortalecer uma “plutocracia masculina branca” (BROWN, 2019, p.115).

Ressalta-se, porém, que essas combinações descritas por Brown são modelos para a compreensão da relação entre as ideologias neoliberal e neoconservadora, sendo teorizadas de modo variado. Assim, “cada uma das análises acima ilustra aspectos importantes do presente político. Nenhuma delas, no entanto, apreende o lugar da moralidade tradicional – tanto



assegurando a família como dela emanando – *dentro* da razão neoliberal” (BROWN, 2019, p.118). Assim, a autora esclarece que, para Hayek,

o mercado e a moral estão enraizados em uma ontologia comum de ordens espontaneamente evoluídas carregadas pela tradição. Essa ontologia apresenta compatibilidade perfeita entre (e em meio à) disciplina e liberdade, herança e inovação, evolução e estabilidade, autoridade e dependência. (BROWN, 2019, p. 118).

Reconhece-se, portanto, que existem diversas perspectivas sobre o conceito de nova direita. Na presente pesquisa, compreende-se a nova direita como uma fusão dessas ideologias, as quais mutuamente se fortalecem e fomentam um processo de enfraquecimento da democracia, assim como dos direitos sociais.

Amalgamadas sob o espectro neodireitista, metamorfoseiam-se em uma ideologia distinta do que eram quando consideradas em separado e assumem o lugar de ferozes combatentes contra o Estado Social e seus elevados gastos públicos, ao mesmo tempo que lutam pela conservação dos valores tradicionais. (PEREIRA, 2020, p.122).

Essa nova ideologia possui em si grande potencial de radicalização, somando-se à desigualdade como valor central para o progresso. Assim, direitos sociais são preteridos pelos interesses da propriedade privada, assim como pela ordem “natural” que não deve ser alterada. A união dessas duas correntes ideológicas, aparentemente contraditórias, permite que seu resultado, a nova direita, influencie a proteção social, pois ela “repudia e desacredita a ideia de universalidade” (PEREIRA, 2016, p.137).

O resultado é um enfraquecimento das instituições democráticas: “Eis aí o paradoxo: uma democracia que funciona na aparência, mas cada vez mais esvaziada de conteúdo e sentido. A democracia vai sendo substituída pela *corporocracia*<sup>10</sup>” (GALLEGO, 2019, p.8). O acirramento dessas disputas, em um contexto de crises econômica e política, é reforçado pela “retórica do medo e do inimigo como instrumento mobilizador e retoma os valores da família tradicional: ordem, hierarquia, autoridade e moral frente a suposta libertinagem do campo progressista” (GALLEGO, 2019, p.9).

Em sua análise, Brown (2019) estabelece que a ideologia neodireitista busca a supressão da autoridade da vida política, sendo o Estado apenas instrumento para garantir os pré-requisitos

---

<sup>10</sup> De acordo com Gallego (2019), a corporocracia ocorre quando a democracia é esvaziada e torna-se acessória ao capitalismo. Nesse sentido, as decisões deixam de ser tomadas pelo “poder popular”, ou “demos”, e passam a ser tomadas pelas grandes corporações, as quais utilizam a democracia como instrumento para garantir seus lucros e seu acúmulo de capital provado, sob o disfarce de uma democracia.

que possibilitem o fortalecimento do mercado, da tradição e da moral. Hayek, como defensor dessa aliança, propõe três estratégias:

limitar o poder legislativo a gerar regras universais e excluí-lo de fazer políticas de interesse público; desacreditar qualquer discurso de justiça social como disparatado e totalitário; expandir [...] a ‘esfera pessoal protegida para estender a alçada da moralidade tradicional para além dos confins da igreja e da família. (BROWN, 2019, p.127).

A união da ontologia do mercado com a tradição/moral permite o que Apple detectou: um Estado fraco, em termos econômicos, ao mesmo tempo em que se propõe um Estado forte, a fim de regular o conhecimento, os valores e o corpo (APPLE, 2015). Este ainda destaca que

estes efeitos ideológicos amplos – por exemplo, permitindo que uma coalizão entre neoliberais e neoconservadores seja formada assim como a masculinização de teorias, políticas e do discurso da gestão – são de considerável importância e fazem com que a dificuldade de deslocar o bom-senso em direção mais crítica torne-se maior. Quando essas tendências são combinadas com os discursos dominantes e novos da classe média, associados ao novo gerencialismo, os resultados podem ser muito prejudiciais. (APPLE, 2015, p.622).

A nova direita possui como valor fundamental a liberdade “como ausência de coerção ou liberdade negativa” (PEREIRA, 2016, p.145) ou a “liberdade desatrelada da sociedade e da democracia” (BROWN, 2019, p.135). Essa ausência de coerção permitiria, portanto, a liberdade de mercado e o direito à propriedade privada, compreendendo, a partir de Hayek, a “liberdade como uma condição na qual todos estariam autorizados a utilizar seus conhecimentos na busca de seus fins, tendo como limites apenas as regras de justa conduta, de aplicação universal” (PEREIRA, 2016, p. 140)

Uma das suas estratégias neodireitistas, portanto, é materializada por meio da fusão entre essa liberdade negativa com a religiosidade a fim de desfazer a laicização do Estado e de desmontar políticas antidiscriminatórias, em especial, relacionadas ao gênero e à sexualidade. São ataques à democracia e à sociedade que combinam os valores do mercado com o “familismo heteropatriarcal cristão” (BROWN, 2019, p.140), com o agravante de ocorrer por meio de uma moralidade politizada e armada. Assim, forma-se uma cultura política neodireitista e autoritária, viabilizada pela (re)cristianização cultural.

Dentro da aliança da nova direita, descrita por Apple (2002), um de seus componentes são os populistas autoritários, cujas concepções defendem a retirada da responsabilidade estatal sobre assuntos que, para eles, deveriam estar sob o cuidado das famílias, das igrejas e da moralidade cristã, como gênero e sexualidade.

Entre os mais notórios desses valores, figuram a defesa da família patriarcal, na qual cada membro tem papéis bem definidos; da moral “humanista” e a consequente desvalorização de grupos específicos; da meritocracia; do trabalho como reparador do caráter; da retidão e da obediência ante as hierarquias sociais; do patriotismo; do cristianismo; da devoção a Deus; do respeito às forças policiais e militares; da “boa” música e do “bom gosto” cultural. (PEREIRA, 2020, p.122-123).

A narrativa neodireitista tem como foco a suposta crise da família, que se torna central tanto para neoconservadores quanto para neoliberais, mais ainda para essa nova ideologia que se fortalece desde os anos 1970, mas se consolida mais recentemente, especialmente na América Latina. Esses aspectos se expandem também para a educação.

Brown esclarece que existem dois movimentos de mercantilização e “familiarização” da nova direita, constituindo “processos gêmeos [que] contestam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão” (BROWN, 2019, p.133). A partir disso, é mais fácil compreender o surgimento de fenômenos como o pseudoconceito de “ideologia de gênero”, o Movimento Escola Sem Partido<sup>11</sup>, a militarização escolar<sup>12</sup> e o fortalecimento do ensino domiciliar<sup>13</sup> (YANNOULAS; AFONSO; PINELLI, 2021).

O surgimento e alcance do pseudoconceito da “ideologia de gênero” confirmam ainda um outro aspecto da nova direita. O emprego do próprio termo ideologia contribui para isso.

---

<sup>11</sup> Movimento de parte da sociedade civil brasileira, fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib e que se fortaleceu em 2010 e que se materializou em diversos projetos de lei, em âmbito federal e estadual. O grupo alega que visa combater “o abuso da liberdade de ensinar” e “a doutrinação política e ideológica” da educação, por meio do controle do que as professoras e os professores ensinam, a partir de uma perspectiva moral (MIGUEL, 2016).

<sup>12</sup> O processo de militarização nas escolas iniciou-se no final dos anos 1990, com a incorporação desse projeto como parte da política educacional do então governador de Goiás, Marconi Perillo (SANTOS, 2021), sendo intensificado a partir de 2015. A autora compreende que “a militarização das escolas é o processo de repasse das gestões administrativa, disciplinar e, às vezes, pedagógica das escolas civis públicas [...] para o comando de militares sobretudo das Polícias Militares (PM) e do Corpo de Bombeiros” (SANTOS, 2021, p. 6). Ao analisarem os discursos de Perillo, Santos e Pereira (2018) identificaram o caráter conservador e extremamente autoritário desse fenômeno, contrariando os princípios e finalidades da educação como direito social. Dentre seus objetivos, pretende-se “coibir a organização da comunidade escolar” (SANTOS; PEREIRA, 2018, p.261), ameaçando diretamente sua gestão democrática e legitimando ações repressivas da polícia no ambiente escolar, tanto contra docentes quanto estudantes.

<sup>13</sup> O movimento de educação domiciliar – ou *homeschooling* – teve o ano de 2010 como marco de sua disseminação no Brasil. Caracterizado por um movimento contrário à compreensão de educação como direito social, conforme a Constituição Federal do Brasil, “os defensores do homeschooling, motivados por fundamentações ideológicas, que atribuem à instituição escolar a desvirtuação dos valores da família, questionam o caráter compulsório que obriga, além da matrícula, a frequência à escola. Reitera-se, assim, que o ensino domiciliar se configure como concorrente à função do Estado, em relação à educação das crianças e dos adolescentes” (ROSA; CAMARGO, 2020, p. 10).

Em um contexto de falsa consciência, redes sociais, disseminação de notícias falsas e difamatórias, mentiras e manipulações, a linguagem é instrumento estratégico para o fortalecimento neodireitista. Surge assim, “uma desconfiança generalizada e brutal, da apartação, das polarizações radicalizadas e do receio de tudo o que é público e coletivo” (PEREIRA, 2020, p.120). A linguagem torna-se instrumento de deturpação, sendo efetiva na consolidação da polarização entre “nós” e “eles”.

### **2.1.1. Nova direita no Brasil**

O contexto de redemocratização, ainda que visto como um momento fundamental para consolidação de direitos, especialmente sociais, e de derrocada do regime civil-militar que se manteve no poder desde 1964, não pode ser compreendido sem considerar suas próprias contradições. A transição foi marcada por instabilidade política, disputas entre classes sociais e “um consenso entre as classes dominantes: a manutenção da nação dos poderosos; e esta tarefa incluía a estratégia de [contra]reforma e de conciliação com as forças sociais insurgentes daquela conjuntura” (SANTOS, 2020, p. 234).

No âmbito político,

com as eleições diretas, realizadas em 1989, iniciou-se uma nova etapa democrática no Brasil e, em seu bojo, a ameaça de que o Estado brasileiro viesse a ser conduzido por um candidato procedente das classes subalternas, o que poderia abalar as estruturas de dominação econômica, política e social sobre as quais, historicamente, se assentava a burguesia nacional. O ânimo impeditivo desse acontecimento histórico mostrou-se urgente e, nesse sentido, novos arranjos e acordos entre forças conservadoras foram tecidos. (SANTOS, 2020, p. 236).

Após essa árdua luta durante o processo de redemocratização no Brasil, instalou-se, portanto, um movimento contrário de “reforma” do Estado, a fim de realizar a necessária atualização permanente das formas de expropriação, inclusive sob a influência de organismos internacionais, por meio da globalização e da reestruturação produtiva (CASIMIRO, 2018).

Coutinho (2012), ao analisar esse período dos anos 1990, argumenta que não houve uma revolução passiva, conforme compreendida por Gramsci. Na verdade, o autor propõe que, nesse contexto,

não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e

levada a cabo no *Welfare*. As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como “emergentes”) – têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado. (COUTINHO, 2012, p.123).

Para Behring e Boschetti (2011), no mesmo sentido de Coutinho, a nomeação das propostas neoliberais como reforma é equivocado, pois “embora o termo [reforma] tenha sido amplamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 149).

Portanto, Behring (2003) compreende contrarreforma como

um salto para trás, sem o sentido de ampliação das possibilidades de autonomia ou de inclusão de segmentos no circuito ‘moderno’ [...]. Esse retrocesso é o que configura uma contra-reforma por meio da qual houve quebra de condições historicamente construídas de efetivas reformas, dentro de um processo mais amplo de profundas transformações. (BEHRING, 2003, p.282).

Nesse contexto, a contrarreforma está imbricada na estratégia neodireitista iniciada nos anos 1990 e que se perpetua até a atualidade, atualizando-se de acordo com a conjuntura. Urge destacar que houve reações e oposição ao projeto neoliberal, especialmente por movimentos sociais, estudantes, sindicatos e partidos de esquerda, as quais condicionaram que as ações neoliberais necessitassem de novas estratégias (CASIMIRO, 2018), sendo uma delas a fusão com a ideologia neoconservadora.

Nesse sentido, concorda-se com Santos, quando ela afirma que

a contrarreforma foi alavancada por meio de um chamariz ideológico modernizador, mas que, dissimuladamente, distorceu os princípios democráticos, colocando-os em uma esfera superficial de modo a não atingir as estruturas de poder [...]. Concomitantemente, utilizou-se da premissa da descentralização [...] para desresponsabilizar o Estado da oferta de políticas sociais, repassando- para o mercado. (SANTOS, 2020, p.239).

A contrarreforma, portanto, rearticula as forças burguesas, enfraquecendo o ímpeto da luta por direitos sociais, com o objetivo de garantir a dominação do capital monopolista. Por meio de um “processo de reordenamento e de recomposição das relações de dominação burguesa, por meio do Estado” (SANTOS, 2020, p. 240-241). Aqui, percebe-se uma aproximação entre a ideologia neoliberal, com a contrarreformas econômicas, por meio de privatizações, e delegação de políticas sociais para o mercado, sob a suposta necessidade de

redução dos gastos públicos; e a ideologia neoconservadora, por meio da manutenção do poder e do surgimento de movimentos contrários aos avanços obtidos por movimentos sociais, dentre eles o movimento feminista.

Essa aproximação não significa que, politicamente, a nova direita alcançou seu espaço nos anos 1990. No Brasil, no início do milênio, ocorreu a eleição do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em uma tentativa de retomar ideais progressistas. Apesar dos avanços sociais e políticos, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) não foi capaz de frear as diretrizes neoliberais e a consolidação do capitalismo imperialista contemporâneo.

Os países latinos que experimentaram períodos de ditadura – e que tiveram depois governos “mais à esquerda” – não viveram a transição efetiva desses períodos de exceção e mesmo com a ascensão de partidos vinculados à tradição de esquerda, não houve uma reformulação das instituições e do modo como se relacionam as figuras políticas com o povo: a polícia manteve a matança aos pobres como padrão, o autoritarismo de quem detém cargos políticos triunfou sobre o povo, a ‘nova classe média’ integrada pelo consumo se identifica com os que estão acima dela e a última década demonstrou um supercrescimento da população carcerária especialmente no Brasil. (FERREIRA, 2016, p. 168).

Por outro lado, ainda que não tenham sido realizadas rupturas, “tal processo, apesar de não ter ameaçado as estruturas de poder e de acumulação avalizadas pelo Estado, alterou a correlação de forças entre frações da classe burguesa” (SANTOS, 2020, p.242). O fortalecimento e expansão do Estado, opondo-se ao Estado mínimo; as novas relações no âmbito internacional, especialmente por meio da cooperação sul-sul; programas de democratização do Estado e possibilidade de recepção de demandas sociais, especialmente de minorias como a população LGBTQIA+ e mulheres ocasionaram essas mudanças na correlação de forças.

Apesar das contradições, o governo do PT se enfraqueceu no contexto de crise estrutural do capitalismo imperialista, especialmente no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff.

O capital imperialista e seus representantes nacionais tornaram-se crescentemente intolerantes com as políticas de conciliação e de tons desenvolvimentistas, adotadas pelos governos petistas. Isso porque estas não mais correspondiam às suas exigências, especialmente no tocante às demandas sociais, uma vez que requeriam corte dos gastos e elevação dos juros, em resposta à redução do crescimento econômico e das receitas públicas. (SANTOS, 2020, p.244).

Nesse contexto, em junho de 2013, o Brasil foi invadido por uma onda de protestos, que se espalhou pelo país, concentrando diversas posições políticas. Denominadas jornadas de

junho, iniciaram-se a partir da luta pela redução do preço do transporte público em São Paulo, porém, extrapolou-se para manifestações diversas.

A essa altura, o aumento das tarifas tornou-se apenas uma entre múltiplas pautas, como diziam os cartazes: “não é apenas por 20 centavos”. Denunciavam-se o cerceamento à liberdade de expressão, a insuficiência de recursos para educação e saúde, a corrupção e os elevados recursos públicos destinados a grandes eventos esportivos (“queremos educação padrão FIFA”). Um fato era notório: os manifestantes criticavam mais a política, em geral, do que políticos em particular. Temas mais específicos também eram destacados, como a presença de um pastor evangélico homofóbico na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e a proposta de emenda constitucional para retirar o Ministério Público de investigações policiais (PEC 37), o que dificultaria a apuração de denúncias de corrupção e violações de direitos humanos. (GONDIM, 2016, p. 368).

As manifestações foram convocadas e divulgadas por meio das redes sociais. Foi-se possível perceber o grande papel que esse meio digital exerceu, abrindo caminhos para novas possibilidades, que foram vistas, em um nível ainda maior, nas eleições de 2018. Analisando o perfil dos e das manifestantes, percebe-se um perfil heterogêneo, composto não só por estudantes, mas por pessoas “comuns” tanto de classe média, quanto de periferias (GONDIM, 2016).

Ainda, as jornadas não foram convocadas por partidos nem organizações político-partidárias, mas foram apropriadas por diversos grupos.

A rejeição à política institucional e à corrupção, muitas vezes associada à exaltação de valores nacionalistas, eram temas de identidade ideológica evasiva, adotados tanto por aqueles que não conseguiam expressar sua indignação de forma mais específica (“todos unidos por um Brasil melhor”), como por pessoas conservadoras. A direita, que não mostrava sua cara nas ruas desde a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, pouco antes do golpe de 1964, “pegou carona”, por assim dizer, nos protestos de junho de 2013. De um modo geral, estes transbordaram para a sociedade, ultrapassando as intenções e as motivações dos grupos que os iniciaram. (GONDIM, 2016, p.371).

Assim, a partir do repúdio às instituições democráticas, foram se fortalecendo tendências autoritárias. “À medida que a crise se aprofundava, ela se tornava cada vez mais personificada no Estado, o que, ao lado do elevado nível de conservadorismo social, expôs a ausência de hegemonia política sustentável do governo” (SANTOS, 2020, p.245). Ademais, para o capital, além de não promover a agenda de reformas exigidas para retomada do crescimento, tampouco estavam conseguindo manter sob controle as manifestações sociais, exacerbando as insatisfações das classes dominantes (SANTOS, 2020).

Desse modo, com apoio da mídia e dos poderes legislativo e judiciário, em 2016, ocorreu o golpe da ex-presidenta Dilma. Em seu encalço, foram realizados desmontes do aparelho estatal, de forma rápida e alarmante. As contrarreformas não realizadas pelos governos petistas foram impostas a toque de caixa, por meio, por exemplo, da Emenda Constitucional n.95, as reformas trabalhista e previdenciária, e a transformação do Estado, cuja função principal tornou-se novamente a fortalecimento do capital.

Assim, a nova direita “antes de chegar ao poder, [...] penetra nas instituições mercantis como comércios e empresas em geral, e não mercantis, como famílias, igrejas, escolas e agremiações diversas.” (PEREIRA, 2020, p. 123-124). Assim, por meio da legitimação popular, expandiu-se por meio do uso de manipulação:

É na espera pelo cumprimento das promessas transcendentais da mercadoria que cada indivíduo, inerte na admiração do espetáculo, perde aos poucos sua capacidade de reflexão crítica e mergulha na realidade invertida da falsa consciência e da fantasia, tão útil à ideologia neodireitista que prega o individualismo competitivo e a moral que aparta toda e qualquer diversidade. (PEREIRA, 2020, p.124).

Dentre essas diversidades combatidas, encontram-se os direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, as quais devem se “renaturalizar”, conforme interesse dos neodireitistas.

A partir do governo Temer e intensificado ainda mais no governo Bolsonaro, marca-se a chegada da nova direita ao poder executivo. Porém, antes disso, a presente pesquisa visa identificar os efeitos dessa ideologia que foi se expandindo, no legislativo brasileiro, no ano de 2014.

Tendo em vista a concepção de nova direita heterogênea, acredita-se ser interessante observar o que Miguel (2018) compreende como as três dimensões da extrema-direita brasileira. Ressalta-se, porém, que nova direita, conforme se compreende na presente pesquisa não é sinônimo de extrema-direita e que a análise desse autor pode contribuir para se compreender o contexto brasileiro, porém, observando que a divisão em dimensões é didática, e que existem intersecções entre seus defensores.

A primeira dimensão é a libertariana, que defende o livre mercado, e considera a liberdade negativa como valor central. É facilmente relacionada ao neoliberalismo descrito anteriormente, defendendo a oposição entre essa liberdade e a igualdade, assim como a



existência de um Estado fraco. Apesar de reconhecer a impopularidade dessa dimensão, Miguel destaca que sua existência resulta em uma demanda pela redução da intervenção estatal.

A segunda dimensão se caracteriza pelo fundamentalismo religioso, composto tanto por evangélicos neopentecostais quanto por um setor conservador da Igreja Católica. O fundamentalismo se caracteriza por ser um discurso que não permite debate e que é utilizado oportunamente por seus líderes, direcionando suas falas a favor da “família tradicional”. Fortaleceu-se nos anos 1990, com investimento político de igrejas em eleger seus pastores, a fim de fomentar uma “agenda moral” na política.

Por fim, a terceira dimensão é composta pelo anticomunismo. Particularmente efetivado através do combate ao “bolivarianismo” venezuelano e ao Partido dos Trabalhadores (PT), o anticomunismo funde-se com o antipetismo, cujo surgimento escancara as contradições dos governos do PT no Brasil. As duas primeiras dimensões possuem o Estado como inimigo, tanto como um entrave ao mercado, quanto como instrumento para legalização de direitos e proteção social que supostamente colocariam em risco a família tradicional. Ademais, a fusão entre anticomunismo e moralismo resulta na falácia do “marxismo cultural”<sup>14</sup>, cujo pretense objetivo seria destruir os valores e os bons costumes.

A compreensão de contrarreforma e da nova direita permite visualizar seus efeitos nas diferentes políticas sociais, dentre elas a política educacional. Por meio da negação da universalidade, da igualdade, da justiça social e a defesa de uma “ordem natural”, garante-se a manutenção do status quo, reduzem-se as políticas sociais ao mínimo necessário, fomenta-se o crescimento do controle moral sobre os corpos, especialmente de mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+.

---

<sup>14</sup> O termo “marxismo cultural”, “ao contrário do que o nome possa sugerir, [...] não diz respeito aos estudos culturais de origem marxista e tampouco às contribuições da crítica marxista aos elementos artísticos e operativos de uma determinada cultura. O jargão, na verdade, refere-se a uma teoria forjada por intelectuais conservadores estadunidenses na década de 1980 e trazida ao público no começo dos anos 1990” (SILVA; SUGAMOSTO; IRIGARAY, 2021, p. 182). Assim como o pseudoconceito de “ideologia de gênero”, a junção das duas palavras e sua disseminação foi também utilizada como estratégia para apresentar diversas tendências progressistas, colocadas todas em um mesmo termo, de forma a deslegitimá-las e acusá-las de planejarem uma dominação cultural, por meio da “formulação de um imaginário de guerra civilizacional” (SILVA; SUGAMOSTO; IRIGARAY, 2021, p. 183).

### 2.1.2. Nova direita na Espanha

Como mencionado anteriormente, não há um consenso sobre a definição de Nova Direita. Também na produção acadêmica espanhola, existem autores que utilizam termos e concepções distintas<sup>15</sup>. Emprega-se extrema-direita ou ultra-direita (MESEGUER, 2009), como uma atualização ou radicalização da direita; utiliza-se nova direita (ANTÓN-MELLÓN, 2011; JAÉN, 2019) como a imbricação do neoconservadorismo no neoliberalismo, ou vice-versa, conforme as descrições de Brown (2019).

Em uma comparação entre a extrema-direita na Europa e no Brasil, Lowy (2015) afirma que não se pode reduzir a ascensão de partidos neodireitistas à crise econômica que impactou fortemente a Europa desde 2008. Ele destaca que países fortemente atingidos, como Espanha e Portugal, não vivenciaram essa ascensão de forma maciça, apesar de existirem expressões dessa vertente. Nesse tópico, busca-se compreender essas expressões. Para isso, é importante estabelecer como surgiu a Nova Direita espanhola.

Jaén (2019), partindo das reflexões de Antón-Mellón (2011), define Nova Direita

como “laboratório de ideias”, uma “escola de pensamento”, uma “comunidade de espírito” e também como “um espaço de resistência contra o sistema”. O trabalho da ND consiste em gerar um combate ideológico-cultural que exponha a decadência dos valores da civilização europeia e, assim, aproxime a conquista do poder político<sup>16</sup> (JAÉN, 2019, p.79, tradução nossa)

Nessa perspectiva, a Nova Direita seria anti-liberalista, distanciando-se do que se considera como Nova Direita no presente. Para Jaén (2019), essa ideologia é compreendida apenas como uma manifestação do neoconservadorismo.

Por outro lado, Antonio Mas (2014) analisa os diferentes movimentos políticos que construíram as bases da nova direita espanhola, focando-se na conexão entre a direita espanhola e o neoconservadorismo anglo-saxão. O autor parte das revoluções do século XIX até os anos 1980. Assim, o neoconservadorismo espanhol resulta do debate entre o “tradicionalismo

---

<sup>15</sup> Por meio de pesquisa na Dialnet, identificamos textos que tratavam da nova direita na Espanha, em diferentes perspectivas.

<sup>16</sup> No original: como “laboratorio de ideas”, una “escuela de pensamiento”, una “comunidad de espíritu” y también como “un espacio de resistencia contra el sistema”. La labor de la ND radica en generar un combate ideológico-cultural que exponga la decadencia de los valores de la civilización europea y así, aproxime la conquista del poder político.

renovador ou aberto” (MAS, 2014, p.287) e os conservadores liberais anglo-saxões, materializando-se no governo ditatorial de Franco.

Essa capacidade de combinar tradicionalismo político com ordoliberalismo<sup>17</sup> no plano econômico, ou seja, acrescentando um forte conteúdo social à economia de livre mercado, por meio da participação e atuação de instituições públicas que corrigem possíveis desequilíbrios [...] esboçaria na Espanha uma via neoconservadora própria.<sup>18</sup> (MAS, 2014, p.287, tradução nossa).

Para se aprofundar na compreensão do tradicionalismo, e suas diferenças em relação ao conservadorismo, recorreu-se à concepção do sociólogo Karl Mannheim.

Tradicionalismo significa uma tendência a apegar-se a padrões vegetativos, a modos de vida antigos, os quais podemos muito bem considerar como razoavelmente ubíquos e universais. [...] não está ligado, mesmo hoje, ao conservantismo político ou de outros tipos. [...] A ação conservadora, entretanto, sempre é dependente de um conjunto de circunstâncias concretas. (MANNHEIM, 1982, p. 108).

Assim, compreende-se que

o tradicionalismo se apega, de modo inconsciente, a modos de vida estabelecidos, temendo os efeitos de alterações em seu funcionamento. O conservadorismo trata-se de uma posição assumida, consciente, intencional, que se opõe radicalmente às mudanças em curso ou propostas pelo movimento progressista em qualquer época ou área, estabelecendo que determinado modo de vida é melhor ou ideal em relação a outro (CARRILHO *et al*, 2022, p.64).

Para Mas (2014), o neoconservadorismo espanhol construiu-se a partir da liberalização econômica, visando manter o controle estatal sobre áreas estratégicas, instituído no governo ditatorial franquista. Dessa forma, após a morte de Franco, em um regime de transição para a democracia, preferiu-se a intervenção estatal, em alguns casos por meio de parcerias público-privadas, focando-se mais em “conter o poder conseguido pelo PSOE nas eleições de 1982, que em inaugurar um modelo estritamente liberal”<sup>19</sup> (MAS, 2014, p.288).

Não se pode esquecer da influência histórica da Igreja católica na Espanha, que reflete inclusive nos partidos políticos e grupos da sociedade civil. O partido Alianza Popular, criado

---

<sup>17</sup> Neoliberalismo alemão, caracterizado por ser liberal e anti-pluralista (MEGAY, 1970).

<sup>18</sup> No original: *Esa capacidad de combinar tradicionalismo político con ordoliberalismo en el plano económico, es decir insuflándole un fuerte contenido social a la economía de libre mercado, mediante la participación y actuación de organismos públicos que corrigieran posibles desequilibrios [...] perfilaría en España una vía neoconservadora propia.*

<sup>19</sup> No original: *Contener el poder conseguido por el PSOE en las elecciones de 1982, [...] que en inaugurar un modelo estrictamente liberal.*

nos anos 1970, representava ideologicamente a união do liberalismo econômico e do conservadorismo, por meio da defesa moral e tradicional, especialmente baseada em uma concepção cristã. Coordenado por Lopez Rodó, o Clube Conservador de Barcelona foi criado a fim de tornar-se um *think tank*<sup>20</sup> espanhol, com objetivo de propagar essa ideologia e desenvolver líderes partidários, baseando-se inclusive na herança cristã.

Lopez Rodó retoma inclusive ideias de Hayek, e advoga contra os perigos do socialismo. Interessante perceber que, em 1984, Rodó questiona o ensino público e utiliza de estratégias para propor que estaria sendo imposto uma “doutrinação que permitiria a subversão progressiva da ordem moral”<sup>21</sup> (MAS, 2014, p.290, tradução nossa), e que se deveria tomar medidas como reforçar a proibição do aborto, realizar orações em escolas públicas, utilizar de livros que respeitassem preceitos morais e fomentar o combate às drogas e à pornografia (MAS, 2014). Qualquer semelhança com o Movimento Escola Sem Partido brasileiro não é mera coincidência.

Em 1989, surge o Partido Popular (PP) espanhol, cujas origens remontam à Alianza Popular. Por meio de uma estratégia de refundação, torna-se o partido que representa a direita neodireitista na Espanha (GALLEGO, 2007). É considerado um partido de centro-direita, mantendo o viés neoliberal e neoconservador característico da Nova Direita. Nos anos 1990, Aznar torna-se o principal nome do PP, sendo eleito presidente do governo em 1996. Ele se autodefine como “um liberal conservador, mas um liberal”<sup>22</sup> (AZNAR, 2004, n.p., tradução nossa).

Destaca-se que foi necessária uma mudança política realizada pelo PP para o sucesso do partido nas eleições em 1996. Essa mudança foi composta por duas transições: uma sucessão geracional e a consciência de mudança da época, que fortaleceu o partido. Ao mesmo tempo, estabeleceram-se estratégias para debilitar o PSOE, que também sofreu desgaste relacionado a escândalos (GALLEGO, 2007).

---

<sup>20</sup> *Think tank* é uma expressão da língua inglesa, muitas vezes traduzida como “laboratório de ideias”. Ela é utilizada para referir-se a “organizações que têm como propósito produzir conhecimento em diferentes áreas para exercer influência na execução das políticas governamentais e na formação de opinião pública” (CAETANO; MENDES, 2020, p. 3).

<sup>21</sup> No original: adoctrinamiento que permitiría la subversión progresiva del orden moral.

<sup>22</sup> No original: un liberal conservador, pero un liberal.

Gallego (2007) resume a perspectiva da Nova Direita espanhola, a qual

propõe uma nova revolução conservadora<sup>23</sup> de oportunidades; a postulação de critérios de eficiência de mercado aos serviços de identidade nacional afeta diretamente às políticas migratórias e, no fundo, às concepções de largo alcance sobre a miscigenação. Tudo isso se faz em nome de um liberalismo popular que cria e distribui riqueza ao mesmo tempo em que preserva a responsabilização<sup>24</sup> (GALLEGO, 2007, p.191, tradução nossa).

Portanto, é importante perceber a alternância de poder entre a esquerda (PSOE) e a direita (PP) na Espanha, especialmente em relação às consequências nas políticas educacionais.

## 2.2. Conceito de Gênero e Estudos de Gênero

Entre as décadas de 1960 e 1970, os movimentos feministas se fortaleceram e se organizaram, heterogeneizando-se e complexificando-se, o que levou inclusive, ao debate sobre própria compreensão do que seria o conceito de gênero. Kergoat (2009, p.68) destaca que o movimento feminista surgiu

a partir da tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente ‘evidente’ que uma enorme massa de trabalho era realizada pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal.

Algumas autoras compreendem esse processo de tomada de consciência a partir de “ondas” do movimento feminista. Assim, a primeira onda está localizada no fim do século XIX e início do século XX, materializada principalmente na luta pelo direito ao voto, com base no paradigma liberal (PISCITELLI, 2009). Nesse sentido, visava-se ampliar a participação política e acesso a direitos como educação formal, trabalho remunerado e ao voto. Ademais, desponta a discussão sobre como se chegou à subordinação feminina e como ela se mantém. Difunde-se a compreensão dos papéis sociais como uma das explicações para a subordinação, em que se considera o caráter de construção cultural da diferença entre os sexos. É importante ressaltar,

---

<sup>23</sup> Revolução conservadora é utilizada em alguns países de língua espanhola, como a Argentina, para se referir à Nova Direita.

<sup>24</sup> No original: propone una nueva revolución conservadora de oportunidades; la asunción de criterios de eficiencia de mercado a los servicios identidad nacional que afecta directamente a las políticas migratorias y, en el fondo, a las concepciones de largo alcance sobre la sociedad del mestizaje. Todo ello se hace en nombre de un liberalismo popular que crea y distribuye la riqueza al mismo tiempo que preserva el sentido de la responsabilidad.

porém, que essa perspectiva não levava em consideração as mulheres negras e da classe trabalhadora, não considerando as estruturas de opressão-exploração racistas e de classe.

A segunda onda tem como precursor o livro “Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, e ocorreu nos anos 1960 a 1980. A partir da noção de que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p.9), compreende-se a construção social de ser mulher e a possibilidade de desconstruir essa noção. Nesse contexto, o conceito de patriarcado se consolida, tornando-se um instrumento político fundamental para a luta das mulheres nos anos 1960, apesar de ser posteriormente criticado<sup>25</sup>. Nesse sentido, tomou-se consciência da exclusão das mulheres dos espaços públicos e o movimento feminista se fortaleceu a partir da conjugação de lutas sociais e da ênfase no caráter político da diferença entre os sexos.

A efervescência no cenário mundial e nos movimentos feministas e de mulheres<sup>26</sup> contribuiu para as problematizações em relação ao gênero, ao sexo e à sexualidade. Ademais, surgiram questionamentos sobre o próprio feminismo, pois a universalização das mulheres como “oprimidas” invisibilizava as próprias particularidades, especialmente em relação à raça e classe.

Apesar de diferentes compreensões do surgimento do termo gênero, é essencial a compreensão desse conceito. De acordo com Piscitelli (2009), a primeira menção do termo gênero foi de Stoller em 1963. Cisne e Santos (2018), porém, em seu breve histórico sobre o termo gênero, esclarecem que Gayle Rubin, em 1975, produziu um ensaio que foi o marco da utilização do conceito de gênero para as feministas. Gênero foi definido por Rubin como “o que é determinado socialmente e o sexo seria o que é considerado biológico” (CISNE, SANTOS, 2018, p.48).

A sua importância foi fortalecida a partir dos movimentos feministas de 1970, durante a segunda onda. Foi um conceito importante não só para as lutas sociais, mas também como categoria de análise científica, cuja contribuição foi essencial para a construção de uma teoria

---

<sup>25</sup> HIRATA, Helena et al (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. Patriarcado. Editora Unesp, 2009, pps. 173-179

<sup>26</sup> Compreende-se que o movimento de mulheres se caracteriza por “*movimientos locales, nacionales, sectoriales, regionales y mundiales que articulan organizaciones, grupos y redes de mujeres -feministas y no feministas-, ONG's, asi como a mujeres y hombres que participan en otros movimientos sociales (v.g. cooperativo, sindical, juventud, indigena, comunal) e independientes que participan en acciones tendientes a combatir la discriminacion y subordinacion de género*” (STEIN, OREAMUNO, 1996, p.4).

social sob a perspectiva feminista (BANDEIRA, 2008; YANNOULAS, VALLEJOS, LENARDUZZI, 2000).

A partir disso, destaca-se que

quando falamos de gênero, estamos nos referindo às construções e às expectativas sociais sustentadas em relação aos homens e as mulheres. Em outras palavras, gênero diz respeito ao modo como nossa sociedade constrói representações sobre ser homem e ser mulher e pressupõe que sejam naturalmente estabelecidas. (HEILBORN; ARAUJO; BARRETO, 2010, p.13).

O conceito de gênero fortaleceu-se ainda mais por meio da obra de Scott (1995), e disseminou-se na academia, por meio da transformação dos antigos estudos das mulheres em estudos de gênero. Um outro aspecto importante é a articulação do gênero com sexualidade, propondo uma nova perspectiva em relação aos direitos sexuais e reprodutivos. Cabe ressaltar ainda que autoras como Cisne e Santos (2018) e Saffiotti (2004) criticam o uso do conceito de gênero, de forma descolada do conceito de patriarcado, preferindo o conceito de “relações sociais de sexo”, que, para elas, incorpora a luta de classes.

Torna-se importante mencionar também o movimento feminista no Brasil. De acordo com Costa e Sardenberg (2008, p.32),

no Brasil, o pensamento feminista surge, pela primeira vez, no século passado, introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta cuja publicação das obras “Conselhos à Minha Filha” (1842), “Opúsculo Humanitário” (1853) e “A Mulher” (1856), além da tradução da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, “*A vindication of the Rights of Women*” (1832), marca o despertar de uma consciência crítica acerca da condição feminina na nossa sociedade.

Surge também a partir de movimentos sufragistas e alcança espaço em nível nacional na década de 1920 (CISNE, 2015). De acordo com Cisne (2015), identificam-se três vertentes no movimento feminista brasileiro. A primeira vertente foi liderada por Bertha Lutz, focada na obtenção dos direitos políticos e foi formada por mulheres das elites brasileiras, refletindo a perspectiva liberal. A segunda vertente do feminismo brasileiro também foi composta por mulheres cultas, porém, diferentemente da primeira vertente, não bastavam apenas os direitos políticos. O “feminismo difuso” também pleiteava educação e a presença das mulheres nos espaços públicos.

A terceira vertente esteve ligada ao movimento anarquista e ao Partido Comunista. Essa vertente estava alinhada a uma perspectiva mais radical, sendo composta tanto por mulheres

intelectuais quanto por trabalhadoras e militantes, sendo a exploração do trabalho uma pauta central. Nessa vertente, a questão da mulher ia além dos direitos políticos, pois

ao identificar a dominação dos homens sobre as mulheres, mais que isso, ao perceber que a dominação dos homens possui como base a exploração das mulheres, esse feminismo passa a confrontar o patriarcado e, também, o capitalismo, pois a centralidade da luta em torno da questão do trabalho levou muitas mulheres anarquistas e comunistas a deflagrarem lutas contra a jornada intensa e extensa de trabalho, a desigualdade salarial e a exploração capitalista de uma maneira geral (CISNE, 2015, p. 108).

No contexto de efervescência mundial provocado pelo maio de 1968, do qual o movimento feminista fez parte e foi também construtor, o Brasil vivia uma ditadura civil-militar. Nesse contexto, os movimentos feministas fortaleceram a luta contra a ditadura, o que contribuiu para a resiliência e a resistência das mulheres que compunham esse movimento. Outra consequência foi o contato com outras perspectivas feministas possibilitadas pelo exílio. Os feminismos nos anos 1970 no Brasil esteve em consonância com o cenário mundial, e consolidaram a perspectiva de descobrimento de seus corpos, seus direitos, seus espaços e seus obstáculos. Destaca-se ainda que, nesse período, fortaleceu-se o movimento feminista operário no Brasil, que possibilitou a articulação entre a política e o cotidiano.

A especificidade da contribuição dos movimentos de mulheres autodefinidos ou não como feministas reside nessa proposta de uma nova articulação entre política e vida cotidiana, entre a esfera privada, esfera social e esfera política, na reafirmação da necessária heterogeneidade das experiências a partir da relação de gênero (SOUZA-LOBO, 1991, p. 226).

Nos anos 1980, na esteira da redemocratização brasileira, o feminismo torna-se mais institucionalizado, especialmente por meio da criação de conselhos e espaços coletivos de participação. Esse movimento de inserção na máquina estatal, compreendido sob a perspectiva de contradição, propiciou tanto maior representatividade e espaço para discussões e construção de políticas sociais para as mulheres; ao mesmo tempo em que cooptou lideranças e enfraqueceu as vozes questionadoras e revolucionárias (CISNE, 2015).

Em âmbito internacional, os movimentos feministas também tiveram um papel importante. Lograram a disseminação do conceito de gênero, alcançando espaço em locais de poder, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e utilizaram-no como instrumento para reivindicar equidade entre homens e mulheres. O alcance desse conceito pode ser percebido na IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em 1995 em Pequim, pela ONU. Esta resultou na elaboração da Plataforma de Ação Mundial (PAM), a qual propunha 12 áreas



estratégicas de ação. Além disso, a PAM reafirma o uso do conceito gênero na agenda internacional (BRASIL, 2006).

Ainda que seja contraditória a intervenção dos organismos internacionais, estes espaços contribuem definitivamente influenciam as políticas nacionais e a própria agenda internacional. Assim, em relação ao gênero, sua expansão até o âmbito internacional foi uma forma de fortalecer as reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres. Destaca-se que, assim como a representação feminina em espaços de poder, esse fenômeno não é linear e tampouco apenas defende os interesses feministas. A própria ascensão do movimento e do conceito de gênero é permeada por contradições e disputas de interesses.

Destaca-se ainda que esse alcance e importância dos movimentos feministas e de mulheres revelaram as relações entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo, questionando o status quo e a continuação da dominação, exploração e opressão vivenciada por mulheres, tanto em âmbito brasileiro quanto internacional. A reação não demorou muito a surgir.

### **2.3. O pseudoconceito de “ideologia de gênero”**

A denominada “ideologia de gênero” é um termo que conseguiu romper a barreira do acadêmico e foi disseminada no senso comum. Compreende-se esse termo como um pseudoconceito, assim denominado por Vianna e Unbehaum (2016). É impossível compreendê-la, porém, sem analisar o seu surgimento, como reação aos movimentos feministas e estudos de gênero.

Primeiramente e para se estabelecer uma análise crítica do termo “ideologia de gênero”, é importante se compreender os termos separadamente. Tendo como base a obra “A ideologia Alemã” de Marx, Chauí (2008) expõe que a ideologia é possível pois há uma suposição de que as ideias existem por si mesmas; a ideologia é um fenômeno da alienação; e, só é possível devido à luta de classes. Assim, na ideologia burguesa, as ideias são compreendidas como entidades humanas autônomas, como se tivessem sido descobertas, legitimando a alienação e a dominação (CHAUÍ, 2008). Portanto, “a ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo” (CHAUÍ, 2008, p.85).

Na esteira do fortalecimento do conceito do gênero, tanto como categoria de análise quanto como componente dos movimentos feministas, houve uma forte reação à sua

disseminação por parte de organizações e atores neodireitistas. Enquanto os movimentos feministas ocupavam diversos espaços, inclusive em âmbito internacional, como, por exemplo, na ONU, o Vaticano reagia por meio de uma dupla estratégia:

por um lado, o Vaticano elaborou uma nova definição de gênero buscando renaturalizar o conceito. O sexo deveria ser considerado aceitável segundo o Vaticano quando definido como fundamentado na identidade sexual biológica, masculina ou feminina. Por outro lado, o Vaticano desenvolveu um novo dispositivo retórico para se opor ao conceito feminista de gênero quando usado como uma categoria analítica desnaturalizante e, mais amplamente, para deslegitimar análises e reivindicações que afirmam a imanência da ordem sexual<sup>27</sup> (GARBAGNOLI, 2016, p.191, tradução nossa).

Como parte da estratégia do Vaticano de restaurar o criacionismo e a naturalização dos sexos, foram convocadas ‘especialistas’, chamadas de “novas feministas” (JUNQUEIRA, 2017). Dentre elas, está Christina Hoff Sommers que, sob influência dos *think tanks* neodireitistas dos EUA, em 1994, lançou o livro “*Who Stole Feminism? How Women Have Betrayed Women*”, a partir do qual se posiciona contra as ‘ideologias’ das feministas. Dale O’Leary, integrante do Opus Dei, retoma o termo “*Gender Feminism*” de Sommers, publicando várias obras que criticam as feministas, cuja orientação marxista teria como objetivo destruir as famílias, as diferenças ‘naturais’ entre homens e mulheres e estimular liberdades sexuais.

Em 1998, há a publicação de uma nota da Conferência Episcopal realizada no Peru, chamada “*La ideología de género: sus peligros y alcances*”, que visa subsidiar o trabalho de católicos conservadores pró-vida. O pseudoconceito também aparece no documento Família, Matrimônio e “uniões de fato”, publicado em 26 de julho de 2000 pela Cúria Romana. Em 2003, o Conselho Pontifício para a Família publica seu documento mais incisivo, o “*Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*”, no qual concentra 103 verbetes que abordam temas como sexualidade, gênero, escritos por diversos autores, sob a mesma égide defendida por O’Leary e Sommer (JUNQUEIRA, 2017).

O termo “ideologia de gênero”, assim, é produzido através de “técnicas de deformação da posição do inimigo” (GARBAGNOLI, 2016, p.192). Por meio de termos científicos

---

<sup>27</sup> No original: *On the one hand, the Vatican has elaborated a new definition of gender seeking to renaturalize the concept. Gender is considered to be acceptable when it is defined as ‘grounded in biological sexual identity, male or female’. On the other hand, the Vatican has developed a new rhetorical device to oppose gender when it is used as a denaturalizing analytical category and, more broadly, to delegitimize analyses and claims affirming the immanence of the sexual order.*

utilizados a seu favor, constrói-se uma retórica de oposição entre um ‘bom’ e um ‘mau’ feminismo, assim como uma emancipação ‘verdadeira’ e outra ‘falsa’, a partir da qual se deslegitima os Estudos de Gênero, ao afirmar que suas estudiosas buscam acabar com a ordem natural e implantar uma “colonização ideológica” (GARBAGNOLI, 2016; JUNQUEIRA, 2017).

Portanto, considerado um sintagma neológico, a ‘ideologia de gênero’ implica uma “ofensiva reacionária, fundamentalista, de matriz católica e que se desdobra em bases transnacionais” (JUNQUEIRA, 2018, p.451), e é proposta por atores como

hierarquia religiosa, movimentos eclesiais, redes de associações pró-família e pró-vida, associações de clínicas de conversão sexual, organizações de juristas ou médicos cristãos, movimentos e partidos políticos de direita e extrema-direita (e não apenas), profissionais da mídia, agentes públicos, dirigentes do Estado, entre outros (JUNQUEIRA, 2018, p.451-452).

Compreende-se que o termo “ideologia de gênero” se transferiu para o senso comum, sendo a política educacional um dos focos de maior incidência e disputa desse pensamento. Essa disputa é importante para pensadores e atores políticos, pois possibilita promover ou inibir a perspectiva crítica, dependendo do projeto societário defendido. Destaca-se que, em matéria educacional, uma das materializações da nova direita no Brasil é o Movimento Escola sem Partido (MESP), visto que “o crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada ‘ideologia de gênero’” (MIGUEL, 2016, p.595).

A “ideologia de gênero”, portanto, transforma-se em estandarte político, produto de um esforço midiático e político que se expande além do Vaticano e passa a fazer parte de documentos e discursos (JUNQUEIRA, 2017; KALIL, 2020; MIGUEL, 2016). Destaca-se ainda que

para seus formuladores, pouco poderá importar se o rótulo-slogan “teoria/ideologia de gênero” se refere ou não a algo concretamente verificável ou se suas teses podem resistir a um confronto acadêmico. Pouco importa se se trata ou não de um rótulo sem referente, uma espécie de formulação fantasmagórica (JUNQUEIRA, 2017, p.29).

Em um contexto de avanço da nova direita, de disseminação de *fake news* e pós-verdade, a “ideologia de gênero” prospera ao passo que os direitos são esvaziados. Esse discurso se fortalece principalmente sob o viés neoconservador do anticomunismo, sendo a “ideologia de gênero” muitas vezes relacionada ao também fabricado “marxismo cultural”. Nesse sentido, o

pânico moral também foi empregado como estratégia de marketing da ascensão neodireitista (CARRILHO *et al*, 2022). Definido por Cohen, o pânico moral é compreendido como

uma condição, um episódio, pessoa ou grupo de pessoas que se torna uma ameaça para os valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pela mídia; as barricadas morais são direcionadas por editores, bispos, políticos e outros pensadores de direita; especialistas socialmente acreditados pronunciam seus diagnósticos e soluções; maneiras de enfrentamento são desenvolvidas e evocadas (COHEN, 2002, p. 1).

Assim, os pânicos morais são “aqueles que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras” (MISKOLCI, 2007, p. 103). Surgiu, assim, a estratégia neodireitista fomentou, por meio do medo social, a disseminação da falácia da “ideologia de gênero”, sob viés negativo e sob a perspectiva de guerra cultural a esse “inimigo”.

Destaca-se que, no Brasil, a partir da produção de documentos internacionais que buscavam propor políticas para mulheres, inclusive por meio da adoção de termos como igualdade de gênero e por meio da incorporação das perspectivas feministas (AFONSO, 2019; BRASIL, 2006), houve reflexos na legislação. Promulgou-se a Lei Maria da Penha, houve a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e a formulação e implementação de Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. No âmbito educacional, incorporou-se as discussões sobre gênero nas Conferências Nacionais de Educação (CONAE), em especial a CONAE 2010.

Em resposta direta aos avanços dos movimentos feminista, a reação neoconservadora aos estudos de gênero no Brasil também se materializou pela divulgação da “ideologia de gênero” como uma suposta estratégia feminista e marxista para subverter a ‘ordem natural’. Esse combate à “ideologia de gênero” se fortaleceu no país a partir de 2010, sob a influência do livro do argentino Jorge Scala (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Sua abrangência não se restringiu a esses países, pois

iniciada na Argentina e no Brasil, a disseminação da gramática político-moral da noção de ideologia de gênero já alcançou, em 2016, países como o México e a Colômbia, contribuindo, no caso do primeiro para a luta contra a aprovação do “matrimonio sin discriminación” e, no último, para a vitória do não à paz no plebiscito que visava referendar o acordo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p.726).

Uniram-se com as ideias da Igreja Católica e de Scala, as organizações pró-vida e as igrejas evangélicas, principalmente neopentecostais. Essa aliança resultou em um retrocesso em

relação aos direitos sexuais e reprodutivos, somados a uma ofensiva contra a educação democrática e, por fim, um enfraquecimento de governos de esquerda na América Latina (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Na Espanha, a Conferência Episcopal Espanhola (CEE) publicou em 2001 uma instrução pastoral intitulada “*La Familia, Santuario de la Vida y Esperanza de la Sociedad*” (CEE, 2001), na qual afirmava, em seu combate à “ideologia de gênero”, que “é necessário descobrir um autêntico feminismo que reconheça os valores da mulher em uma harmonia entre os sexos que edifiquem as pessoas”<sup>28</sup> (CEE, 2001, p.19, tradução nossa). Compartilhando da visão de um “novo feminismo”, propõem o fim da “luta entre os sexos”, oferecendo como alternativa uma “harmonização”. Assim, justificam o ataque aos estudos de gênero e aos direitos sexuais e reprodutivos. Apesar dessa manifestação da CEE, a maioria da população espanhola, ainda que se declare católica, não apoiou esse movimento, sendo considerada indiferente (PICHARDO; CORNEJO, 2015).

A Igreja manteve sua lógica de confrontação aos governos socialistas, como o de Zapatero (2004-2011). Se manifestaram especialmente contra o casamento homossexual, anunciado como possibilidade pelo presidente, em 2004<sup>29</sup>. Algumas associações católicas espanholas destacam-se nesse combate: *HazteOir, Foro de la Familia, Edificación Cristiana*. Porém, à época, ainda não utilizavam o termo “ideologia de gênero. Este foi empregado pela primeira vez pelo cardeal colombiano Alfonso López Trujillo, no XII Congresso sobre Educação e Família, em 2004, por meio de um discurso alarmante (PICHARDO; CORNEJO, 2015).

Em 2005, o governo de Zapatero, do partido PSOE, apresentou o projeto da nova Lei Orgânica de Educação (LOE), permeada por reconhecimento dos direitos humanos, dentre eles os direitos sexuais. Uma das principais propostas previa uma disciplina obrigatória sobre cidadania e direitos humanos. A partir desse momento, a CEE relaciona a “ideologia de gênero” à educação, afirmando que esta estaria sendo uma espécie de doutrinação, “que ela considerava

---

<sup>28</sup> No original: es necesario descubrir un auténtico feminismo que reconozca los valores de la mujer en una armonización de los sexos que construya a las personas.

<sup>29</sup> Apesar do embate, o Parlamento Espanhol alterou o Código Civil em 2005, permitindo o casamento de pessoas do mesmo sexo (PICHARDO; CORNEJO, 2015).

como uma imposição de uma certa educação sexual e ‘de gênero’”<sup>30</sup> (PICHARDO; CORNEJO, 2015, p.186, tradução nossa). Defendia a exclusão da disciplina sobre Cidadania e Direitos Humanos, assim como se posicionava contra essa chamada “dominação” de organismos internacionais, como a ONU e a UNESCO, que causariam o “fim da família”. Essa postura da Igreja se repetiu em discussões sobre igualdade de direitos, aborto e demais direitos sexuais e reprodutivos.

Percebe-se, assim, que o pseudoconceito de “ideologia de gênero”, utilizado como instrumento de combate à igualdade de gênero, permeia tanto as reformas educacionais brasileira e quanto espanhola. Conclui-se que a compreensão dos efeitos desse pseudoconceito, ao preconizar a exclusão da discussão sobre a categoria feminista de gênero (SCOTT, 1995) ou as “relações sociais de sexo” (CISNE, SANTOS, 2018) das pautas e da realidade das políticas educacionais, é essencial para resistir e fortalecer o direito à educação democrática, igualitária e laica, a qual nos propomos a defender.

---

<sup>30</sup> No original: “qu’elle considérait comme l’imposition d’une certaine éducation sexuelle et ‘de genre’”.

## CAPÍTULO 03 – POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DE NOVA DIREITA – MANIFESTAÇÕES NO BRASIL

Compreendendo-se que as políticas sociais estão situadas em determinado momento histórico e são perpassadas pelas relações sociais próprias da realidade, propõe-se o aprofundamento sobre a política educacional concebida como uma política social. As políticas sociais, como outros conceitos das Ciências Sociais, podem ter diferentes compreensões. Assim, torna-se premente esclarecer o que se entende por política social, a partir do conceito de política pública, e da construção da política social desde seu surgimento até os dias atuais.

Pereira (2008) explicita duas concepções do conceito de política: a política em seu sentido clássico como política pública. A política pública é o objeto da *policy science*<sup>31</sup> e, ainda assim, pode ser compreendida de diversas formas. Nessa pesquisa, entende-se política pública a partir da

relação dialeticamente contraditória entre Estado e sociedade como o fermento da constituição e processamento dessa política. Neste sentido, a política pública não é só do Estado, visto que, para a sua existência, a sociedade também exerce papel ativo e decisivo; e o termo público é muito mais abrangente do que o termo estatal (PEREIRA, 2008, p. 94).

Portanto, o caráter público da política pública não se refere apenas a sua vinculação com o Estado. Ela é orientada à ação pública, tendo como princípios o interesse comum e a soberania popular, e está sob o controle social. Ademais, direciona-se à concretização dos direitos sociais e à satisfação das necessidades sociais. Assim, a política pública se refere a “uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenham papéis ativos” (PEREIRA, 2008, p. 96).

Como um gênero da política pública, a política social também é influenciada por essa relação contraditória entre o Estado e a sociedade. O próprio surgimento da política social está associado à emergência de demandas e necessidades sociais, e não apenas à benevolência estatal. As políticas sociais surgem no contexto de emergência do capitalismo, mas se consolidam e se generalizam no período de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, com a consolidação dos estados de bem-estar social (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

---

<sup>31</sup> Termo em língua inglesa que se refere à ciência política.

Nesse sentido,

política social refere-se ao processo de desenvolvimento e implementação de medidas geridas pelo Estado e demandadas pela sociedade como direitos devidos para suprir necessidades sociais e promover o bem-estar dos cidadãos – seja prevenindo contingências associadas ao trabalho e a inseguranças sociais, seja combatendo-as quando instaladas. Sua razão de ser tem a ver com a existência de desigualdades produzidas estruturalmente por um sistema social dividido em classes e reproduzido historicamente por meio de relações de poder constantemente renovadas (PEREIRA, 2013, p. 67-68).

Apesar de ter ocorrido de forma diferenciada em diversos países, existem elementos em comum que caracterizam o surgimento das políticas sociais: a) a capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora; b) grau de desenvolvimento das forças produtivas; c) a composição de forças no âmbito do Estado e as características desse Estado (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

Nesse contexto, é importante também delimitar o que se compreende por políticas educacionais. Oliveira (2010), com base em Van Zanten, define as políticas educacionais como

programas de ação governamental, informadas por valores e ideias que se dirigem aos públicos escolares e que são implementadas pela administração e os profissionais da educação. Nessa abordagem, a política educacional é sempre estatal e de caráter institucional, portadora de uma intencionalidade (OLIVEIRA, 2010).

Essa conceituação esclarece que as políticas educacionais estão envoltas em disputas de interesses assimétricas, entre Estado, como detentor de um interesse mais geral, mas que visa garantir a reprodução do sistema capitalista, e outros interesses que provêm de grupos organizados. Assim, a política educacional encontra-se intrincada na sociabilidade do capital, sendo permeada por contradições, intensificadas pelas tentativas de direcioná-la sob distintas ideologias. Uma das possibilidades de direcionar essa política ocorre na formulação da legislação, proporcionando um espaço fundamental para a articulação e disputa de interesses (OLIVEIRA, 2010).

Destaca-se que, no âmbito das políticas educacionais, houve um recrudescimento do neoconservadorismo, especialmente no final do século XX. Em resposta ao ideal de laicidade e igualdade que havia se fortalecido durante esse século (OLIVEIRA, 2010), as propostas de contrarreformas foram se intensificando, sob a influência neoconservadora. Ademais, “conflitos culturais e polêmicas acerca da raça e do gênero coincidem com as alianças de classe e com o poder de classe” (APPLE, 2002, p.56). Entende-se, portanto, que a educação não pode ser analisada de forma isolada da realidade social e de sua totalidade.



Dentre os elementos que influenciam as contrarreformas na política educacional, buscamos ressaltar o fenômeno do neoconservadorismo, compreendido dentro da ascensão da nova direita. Em relação à política educacional, os objetivos globais dessa vertente “são de fornecer condições educacionais, que são, acredita-se, necessárias tanto ao aumento da competitividade internacional, lucro e disciplina como ao regresso a um passado romantizado da casa, família e escola ‘ideal’” (APPLE, 2015, p.615).

Objetivos estes que estão alinhados à perspectiva de um “Estado fraco” em relação à regulação do mercado e com fomentação da iniciativa privada na Educação, especialmente ilustrada por grandes grupos educacionais; e um “Estado Forte” em termos de controle dos valores, buscando uma retomada da moralidade. Resgatam, por meio de estratégias discursivas e pela imposição sobre o bom senso, um passado tradicional e idealizado, o patriotismo, e propõem a negação da verdade e da ciência por meio de pesquisas falhas ou inexistentes (APPLE, 2002; APPLE, 2015).

A influência do neoconservadorismo nas políticas educacionais pode ser ilustrada pelo ressurgimento do tradicionalismo, pela negação ao multiculturalismo, sob o argumento de “profanação” e pela retomada de privilégios. Assim, observa-se a emergência de fenômenos como o Movimento Escola Sem Partido, a militarização das escolas, a educação domiciliar, e o pseudoconceito da “ideologia de gênero”, criado para ser combatido por meio de uma compreensão distorcida das intenções dos movimentos feministas e de mulheres. Por meio da suposta defesa da moral e dos bons costumes, sustentam que “o grande ‘mal’ do Ocidente seria a profunda crise de valores que destrói as fundações da moralidade social” (CORSETTI, 2019, p.775).

Em relação à educação, Afonso (2007) compreende que “os governos de inspiração neoliberal e neoconservadora adotaram políticas híbridas” (p.15). Essas políticas preveem o controle do Estado sobre as escolas, por meio de avaliações, inspeções e novos parâmetros educacionais, como as (contra)reformas curriculares; e, por outro lado, possibilitam a liberalização e a privatização do setor educacional, além de adotar uma gestão tecnocrática e baseada na eficiência (AFONSO, 2007; APPLE, 2005).

Apple (2005) destaca o fenômeno da “cultura da auditoria”, caracterizado por uma pressão avaliativa que torna o Estado mais próximo da iniciativa privada, ao implementar

modelos de gestão privada em suas atividades típicas, como a educação. Com base em Leys, Apple (2005) afirma que

o resultado final desse tipo de “cultura da auditoria” não é a prometida descentralização, cujo papel retórico é tão importante para a própria compreensão dos neoliberais, e sim uma massiva ‘rescentralização’ e um processo que é melhor compreendido como ‘des-democratização’<sup>32</sup> (APPLE, 2005, p.384, tradução nossa).

Esses fenômenos contribuem para a desvalorização dos serviços públicos, cujos impactos atingem o senso comum: passa-se a compreender “Tudo que é público como [algo] ‘ruim’ e tudo que é privado como ‘bom’” (APPLE, 2005, p.384)<sup>33</sup>. A presença estatal minimizava, assim, o principal valor neodireitista: a liberdade individual, representando uma ameaça à sociedade, tanto moral como economicamente (LIMA; HYPOLITO, 2019)

No Brasil, pode-se exemplificar os ataques ao serviço público por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Poder Executivo, apresentada em 03 de setembro de 2020, a qual trata sobre a Reforma Administrativa no Serviço Público, e carrega esse viés que considera servidores públicos como ineficientes, egoístas e preguiçosos. Ademais, em 15 de dezembro de 2016 foi sancionada a Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como PEC do teto dos gastos públicos, que na prática precariza a educação pública, gratuita e de qualidade, prevista no PNE. Esse ataque à educação também se relaciona às contrarreformas sob influência da nova direita.

“Essas reformas deslocam os eixos de obrigatoriedade/gratuidade/laicidade para equidade/qualidade e contêm um viés extremamente conservador e autoritário” (CORSETTI, 2019, p.779). Existe, portanto, uma necessidade de se afirmar que existem certas “crises” como ‘crise da educação’ e a ‘crise da moralidade’, a fim de promover contrarreformas educacionais, as quais possuem objetivos economicistas, privatizadores, tecnicistas e meritocráticos, aliados a uma moralidade neoconservadora e controladora.

---

<sup>32</sup> No original: *the ultimate result of an auditing culture of this kind is not the promised decentralization that plays such a significant role rhetorically in most neo-liberal self-understandings, but what seems to be a massive recentralization and what is best seen as a process of de-democratization.*

<sup>33</sup> No original: *anything that is public as ‘bad’ and anything that is private as ‘good’.*

### **3.1. Os embates em torno do pseudoconceito de “ideologia de gênero” na definição da política educacional brasileira**

A fim de se compreender essa suposta “crise na educação”, analisamos especificamente a política educacional brasileira. A Constituição Federal promulgada em 1988 é um marco para a consolidação de direitos reivindicados por movimentos sociais em um contexto de redemocratização. Dentre os direitos sociais estabelecidos no artigo 6º da CF/88 está a educação. Ademais, na seção I do seu terceiro capítulo, a CF/88 dedica-se a tratar sobre a educação enquanto “direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988). Nesse sentido, estabelece também, em seu artigo 214, a necessidade de criação de um “plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação” (BRASIL, 1988).

Contudo, com um recorte histórico de 1988 e 2002, Vianna e Unbehaum (2004) destacam que o período dos anos 1990 se caracterizou por diversas reformas educacionais, aqui compreendidas como contrarreformas. As contrarreformas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso visaram adaptar a política educacional aos interesses econômicos, reduzindo, portanto, o investimento nessa área. Vianna e Unbehaum, com base em Vera Peroni, destacam que

a qualidade, antes ligada à gestão democrática ou à formação para a cidadania, passa a ser enfaticamente associada à reforma e modernização dos sistemas administrativos, à implantação de programas de avaliação, à compra de material didático, à capacitação dos professores sem um forte direcionamento de recursos para a recuperação dos salários. (VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p.83).

Essas contrarreformas vão ao encontro da ascensão de um dos componentes da Nova Direita: o neoliberalismo. Nesse embate de interesses composto pelos defensores da educação enquanto direito social contra os neoliberais, que limitam a educação às necessidades do capital, foi promulgada, apenas em 1996, a Lei n. 9.394, a atual LDB. Com a proposição de um projeto de lei por Darcy Ribeiro ao Senado em 1992, o projeto de lei que foi concebido a partir das discussões entre sociedade civil, trabalhadores da educação, e outros setores que visavam a educação enquanto direito foi preterido. Assim, a LDB está permeada de interesses do setor privado e da igreja católica (VIANNA, UNBEHAUM, 2004; BOTELHO, 2019).

Além da CF/88, a LDB também prevê a criação de um Plano Nacional de Educação. Com esse fim, foi elaborada uma proposta proveniente do II Congresso Nacional de Educação

(II CONED - 1997), denominada de “Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira”. Porém, assim como na LDB, uma proposta proveniente do Ministério da Educação (MEC) foi apresentada, tornou-se o PNE, aprovado em 2001 (VIANNA, UNBEHAUM, 2004). Esse PNE/2001 limitou os gastos com educação, retirando elementos que eram defendidos pela população na proposta inicial. Destaca-se, ainda que o PNE aprovado caracteriza-se pela “ausência de qualquer menção à diversidade, às diferenças, entre elas as concernentes às relações de gênero” (VIANNA, UNBEHAUM, 2004, p.87-88).

Ao analisar os documentos da CF/88, da LDB e do PNE/2001 em relação ao gênero, Vianna e Ubehaum (2004) destacam

três características distintas. Uma refere-se à linguagem utilizada; a segunda, reporta-se à questão dos direitos, na qual o gênero pode estar subentendido; e a última, adquire uma certa ambiguidade, pela qual a referência ao gênero desaparece da apresentação geral do documento mas aparece – timidamente – em alguns tópicos. (p.89).

Concluem, portanto, que o gênero aparece apenas em termos gerais, de forma difusa e não incisiva nos documentos estudados, especialmente no momento de aprovação do PNE, o qual caracterizava-se por uma ampla discussão de gênero no Brasil.

Enquanto no PNE/2001, o gênero está velado e disperso, a discussão sobre o segundo PNE, é marcada pelo efeito contrário: há um movimento claro pela supressão de qualquer menção à igualdade de gênero (REIS; EGGERT, 2017). Ao se aproximar do fim da vigência do PNE 2001, realizou-se a Conferência Nacional da Educação (CONAE) em Brasília, de 28 de março a 1º de abril de 2010, a qual foi construída por meio de uma “profícua parceria que se estabeleceu entre os sistemas de ensino, os órgãos educacionais, o Congresso Nacional e a sociedade civil” (BRASIL, 2010). Seu Documento Final foi elaborado por meio de uma construção coletiva, propondo que

a consolidação de um sistema nacional de educação que articule a educação nacional não pode ser realizada sem considerar a urgente necessidade de superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e relativas à diversidade sexual ainda presentes na sociedade e na escola brasileira. (BRASIL, 2010, p.30).

Apesar dessa posição progressista do documento resultante da CONAE, a questão da “ideologia de gênero” surgiu com força dentro da política educacional principalmente durante a discussão e aprovação do segundo Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional e em proposições e votações dos planos estaduais e municipais de educação.

Teixeira (2019) analisou as menções ao termo “ideologia de gênero” nos discursos parlamentares da Câmara dos Deputados sob um marco temporal de 1988 a 2018. A autora identificou que esse termo foi retomado e incorporado ao vocabulário dos parlamentares a partir de 2013 e foi se consolidando de forma crescente no plenário da casa até 2017. Em sua análise documental, Teixeira selecionou Projetos de Leis (PL), Projetos de Decretos Legislativos (PDC), Projetos de Emendas à Constituição (PEC), Requerimentos (REQ) e Requerimentos de Informação (RIC) e realizou a pesquisa por meio da busca disponível no site da Câmara dos Deputados do Brasil. Separando os documentos encontrados por área, a autora destaca que há uma “concentração de proposições em torno de dois temas: educação e reconhecimento da identidade de gênero/diversidade sexual” (TEIXEIRA, 2019, p.110).

Lacerda (2019), ao buscar compreender o neoconservadorismo brasileiro, analisou 104 proposições e 163 discursos em plenário entre 2003 e 2015, na Câmara dos Deputados. Sua pesquisa ressalta que, apenas em 2011, foram proferidos em Plenário daquela casa 94 discursos que relacionavam a educação às questões de gênero e/ou diversidade sexual. Nesse sentido, afirma ainda que nos anos seguintes foram encontrados “33 pronunciamentos em 2012, 43 em 2013, 34 em 2014 e 106 em 2015” (LACERDA, 2019, p.72). A autora destaca que houve pronunciamentos em Plenário em 2003, 2004 e 2010 que já utilizavam o pseudoconceito de “ideologia de gênero”, sendo esse termo resgatado e fortalecido em 2013.

Nota-se convergência entre as pesquisas de Lacerda e Teixeira ao definirem as discussões do projeto de lei (PL) 8.035/2010, o PL do Plano Nacional de Educação – 2011 a 2020, como marco em relação à utilização da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados. Nesses pronunciamentos, os parlamentares expõem

os elementos em questão no combate à ideologia de gênero: defesa da família tradicional; defesa da vida (contra o aborto); defesa dos papéis tradicionais de homens e mulheres; combate às identidades de gênero e às orientações sexuais que não sejam cis ou hetero; defesa dos valores religiosos cristãos. Deixa clara, ainda, a dinâmica de reação que informa as iniciativas: trata-se de combater esse mal, ‘imposto’ na educação a partir do ‘kit gay’, por um movimento articulado no Congresso Nacional. (LACERDA, 2019, p.73).

O Programa Escola Homofobia, pejorativamente apelidado de “kit gay”, ganhou visibilidade a partir do ano de 2011. Ele era “parte de um programa mais amplo, o ‘Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual’” (JACÓ, 2019, p.74). De acordo com a pesquisa realizada por Jacó (2019), a primeira menção ao termo *kit gay* na Câmara dos Deputados ocorreu em um discurso

do então deputado Jair Bolsonaro, em fevereiro de 2011, que afirmava que estaria sendo distribuído em escolas públicas material que estimularia o homossexualismo<sup>34</sup> e a promiscuidade. Nesse contexto, os deputados pediram informações ao MEC, e, por meio de informações falsas e deturpadas, chamadas de *fake news*, gerou comoção popular, alcançando o grande público.

A presidenta Dilma pronunciou-se e vetou o programa, após pressão da bancada cristã no Congresso Nacional. Em meio à crise política e econômica deslanchada, esse fato não foi um episódio isolado, mas o início do recuo e “congelamento” de várias iniciativas do Governo Federal em defesa da igualdade de gênero.

Também nesse contexto,

enquanto o PL n. 8.035/2010 era examinado nas duas casas do Congresso Nacional, uma série de eventos foi realizada naquele espaço com o intuito de difundir entre os parlamentares as formulações dos católicos<sup>35</sup> neoconservadores sobre a ideologia das feministas e do ‘marxismo cultural’ e impedir a adoção da perspectiva de gênero nas políticas educacionais do país (MACHADO, 2020, p. 95).

Percebe-se que a educação é lócus importante de disputa de interesses, especialmente quando se fala em igualdade de gênero. A retirada de qualquer menção ao termo “gênero” ou à “igualdade de gênero” do PNE 2014 demonstrou o fortalecimento das demandas conservadoras (LIMA, HYPOLITO, 2019). Por outro lado, as leis antigênero na educação foram contestadas por Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) no Supremo Tribunal Federal (STF) e consideradas inconstitucionais. Isso demonstra um deslocamento da discussão que se concentrava apenas no campo do legislativo para também ser discutida no âmbito do judiciário (KALIL, 2019).

---

<sup>34</sup> Ressalta-se que o termo “homossexualismo” foi utilizado pelo então deputado Jair Bolsonaro e que a presente pesquisa não concorda com a utilização desse sintagma. Destaca-se que o sufixo “ismo” geralmente refere-se a doenças e patologias, e que o “homossexualismo” foi retirado do Código Internacional de Doenças (CID) em 1990, em uma perspectiva de despatologização da homossexualidade, resultado de lutas e mobilizações sociais (JUNQUEIRA, 2012)

<sup>35</sup> Destaca-se aqui que não apenas os católicos organizaram tais eventos. Os neopentecostais aliaram-se aos católicos, reforçando assim a contradição dessa nova direita que se fortaleceu no Brasil a partir dos anos 2010, e se apresenta fortemente nas discussões do PNE 2014.

### **3.2. Brasil: Análise das discussões do PNE 2014**

O sistema legislativo brasileiro é bicameral, fato que determina como são propostas e votadas as leis. Sendo o poder legislativo federal composto pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e pelo Tribunal de Contas da União (BRASIL, 1988), o sistema bicameral prevê a manifestação nas duas casas, sendo que a maioria das matérias tem como início a Câmara dos Deputados. O projeto de lei (PL) nº 8.035/2010 foi a proposição que originou o PNE 2014, sendo apresentado pelo Poder Executivo em 20 de dezembro de 2010, juntamente à Mensagem n. 701/2010, a qual submeteu o PL à apreciação do Congresso Nacional. Nessa mesma data, foi colocado como prioridade de tramitação e foi recebido pela Comissão Permanente de Educação e de Cultura da Câmara dos Deputados (CEC), tendo a deputada Fátima Bezerra (PT-RN) sido designada como relatora.

O PL 8.035/2010 (BRASIL, 2010), proposto pelo poder executivo, compunha-se de 12 artigos e um anexo em que constavam 19 metas e suas respectivas estratégias. Ao final do documento, encontrava-se a mensagem direcionada ao Congresso Nacional pelo então ministro da educação, Fernando Haddad. Ao analisar esse documento, sob a ótica do roteiro proposto, identificou-se que, no corpo do PL original e em seu anexo, há apenas uma menção à palavra “gênero”. Em sua meta 3, que se propõe a universalizar a educação para a população de quinze a dezessete anos, a estratégia 3.9 prevê a implementação de “políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (BRASIL, 2010).

Nota-se ainda que, em todo o documento, a linguagem é permeada pelo uso do masculino genérico, o qual “pode ser resumido, em linhas gerais, como o uso do gênero gramatical masculino para denotar o gênero humano (isto é, a espécie humana, incluindo homens e/ou mulheres)” (MADER, 2015, p.18). Ao se referir aos sujeitos da política de educação, o documento utiliza termos como “os estudantes”, “os professores”. Mader (2015) destaca que o uso do masculino genérico não é exclusividade da língua portuguesa e ocorre na maioria das línguas, fato que fortalece a percepção de que existe um sexismo gramatical e não apenas mera casualidade.

A partir da compreensão de que há uma hierarquização “entre as representações cognitivas das categorias masculino e feminino, não apenas na linguagem, mas na cognição em geral” (MADER, 2015, p. 135), nota-se que as relações de poder entre falas femininas e

masculinas e o prestígio derivado do domínio social e cultural dos homens também é reproduzido no âmbito linguístico. Destaca-se ainda que, além de gramatical, o sexismo linguístico é carregado de intencionalidade, como ocorreu no uso do termo *presidenta*<sup>36</sup> em relação à Dilma Rousseff enquanto ocupava o cargo. Alvo de inúmeras críticas e deboche, o termo *presidenta* está correto gramaticalmente e foi, muitas vezes, questionado e deslegitimado.

Assim, a percepção dessa dominação e sua contestação pode ser um passo em direção a uma mudança social necessária. Essa percepção é importante, pois também se apresentou nas discussões do PNE 2014.

Dando prosseguimento à análise documental, verifica-se que no dia 22 de março de 2011, foi criada a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 (CEPL), composta por 25 membros titulares e 25 suplentes, adicionando mais 1 titular e 1 suplente para atender às bancadas não contempladas em forma de rodízio. Em 13 de abril de 2011, foi designado como relator o Deputado Angelo Vanhoni (PT-PR)<sup>37</sup>.

À CEPL, foram apresentados diversos requerimentos para realização de audiências públicas e seminários em diversas regiões e municípios do país. Em suas reuniões deliberativas, esses requerimentos foram apreciados, assim como diversas solicitações de prorrogação do parecer. Em 20 de maio de 2011, realizou-se a abertura do prazo para proposição de emendas ao projeto, sendo propostas 2916 emendas durante o ano de 2011.

A ficha de tramitação do PL 8.035/2010 foi analisada a fim de identificar as discussões referentes ao PNE. Nesse sentido, em busca realizada no dia 18 de agosto de 2021 na página referente às reuniões e sessões da CEPL, criada para discutir o PNE, verificou-se que aconteceram 34 reuniões deliberativas ordinárias (RDO), 13 audiências públicas ordinárias (APO), 23 seminários, 01 reunião ordinária e 02 reuniões para assuntos internos, no

---

<sup>36</sup> “*Presidenta*, segundo o ‘Aurélio’, é ‘mulher que preside ou mulher de um presidente’, distinta de presidente, que é ‘pessoa que preside’ ou ‘o presidente da República’. O ‘Houaiss’ fala em ‘mulher que preside (algo)’ ou ‘mulher que se elege para a presidência de um país’ para definir *presidenta* e, para presidente, em ‘título oficial do chefe do governo no regime presidencialista’ - substantivo de dois gêneros. A forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem nenhum sentido discriminatório. Mas *presidenta* tem mais um peso político que linguístico” (SARNEY, 2010).

<sup>37</sup> Os passos da tramitação do PL 8.035/2010 estão disponíveis no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados no seguinte link: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>.



período de 01 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2014. Observa-se que descartamos aqui as reuniões e sessões que foram canceladas.

Tendo em vista que, na página da CEPL<sup>38</sup>, não estão disponíveis os textos das reuniões em sua íntegra, foi realizada a busca das transcrições das RDO, das APOs e dos seminários por meio da aba “discursos e debates”, presente na aba “atividades legislativas” do site da Câmara dos Deputados. A partir das transcrições na íntegra, foram analisados os discursos proferidos pelos deputados e deputadas de acordo com o roteiro apresentado anteriormente. Além disso, foram analisados os pareceres e relatórios legislativos que compuseram o processo de tramitação do PNE 2014. Os documentos foram analisados utilizando o software de análise qualitativa de dados: o Atlas.ti<sup>39</sup>.

Iniciamos a pesquisa adotando algumas palavras-chave, a fim de proceder ao primeiro passo proposto no roteiro: identificar se na ata/boletim/documento houve menção à igualdade/equidade de gênero/sexo ou termos semelhantes. Assim, utilizamos as seguintes palavras: “gênero”<sup>40</sup>, “ideologia”<sup>41</sup>, “ideologia de gênero”. Tendo em vista que essas palavras fazem parte das palavras-chave da pesquisa, foram analisadas considerando suas aparições enquanto palavra/expressão em si.

Em seguida, buscamos outras palavras-chave no contexto do parágrafo em que se encontravam, tanto nas transcrições das sessões, quanto nos pareceres e relatórios. As palavras-chave foram: “sexo”, “sexual”, “sexualidade”, “LGBT”, “homossexual”, “diversidade”,

---

<sup>38</sup> O endereço eletrônico da página da CEPL é [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/reunioes-1/pesquisa/pesquisa\\_reunioes\\_comissao](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/reunioes-1/pesquisa/pesquisa_reunioes_comissao).

<sup>39</sup> Disponível no sítio eletrônico <https://www.atlasti.com>, é um software criado em 1989, o qual possui ferramentas de fácil utilização para a análise qualitativa de dados. “É importante ressaltar que o Atlas.ti é uma ferramenta que auxilia o pesquisador no processo de organização da análise dos dados, mas que o software não faz a análise sozinho. Todas as inferências e categorizações devem ser feitas pelo pesquisador, suportado pela sua base teórica.” (SILVA, LEÃO, 2018, p.716)

<sup>40</sup> Tendo em vista que a presente pesquisa analisou documentos de sessões do poder legislativo, que são compostos por falas de parlamentares, identificou-se a necessidade de se considerar a palavra “gêneros”, na busca das palavras no *software* Atlas.ti. Apesar de não ser utilizada para se referir a gênero como categoria de análise, existe o uso da palavra no plural, no contexto do senso comum.

<sup>41</sup> Nas buscas realizadas no *software* Atlas.ti, permitiu-se que se localizassem as formas flexionadas dos termos, ou seja, quando realizada a pesquisa por “ideologia” ou “ideológico”, também apareceram nos resultados as formas “ideologias”, “ideológica”, “ideológicas”, “ideológicos”.

“religião”. Também foram consideradas as formas derivadas dessas palavras, quando existentes, como por exemplo “religioso”, “religiosa”, “religiosos”, “religiosas”.

Inicialmente, realizou-se a pesquisa apenas com os termos anteriores. Ao longo da análise dos documentos, acrescentamos as palavras “cartilha”, “kit”, “homofobia”, “anti-homofobia”, “Escola sem homofobia”, visando identificar as discussões sobre o Programa Escola sem homofobia. O termo “cartilha” foi adicionado pois, na análise da RDO realizada em 24 de maio de 2011 na CEPL, percebeu-se que houve menção a “cartilhas, que tanto debate têm suscitado aqui nesta Casa” (VIEIRA, 2011), durante a discussão sobre o requerimento nº 53/2011, proposto pela Deputada Alice Portugal, que “solicita seja realizada audiência pública para debater a discriminação de gênero e a elaboração de políticas que combatam o preconceito e a violência contra as mulheres no PNE” (VIEIRA, 2011). Essas menções aparecerão nas análises sob o nome de “Escola Sem Homofobia”.

A partir da análise dos documentos, também foram inclusas as seguintes palavras-chave: “Marx”, “marxismo”, “marxista”<sup>42</sup>; “laico”, “laicidade”; “feminismo”, “feminista”, “feminina” (a fim de identificar menções à bancada feminina), “sexismo”, “sexista”. Não foi realizada busca com a palavra “mulher” ou “mulheres”, pois a perspectiva de gênero não se limita apenas às questões das mulheres, sendo, de fato, um eixo estrutural das relações sociais. Ademais, mulher aparece em diversos contextos distintos da discussão em questão, dificultando a análise profunda das suas menções.

Seguindo-se o roteiro, o próximo passo previa identificar se as falas proferidas e se os pareceres analisados buscavam incluir ou excluir a igualdade/equidade de gênero/sexo ou termos semelhantes. Porém, durante a análise dos documentos, percebeu-se que não houve votação em todas as reuniões, sendo parte delas audiências públicas ou que constavam apenas decisões referentes a aprovação de requerimentos. Dessa forma, nem sempre fazia sentido identificar se buscavam incluir ou excluir as questões que abarcavam gênero, tampouco era possível definir algum resultado. Logo, decidiu-se por classificar as posições como a favor da perspectiva de gênero, contrário a esta ou não houve posicionamento.

---

<sup>42</sup> Os termos “materialismo”, “materialista” e “marxismo cultural” também foram utilizados na busca, porém, não se encontrou nenhuma menção nas sessões da Câmara dos Deputados.

Dessa forma, foram analisados os parágrafos que continham as palavras-chave mencionadas acima a fim de verificar se existiam posições a favor ou contrárias à perspectiva de gênero, abordando, dentre outros temas, a defesa da família, dos valores, pró-vida, religião e/ou papéis tradicionais. Em seguida, buscou-se analisar as menções à expressão “ideologia de gênero” em si, e o teor dos parágrafos em que apareceu.

O terceiro passo visava identificar a pessoa que propôs a inclusão/exclusão, ou seja, qual é o lugar de fala dos sujeitos. Posteriormente, analisaram-se os argumentos utilizados, se eram ou não científicos; e se estavam no espectro neodireitista ou no âmbito mais progressista. Nesse sentido, foram examinadas todas as atas das reuniões, excetuando-se aquelas cujas transcrições não estavam disponíveis e os pareceres e relatórios legislativos que constavam no processo de tramitação do PNE 2014.

Tendo em vista que o PL 8.035/2010 tramitou inicialmente na Câmara dos Deputados e, após aprovação, foi enviado ao Senado Federal a fim de efetivar sua apreciação e, posteriormente, retornou para aprovação da Câmara, a análise foi dividida em 03 momentos distintos: (a) Na Câmara dos Deputados, de dezembro de 2010 a outubro de 2012; (b) No Senado Federal, de outubro de 2012 a dezembro de 2013; e (c) Na Câmara dos Deputados, de dezembro de 2013 a junho de 2014.

### **3.2.1. Na Câmara dos Deputados – 2010 a 2012**

#### **Reuniões e Sessões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 da Câmara dos Deputados (CEPL)**

Durante os anos de 2010 a 2012, ocorreram 23 reuniões ordinárias (RDO), 20 audiências públicas (APO), 23 seminários e 01 reunião sobre assuntos internos<sup>43</sup> no âmbito da CEPL. Esse dado foi coletado a partir de pesquisa no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, na página

---

<sup>43</sup> No âmbito da CEPL de 2010 a 2012, em pesquisa realizada no site da Câmara dos Deputados em 23 de agosto de 2021, encontravam-se indisponíveis as atas das reuniões agendadas para os dias 26/10/2011 (cancelada), 13/09/2011 (cancelada), 01/11/2011 (RDO – ata indisponível). Verificou-se que as reuniões para tratar de assuntos internos estavam previstas para os dias 14/02/2012 e 15/02/2012, porém, ambas foram canceladas. A reunião ocorreu em 28/02/2012 e sua transcrição também foi analisada.

“Pesquisa Reuniões Comissão por período”<sup>44</sup>, ao realizar as buscas relacionadas ao período de 01/01/2010 a 31/12/2014. Na presente pesquisa, foram analisadas as transcrições das RDOs e APOs, assim como os pareceres, documentos de complementação de voto, propostas de substitutivos. Os seminários não foram analisados, pois suas transcrições não estão disponíveis.

Iniciamos com a busca pelas principais palavras-chave da pesquisa: “gênero”, “ideologia” e “ideologia de gênero”.

Tabela 1: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2010 a 2012

<b>Palavras-chave</b>	<b>Menções às palavras-chave</b>
Gênero	47
Ideologia / ideológico(a)(s)	23
Ideologia de gênero	-

Fonte: elaboração própria

Foram identificadas, nas transcrições das reuniões, 47 menções à palavra gênero. Dessas, 5 menções foram utilizadas em frases como “gênero, número e grau” ou “gênero humano”, restando 42 menções que se referem a gênero como categoria. A palavra ideologia, ou em suas variações, foi mencionada 23 vezes, porém, nenhuma delas utilizada na expressão “ideologia de gênero”. Destaca-se, assim, que a expressão “ideologia de gênero” não foi mencionada nenhuma vez durante as reuniões da CEPL de 2010 a 2012.

Em seguida, foram analisados os parágrafos que continham as demais palavras-chave identificadas como importantes para a pesquisa.

---

<sup>44</sup> Disponível no link: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/reunioes-1/pesquisa/pesquisa\\_reunioes\\_comissao](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/reunioes-1/pesquisa/pesquisa_reunioes_comissao).

Tabela 2: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos nas sessões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2010 a 2012

<b>Palavras-chave</b>	<b>Quantidade de parágrafos</b>
Gênero – Parágrafos	41
Religião/cristianismo/igreja	17
Sexualidade / sexo / sexual	15
Homossexual / homofobia	12
Laico / laicidade	6
Marx / Marxismo / Marxista	4
Escola Sem Homofobia	3
Feminista/feminismo/feminina	3
Sexismo / Sexista	-
Ideologia de gênero – parágrafos	-

Fonte: elaboração própria

Em relação aos parágrafos, é possível identificar que, apesar da palavra “gênero” ter sido mencionada 47 vezes, ela apareceu em apenas 41 parágrafos, pois em alguns parágrafos houve repetição da palavra. Destaca-se ainda que os termos religião, cristianismo e igreja, assim como suas flexões, foram mencionados em 17 parágrafos. Em seguida, a questão da sexualidade esteve presente de forma significativa, assim como a discussão sobre homossexualidade e a homofobia.

Seguindo para o segundo passo, executou-se a classificação dos parágrafos que mencionavam “gênero” ou “ideologia de gênero”, analisando-os para compreender se as posições eram a favor ou contra a perspectiva de gênero.

Tabela 3: Posicionamento dos parágrafos que mencionam a palavra “gênero” nas reuniões Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2010 a 2012

<b>Posicionamento</b>	<b>CEPL 2010-2012</b>
A favor da igualdade de gênero	32
Contrário à inclusão de gênero	-
Não se posiciona a favor nem contra	4
Flexão de gênero	-
Gênero, número e grau / gênero humano	5
Total (Gênero – Parágrafos):	41

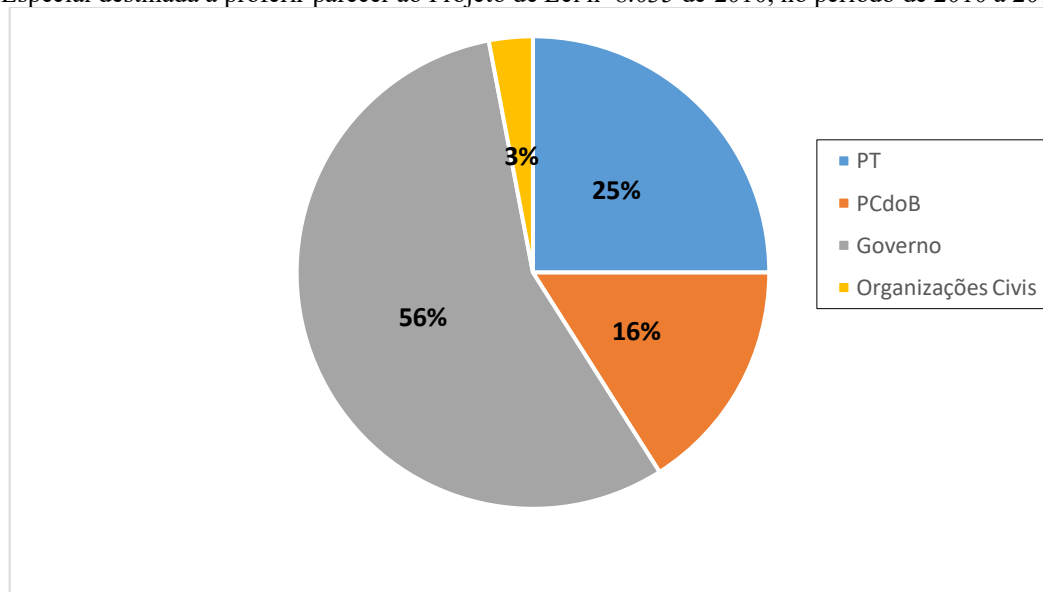
Fonte: elaboração própria

A partir da tabela acima, foram analisados os 41 parágrafos que tratavam das questões de gênero. Destaca-se que, quando apareceram discussões sobre igualdade/equidade de gênero/sexo, as posições das deputadas e deputados e outras pessoas convidadas se pautaram, em sua maioria, a favor da perspectiva de gênero (78%).

Salienta-se ainda que apenas em 13 sessões, dentre as 43 analisadas, há alguma referência à igualdade/equidade de gênero/sexo ou termos semelhantes, demonstrando uma baixa incidência ( $\approx 30\%$ ) desse assunto nas discussões de 2010 a 2012. Destaca-se ainda que não houve nenhum argumento contrário à perspectiva de gênero nas transcrições analisadas.

O terceiro passo da análise constituiu-se na identificação dos sujeitos e do seu lugar de fala, e a classificação de seu posicionamento em relação às questões de gênero. No Anexo II, está disponível a tabela 19, a qual demonstra o posicionamento das falas das deputadas e dos deputados, especialistas, ministras e ministros e representantes de movimentos sociais e organizações sociais. A maior parte dos pronunciamentos se colocaram a favor da perspectiva de gênero (78%), não existindo nenhuma fala contrária. A figura abaixo permite compreender o lugar de fala dos oradores que se posicionaram a favor da perspectiva de gênero, durante as sessões da CEPL de 2010 a 2012.

Figura 1: Lugar de fala dos pronunciamentos favoráveis à perspectiva de gênero, nas reuniões Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2010 a 2012



Fonte: elaboração própria

A maioria das falas favoráveis foi proferida por ministras e ministros representantes do governo à época (56%), seguidas por falas proferidas por deputada/os do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Por fim, 3% das falas foram provenientes de especialistas e/ou representantes de outras organizações.

Destaca-se a APO realizada em 01 de junho 2011, pois foi a sessão em que mais apareceu a questão de gênero. Com objetivo de debater o tema *Propostas para a Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres no Âmbito do II PNE, decênio 2011/2020*, conforme requerimento nº 53/2011 da deputada Alice Portugal, foram ouvidas as convidadas Luiza Helena de Bairros, à época Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, e Iriny Lopes, à época Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, ambas se destacando com falas favoráveis à perspectiva de gênero.

Além da discussão de gênero, pode-se perceber ainda uma menção ao projeto Escola Sem Homofobia, pela deputada Fátima Bezerra.

Esse é o grande desafio que temos, porque a escola é um chão sagrado, a escola reproduz, infelizmente, o grau de preconceito, de discriminação, de opressão que ainda existe na sociedade. Assistimos, na semana passada, a um debate que nos deixou muito tristes: o debate acerca exatamente do projeto Escola sem Homofobia. De repente, determinados setores que nem conhecem o projeto distorceram-no: não é mais Escola sem Homofobia; é o kit anti-gay. Estamos assistindo agora ao debate, por exemplo, acerca dos livros didáticos. Eu respeito, mas lamento que determinados setores que sequer leram o livro *Por uma vida melhor*, da professora Helena, de repente se arvoreem em condená-lo. Estou mencionando rapidamente esses dois aspectos porque eles têm a ver com o debate que estamos fazendo hoje sobre igualdade racial e igualdade de gênero. Ministra Luiza, a escola não pode mais fechar os olhos, não pode mais ficar calada, não pode mais ficar muda. Ela tem que dialogar com essas diversidades, e o Plano Nacional de Educação, uma vez aprovado, incorporando essas propostas, será um instrumento poderoso para superar essas distorções históricas, evitadas de preconceito, de discriminação e de opressão que existem na sociedade e que, infelizmente, são levadas ainda para a escola (BEZERRA, 2011).

A deputada Fátima Bezerra mencionou ainda que subscreveria a emenda que previa a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero, de orientação sexual e identidade de gênero” (BEZERRA, 2011) ressaltando que é importante detalhar as discriminações e não apenas generalizá-las.

### **Pareceres, substitutivos, complementação de voto e votação**

No processo legislativo brasileiro, a figura do relator tem como função elaborar parecer sobre o PL. No âmbito da CEPL, o relator designado foi o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR).

A fim de compreender a discussão por meio desses documentos, foram analisados os pareceres, os substitutivos e as complementações de votos, assim como as considerações sobre as emendas propostas pelos deputados e deputadas, por meio da busca dos termos citados acima. Tendo em vista que o parecer não possui falas de atores políticos, a pesquisa focou na quantidade de vezes em que as palavras-chaves estiveram presentes, assim como o teor das emendas, sua justificativa, se foi aceita ou rejeitada e, por fim, se contribuía para fomentar ou se opor à teoria de gênero.

#### **a) Substitutivo proposto em 05 de dezembro de 2011**

O primeiro parecer sobre o PL 8.035/2010 foi apresentado pelo deputado Angelo Vanhoni em 05 de dezembro de 2011, constando o processo de discussão até aquela data, assim como uma análise das mil novecentas e quinze emendas propostas.

Nesse parecer, a palavra “gênero” apareceu em 26 resultados, ao se realizar a busca pelo termo. Não houve nenhuma menção à “ideologia”, nem suas formas flexionadas. Considerando que existem repetições da palavra em uma mesma proposta de emenda, foram identificados 24 parágrafos em que se mencionou a palavra gênero.

A partir dos resultados dispostos na tabela 21, disponível no Anexo II, foram identificados os parágrafos que continham as palavras-chave, destacando-se que 27 mencionaram sexo/sexual/sexualidade e 10 mencionavam termos relacionados à religião. Tendo em vista que não há nenhum posicionamento contrário à perspectiva de gênero nesse documento, analisou-se as aparições das palavras-chave em relação à aprovação ou rejeição das emendas, assim como sua justificativa.

Foram analisadas 44 emendas que tratavam dos assuntos pesquisados, sendo um número menor do que o de menções das palavras-chave, tendo em vista que estas podem aparecer mais de uma vez em uma mesma emenda. Do total de emendas analisadas, apenas duas foram aprovadas (4,6%), seis emendas foram parcialmente aprovadas (13,6%) e trinta e seis foram rejeitadas (81,8%).

Após a análise da justificativa, identificou-se que, apesar de constarem como aprovadas, as duas emendas tiveram sua aprovação com base na justificativa de que “são, portanto, aprovadas, nos termos de redação abrangente do substitutivo” (BRASIL, 2011, p. 68), e não



como inclusão de fato do que defendiam. Das seis emendas parcialmente aprovadas, cinco também tiveram como justificativa estarem presentes na redação abrangente do substitutivo (BRASIL, 2011).

Em relação às emendas rejeitadas, as justificativas variam, com destaque para “competência de outro órgão”, “laicidade do Estado prevista na CF/88” e constante na “redação abrangente do substitutivo”. Ao final do documento, constava a proposta do substitutivo ao PL 8.035/2010, no qual não foram encontradas menções à palavra gênero e tampouco às demais palavras-chave. Neste, o inciso III do artigo 2º estava escrito como “III - superação das desigualdades educacionais” (BRASIL, 2011, p.229).

Também no dia 05 de dezembro de 2011, iniciou-se o prazo para recebimento de emendas a esse substitutivo. Foram apresentadas 449 novas emendas, sendo consideradas 445 apenas, pois outras quatro foram consideradas de idêntico teor a outras emendas.

#### **b) Substitutivo proposto em 24 de abril de 2012**

Após as discussões que ocorreram na CEPL, inclusive proporcionadas pelas audiências públicas ordinárias, o relator deputado Angelo Vanhoni elaborou um segundo parecer às 445 emendas apresentadas em relação ao primeiro substitutivo. Esse segundo parecer foi apresentado em 27 de abril de 2012, e discutido na RDO que ocorreu na mesma data. Nesse documento, a palavra gênero apareceu quatro vezes, sendo que foram analisados os contextos em que foi mencionada.

No texto que inicia o parecer, o relator destaca que

nesse período estivemos abertos a receber propostas de aprimoramento de vários segmentos, que foram incorporadas na versão final. Entre estas, destaca-se a da adoção de linguagem inclusiva, indicando vocábulos diferenciadores dos gêneros masculino e feminino (BRASIL, 2011b).

A segunda menção à palavra gênero, não se relaciona à teoria de gênero, e sim a gênero enquanto parte da categoria taxonômica. Em suas outras menções, gênero foi incorporado no inciso III do art. 2º do substitutivo ao PL 8.035/2010, cuja redação é a seguinte: “Art. 2º. São diretrizes do PNE: [...] III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.” (BRASIL, 2011b). Também esteve presente na estratégia 3.12 do substitutivo: “3.12) Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou

identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (BRASIL, 2011b). Não houve nenhuma menção à palavra ideologia, nem seus derivados, como ideológico, ideológica, marxismo cultural ou termos que foram posteriormente utilizados para desacreditar a teoria de gênero.

Foram encontradas também 04 menções às palavras sexo/sexual/sexualidade. Duas dessas constavam no substitutivo, no inciso III do artigo 2º e na estratégia 3.12, junto com gênero. As duas outras menções estavam ligadas à expressão “violência doméstica e sexual”, apresentada na emenda nº 88, a qual propunha o “estabelecimento de ações fundamentadas na legislação de proteção à criança e ao adolescente para capacitação de educadores em detectar sinais de violência doméstica e sexual e adoção das providências adequadas” (BRASIL, 2011b). Essa emenda foi aprovada e incorporada na estratégia 7.23.

Conclui-se que, em abril de 2012, após as discussões, audiências públicas e deliberações ocorridas no âmbito da CEPL, a perspectiva de gênero e da necessidade de se particularizar as diferentes discriminações e desigualdades foram incorporadas ao PL 8.035/2010. Ademais, essa compreensão manteve-se presente nos demais pareceres referentes ao PL 8.035/2010, inclusive no parecer apresentado em 26 de junho de 2012, o qual foi enviado à Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) para publicação. Após apresentação dos recursos em plenário, onde não houve discussão sobre questões de gênero, o PL foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em 11 de setembro de 2012. Sua redação foi aprovada nessa comissão em 16 de outubro de 2012 e, nove dias depois, o PL 8.035/2010 foi remetido à Casa revisora.

### **3.2.2. No Senado Federal – 2012 a 2013**

O PL 8.035/2010 foi recepcionado no Senado Federal em 25 de outubro de 2012, sendo renomeado como Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012 (PLC). Foi distribuído à análise de diversas comissões: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal (CES), sendo posteriormente apresentado ao Plenário. Em 31 de outubro de 2012, o presidente da CAE designou o Senador José Pimentel (PT/CE) como relator da matéria nessa comissão.

Além das discussões das atas das reuniões, também foram analisados os relatórios legislativos elaborados ao longo da tramitação do PLC no Senado Federal. Esses relatórios se assemelham aos pareceres e substitutivos no âmbito da Câmara dos Deputados, tendo em vista que analisam as emendas propostas pelos senadores e precedem a elaboração do parecer do relator, no âmbito das comissões.

No Anexo 2, estão as tabelas que sistematizam as menções às palavras buscadas pela pesquisa, assim como os parágrafos que possuem os termos de busca. Estas tabelas abarcam as reuniões das três comissões e do plenário do Senado Federal, assim como os relatórios legislativos, pareceres e substitutivos.

### **Reuniões na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE)**

Na página virtual da CAE<sup>45</sup>, é possível realizar a busca de todas as reuniões realizadas em um determinado período, porém, não está disponível um filtro do assunto tratado nas reuniões. Portanto, seguiu-se os dados sobre a tramitação disponíveis na página do PLC 103/2012, no site do Senado Federal<sup>46</sup>.

No âmbito da CAE, foram realizadas 45 sessões desde o recebimento do PLC 103/2012. Aplicou-se um filtro a fim de identificar em quais atas os termos “PLC 103/2012” e “Plano Nacional de Educação” ou “PNE” foram mencionados. Dessa forma, foram identificadas 13 sessões<sup>47</sup> em que há alguma menção ao PNE ou ao PLC 103/2012, sendo nove delas reuniões ordinárias, duas reuniões extraordinárias e duas audiências públicas, realizadas em reuniões conjuntas com a Comissão de Educação, em diferentes horários no dia 29 de novembro de 2012.

Em um segundo momento, utilizamos o *software* Atlas.ti, a fim de buscar a palavra “gênero”. Essa palavra foi mencionada oito vezes, em oito parágrafos distintos, porém, apenas duas menções referem-se à teoria de gênero, sendo as demais relativas à taxonomia. Verificou-se que, na reunião do dia 29 de novembro de 2012, gênero foi mencionado como sinônimo de sexo, e não houve posicionamento favorável ou contrário à perspectiva de gênero. Além disso,

---

<sup>45</sup> Pode ser acessada pelo link: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=38>.

<sup>46</sup> Pode ser acessado pelo link: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/108259>.

<sup>47</sup> As sessões ocorreram nas seguintes datas: 06/11/12; 13/11/2012/ 20/11/2012; 27/11/2012 (duas reuniões em horários diferentes); 29/11/2012 (duas reuniões em horários diferentes); 11/12/2012; 18/12/2012; 26/02/2013; 14/05/2013; 21/05/2013; 28/05/2013.

na reunião do dia 18 de dezembro de 2012, o sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) utilizou o gênero a fim de se posicionar contrário aos ideais feministas, ao afirmar que

a miséria é um fato. É algo que atinge as pessoas independentemente do gênero. Estar na condição de necessitados, a ponto de não prover a própria sobrevivência, nem tê-la provida pela própria família, é um estado que ultrapassa a diferença entre sexos (PIMENTEL, 2012, p.34).

Em seguida, buscou-se identificar os parágrafos que mencionavam as palavras-chave. Verificou-se que “gênero” foi mencionado em oito parágrafos distintos, e os posicionamentos repetem-se em relação ao identificado na busca apenas pela palavra “gênero”, ou seja, seis menções classificam-se como taxonomia, uma como não se posiciona e a última como contrária à perspectiva de gênero. Em seguida, percebe-se que há duas menções a “sexo/sexual/sexualidade”, sendo uma menção contrária à perspectiva de gênero, também na fala do senador José Pimentel, e outra referente a sexo biológico. Por fim, a única aparição da palavra “ideologia” ocorre na fala do senador Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ):

Ontem, fiz um discurso no Plenário, onde falei, inclusive, do artigo do Paul Krugman, recente, em que ele defende esta tese: “Não venham colocar a culpa dessa crise no estado do bem-estar social. Essa crise é fruto de uma ideologia liberal radical. A desregulamentação do sistema financeiro é a causa da crise toda” (FARIAS, 2012, p. 19).

Destaca-se ainda que, na reunião do dia 28 de maio de 2013, identificou-se uma manifestação que corresponde à perspectiva neodireitista, especialmente no que diz respeito aos valores e a família tradicionais. A fala foi proferida pelo senador Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR):

Tenho uma emenda, a Emenda nº 1, da CAE, que faz um acréscimo ao inciso V do art. 2º do PNE. O inciso V trata da formação para o trabalho e para a cidadania. O que estou sugerindo com essa emenda é que venhamos acrescentar que essa formação seja com ênfase nos valores morais e éticos, porque, a meu ver, a cada dia que passa, a sociedade fica mais distante desses valores, por uma série de razões. Eu citaria aqui, pelo menos, duas: o dinamismo do ensino não consegue passar no cotidiano esses valores éticos e morais e a própria família, que tem como preceito fundamental a formação ética e moral do cidadão, também não vem conseguindo fazer isso, por alguns motivos básicos, como, por exemplo, o de que um pai de família sai de casa muito cedo. É fato que, cada vez mais, o pai e a mãe trabalham, buscam o sustento de sua família e saem de casa cedo. Os filhos ainda estão dormindo ou já ficam diretamente na escola e, às vezes, em período integral. E é, inclusive, uma sugestão que está dentro do planejamento do Governo Federal o ensino integral no Brasil. E os pais voltam para casa muito tarde. Então, a convivência com os filhos passa a ser de fins de semana. Durante a semana toda, deixam de passar aqueles valores éticos e morais necessários à formação do cidadão. O que estou sugerindo nesse dispositivo é que venhamos a dar, além da formação para o trabalho e para a cidadania, ênfase aos ensinamentos morais e éticos do cidadão. Então, solicito a V. Ex<sup>a</sup>, se possível, acatar

no seu relatório, para que não tenhamos a necessidade de promover o destaque e a votação em separado (SOUZA, 2013, p.9).

Apesar da manifestação do senador não estar diretamente ligada ao inciso III, sua proposta foi incorporada. Por outro lado, não houve sugestão para modificação dos artigos que tratavam das desigualdades de gênero ou de oportunidades para as mulheres. Portanto, o texto do Substitutivo da CAE é idêntico ao do PLC 103/2012, com esse único acréscimo ao inciso V do art. 2º, que trata da formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade. Em seguida, o parecer da CAE foi encaminhado à CCJ não havendo alterações no que concerne à pesquisa.

### **Reuniões na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)**

Recebido em 11 de setembro de 2012, foram realizadas 21 reuniões no âmbito dessa comissão enquanto o PLC esteve na CCJ. Aplicou-se um filtro a fim de identificar em quais atas/transcrições os termos “PLC 103/2012” ou “Plano Nacional de Educação” ou “PNE” foram mencionados. Foram identificadas 03 sessões<sup>48</sup>, sendo todas reuniões ordinárias. Foi realizada a busca pelas palavras-chave e somente foram identificadas três menções às palavras ideologia/ideológico(a)(s), porém nenhuma delas relacionadas à pesquisa. Assim, também no que concerne o objeto de estudo, não foram realizadas modificações no PLC 103/2012.

### **Reuniões na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal (CE)**

A CE recebeu o PLC 103/2012 em 26 de setembro de 2013, sendo designado o Senador Álvaro Dias como relator, em data posterior. Foram realizadas, ao total, 23 reuniões no período em que o PLC 103/2012 esteve nessa comissão. Destas, 12 reuniões trataram, de alguma forma, dessa proposição, sendo três reuniões ordinárias, duas reuniões extraordinárias e sete audiências públicas.

Dentre essas, a primeira reunião em que se identificou menção à igualdade/equidade de gênero/sexo, aconteceu em 15 de outubro de 2013. As falas foram proferidas pelos senhores Luiz Fernandes Dourado, à época Conselheiro do Conselho Nacional de Educação – CNE e José Henrique Paim Fernandes, à época Secretário-Executivo do Ministério da Educação. Ambos se posicionaram a favor da manutenção da superação das desigualdades, dentre elas, a

---

<sup>48</sup> As sessões ocorreram nas seguintes datas: 11/09/2013; 19/09/2013; 25/09/2013.

de gênero. O sr. Luiz Fernandes Dourado utilizou como argumento a defesa de diretrizes tanto constitucionais quanto no sentido de um ‘federalismo cooperativo’ (DOURADO, 2013).

Nas reuniões dos dias 22 e 29 de outubro de 2013, respectivamente, não houve menção ao gênero, porém, existiram discursos neodireitistas que não podem ser desconsiderados. O sr. Cláudio de Moura Castro, Especialista em Educação<sup>49</sup>, expressou-se afirmando que “a formação de professores tem teoria e ideologia de mais. Não se ensina nem como ensinar, e nem os professores saem sabendo o conteúdo que eles vão ensinar” (CASTRO, 2013). Segue afirmando, em outra fala, que

o sistema deriva autonomamente, por vida própria, para um técnico pós-médio, em que pesem as reclamações daqueles que leram o que Gramsci escreveu quando estava na cadeia. O que está acontecendo é o pós-médio. Por quê? Porque não se abriu o espaço na carga do médio para colocar essas mil horas de tal forma que ele fique equivalente em duração. O plano não faz previsões de financiar esse técnico pós-médio no privado, que é o que está crescendo. Como se duplica a matrícula no médio sem o privado, já que é ele que está crescendo? Como se fala de formação profissional sem falar de mercado? O melhor gasto que existe é uma formação profissional alerta ao mercado. O pior gasto que existe é uma formação profissional que desemboca em alunos que não conseguem emprego porque não existe mercado para o que eles aprenderam (CASTRO, 2013).

Esse comentário foi identificado a partir da busca da palavra “ideologia”, e reflete uma perspectiva neodireitista, ao passo que, ao mesmo tempo, elabora uma crítica à perspectiva gramsciana e propõe a defesa do mercado privado na educação.

Em reunião realizada em 07 de novembro de 2013, o senador Cristovam Buarque (PDT/DF) também mencionou “influências ideológicas”, assim como questionou a estabilidade dos servidores públicos da educação.

Ontem, ou terça, nós tivemos aqui um debate sobre educação inclusiva ou não. Aqui se discutiu, como se fosse uma polêmica ideológica, “sim” ou “não”. Ninguém perguntou – e eu não me lembrei de perguntar – como fazer a inclusão. A gente não perguntou como fazer inclusão ou como não fazer a inclusão porque ela não seria necessária. [...] Eu pergunto: qual é o salário que é capaz de atrair os melhores quadros da sociedade, com vocação, obviamente? Este é um perigo: se pagar muito bem, vai ter até Herodes querendo ser professor nas escolas brasileiras. Tem que haver um sistema de seleção diferente. Outro ponto, sabe-se que não adianta apenas aumentar os salários e atrair os melhores quadros do magistério. É preciso criar mecanismos de formação continuada e avaliações constantes. E aqui vem uma pergunta: como

---

<sup>49</sup> Na ata da referida reunião, atribuiu-se ao sr. Cláudio de Moura Castro o título de “Especialista em Educação”, sem outro esclarecimento. Verificou-se que o sr. Cláudio participou de audiência pública durante a tramitação do PL 8.035/2010 na Câmara dos Deputados, sendo mencionado como “Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade Pitágoras” (SURITA, 2011) e como “Assessor Especial da Presidência do Grupo Positivo” (VIEIRA, 2011), ambas instituições privadas.

implantar um sistema de avaliações consequente com o atual sistema funcional de estabilidade plena? É possível ter boas escolas com estabilidade plena, em que a avaliação de um professor não leve à sua promoção ou à sua demissão? (BUARQUE, 2013).

Na reunião seguinte, que ocorreu em 19 de novembro de 2013, apresentou-se o relatório legislativo final, em que, pela primeira vez, propôs-se a eliminação da palavra gênero e das demais formas de desigualdade, substituindo-as por uma expressão generalista.

Nessa reunião, o relator, senador Álvaro Dias (PSDB/PR), apresentou o seu relatório legislativo a ser votado como parecer da CE. Colocou-se, assim, contrário à proposta pelo senador Paulo Paim (PT/RS) na emenda nº 25, a qual apresentava sugestão de alteração no inciso III do artigo 2º do PNE, ao defender sua redação com a inclusão dos direitos dos idosos:

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero, de identidade de gênero e de orientação sexual, bem como na promoção dos direitos das pessoas idosas à educação permanente (BRASIL, 2013b).

Por meio da rejeição dessa emenda, o senador Álvaro Dias, propôs uma alteração não discutida ainda, a generalização das desigualdades:

as Emendas nºs 25 e 26, por sua vez, não foram acolhidas por julgarmos descabido destacar o segmento da população idosa no plano, em detrimento dos demais grupos etários. Não obstante, modificamos o inciso III do art. 2º do projeto, cuja alteração era proposta pela Emenda nº 25. Com a mudança, pretendemos que a diretriz de superação das desigualdades educacionais seja formulada de forma mais abrangente (DIAS, 2013).

Durante essa reunião, o parágrafo acima foi a única menção ao inciso III do art. 2º, ou seja, não houve discussão sobre o tema. Ademais, os senadores solicitaram vista coletiva, e foram propostas novas emendas<sup>50</sup> a esse relatório. Portanto, a votação ocorreu apenas na reunião do dia 27 de novembro de 2013.

Nessa data, o relator Álvaro Dias apresentou o relatório, no qual constava sua apreciação das emendas, com parecer favorável. Este foi aprovado por unanimidade e, portanto, foi enviado ao plenário do Senado Federal com as modificações acima propostas.

---

<sup>50</sup> Foram apresentadas onze emendas de autoria do Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), vinte e nove emendas de autoria do Senador Cristovam Buarque e cinco emendas de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (PSOL, AP), totalizando 96 emendas no substitutivo da CE.

## Relatórios legislativos

Quadro 1: Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012 (nº 8.035, de 2010, na Casa de origem)

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012 (nº 8.035, de 2010, na Casa de origem)	Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo)	Emenda nº 2 – CCJ (Substitutivo)	Emenda nº 3 – CE (Substitutivo)
O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da aprovação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.	Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação – PNE, com vigência por dez anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.	Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação – PNE, com vigência por dez anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.	Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência por dez anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.
Art. 2º São diretrizes do PNE:	Art. 2º São diretrizes do PNE:	Art. 2º São diretrizes do PNE:	Art. 2º São diretrizes do PNE:
I - erradicação do analfabetismo;	I – erradicação do analfabetismo;	I – erradicação do analfabetismo;	I – erradicação do analfabetismo;
II - universalização do atendimento escolar;	II – universalização do atendimento escolar;	II – universalização do atendimento escolar;	II – universalização do atendimento escolar;
III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual;	III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual;	III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual;	III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da justiça social, da equidade e da não discriminação;
3.12) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;	3.12) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;	3.12) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;	3.13) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e qualquer forma de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

Fonte: Elaborado pelo Serviço de Redação da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal

O quadro acima<sup>51</sup> foi elaborado pelo Senado Federal, destacando as alterações ocorridas nos relatórios legislativos durante a tramitação do PLC 103/2012 na Casa. Para melhor visualização do objeto de pesquisa, foram realizados recortes no documento, apresentando as alterações no inciso III, assim como na estratégia 3.12, que se transformou em 3.13.

Destaca-se ainda que, além da menção à palavra “gênero” nas diretrizes do art. 2º e na estratégia 3.12, no relatório legislativo apresentado em 10 de dezembro de 2012, na CAE, discutiu-se também sobre a flexão de gênero, em termos gramaticais. Após explicar a intenção do PLC 103/2012 ao propor a mudança do masculino genérico para a flexão de gênero, o relator analisou a proposição da seguinte forma:

Desse modo, a tentativa de superação do androcentrismo do idioma, com o apoio em um recurso linguístico peculiar ao campo discursivo, acabou por dificultar a leitura do projeto. Ademais de atentar contra a gramática, que não pode ser mudada por este tipo de norma, a mudança nem sempre se fez acompanhar da correspondente adequação de outros qualificativos relativos a esses sujeitos. Só à guisa de ilustração, em muitos casos são encontradas expressões como “alunos

<sup>51</sup> Disponível no site do Senado Federal: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3985444&ts=1630431414240&disposition=inline>.



(as) matriculados”, a denotar uma mudança de atitude ainda por ser assimilada. Para restituir a clareza da proposição, apresentamos emenda de redação com vistas a elidir a impropriedade (BRASIL, 2012).

Assim, já se percebe uma posição mais conservadora do Senado Federal, em relação à Câmara dos Deputados. Nesse relatório, não há menção à palavra “ideologia”. Isso se repete também no relatório legislativo publicado em 17 de dezembro de 2012, que analisou até a emenda nº 38. O terceiro relatório legislativo foi proposto em 09 de maio de 2012, no qual foram analisadas as 80 emendas propostas pelos senadores e não houve mudanças na posição do relatório inicial, no que concerne à presente pesquisa.

O parecer final da CAE foi encaminhado à CCJ, mantendo-se a perspectiva de gênero tanto no artigo 2º quanto na estratégia 3.12. Além disso, destaca-se a estratégia 14.10, a qual estabelecia a importância de estimular a participação de mulheres em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, assim como constava no texto original da Câmara dos Deputados. Assim permaneceu no parecer final da CCJ.

O relatório legislativo apresentado no âmbito da CE, em 18 de novembro de 2013, foi o primeiro relatório que apresentou a exclusão da palavra “gênero”, e de todo o trecho que previa a “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (BRASIL, 2013a), substituindo-o por uma expressão generalista. No referido relatório, modificou-se o “inciso III do art. 2º do projeto, cuja alteração era proposta pela Emenda nº 25. Com a mudança, pretendemos que a diretriz de superação das desigualdades educacionais seja formulada de forma mais abrangente” (BRASIL, 2013c).

Destaca-se, mais uma vez, que a emenda nº 25, proposta pelo senador Paulo Paim, foi rejeitada, sendo utilizada oportunamente como motivo para alteração do inciso III do artigo 2º, de forma distinta da proposta inicial, sem uma discussão de fato e sem uma emenda que propusesse a alteração que realmente foi realizada.

Assim, nesse relatório, o inciso III do artigo 2º foi modificado para “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da justiça social, da equidade e da não discriminação” (BRASIL, 2013c). Seguindo a mesma lógica, também houve alteração na estratégia 3.13, sendo esta redigida como “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e qualquer forma de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (BRASIL, 2013c).

Nesse contexto, soma-se mais uma polêmica. O parecer da CE foi aprovado no dia 27 de novembro de 2013, em uma reunião curta com a presença de apenas dois deputados, de acordo com o discurso do senador Eduardo Braga (Bloco Maioria/PMDB –AM):

Para nossa surpresa, a Comissão, que deveria se reunir às 14 horas e 30 minutos, reúne-se e encerra a votação, Sr<sup>a</sup> Presidenta, às 14 horas e 32 minutos. Às 14 horas e 32 minutos. Ao fazer isso... Sr<sup>a</sup> Presidenta, quero aqui dizer que estamos com uma foto do relógio da nossa Comissão, em que, às 14 horas e 32 minutos, Presidente Sarney, simplesmente essa matéria já estava votada, com dois Senadores apenas no plenário. E permitam-me a revelação de que o Senador Aloysio estava em uma comissão ao lado, foi chamado, chegou para votar, e o Senador Cássio Cunha Lima. Eu cheguei, Presidente Sarney, juntamente com o Senador Vital do Rêgo, às 14h32. E, às 14h32, o PNE estava encerrado pelo Senador Cyro Miranda. (BRAGA, 2013a, p.86149)

Assim, tendo em vista que a votação permaneceu válida, o parecer seguiu para o plenário do Senado Federal. Neste, não houve menção à palavra gênero.

### **Plenário do Senado Federal**

O parecer da CE foi encaminhado ao Plenário do Senado Federal no dia 05 de dezembro de 2013. A partir disso, foram propostas duas emendas de plenário: Emenda nº 4, pelo senador Vital do Rêgo (Bloco Maioria/PMDB – PB) e Emenda nº 5 pelo senador Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF).

Na Emenda nº 4, identificaram-se duas menções ao gênero, sendo parte da tentativa do senador Vital do Rêgo de retomar a redação proposta pela Câmara dos Deputados, em relação ao inciso III do artigo 2º e à meta 3.13, conforme citações abaixo:

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual;  
[...]  
3.13) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão (BRASIL, 2013d).

Essa tentativa, porém, foi enfraquecida durante as sessões para discussão do parecer final. Essas reuniões ocorreram nos dias 11 e 17 de dezembro de 2013, e tiveram como base o parecer do relator senador Eduardo Braga, que substituiu o senador Álvaro Dias. Na página do Senado Federal, na qual consta a tramitação do PLC 103/2012, a descrição da reunião do dia 11 de dezembro de 2013 indica essa mudança de relator:

Anunciada a matéria, é proferido pelo Senador Eduardo Braga parecer de Plenário sobre as Emendas nºs 4 e 5-PLEN (Substitutivos), em substituição às Comissões de Assuntos Econômicos; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, Cultura e Esporte, concluindo favoravelmente à Emenda nº 4-PLEN - Substitutivo, com Subemendas que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 5-PLEN - Substitutivo. (Parecer nº 1491, de 2013-PLEN). Usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço e Cristovam Buarque. Usam da palavra, para discutir, os Senadores Vital do Rêgo, José Sarney, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Alvaro Dias, Eunício Oliveira e Cristovam Buarque (PROJETO).

Ao analisar o Diário Oficial do Senado Federal (DOSF) publicado no dia seguinte à realização de cada reunião, verificou-se que a palavra gênero foi mencionada apenas 1 vez na reunião do dia 11 de dezembro de 2013, aparecendo apenas com sentido taxonômico; e duas vezes na reunião realizada no dia 17 de novembro, sendo que as duas menções exprimem posicionamentos favoráveis à perspectiva de gênero.

Decidiu-se, portanto, analisar os pronunciamentos dos senadores e senadoras durante a discussão sobre o PNE a fim de verificar se existiam falas que tratavam do assunto de forma indireta. A matéria do PLC 103/2012 inicia-se, no DOSF de 12/11/2013, na página 93640 e segue até a página 93673, sendo que a matéria foi transferida para discussão posterior em uma próxima sessão deliberativa ordinária (SDO), a qual foi realizada em 17 de dezembro de 2013. Buscou-se conferir se havia alguma menção ao inciso III do artigo 2º ou à temática da igualdade de gênero de forma velada.

Tabela 4: Posicionamentos nos discursos que mencionaram a temática de gênero nas sessões do Plenário do Senado Federal

<b>Documento</b>	<b>A favor da igualdade de gênero</b>	<b>Contrário à inclusão de gênero</b>	<b>Não se posiciona a favor nem contra</b>	<b>Gênero, número, grau</b>	<b>Total</b>
Emenda nº 4	2	0	0	0	2
DOSF 12/12/2013	0	4	0	1	5
DOSF 19/12/2013	2	0	0	0	2

Fonte: elaboração própria

Na reunião do dia 11 de dezembro, quatro manifestações foram compreendidas como contrárias à perspectiva de gênero e uma como taxonômica, conforme mencionado anteriormente. Uma das falas contrárias foi proferida pelo Senador Vital do Rêgo, apesar de sua posição na Emenda nº 4. Durante seu discurso no plenário, o senador apoiou a posição do relator Eduardo Braga, ao afirmar: “não quero me repetir ao Líder Eduardo Braga, apenas agradecer a

S. Ex<sup>a</sup>, agradecer a generosidade do seu relatório, agradecer a força com que defendeu a Emenda nº 4” (RÊGO, 2013, p. 93655). Destaca-se, porém, que o relator se posicionou de forma favorável à emenda nº 4, desde que esta fosse aprovada com as subemendas que ele propôs em seu parecer.

As demais falas consideradas contrárias à perspectiva de gênero foram proferidas pelo relator senador Eduardo Braga, o qual, à época, era líder do governo no Senado. Em seu discurso, manifestou-se sobre “questões ideológicas”, retomando a perspectiva neodireitista de utilizar “ideologia” de forma pejorativa, ao enfatizar seu caráter negativo:

Quero aqui também destacar de forma meritória os avanços que o Senador Álvaro Dias trouxe para este debate e para este tema, numa demonstração absoluta de que esta matéria, o Plano Nacional de Educação, está acima das questões partidárias, está acima das questões ideológicas: está comprometido com o futuro do nosso País e com o futuro das nossas crianças e dos nossos jovens. É um plano que estabelece metas para os próximos dez anos em nosso País e ousa fazer avanços importantes que, se ainda não são os ideais, caminham para condições ideais (BRAGA, 2013b, p. 93641).

Em outro momento da sessão, o mesmo senador discursou reafirmando sua posição: “esse é um Plano Nacional de Educação do Brasil, para o Brasil, para os jovens, acima de questões partidárias, acima de questões ideológicas. Creio que esse Plano alcançou um consenso que assegurará a sua aprovação e apontará um caminho” (BRAGA, 2013b p. 93645). Nessa mesma fala, posicionou-se contra a emenda de plenário nº 5 e a favor da Emenda nº 04, desde que com a inclusão de suas subemendas, dentre elas as subemendas nº 2 e nº 3:

SUBEMENDA Nº 2:

Dê-se ao inciso III do art. 2º do Projeto de Lei nº 103, de 2012, na forma da Emenda nº 4-Plen, a seguinte redação: III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

SUBEMENDA Nº 3:

Dê-se à Estratégia 3.13 do Anexo do art. 2º do Projeto de Lei nº 103, de 2012, na forma da Emenda nº 4-Plen, a seguinte redação: 3.13) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão (BRAGA, 2013b p. 93644).

O parecer também foi discutido na reunião do dia 17 de dezembro de 2013, descrita no DOSF do dia seguinte, nas páginas 97032 a 97146. Nesse documento, foi possível identificar duas menções à palavra gênero, sendo que as falas foram proferidas pelo senador Rodrigo Rollemberg (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) e pela senadora Vanessa Grazziotin (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM). Ambos os senadores se posicionaram a favor da igualdade de gênero.

## Votação

Na sessão do dia 17 de dezembro de 2013, ocorreram as votações pertinentes ao PLC 103/2012. No que concerne a essa pesquisa, identificou-se que os senadores e as senadoras aprovaram a emenda nº 4, ressalvadas as subemendas, por votação simbólica<sup>52</sup>. Em relação às subemendas, elas foram votadas em globo, também por meio de votação simbólica, na qual o senador Randolfe Rodrigues (PSOL) solicitou que se registrasse seu voto contrário. Ademais, a senadora Vanessa Grazziotin pediu a palavra a fim de questionar sobre seu requerimento de voto em separado da subemenda nº 3, ao qual foi respondida pelo presidente, senador Renan Calheiros, que este foi prejudicado pelo requerimento de preferência do Senador Eduardo Braga e afirmou que a senadora poderia fazer o requerimento novamente em turno suplementar.

Em seguida, o presidente seguiu com a apresentação do parecer no qual consta a redação do vencido, para o turno suplementar. Tendo em vista que a matéria estava em regime de urgência, seguiram-se, portanto, à apreciação das emendas. Nas falas proferidas pelos senadores no turno suplementar, foram encontradas as manifestações favoráveis mencionadas anteriormente. O senador Rodrigo Rollemberg (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) defendeu a

existência de um currículo que atenda ao desenvolvimento pleno do ser humano, que engloba o ensino de ciências, da matemática, das línguas, das artes, da música, dos esportes e de uma visão de responsabilidade com o desenvolvimento sustentável; a gestão democrática, eficiente e transparente como regra; a educação para o trabalho e para a vida; a educação, especialmente a alfabetização, na idade certa, eliminando a distorção idade-série, a evasão e o abandono; **a promoção da igualdade racial, de gênero, das pessoas com deficiência, nas escolas**; a transformação das escolas em um espaço de paz, e não de violência, de discriminação ou de preconceitos; o envolvimento dos pais e da comunidade na tarefa de educar (ROLLEMBERG, 2013, p.97103 – grifos nossos).

Em seguida, a senadora Vanessa Grazziotin também se manifestou:

Sr. Presidente, eu lamento que do texto tenha sido subtraída – eu até tentei apresentar um destaque para votação em separado –, por conta de ter sido modificada a redação que veio da Câmara, uma educação inclusiva e não discriminatória. O trecho citava exatamente o que determina a Constituição brasileira, no seu art. 3º.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

---

52 “Nas proposições em geral, como projetos de lei ordinária, a votação é feita, com frequência, pelo processo simbólico, em que os senadores se manifestam pela aprovação permanecendo sentados, enquanto os que se levantam votam pela rejeição. Quando é requerida verificação de votação, esta será repetida, só que pelo processo nominal, feito pelo registro eletrônico de votos do painel instalado no Plenário. Esse processo também é exigido para a votação de matérias que exigem quórum especial ou qualificado, como proposta de emenda à Constituição (PEC) ou projeto de lei complementar” (Agência Brasil)

.....  
IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

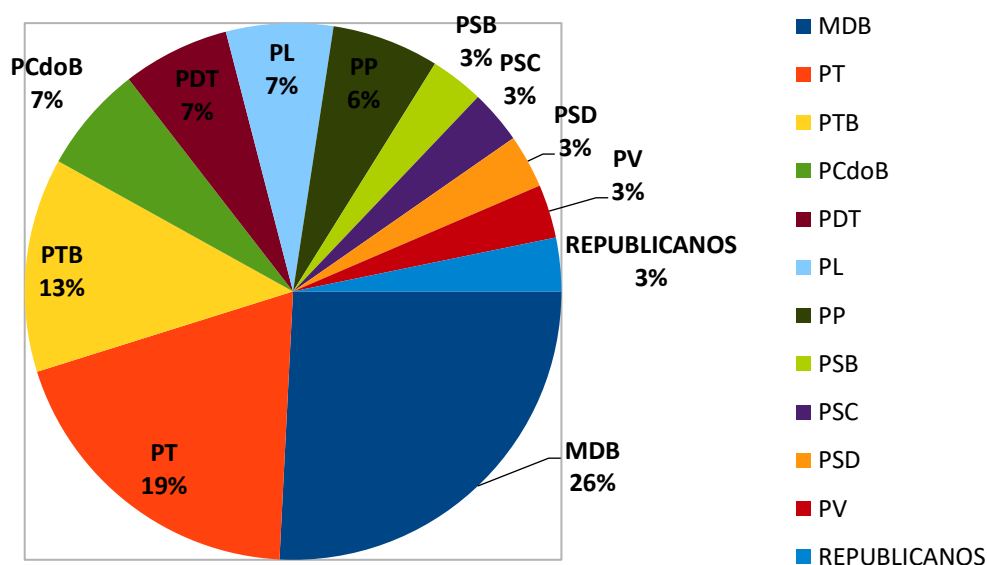
Isso foi retirado, Sr. Presidente. Eu lamento muito, porque a educação é fundamental no combate a toda e qualquer discriminação. Eu aqui cito como exemplo a discriminação de gênero. Se hoje nós temos uma sociedade em que a mulher ainda vive uma situação dura de desigualdade, recebendo salários diferentes, desenvolvendo sozinha, quase que com exclusividade, as atividades domésticas, é porque nós não temos uma política efetiva no Brasil que combata essas discriminações. Eu lamento que isso tenha sido retirado. Mas o projeto vai à Câmara, e eu espero que a Câmara reponha devidamente um texto que já está na Constituição brasileira (GRAZZIOTIN, 2013, p.97104-97105).

Após a apreciação das emendas apresentadas em turno suplementar, seguiram à leitura da redação final, na qual não constava nenhuma menção à igualdade de gênero. Em seguida, prosseguiu-se à votação do substitutivo apresentado pelo relator Eduardo Braga, de forma simbólica. Ao final, somaram-se 32 votos a favor do substitutivo, 17 votos contrários, não houve abstenções<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> Documento pode ser acessado no link: [https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/108259/votacoes#votacao\\_5241](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/108259/votacoes#votacao_5241).

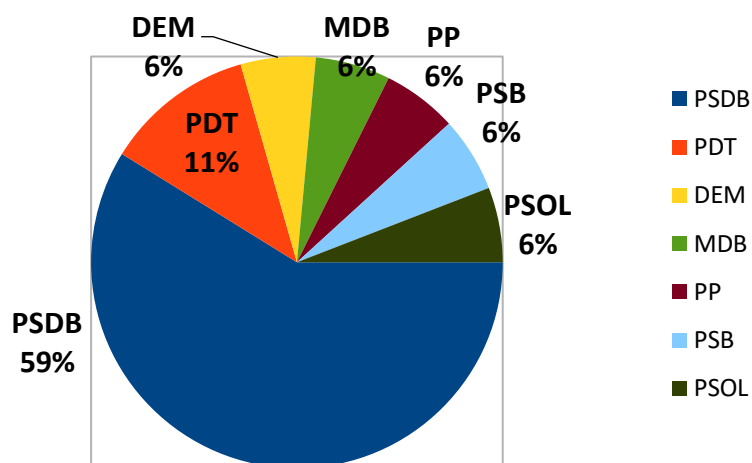
Figura 2: Votação por partido: favoráveis ao substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados 103 de 2012, apresentada em sessão no plenário do Senado Federal, realizada em 17 de dezembro de 2013



Fonte: elaboração própria

Em relação aos votos favoráveis ao substitutivo, 26% destes foram provenientes do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), seguidos pelos votos do PT (19%) e do PTB (13%). Destaca-se que o relator Eduardo Braga, autor do substitutivo e criador das subemendas que retiraram as desigualdades do inciso III do art. 2º, assim como da estratégia 3.13, era o líder do governo, cuja presidenta era a Dilma Rousseff (PT). Portanto, havia interesse do governo que o PNE fosse aprovado, inclusive foi tramitado no Senado Federal com regime de urgência.

Figura 3: Votação por partido: contrários ao substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados 103 de 2012, apresentado em sessão no plenário do Senado Federal, realizada em 17 de dezembro de 2013



Fonte: elaboração própria

Ao analisar os votos contrários, identifica-se que a maioria destes foram provenientes de senadores/as do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) com 59% dos votos. Seguidos pelos votos do Partido Democrático Trabalhista (PDT), com 12% dos votos, e os demais partidos com 6% (1 voto) cada um.

O substitutivo foi aprovado no Plenário do Senado Federal. Posteriormente, foi remetido à Câmara dos Deputados no dia 31 de dezembro de 2013

### 3.2.3. Na Câmara dos Deputados – 2014

O substitutivo do Senado Federal foi recepcionado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados no dia 02 de janeiro de 2014, sendo enviado à comissão especial no dia 13 do mesmo mês. Sob regime de prioridade, a CEPL recepcionou o documento no dia 05 de fevereiro.



## **Reuniões e Sessões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 da Câmara dos Deputados (CEPL)**

Durante o ano de 2014, foram realizadas dez reuniões no âmbito da CEPL<sup>54</sup>, sendo apenas uma APO e as demais RDO. Identificou-se que houve alguma menção à palavra gênero em oito das dez reuniões (80%), sendo esse um percentual elevado de ocorrência, especialmente porque, nesse período, aconteceram discussões bastante incisivas em relação ao tema.

A palavra “gênero” foi mencionada 175 vezes na CEPL durante o ano de 2014, sendo que 30 delas estiveram na expressão “ideologia de gênero” e apenas uma foi classificada como “gênero, número ou grau/gênero humano”. A palavra “ideologia”, e suas flexões, foi mencionada mais 39 vezes, além de quando apareceu em “ideologia de gênero”. Assim, observa-se que o embate sobre a inclusão ou exclusão do gênero do PNE acirrou-se no ano de 2014, na CEPL da Câmara dos Deputados.

Em seguida, buscou-se identificar as menções às palavras-chave nos parágrafos, durante as discussões da CEPL no ano de 2014. Verificou-se que a palavra “gênero” foi mencionada em 126 parágrafos, seguida por sexo/sexual/sexualidade, com 81 parágrafos e por religião/cristianismo/igreja, com 68 parágrafos. A discussão sobre laicidade também se intensificou nesse período, pois foi utilizada como argumento tanto por deputados e deputadas favoráveis ou contrários à permanência do gênero no PNE. Ademais, destaca-se que, ao contrário do que aconteceu na mesma comissão no período de 2010-2012, em que não houve nenhuma menção, a expressão “ideologia de gênero” foi encontrada em 27 parágrafos.

Houve também uma significativa presença de termos como homossexualidade e/ou homofobia (19 parágrafos) e marx/marxismo/marxista (9 parágrafos). Por fim, identificaram-se poucas menções a feminismo/feminista/bancada feminina, sexismo/sexista e ao projeto Escola Sem Homofobia, assim como ocorreu na mesma comissão nos anos de 2010-2012. Porém, ainda que em poucas menções, é interessante perceber que elas apareceram em 2014, ao contrário das sessões que ocorreram de 2010-2012, quando a discussão sobre o projeto estava em alta.

---

<sup>54</sup> As reuniões foram realizadas em 11/02/2014; 19/02/2014; 25/02/2014; 19/03/2014; 02/04/2014; 08/04/2014; 09/04/2014; 22/04/2014; 23/04/2014; 06/05/2014.

Em seguida, verificou-se a classificação dos parágrafos que mencionavam as palavras “gênero” ou “ideologia de gênero”, analisando-os para compreender se as posições eram a favor ou contra a perspectiva de gênero. Identifica-se uma polarização dos deputados em relação ao tema da pesquisa. Aproximadamente 52% dos posicionamentos foram considerados favoráveis à perspectiva de gênero, enquanto 41% foram classificados como contrários. Além disso, verificou-se que, dentre os 126 parágrafos em que há a palavra gênero, em 20 destes foram encontrados posicionamentos em relação à flexão de gênero, sendo que apenas três falas se posicionaram contrárias à inclusão do gênero e duas não se posicionaram.

Seguiu-se para a identificação dos sujeitos e do seu lugar de fala, e a classificação de seu posicionamento em relação às questões de gênero, especialmente porque a composição da CEPL estava diferente em 2014. Destaca-se ainda que, durante a tramitação do PL 8.035/2010 na CEPL, a participação dos deputados e das deputadas foi sofrendo novas alterações, de acordo com o que estava sendo discutido.

Tabela 5: Posicionamentos nos discursos que mencionaram a temática de gênero nas sessões da CEPL no ano de 2014

<b>Pessoa</b>	<b>A favor da igualdade de gênero</b>	<b>Contrário à inclusão de gênero</b>	<b>Não se posiciona a favor nem contra</b>	<b>Gênero, número, grau</b>
SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI (PT/PR)	21	0	3	0
SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS (PSOL/RJ)	11	0	0	0
SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL (PcdoB/BA)	6	0	0	0
SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA (PT/RN)	5	0	0	0
SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT/PE)	4	0	0	1
SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI (PT/SP)	4	0	0	0
SR. DEPUTADO NEWTON LIMA (PT/SP)	3	0	2	0
SR. DEPUTADO CHICO LOPES (PCdoB/CE)	3	0	0	0
SR. DEPUTADO GUSTAVO PETTA (PCdoB/SP)	3	0	0	0
SR. TONI REIS (Representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT)	3	0	0	0
SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO (PT/CE)	2	0	0	0
SR. DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL/SP)	2	0	0	0
SRA. ANDREA BARBOSA GOUVEIA (Vice-Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED)	2	0	0	0
SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO (PT/MG)	2	0	0	0

SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA (PSB/RJ)	1	0	0	0
SR. VIRGINIA BARROS (Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE)	1	0	0	0
SR. DEPUTADO PASTOR EURICO (PSB/PE)	0	15	0	0
SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO (PDT/RO)	0	8	1	0
SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO MACHADO (PSDB/SP)	0	8	0	0
SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA (PROS/DF)	0	7	0	0
SR. DEPUTADO EROS BIONDINI (PTB/MG)	0	5	0	0
SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO (PSC/SP)	0	5	0	0
SR. DEPUTADO PAULO FREIRE (PR/SP)	0	4	0	0
SR. DEPUTADO IZALCI (PSDB/DF)	0	2	0	0
SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER (PSDB/PR)	0	1	0	0
SR. DEPUTADO ANTONIO BULHÕES (PRB/SP)	0	1	0	0
SR. DEPUTADO STEFANO AGUIAR (PSB/MG)	0	1	0	0
SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT/CE)	0	0	1	0
SR. DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG)	0	0	1	0
TOTAL	73	57	8	1

Fonte: elaboração própria

A partir da tabela acima, verifica-se que houve a predominância de pronunciamentos favoráveis à perspectiva de gênero. Ao analisá-los, nota-se, principalmente, posicionamentos favoráveis partindo do relator deputado Angelo Vanhoni (PT), seguido pelo deputado Jean Wyllys (PSOL) e pelas deputadas Alice Portugal (PCdoB) e Fátima Bezerra (PT). Assim como o relator, estas últimas também estavam presentes na CEPL durante os anos de 2010 a 2012, mantendo seus discursos e manifestações favoráveis. Ademais, destaca-se que todas as mulheres que se pronunciaram sobre o tema posicionaram-se favoravelmente à manutenção do termo gênero e da necessidade de especificar as desigualdades a serem combatidas.

Em termos dos partidos que se posicionaram favoravelmente, identificou-se que 51% das falas vieram de deputados e deputadas do PT, seguidas pelas falas do PSOL (18%) e do PCdoB (17%). Conclui-se que, em sua maioria, as deputadas e os deputados favoráveis ao combate das desigualdades de gênero encontram-se no espectro político da esquerda. Destaca-se ainda que não houve nenhuma manifestação em relação ao tema por parte de especialistas ou ministros e ministras. E todas as cinco falas provenientes de representantes de movimentos e organizações sociais foram compreendidas como favoráveis à igualdade de gênero.

Destaca-se que a primeira menção à expressão “ideologia de gênero”, nos documentos analisados, ocorreu na audiência pública realizada em 25 de fevereiro de 2014, e foi proferida pelo sr. Toni Reis, cujo posicionamento foi favorável à perspectiva de gênero:

Então, não estamos falando aqui de ideologia de gênero. São as mulheres, os negros e a comunidade LGBT que são discriminados e mortos neste País. (Palmas.) Estes dados comprovam, assim como outras fontes, o que é notório saber: no Brasil, há forte discriminação por raça, etnia, regionalidade, gênero e orientação sexual (REIS, 2014).

Em seguida, a deputada Margarida Salomão também proferiu a expressão, porém, aplicando-a de forma imprecisa, tendo em vista que se posicionou favoravelmente: “Então, eu quero dizer que Plano Nacional de Educação - PNE sem ideologia de gênero é PNE com ideologia - a ideologia patriarcal. (Palmas.) E isso definitivamente não interessa à sociedade brasileira.” (SALOMÃO, 2014).

Em relação aos posicionamentos contrários à perspectiva de gênero, destacaram-se os deputados Pastor Eurico (PSB), Marcos Rogério (PDT), Luiz Fernando Machado (PSDB), Ronaldo Fonseca (PROS), Eros Biondini (PTB), Pastor Marco Feliciano (PSC). É importante enfatizar que todos que se manifestaram contrários são homens.

Também foram analisados os partidos aos quais pertenciam os deputados que se posicionaram de forma contrária à inclusão do gênero. Nota-se que a maioria das falas são provenientes do PSB (29%), seguidas pelo PSDB (20%) e pelo PDT e PROS (13% cada).

Além dos dados acima, acredita-se ser importante expor algumas das falas contrárias à perspectiva de gênero. Como forma de aprofundar a investigação, buscou-se identificar as manifestações da nova direita no debate do PNE, especificamente no que cabe à questão de gênero e ao surgimento e consolidação do pseudoconceito “ideologia de gênero” nesse cenário.

Tabela 6: Parágrafos que mencionam “ideologia de gênero”, por deputado, nas reuniões da CEPL no ano de 2014

<b>Deputado</b>	<b>Parágrafos em que há menção à “ideologia de gênero”</b>
SR. DEPUTADO EROS BIONDINI (PTB/MG)	5
SR. DEPUTADO PASTOR EURICO (PSB/PE)	5
SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO (PSC/SP)	5
SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO MACHADO (PSDB/SP)	4
SR. DEPUTADO PAULO FREIRE (PR/SP)	3
SR. DEPUTADO ANTONIO BULHÕES (PRB/SP)	1
SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT/PE)	1
SR. DEPUTADO STEFANO AGUIAR (PSB/MG)	1
SR. TONI REIS (Representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT)	1
SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO (PT/MG)	1
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>

Fonte: elaboração própria

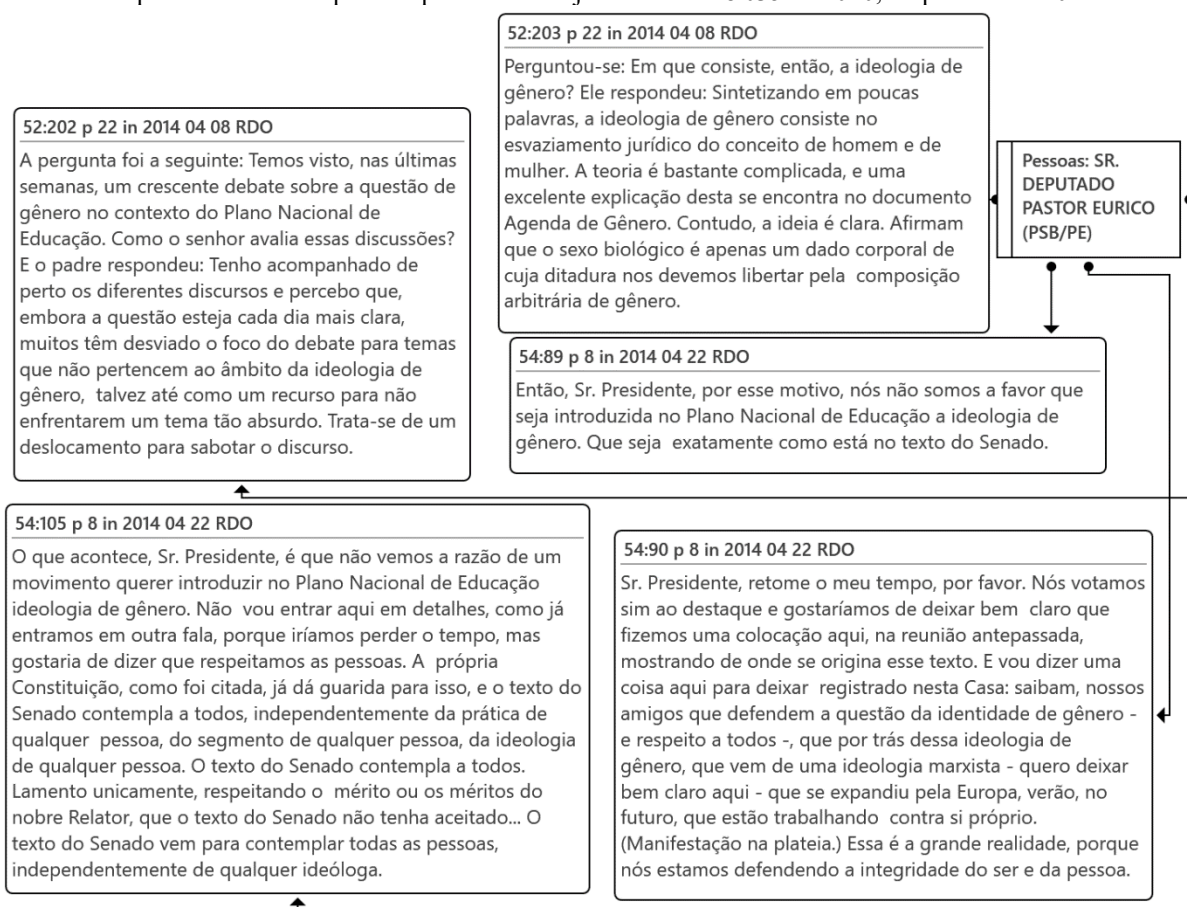
A primeira menção à “ideologia de gênero”, manifestando-se de forma contrária à permanência da perspectiva de gênero no PNE, ocorreu na RDO realizada em 02 de abril de 2014. O deputado Stefano Aguiar manifestou-se afirmando que

não poderia falar com tanta propriedade como o Deputado Marcos Rogério, mas lembro aqui que o Plano Nacional de Educação não é para implantar ideologia religiosa e também não é para implantar ideologia de gênero e nem orientação sexual (AGUIAR, 2014).

Ao analisar os 27 parágrafos nos quais aparece o pseudoconceito de “ideologia de gênero”, verificou-se que apenas em três parágrafos foram expressos posicionamento favorável

à perspectiva de gênero, sendo que eles foram falas do sr. Toni Reis (Representante da ABGLT), da deputada Margarida Salomão (PT) e do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT). Em relação aos 24 parágrafos em que a “ideologia de gênero” aparece como argumento contrário à perspectiva da teoria de gênero, 62,5% foram falas dos Deputados Eros Biondini (PTB/MG), Pastor Eurico (PSB/PE), Pastor Marco Feliciano (PSC/SP), seguidos pelos deputados Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) e Paulo Freire (PR/SP).

Figura 4: Falas do Deputado Pastor Eurico que mencionavam “ideologia de gênero” nas reuniões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2014



Fonte: elaboração própria, por meio do software Atlas.ti

Acima, destacam-se as manifestações proferidas pelo deputado Pastor Eurico, nas quais constam a expressão “ideologia de gênero”. Em duas delas, ele utiliza como argumento falas do padre José Eduardo de Oliveira, da Diocese de Osasco, ao trazer os riscos da suposta “ideologia de gênero”.

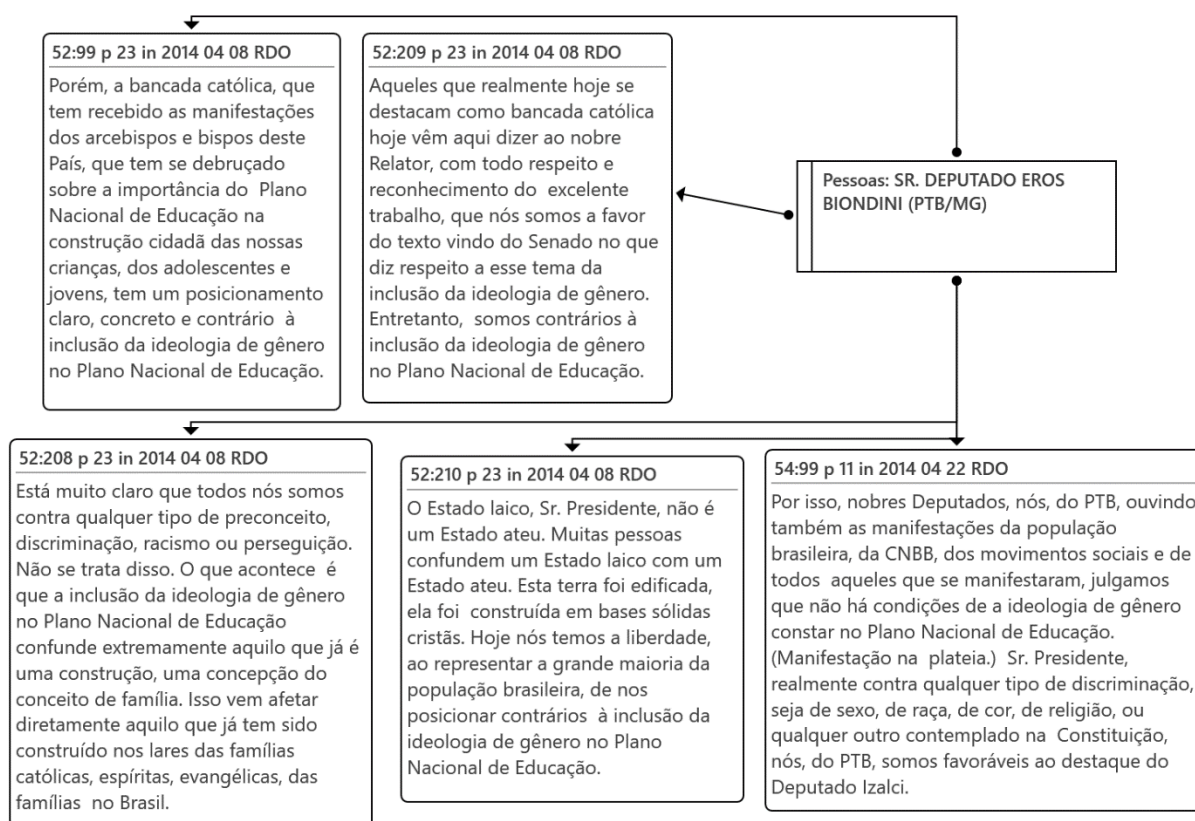
Perguntou-se: Em que consiste, então, a ideologia de gênero? Ele respondeu: Sintetizando em poucas palavras, a ideologia de gênero consiste no esvaziamento

jurídico do conceito de homem e de mulher. A teoria é bastante complicada, e uma excelente explicação desta se encontra no documento Agenda de Gênero. Contudo, a ideia é clara. Afirmam que o sexo biológico é apenas um dado corporal de cuja ditadura nós devemos libertar pela composição arbitrária de gênero (EURICO, 2014).

Percebem-se evidências de uma união entre evangélicos, pois o deputado autodenomina-se pastor, inclusive como forma de identificação na Câmara dos Deputados, e católicos, os quais originalmente cunharam e divulgaram esse pseudoconceito. Ambos utilizam argumentos baseados na tentativa de renaturalização do conceito de gênero, limitando-o a questões biológicas.

Essa histórica união entre evangélicos e católicos também é percebida ao analisarmos os deputados que se colocam contrários à perspectiva de gênero, sendo confirmada nas falas do deputado Eros Biondini, representante da bancada católica. A figura abaixo traz as falas desse deputado, nas quais ele menciona a “ideologia de gênero”.

Figura 5: Falas do Deputado Eros Biondini que mencionavam “ideologia de gênero” nas reuniões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2014.

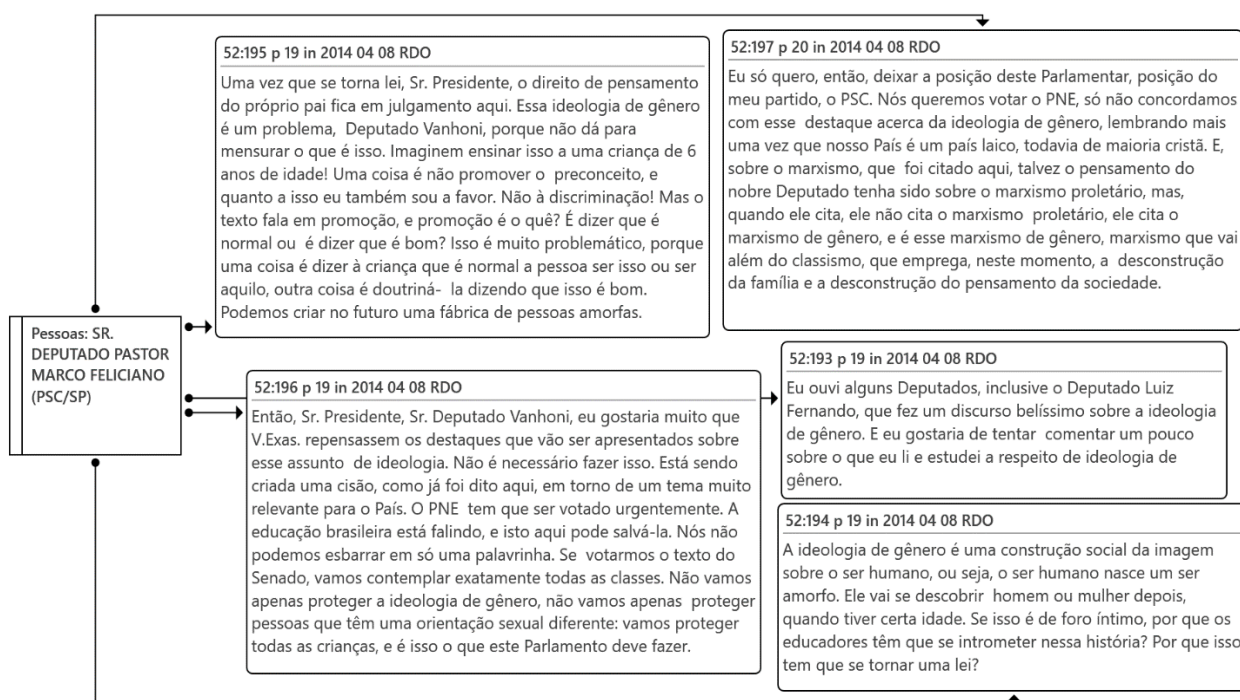


Fonte: elaboração própria, por meio do software Atlas.ti



Além da questão da “ideologia de gênero” em si, percebe-se ainda a tentativa de enfraquecer a importância de se tratar as questões de gênero no âmbito da educação, por meio da estratégia de generalização das desigualdades e discriminações a serem combatidas. Assim, defendem a proposta vinda do Senado, especialmente em relação ao inciso III do artigo 2º e da estratégia 3.13, como se pode perceber nas falas do deputado Pastor Marco Feliciano.

Figura 6: Falas do Deputado Pastor Marco Feliciano que mencionavam "ideologia de gênero" nas reuniões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2014.



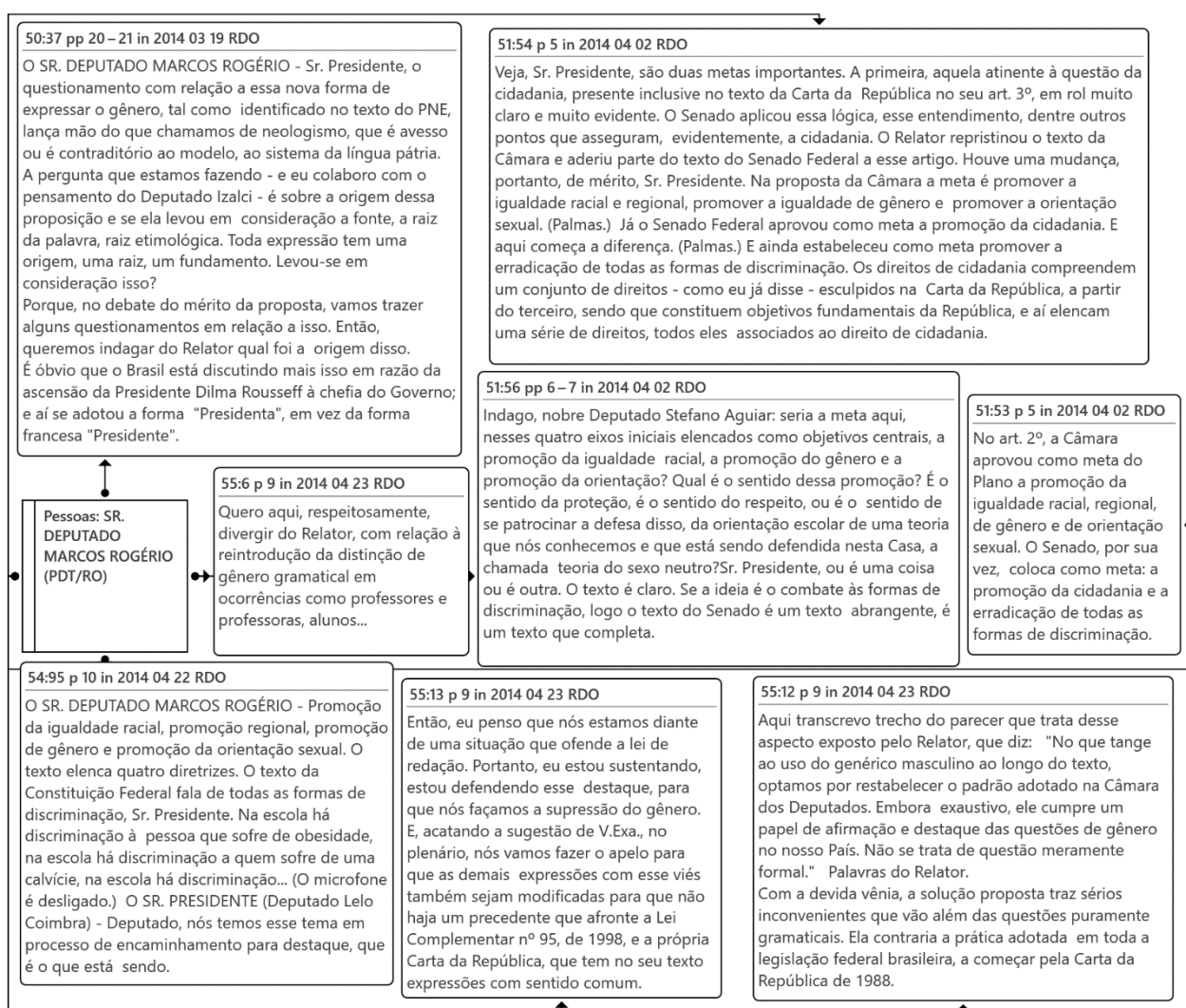
Fonte: elaboração própria, por meio do software Atlas.ti

Outro destaque são as menções à “ideologia marxista” como se necessariamente todos que defendem a teoria de gênero se identificassem com a teoria elaborada por Karl Marx. Mais preocupante ainda é a utilização da “ideologia marxista” como uma ameaça, um inimigo a ser combatido, junto com argumentos de “doutrinação” ou perversão de crianças por essa suposta “ideologia de gênero”.

É importante notar que, apesar de não ter nenhuma fala mencionando a “ideologia de gênero”, foram identificadas oito falas do deputado Marcos Rogério (PDT/RO) posicionando-

se contrariamente à permanência do termo gênero, todas mencionadas em 2014. O deputado apresenta dois pontos principais em suas falas: a questão da flexão de gênero, afirmando que a proposta do relator “lança mão do que chamamos de neologismo” (ROGÉRIO, 2014); e a promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, questionando a utilização do termo promoção e propondo a generalização, conforme substitutivo do SF.

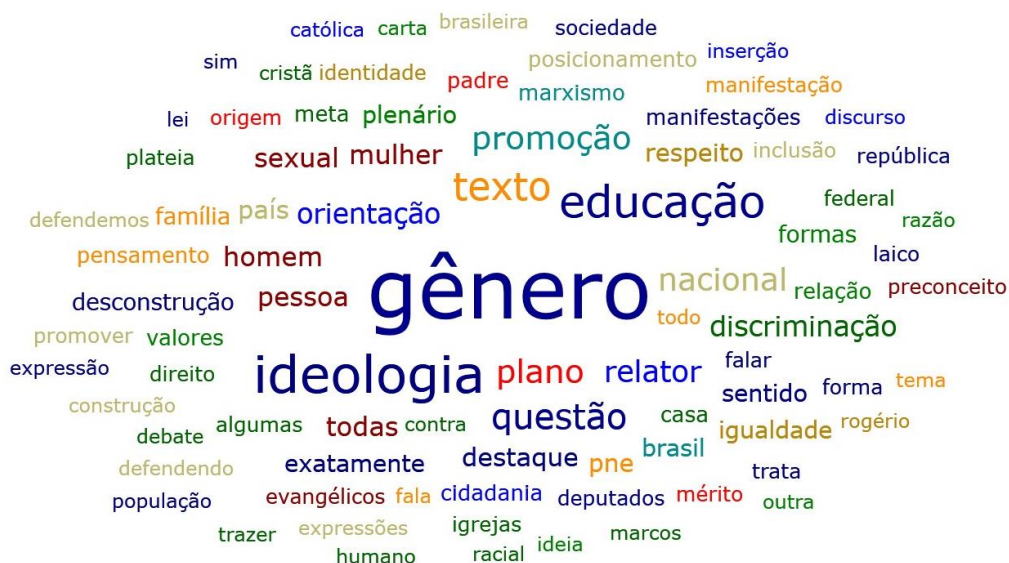
Figura 7: Falas do Deputado Marcos Rogério que mencionavam "ideologia de gênero" nas reuniões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2014.



Fonte: elaboração própria, por meio do software Atlas.ti

A fim de visualizar esses argumentos, elaborou-se uma nuvem de palavras, a partir do *software* Atlas.ti, das falas contrárias à manutenção da igualdade de gênero. Para isso, foi realizado o tratamento dos dados, tanto por meio da aplicação de um filtro de palavras de exclusão, a fim de evitar o aparecimento de artigos e pronome, quanto retirando-se manualmente palavras que não faziam sentido, como verbos conjugados, abreviações e outros<sup>55</sup>.

Figura 8: Nuvem de palavras das falas contrárias à perspectiva de gênero nas reuniões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2014.



Fonte: elaboração própria, por meio do software Atlas.ti

A partir da figura acima, é possível perceber que a palavra que mais aparece nas falas contrárias é “gênero”, seguida por “ideologia”, “educação”, “texto”, “questão”, “plano”, “promoção”. Nota-se ainda que há menções significativas aos termos “discriminação”, “orientação”, “homem”, “mulher”, “sexual”. Em menor escala, destacam-se palavras-chave utilizadas pelos deputados para a construção dos argumentos contrários à perspectiva de gênero,

<sup>55</sup> Foram retiradas palavras como: “deputados”, “exma”, “acho”, etc.

como “família”, “país”, “cristã”, “católica”, “evangélicos”, “padre”, “marxismo”, “valores”, “casa”

Durante a análise dos documentos, identificamos que houve substituições nos membros da CEPL, sendo um procedimento frequente nas comissões permanentes e especiais da Câmara dos Deputados. Porém, tendo em vista a importância da discussão sobre gênero no PNE, e os interesses que estavam/estão em jogo, decidiu-se averiguar quando os deputados e as deputadas passaram a compor essa comissão.

Conforme exposto na tabela 27, disponível no Anexo II, dentre as deputadas e os deputados que foram indicados para a participação na CEPL até 2012, primeira fase de discussão na Câmara dos Deputados, aproximadamente 69% manifestaram-se favoravelmente à perspectiva de gênero. Assim, em um movimento contrário, parte significativa (55%) dos deputados adversos a essa perspectiva foram sendo indicados ao longo da intensificação da discussão na CEPL, no ano de 2014.

Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre a composição do Congresso Nacional em 2014,

Destaca-se que a primeira reunião da CEPL em 2014 ocorreu em 11 de fevereiro, sendo que as deputadas Margarida Salomão e Iara Bernardi já haviam sido indicadas, no dia 06 daquele mês, para compor a comissão. O deputado Jean Wyllys tornou-se membro da comissão em 13 de fevereiro daquele ano.

A partir dessa data, houve a indicação de quatro membros que defenderam a exclusão do gênero: os deputados Pastor Marco Feliciano, Pastor Eurico, Antônio Bulhões e Eros Biondini. Ou seja, foram colocados na comissão justamente para questionarem a posição do relator e dos demais parlamentares que propunham a promoção da igualdade, dentre elas, a de gênero. Observa-se ainda que, apesar de terem sido indicados em 2011 e 2012 respectivamente, os deputados Paulo Freire e Marcos Rogério, somente tiveram falas significativas nas discussões de 2014.

Chama atenção ainda a indicação do então deputado Jair Bolsonaro para membro da CEPL, com direito a voto, conforme fala do presidente da comissão, deputado Lelo Coimbra:

Tenho o registro também de que, embora não tenhamos ainda recebido a indicação formal do Deputado Jair Bolsonaro, ele consta da folha de votação, conforme orientação do seu partido, mas ainda precisamos da indicação formal.  
[...]

Acaba de chegar a esta mesa o encaminhamento do Presidente Henrique Eduardo Alves, em ofício da Presidência, com a indicação confirmada do Deputado Jair Bolsonaro no lugar do nosso Waldir Maranhão. (COIMBRA, 2014).

Essa indicação ocorreu no dia 22 de abril de 2014, reunião em que houve início das votações referentes ao PL 8035/2010. A votação continuou na reunião do dia seguinte, na qual o deputado Jair Bolsonaro votou como representante do PP.

### **Pareceres, substitutivos, complementação de voto e votação**

O parecer do relator Angelo Vanhoni foi apresentado à CEPL no dia 19 de março de 2014, a partir do documento recebido do Senado Federal. É composto por um relatório inicial, assim como uma síntese das modificações realizadas pelo Senado no PL 8035 que havia sido enviado pela Câmara dos Deputados em 2012. Dentre as modificações, destacaram-se as alterações no “Inciso III – referência genérica às formas de discriminação, retirando a exemplificação. [E no] Inciso V – acréscimo de menção a valores éticos e morais da sociedade” (BRASIL, 2014a, p. 3-4).

Além disso, o parecer frisou a importância do PNE e ainda salienta

outro ponto importante de registro diz respeito à transparência e à permeabilidade desta Casa durante o processo de tramitação do Plano Nacional de Educação. Ouvimos vozes de todos os cantos do Brasil, estivemos abertos ao diálogo, houve espaço para a exposição de dissensos e para a construção dos consensos possíveis. Além disso, o burburinho provocado pelo PNE foi muito bem vindo, salutar para a democracia. A disputa de ideias e de caminhos gerou grande atuação dos movimentos sociais e maior cobertura da mídia. O tema atraiu a atenção de grande número de parlamentares, provocou a produção de mais de três mil emendas. Pesquisadores e entidades, mesmo fora da área de educação, dedicaram-se a entender melhor a proposta e a conhecer seus pontos mais complexos. Enfim, à medida que o PNE saiu às ruas, fez-se mais conhecido, ganhou o processo democrático, ganhou o Congresso Nacional, ganhou a educação brasileira (BRASIL, 2014a, p.11).

Ressaltou também algumas mudanças positivas realizadas pelo Senado Federal. Nota-se, porém, que houve temas em que as posições das duas casas diferiram. O parecer do relator destacou ainda que a Câmara dos Deputados buscou atentar-se às deliberações da CONAE 2010, construindo a partir disso sua justificativa.

Assim, apresentamos a seguir resumida justificativa para a não aceitação de alguns pontos do Substitutivo.

No que tange ao uso do genérico masculino ao longo do texto, optamos por restabelecer o padrão adotado pela CD. Embora exaustivo, ele cumpre um papel de afirmação e destaque das questões de gênero no nosso País. Não se trata de questão meramente formal.

Na mesma linha, reincorporamos ao inciso III do art. 2º a exemplificação de aspectos raciais, regionais de gênero e de orientação sexual, que estão presentes na desigualdade educacional e devem ser superados. Neste caso, mantivemos parcialmente o texto do SF. [...]

Acompanhando o que já foi proposto no inciso III do art. 2º, recuperamos para a estratégia 3.13 a exemplificação de aspectos raciais, de gênero e de orientação sexual como formas de discriminação a que o Poder Público deve estar atento. Neste caso, mantivemos parcialmente o texto do SF. (BRASIL, 2014a, p. 12 -13).

Dessa forma, o relator propôs a aprovação do substitutivo do SF, com algumas modificações. No que cabe a essa pesquisa, recomendava-se

1) excluir do inciso III do art. 2º do Substitutivo do SF a expressão “com ênfase na promoção da cidadania”, restabelecendo a expressão “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, que integra o inciso III do art. 2º do texto aprovado na CD (BRASIL, 2014a, p.19).

E ainda:

34) rejeitar, na estratégia 3.13 do Substitutivo do SF, a expressão “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito”, restabelecendo em seu lugar a expressão “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero”, da estratégia 3.12 do texto da CD (BRASIL, 2014a, p.21).

Acredita-se ser relevante destacar as mudanças propostas acima, pois o tema foi bastante discutido pelos deputados e deputadas nas reuniões posteriores, inclusive em termos formais de proposição de nova redação ou retomada da redação que foi enviada inicialmente ao SF. Inclusive, nota-se que os deputados Pastor Marco Feliciano, Pastor Eurico, Antônio Bulhões e Eros Biondini, principais opositores à perspectiva de gênero, foram indicados à CEPL após a apresentação desse parecer.

#### **a) Voto em separado**

Dando continuidade ao movimento neodireitista de influenciar o PNE, o deputado Paulo Freire<sup>56</sup> apresentou voto em separado, protocolado em 02 de abril de 2014. O documento foi

---

<sup>56</sup> O deputado Paulo Freire declara-se “pastor”, profissão indicada em seu perfil no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados.

lido apenas na RDO realizada no dia 09 de abril de 2014, pelo deputado Ronaldo Fonseca (PROS/DF).

O principal assunto do voto em separado foi “a agenda de gênero e a deliberada promoção de aspectos ideológicos por meio dos preceitos estatais” (BRASIL, 2014b). Todo o documento é permeado pela visão neodireitista, a partir da qual se defende a família, ao mesmo tempo em que a liberdade é defendida como valor central. Sob a alegação de laicidade do Estado e da proteção de crianças e adolescentes, o documento estava permeado de acusações aos grupos que defendem a igualdade de gênero:

O país tem vivido um constante ataque aos princípios norteadores da família, da liberdade de convicção e exercício de liberdades públicas, pois sob o pretexto de valorizar minorias sistemicamente marginalizadas, grupos articulados criam um verdadeiro açodamento na consciência civil, com discurso intransigente, linguagem chula e debates violentamente promovidos com vistas à suplantar quaisquer posições divergentes. A política de gênero sob o manto da diversidade e realização dos interesses da minoria propõe insistentemente uma verdadeira ditadura influenciativa, que quer impor seus valores a todo custo, em todos os extratos sociais, com especial modo de agir sobre a infância (BRASIL, 2014b).

Em outra parte do documento, afirmou ainda que

a[s] citadas expressões de “gênero” ou “orientação sexual”, guardam uma ideologia que procura eliminar a ideia de que os seres humanos se dividem em dois sexos. Esta corrente ideológica busca afirmar que as diferenças entre homem e mulher, além das evidentes implicações anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa, mas são produtos de uma cultura de um país ou de uma época, assim, as “feministas de gênero” insistem na necessidade de “desconstruir” a família, o matrimônio e a maternidade como algo natural, deste modo, fomentam um “estilo de vida” que incentiva a homossexualidade, o lesbianismo e todas as demais formas de sexualidade fora do matrimônio (BRASIL, 2014b).

Nesse parágrafo, fica clara a argumentação utilizada pelos deputados, e o sucesso da tergiversação do gênero, iniciado nos anos 1970 e que culminou na rejeição da perspectiva de gênero, enquanto conceito. O pseudoconceito da “ideologia de gênero” substitui o próprio conceito gênero, tornando-o condenável, assim como todos que o defendem.

## **b) Parecer com complementação de Voto**

Na RDO do dia 09 de abril de 2014, o relator Ângelo Vanhoni apresentou um novo parecer, com complementação de voto. Durante a fase de discussão, diversos deputados manifestaram-se a favor e contra a alteração do inciso III do art. 2º, ainda assim, o relator manteve sua posição sobre a igualdade de gênero.

Assim, a complementação de voto trouxe a proposta de, no projeto de lei, “rejeitar o inciso III do art. 2º do Substitutivo do Senado Federal e retornar em seu lugar o inciso III do art. 2º do texto da Câmara dos Deputados” (BRASIL, 2014c).

Com a conclusão da discussão, deu-se início à votação. Foram realizados encaminhamentos pelos Deputados Angelo Vanhoni, Pastor Eurico e Newton Lima. Em seguida, o deputado Lelo Coimbra, presidente da CEPL, informou que, devido ao início da Ordem do Dia no plenário da Casa, a reunião seria adiada.

### **c) Votação – sessões de 22 e 23 de abril de 2014**

A RDO seguinte ocorreu no dia 22 de abril de 2014, dando continuidade ao procedimento de votação. A primeira votação foi em relação ao parecer do relator, com complementação de voto, ressalvados os destaques. O parecer foi aprovado, por meio de votação nominal, em que apenas os Deputados Jair Bolsonaro e Paulo Freire votaram contra.

Prosseguiu-se, portanto, para a análise dos destaques. O Destaque nº 01/14 foi proposto pela Bancada do PSDB, sob autoria do deputado Izalci, o qual apresentava a aprovação do art. 2º, inciso III, conforme Substitutivo do Senado Federal. Ou seja, preconizava a retomada da generalização das discriminações. Conforme informado pelo presidente da CEPL, o Deputado Lelo Coimbra, foi colocado

em votação o Destaque nº 1, da bancada do PSDB, que diz o seguinte: Sr. Presidente, requiro, nos termos do art. 161, inciso I, § 2º, combinado com o art. 117, IX do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, “destaque para votação em separado do art. 2º, inciso III do substitutivo do Senado Federal constante do parecer do Relator”. Observação: com o objetivo de aprovar o referido texto do substitutivo do Senado Federal. Assinado pelo Deputado Izalci e acompanhado pelo conjunto dos Deputados (COIMBRA, 2014).

Em seguida, o deputado Izalci realizou seu encaminhamento:

Sr. Presidente, esse destaque, o nobre Relator retomou a redação da Câmara, e a redação da Câmara, inciso III do art. 2º diz o seguinte: Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.

Na prática, esse texto da Câmara ficou muito restrito, tanto é que o texto do Senado é mais abrangente e compatível inclusive com a Constituição, art. 3º, inciso IV, que diz: V - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Portanto, o destaque é para aprovar o texto do Senado que diz: Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (IZALCI, 2014).



De acordo com o regimento interno, para os destaques, são permitidos quatro encaminhamentos, sendo dois contra e dois a favor. Em seguida, segue-se para a orientação da bancada e, por fim, para a votação (BRASIL, 1989). Assim, além do encaminhamento realizado pelo autor do destaque, o outro encaminhamento favorável foi proferido pelo deputado Pastor Eurico. Em seguida, os encaminhamentos contrários a esse destaque, portanto, defendendo a permanência da redação dada pelo parecer do relator, foram realizados pelo deputado Artur Bruno e pela deputada Fátima Bezerra, com aparte da deputada Iara Bernardi.

Em resposta ao deputado Marcos Rogério, o relator Angelo Vanhoni esclareceu:

Quando nós construímos esse texto, há questão de 1 ano e 8 meses, e depois o aprovamos aqui na Câmara, o objetivo deste artigo para nós era muito claro. Eu entendo as manifestações de diversos Deputados na interpretação do artigo, mas a intenção do Relator, e que foi manifesta e compartilhada pelos Deputados, na época, tinha o objetivo, e ainda tem como objetivo, que a educação, isto é, o conhecimento, o debate de ideias possa construir uma sociedade diferente da que nós temos, sobretudo no que diz respeito ao preconceito.

[...]

Então, o objetivo deste texto ao orientar o Brasil, ao orientar a educação do Brasil, nesse debate a respeito do preconceito de gênero, da violência que nós temos na sociedade moderna, na sociedade atual, seja no Brasil ou seja em qualquer país do mundo, contra a mulher, é que a educação cumpra o seu papel principal e fundamental de diminuir o preconceito em relação àqueles que têm uma diferença em relação ao homem, na sociedade machista que nós constituímos.

[...]

Eu espero que os Srs. Deputados apontem para o futuro, apontem para uma sociedade mais humana, aprovando o texto que a Câmara aprovou, anteriormente, promovendo a igualdade de gênero, a igualdade de raça e a igualdade do ponto de vista da orientação sexual. (VANHONI, 2014).

Prosseguiu-se à orientação de bancada, na qual “manifestaram-se favoravelmente: PRB, PROS, PTB, PR, PP, PSDB e PMDB manifestaram-se contra: PSOL, PCdoB, PV/PPS e PT; e liberaram a Bancada: PDT, DEM e a Liderança do Governo” (BRASIL, 2014d).

No contexto dessa RDO, cuja votação tornou-se polêmica, é importante ressaltar a significativa participação da plateia, tanto de grupos favoráveis quanto contrários. Em muitos momentos a discussão foi interrompida em decorrência das manifestações. E, tratando-se de um tema no qual a polarização é também uma estratégia para o enfraquecimento da perspectiva de gênero, as manifestações da plateia tornaram o ambiente ainda mais propício à confusão. Assim, retomando a outra estratégia utilizada pela nova direita, ao criar o pseudoconceito e ressignificar o que se compreendia por gênero, a confusão tornou-se uma aliada dos

neodireitistas. Portanto, torna-se essencial para compreender a eficácia dessa estratégia, analisar o momento de votação do Destaque nº 01.

A votação foi realizada de forma simbólica, portanto, não houve chamada nominal para votação. Além disso, a própria imprecisão dos conceitos (e pseudoconceitos) ampliou a dificuldade em se compreender o que se estava votando:

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Em processo de votação - com calma, gente, nós vamos votar. Trata-se de destaque para votação, em separado, do inciso III, do art. 2º, do substitutivo do Senado Federal, para a sua aprovação e consequente alteração no parecer do Relator.

Quem votar a favor deste momento agora estará votando com o destaque do Deputado Izalci e contra o relatório.

(Não identificado) - Sr. Presidente, quem se manifestar vai estar votando pelo destaque. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Vamos ao processo de votação.

Os Srs. Deputados favoráveis à aprovação do inciso III, do art. 2º, do substitutivo do Senado Federal, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

(Não identificado) - Sr. Presidente, repita, por favor. Pergunte de novo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não. Quem for a favor... A votação...

Por favor. Deixem-me encaminhar. Naturalmente, todas as vezes em que nós votamos algo aqui nós fazemos um tradicional: Quem for a favor permaneça como se encontra. Nesse sentido, quem for a favor e permanecer como estiver estará votando a favor do destaque do Deputado Izalci e de outros que aqui já nomeiei.

Portanto, ao processo de votação.

Os Srs. Deputados favoráveis à aprovação do inciso III, do art. 2º, do substitutivo do Senado Federal, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Um, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11... Podem baixar a mão. (Pausa.)

Está aprovado. (Manifestação na plateia.) (BRASIL, 2014d).

Logo após o anúncio da aprovação, os deputados Arthur Bruno, Ivan Valente solicitaram votação nominal. O próprio autor do destaque, Deputado Izalci, também solicitou. Porém, ao perceber que havia sido aprovado seu destaque, passou a defender que o pedido de votação nominal seria intempestivo. Há diversas manifestações de parlamentares e plateia, provocando agitação.

O presidente Lelo Coimbra (BRASIL, 2014d), após diversas tentativas, afirmou que o pedido de votação nominal havia sido feito após a declaração do resultado da votação. Porém, o deputado Ivan Valente permaneceu questionando:

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, V.Exa. chamou quem era a favor do texto... Peça silêncio, Sr. Presidente, para a gente poder dirimir essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. chamou quem era a favor do texto do Relator.

(Não identificado) - Não, não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Foi. Porque votou primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não. A votação encaminhada foi: Quem se manifestar a favor do destaque conforme o descrito permaneçam como estão. Onze levantaram os braços, dos 26 presentes. Foi o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, Sr. Presidente, mas quando V.Exa. pergunta é possível que quem ficou sem levantar o braço pode se abster, pode se abster, pode-se abster. (Manifestação na plateia.)

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Não, Presidente, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) – Não. (BRASIL, 2014d).

Em seguida, o presidente Lelo Coimbra conclui que considerava “a votação encerrada para esse item. (Manifestação na plateia.) Aprovado o destaque do Deputado Izalci. (Manifestação na plateia.)” (BRASIL, 2014d). Existiram outras tentativas de retomar o assunto, inclusive ao mencionar a estratégia 3.13, porém, foi considerado o mesmo assunto.

A votação continuou na RDO realizada no dia seguinte, 23 de abril de 2014. Dentre outros, foi votado o destaque 22, o qual:

trata-se de destaque para votação em separado da expressão ‘as’ constante do § 5º do art. 11, para sua rejeição e conseqüente alteração de todas as expressões 'a' e 'as' que aparecem no parecer do Relator, reestabelecendo o texto do Senado Federal. Observação - esta é a atenção que eu peço: O destaque pretende alterar diversos dispositivos que não guardam relação entre eles. O parágrafo único do art. 190 do Regimento Interno trata o substitutivo do Senado como série de emendas. Assim, cada uma delas deve ter um parecer autônomo. Logo, por analogia, os destaques deverão incidir somente sobre um único dispositivo, expressões de um dispositivo. Dessa maneira foi construído o parecer do Relator. Portanto, o destaque apresentado produzirá efeito, se aprovado for, somente para o § 5º do art. 11. Ele não é extensivamente aplicável a todos os itens de que constarem o 'a' ou o 'as'. Portanto, esse é um texto específico de aplicação direta ao art. 11, no seu § 5º. (BRASIL, 2014e).

Nesse contexto, o deputado Marcos Rogério, autor do destaque, tinha a intenção de que este fosse extensível para todo o texto. Sendo informado dessa impossibilidade, manteve o destaque, alegando fins de discussão. Assim, são realizados os encaminhamentos favoráveis, pelos Deputados Jorginho Mello e Marcos Rogério e contrários, pelas Deputadas Iara Bernardi e Alice Portugal. O destaque foi rejeitado, com sete votos favoráveis e 10 contrários. Não houve outros destaques que tratassem do tema, portanto, após votação, que se encerrou na reunião do dia 06 de maio de 2014, o PL 8035 foi enviado para apreciação e votação em plenário.

### **Plenário da Câmara dos Deputados**

No âmbito do Plenário, foram realizadas 03 sessões que trataram do PNE. As duas primeiras ocorreram no dia 28 de maio de 2014, sendo que a Reunião Deliberativa Ordinária

aconteceu pela manhã e às 20h00 foi realizada uma Sessão Deliberativa Extraordinária. A votação ocorreu na Sessão Deliberativa Extraordinária, no dia 03 de junho de 2014.

A partir das transcrições dos discursos das referidas reuniões, publicadas no Diário Oficial da Câmara dos Deputados (DOCD), no dia seguinte ao da reunião, foram analisadas as menções às palavras “gênero” e “ideologia”. É importante mencionar que as reuniões não trataram apenas do PL 8035, portanto, também foi aplicado um filtro para demonstrar quantas vezes o termo foi mencionado em relação ao PNE.

Foram identificadas 19 menções à palavra “gênero”, sendo que apenas uma foi classificada como uso no sentido taxonômico. Destaca-se que, em todas as menções à palavra “ideologia”, ela estava formando a expressão “ideologia de gênero”, sendo que esta apareceu quatro vezes.

Prosseguiu-se para a análise das palavras-chave presentes nos parágrafos, selecionando apenas aquelas que se relacionavam com o PNE. Gênero foi mencionado em oito parágrafos, com destaque para os dois parágrafos em que aparece na expressão “ideologia de gênero”. É essencial notar que também há sete parágrafos que mencionam religião, cristianismo e/ou igreja, especialmente nesse contexto em que os representantes neodireitistas se avolumam e se organizam para defender suas pautas, inclusive por meio de alianças contraditórias.

Seguiu-se para a análise dos posicionamentos nos parágrafos que continham gênero. Em um movimento contrário ao que aconteceu nos anos de 2010 a 2012, aproximadamente 88% dos parágrafos que continham a palavra gênero e estavam ligados à matéria do PNE foram posicionamentos contrários à igualdade de gênero. Naqueles anos iniciais, não foi presenciado nenhum posicionamento contrário, enquanto, ao final do processo, não houve nenhum posicionamento favorável.

### **Votação do PNE no Plenário da Câmara dos Deputados**

A partir dos dados disponibilizados no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, foi possível analisar como os partidos votaram em relação ao PNE. É importante recordar que, nesse momento, já haviam sido discutidos e votados os destaques que se referiam ao inciso III do art. 2º, ou seja, à permanência ou inclusão da promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.

Ainda assim, ressalta-se que partidos historicamente opostos votaram a favor do PL 8.035, com a sua redação conforme exposto na reunião do dia 03 de junho de 2014. O PT, partido com maior bancada, forneceu 73 votos a favor, especialmente porque o relator era membro desse partido e porque o governo tinha interesse em aprovar o PNE 2014. Em seguida, também aprovaram o projeto de lei com grande quantidade de deputados os partidos PMDB, PSDB, PSD e PP.

Tabela 7: Votação por partido do texto do PL 8.035/2010 no Plenário da Câmara dos Deputados em 2014

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Abstenção/ Não compareceu</b>	<b>Total</b>
<b>PT</b>	Sim	73	1	0	74
<b>PMDB</b>	Sim	46	6	2	54
<b>PSDB</b>	Sim	35	1	0	36
<b>PSD</b>	Sim	22	7	0	29
<b>DEM</b>	Liberado	11	13	0	24
<b>PP</b>	Sim	22	2	0	24
<b>PR</b>	Sim	17	7	0	24
<b>PSB</b>	Não	2	18	0	20
<b>PROS</b>	Sim	11	6	0	17
<b>PDT</b>	Não	1	14	0	15
<b>Solidariedad</b>	Liberado	7	8	0	15
<b>PCdoB</b>	Não	0	13	0	13
<b>PTB</b>	Sim	10	1	0	11
<b>PSC</b>	Liberado	3	5	0	8
<b>PRB</b>	Sim	5	2	0	7
<b>PV</b>	Não	1	4	0	5
<b>PPS</b>	Não	0	4	0	4
<b>PSOL</b>	Não	0	3	0	3
<b>PMN</b>	Sim	0	2	0	2
<b>PTdoB</b>	Sim	2	0	0	2
<b>PRP</b>	Sim	1	0	0	1
<b>PSDC</b>	Sim	1	0	0	1

Fonte: elaboração própria

Destaca-se ainda que os parlamentares que se posicionaram contrários à manutenção do gênero, votaram de forma diversa, inclusive alguns não seguiram a orientação dos seus partidos. Assim, o Plano Nacional de Educação foi aprovado em junho de 2014 no plenário da Câmara dos Deputados, sem menção à promoção das igualdades de gênero, raça, de orientação sexual.

## CAPÍTULO 04 – POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DE NOVA DIREITA – MANIFESTAÇÕES NA ESPANHA

### 4.1. Os embates em torno do pseudoconceito de “ideologia de gênero” na definição da política educacional

A Espanha também vivenciou um período de transição democrática após a ditadura franquista. Essa transição permitiu uma retomada de alguns ideais de igualdade, inclusive no âmbito educacional. Por outro lado, “o contexto de globalização econômica neoliberal pressupõe regressões consideráveis”<sup>57</sup> (FLORES, 2016, p.11, tradução nossa), que atingem inclusive as políticas educacionais brasileiras e espanholas.

Conforme Souza e Batista (2018), além da redemocratização vivenciada por ambos os países, estes também experimentam o fenômeno da descentralização político-administrativa, por meio de reformas do setor público, no contexto de globalização da década de 1990. Em relação à Educação, portanto, foram realizadas reformas educativas a fim de adequar a política educacional a esse contexto.

As mudanças após o regime franquista, porém, não se distanciaram tanto assim, pois, o governo provisório que liderou a transição, denominada reforma, culminou em mudanças do regime, dentro do próprio regime, cujo “objetivo era manter intacto quanto fosse possível”<sup>58</sup> (MERCHÁN IGLESIAS, 2021, p.3). Para esse autor, desde esse momento, a educação espanhola limita-se a dois campos principais: a relação entre Estado e Igreja e a eficiência educativa, ou seja, qualidade de educação (MERCHÁN IGLESIAS, 2021).

No bojo das reformas<sup>59</sup> realizadas após o regime franquista, encontra-se a construção do artigo 27, sobre a educação, na Constituição Espanhola, publicada em 1978. Esse artigo está na seção dos Direitos fundamentais e das liberdades públicas. Destaca-se parte dele, pois dispõe que:

1. Todos têm direito à educação. Reconhece-se a liberdade de ensino.

---

<sup>57</sup> No original: en un context de globalització econòmica neoliberal, suposen regressions considerables.

<sup>58</sup> No original: el objetivo era mantener intacto cuanto fuera posible.

<sup>59</sup> Dentre outras, destaca-se o Pacto Educativo. Este foi formado pela aliança entre a União de Centro Democrático (UCD), partido responsável pela transição, e o PSOE.

2. A educação tem como objeto o pleno desenvolvimento da personalidade humana em respeito aos princípios democráticos de convivência e aos direitos e liberdades fundamentais.
3. Os poderes públicos garantem o direito que ampara os pais a fim de que seus filhos recebam educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
4. O ensino básico é obrigatório e gratuito<sup>60</sup> (ESPANHA, 1978, tradução nossa).

Nota-se que, a própria constituição espanhola prevê a manutenção da influência religiosa na educação, ao mesmo tempo em que garante educação gratuita para todos e reconhece a liberdade de ensino. Destaca-se ainda que permanece em vigor um acordo entre o Estado da Espanha e a Santa Sé sobre ensino e assuntos culturais, publicado em 1979 (MERCHÁN IGLESIAS, 2021).

A política educacional espanhola é construída por meio de leis orgânicas, sendo que foram promulgadas sete leis orgânicas desde a redemocratização. Com objetivo de superar à Lei Geral de Educação (LGE), proveniente do período ditatorial, foi promulgada em 1980 a Lei Orgânica do Estatuto de Centros Escolares (LOECE), que, dentre outros assuntos, previa a independência dos centros de ensino privados, mesmo que fossem financiados pelo orçamento público. Ou seja, no final da década de 1970 e início de 1980, havia forte influência tanto da igreja quanto da iniciativa privada na política educacional espanhola.

Em 1985, foi promulgada a Lei Orgânica Reguladora do Direito à Educação (LODE), sob o apoio do PSOE. Porém, paradoxalmente, foi essa lei que estabeleceu o modelo de concessão ao ensino privado, que permanece em vigor (MÉRCHAN IGLESIAS, 2021).

Em 1990, também sob o mandato do PSOE, promulgou-se a Lei Orgânica 1/1990 de Organização Geral do Sistema (LOGSE). Essa lei alterou estruturalmente o sistema educativo espanhol. Dentre as diversas mudanças propostas, a LOGSE foi a primeira lei educacional que traz a não discriminação por sexo como princípio (TERÁN, 2011). Assim, a LOGSE

reconheceu a discriminação em razão do sexo no sistema educacional e estabeleceu a necessidade de reconsiderar a atividade educativa à luz dos princípios da igualdade de

---

<sup>60</sup>No original: 1. Todos tienen el derecho a la educación. Se reconoce la libertad de enseñanza. 2. La educación tendrá por objeto el pleno desarrollo de la personalidad humana en el respeto a los principios democráticos de convivencia y a los derechos y libertades fundamentales. 3. Los poderes públicos garantizan el derecho que asiste a los padres para que sus hijos reciban la formación religiosa y moral que esté de acuerdo con sus propias convicciones. 4. La enseñanza básica es obligatoria y gratuita.



oportunidades. Pretendia ir além da escolaridade – embora neste aspecto o seu impacto também fosse notável ao ampliar a escolaridade obrigatória até aos 16 anos - e procurou introduzir a igualdade em todos os aspectos da vida escolar.<sup>61</sup> (AMO, 2009, p.19).

Apesar dessa lei favorecer a perspectiva de gênero, inclusive propondo a eliminação dos estereótipos de gênero do material didático e promovendo formação para professores, as desigualdades permaneceram em âmbito escolar.

Assim, em 2002, foi promulgada, a Lei Orgânica de Qualidade da Educação (LOCE), compreendida como uma contrarreforma concebida pelo PP. É importante destacar que a elaboração dessa lei orgânica ocorre a partir de um contexto de expansão da influência internacional nas políticas educacionais dos países, por meio de organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial.

Além disso, essa lei está permeada por conceitos de gestão empresarial, como qualidade, resultados, avaliações e eficácia, inclusive em seu título. Por outro lado, tendo em vista que os objetivos da reforma curricular não foram alcançados, há um fortalecimento do movimento conservador tradicional (MERCHÁN IGLESIAS, 2021).

A própria redação da LOCE possui seu

texto universalizado no masculino, invisibiliza as mulheres, omitindo tudo o que se relaciona ao mundo feminino. Concentra-se em “melhorar a qualidade da educação” e beneficiar “todos os jovens sem exclusões”, ao mesmo tempo que sublinha que “qualidade e equidade são dois princípios inseparáveis”; questões insuficientes para reparar o sexismo<sup>62</sup> (PEREZ, 2010, p.346).

---

<sup>61</sup> No original: *reconocía la discriminación por sexos en el sistema educativo y establecía que era necesario reconsiderar la actividad educativa a la luz de los principios de igualdad de oportunidades. Se pretendió ir más allá de la escolarización –si bien en este aspecto su impacto también fue notable al ampliar la enseñanza obligatoria hasta los 16 años– y procuró introducir la igualdad en todos los aspectos de la vida escolar.*

<sup>62</sup> No original: *texto universalizado en lo masculino, invisibiliza a las mujeres, omitiendo todo lo relativo al mundo femenino. Incide en «mejorar la calidad de la educación» y en beneficiar a «todos los jóvenes sin exclusiones» al tiempo que subraya que «calidad y equidad son dos principios indisolubles»; cuestiones insuficientes para reparar el sexismo.*

A invisibilização da questão de gênero está de acordo com a perspectiva política do PP e suas propostas para a uma educação ‘para todos’, mas que de fato não propõe o rompimento com as desigualdades de gênero.

Portanto, quando o PSOE assume o mandato novamente, propõe a Lei Orgânica de Educação (LOE), aprovada em 2006. Retoma-se a perspectiva de gênero, expressa já nos princípios constantes do Título Preliminar da referida lei. Mas não se detém e “Insiste que esses princípios sejam observados em cada etapa do sistema [educativo]”<sup>63</sup> (TERÁN, 2011, p.171), propondo medidas para todos os níveis educacionais. Também nesse contexto, são aprovadas outras leis sob a perspectiva de gênero, como a Lei Orgânica 1/2004 de Medidas para a Proteção Integral contra a Violência de Gênero e a Lei Orgânica para a Igualdade Efetiva de Mulheres e Homens, aprovada em 2007.

Em 2013, sob mandato do PP, é promulgada outra lei educacional, intitulada Lei Orgânica para Melhoria na Qualidade da Educação (LOMCE), cujos princípios estão de acordo com a perspectiva da Nova Direita, elencados anteriormente. Prevê um aumento da autonomia das escolas a partir de um modelo de gestão hierarquizado e gerencialista, avaliações externas, privatizações, estímulo à competição entre docentes. Destaca-se, inclusive, a supressão da disciplina sobre cidadania, incorporada pela LOE/2006, sob o argumento de que

segundo setores amplos e influentes desse partido, essa disciplina impunha obrigatoriamente não somente uma ética relativista, mas também a chamada “ideologia de gênero”, a autonomia dos estudantes contra as famílias e determinadas competências emocionais e ideias opostas às concepções morais e educativas de alguns pais. Tinha que ser eliminada, e assim foi.<sup>64</sup> (VIÑAO, 2006, p.152-153).

O atual presidente espanhol Pedro Sánchez, que está no cargo desde 2 de junho de 2018, é membro do PSOE e, em conjunto com sua ministra da educação, María Isabel Celaá Diéguez, propuseram um novo projeto de lei educacional, denominada Lei Orgânica de Modificação da LOE (LOMLOE), em março de 2020. Esse projeto possui como um de seus eixos transversais a perspectiva de gênero e a coeducação (educação mista) e foi aprovado em dezembro do mesmo ano.

---

<sup>63</sup> No original: *insiste en que estos principios sean tenidos en cuenta en cada etapa del sistema [educativo]*.

<sup>64</sup> No original: *según amplios e influyentes sectores de dicho partido, esta materia imponía con carácter obligatorio no solo una ética relativista, sino también la llamada «ideología de género», la autonomía del alumnado frente a las familias y determinadas competencias emocionales e ideas opuestas a las concepciones morales y educativas de algunos padres. Había que suprimirla, y así se hizo.*

Acredita-se que nem as políticas educacionais do Brasil nem da Espanha estiveram imunes aos impactos da Nova Direita. Especificamente em relação à “ideologia de gênero” é possível perceber que esse fenômeno está presente em ambos os países, assim como o neoconservadorismo é visível em ambos os contextos. Portanto, torna-se necessário se aprofundar e analisar as discussões para compreender as semelhanças, diferenças e alternativas a esse ataque ideológico que impacta diretamente as políticas educacionais.

#### **4.2. Espanha: Análise das discussões das Leis Orgânicas de Educação após 2010**

Diferentemente do Brasil, a forma de governo espanhola é a monarquia parlamentar, na qual o rei é o Chefe de Estado, mas não tem poderes absolutos. Desde 2014, o rei Filipe VI da Espanha assumiu o trono, após a abdicação do seu pai, rei Don Juan Carlos I, o qual havia sido proclamado rei em 1975. Desde 2018, o presidente do governo da Espanha é Pedro Sánchez, membro do PSOE.

O sistema legislativo espanhol, por sua vez, é exercido pelas Cortes Gerais, sob sistema bicameral, assim como no Brasil. As Cortes Gerais são compostas pelo Congresso dos Deputados e pelo Senado, para as quais os parlamentares são eleitos a cada quatro anos. Atualmente, o Congresso dos Deputados é composto por 350 membros, sendo que todos os projetos de lei se iniciam nessa corte. O Senado tem o poder de veto ou emendas sobre os projetos de lei. Nessa legislatura, é composto por 265 senadores (ESPANHA).

O foco da presente pesquisa está nas duas mais recentes leis orgânicas, pois, além de coincidirem temporalmente com a discussão sobre o PNE, demonstram a alternância partidária na Espanha e como isso afeta a política educacional, especialmente em relação à questão de gênero. Portanto, serão analisados os documentos e atas das reuniões que compuseram a tramitação da LOMCE, aprovada em 2013 e da LOMLOE, aprovada em 2020.

Assim, como foi realizado nos documentos brasileiros, a análise seguiu o roteiro proposto na metodologia, junto com as adequações já realizadas a partir da investigação dos documentos relativos à política educacional brasileira. Tendo em vista que os documentos estão em língua espanhola, os termos de busca foram também nesse idioma. Iniciou-se com a pesquisa dos termos “*género*”, “*ideología*” e “*ideología de género*”.

Em seguida, buscamos as demais palavras-chave, por meio da pesquisa em parágrafos, tanto nas transcrições das sessões quanto nos boletins oficiais<sup>65</sup>. Buscamos as mesmas palavras-chave que foram utilizadas na pesquisa referente ao Brasil: “*género*”, “*ideologia de género*”, “*sexo*”, “*sexual*”, “*sexualidad*”, “*lgbt*”, “*homosexual*”, “*diversidad*”, “*religión*”, “*iglesia*”, “*católicos*”, “*evangélicos*”, “*cristianismo*”, “*marx*”, “*marxismo*”, “*marxista*”; “*laico*”, “*laicidad*”, “*laicismo*”, “*feminismo*”, “*feminista*”, “*feminina*”.

Após os resultados e analisando os parágrafos, identificamos a necessidade de buscar outros termos como “*derechos humanos*”, “*violência de género*”<sup>66</sup>, que apareceram com certa frequência nesses documentos. Outras duas expressões importantes foram “*igualdad de género*” e “*igualdad entre mujeres y hombres*”<sup>67</sup>.

Seguiu-se, assim, para a investigação sobre o posicionamento. Para isso, foram analisados os parágrafos que continham as palavras-chave mencionadas acima a fim de verificar se existiam posições a favor ou contrárias à perspectiva de gênero. Em seguida, buscou-se analisar as menções à expressão “*ideologia de género*” em si, e o teor dos parágrafos em que apareceu.

O terceiro momento do roteiro previa a identificação do ou da parlamentar que propôs a inclusão/exclusão, ou seja, qual é o lugar de fala dos sujeitos que se manifestaram. Portanto, foram analisados tanto em seus posicionamentos e falas, quanto em relação ao grupo parlamentar a que pertenciam.

A análise se iniciou no âmbito do Congresso dos Deputados, tendo em vista que é a câmara iniciadora. Assim, foram apreciados os boletins oficiais e as transcrições das sessões<sup>68</sup> no âmbito do plenário do Congresso dos Deputados, assim como os documentos relativos à Comissão de Educação e Esporte. Seguiu-se para a análise das transcrições das sessões e dos boletins oficiais no âmbito do Senado, tanto do plenário, quanto da Comissão de Educação e

---

<sup>65</sup> Documentos semelhantes ao Diário Oficial no Brasil. Destaca-se, porém, nos Boletins Oficiais constam os documentos que foram utilizados durante a tramitação do projeto de lei, como o projeto inicial, as propostas de emendas, correção das emendas e proposição final. Assim, também possui semelhanças com a análise que foi realizada dos pareceres e relatórios legislativos.

<sup>66</sup> Direitos humanos e violência de gênero (tradução nossa).

<sup>67</sup> Igualdade de gênero e igualdade entre homens e mulheres (tradução nossa).

<sup>68</sup> Todos os documentos foram obtidos no sítio eletrônico do Congresso dos Deputados e do Senado da Espanha.

Esporte, que também apreciou a matéria. Em seguida, o PL retornou ao Congresso dos Deputados em sua 2ª fase nessa casa, sendo também estudado nesse momento.

#### 4.2.1. Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa (LOMCE) - 2013

##### 4.2.1.1. Congresso dos Deputados (maio a setembro de 2013)

O Projeto de Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa (LOMCE), sob autoria do governo do PP, foi apresentado no dia 18 de maio de 2013, sendo qualificado no dia 21 do mesmo mês. Iniciou-se, assim, sua tramitação, pela Comissão de Educação e Esporte do Congresso dos Deputados.

Tendo em vista que o parlamento espanhol se organiza por meio dos grupos parlamentares, foi elaborada a tabela abaixo.

Tabela 8: Grupos parlamentares ativos durante a X Legislatura (2011-2016)

<b>Grupo</b>	<b>Partidos que o compõe</b>	<b>Membros na legislatura</b>
<i>Grupo Parlamentario Popular en el Congreso (GPP)</i>	PP	224
<i>Grupo Parlamentario Socialista (GPS)</i>	PSOE	145
<i>Grupo Parlamentario Catalán (GPC)</i>	Convergència i Unió (CIU)	19
<i>Grupo Parlamentario La Izquierda Plural (GPIP)</i>	Izquierda Unida (IU) (Iniciativa per Catalunya Verds – Esquerra Unida i Alternativa (ICV-EUiA) Chunta Aragonesista (CHA)	17
<i>Grupo Parlamentario de Unión Progreso y Democracia (GPUPD)</i>	Unión Progreso y Democracia (UPD)	8
<i>Grupo Parlamentario Vasco (GPV)</i>	Partido Nacionalista Vasco (PNV)	7
<i>Grupo Parlamentario Mixto (GPMX)</i>	Diversos	22

Fonte: elaboração própria

Ela permite compreender a composição dos grupos parlamentares ativos durante a X Legislatura das Cortes Gerais espanholas, que ocorreu de 2011 a 2016.

## Comissão de Educação e Esporte do Congresso dos Deputados (CEECD)

Em 2013, durante os meses de maio a outubro, ocorreram 12 sessões<sup>69</sup> na Comissão de Educação e Esporte (CEECD) do Congresso dos Deputados, em que foi tratada a matéria da LOMCE. A primeira sessão, na qual houve a apresentação do PL, ocorreu no dia 22 de maio de 2013.

Foram analisadas todas as transcrições das reuniões a fim de identificar as palavras-chave, os posicionamentos e os sujeitos. Iniciou-se com a busca pelas palavras “*género*”<sup>70</sup>, “*idedologia*” e “*ideología de género*”. A palavra “ideologia”, junto com suas flexões, foi mencionada 92 vezes, porém, não houve nenhuma menção à “ideologia de gênero”. Destaca-se que a palavra gênero foi mencionada 18 vezes. Em seguida, foram analisados os parágrafos, em relação às palavras-chave.

---

<sup>69</sup> As transcrições das sessões foram encontradas no sítio eletrônico do Congresso dos Deputados, na aba da Comissão de Educação e Esporte ([https://www.congreso.es/publicaciones-organo?p\\_p\\_id=publicaciones&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&publicaciones\\_codOrg=305&publicaciones\\_seccion=CONGRESO&publicaciones\\_legislatura=X](https://www.congreso.es/publicaciones-organo?p_p_id=publicaciones&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&publicaciones_codOrg=305&publicaciones_seccion=CONGRESO&publicaciones_legislatura=X)). Foi realizado um filtro visual e identificadas quais sessões, no ano de 2013, tratavam do assunto da LOMCE. Essas ocorreram nas datas: 22/05/2013, 26/06/2013, 03/07/2013, 04/07/2013, 09/07/2013, 10/07/2013, 11/07/2013, 15/07/2013, 16/07/2013, 24/09/2013, 25/09/2013, 26/09/2013.

<sup>70</sup> Tendo em vista que a presente pesquisa analisou documentos de sessões do poder legislativo, que são compostos por falas de parlamentares, identificou-se a necessidade de se considerar a palavra “*géneros*”, na busca das palavras no *software* Atlas.ti. Apesar de não ser utilizada para se referir a gênero como categoria de análise, existe o uso da palavra no plural, no contexto do senso comum.

Tabela 9: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos das reuniões da Comissão de Educação e Esporte do Congresso dos Deputados em 2013

Palavra-chave	Quantidade de Parágrafos
Religião/ cristianismo / igreja	150
Sexualidade / sexo / sexual	68
Laico / Laicidade / Laicismo	43
Direitos Humanos	41
Educação diferenciada	36
Gênero (parágrafos)	16
Neoconservadorismo / Conservador(es)	14
Neoliberalismo	13
Igualdade de gênero	5
Feminismo / feminista / feminina	4
Educação mista	3
Violência de gênero	2
Homossexual / Homofobia / Diversidade afetivo-sexual	1
Ideologia de gênero (parágrafos)	0

Fonte: elaboração própria

Nota-se que, nas sessões da Comissão de Educação e Esporte, as palavras-chave que mais aparecem são: Religião/cristianismo/igreja, Sexo/sexual/sexualidade, Laico/Laicidade/Laicismo, Direitos Humanos e Educação diferenciada. Foram encontrados 15 parágrafos que mencionam gênero. Em todos os documentos da discussão da LOMCE, a palavra “Marx” só foi mencionada três vezes, ao se referir a Groucho Marx, comediante e ator estadunidense, portanto, não aparecerá nas tabelas.

É relevante ainda a observação de que as palavras-chave que mais aparecem são ligadas à religião, cristianismo e igrejas, sendo 150 menções. Em relação às sessões da CEECD, esse é um debate também fundamental na consolidação da LOMCE, especialmente em relação ao financiamento e às disciplinas escolares. Assim como no Brasil, o tema da laicidade também é bastante incidente, justamente por essa discussão sobre valores religiosos.

Dentre os participantes da sessão do dia 10 de julho de 2013, esteve presente o sr. Delgado Ruíz, presidente da Associação Europa Laica, o qual afirmou:

Em resumo, em nossa opinião, a proposta da Lomce, no que diz respeito ao nosso projeto de secularismo do sistema educacional, de forma muito resumida, dá um novo impulso à **doutrinação católica nacional e neoliberal**; promove a educação pública

como subsidiária da educação privada; enfraquece, se não anula, a participação democrática da comunidade educacional; mina o desenvolvimento e a aprendizagem de valores éticos e universais no ensino secundário; e **tenta legitimar a segregação de gênero e a segregação por sexo e identidade de gênero**; enfraquece, se não anula, a participação democrática da comunidade educacional; mina o desenvolvimento e a aprendizagem de valores éticos e universais nas etapas secundárias; e procura legitimar a segregação por gênero e a segregação por questões sociais, intelectuais e territoriais, refiro-me à zona rural e às áreas desfavorecidas.<sup>71</sup> (RUÍZ, 2013, p. 5, tradução nossa, grifos nossos).

Há outras menções ao neoliberalismo em convergência com a religião cristã, sendo um elemento importante de identificação da ideologia neodireitista, sendo inclusive mencionado explicitamente com sentido de união entre ambas as ideologias. A partir dessa observação, pesquisou-se termos como “neoliberalismo” e “neoliberais”, obtendo 11 parágrafos nos documentos da CEECD. Desses, foram identificadas duas coocorrências com os parágrafos que mencionam religião/cristianismo e igrejas; assim como três coocorrências com laico/laicidade. Por fim, apenas uma coocorrência com gênero.

A partir daí, imaginou-se ser interessante identificar se haveria menções ao neoconservadorismo. Não foi identificada nenhuma menção a esse termo, mas, quando se buscou por “conservador” ou “conservadores”, foram identificados 14 parágrafos.

Além disso, descobriu-se a importante discussão sobre educação diferenciada<sup>72</sup>. Destaca-se que esta esteve muito presente nas discussões, especialmente sendo mencionada em relação à igualdade de gênero. Além disso, o tema também esteve imerso no conflito sobre o financiamento da educação privada por meio de recursos públicos. Conforme fala da deputada Pérez Fernández:

Também não é proporcional favorecer a educação privada em detrimento da educação pública, como faz claramente a Lomce, criando centros de excelência por meio da seleção de estudantes, transformando os subsídios em um sistema próprio e não em um sistema que financia a educação pública a fim de estendê-la até onde não chega. Desde já, também não tem nada a ver com equidade para proteger os acordos

---

<sup>71</sup> No original: *en suma, en nuestra opinión la propuesta de la Lomce, en lo que respecta a nuestro proyecto de laicidad del sistema educativo, de forma muy resumida, da un renovado impulso al adoctrinamiento nacional católico y neoliberal; promueve una enseñanza de titularidad pública como subsidiaria de la enseñanza privada; debilita, cuando no anula, la participación democrática de la comunidad educativa; socava el desarrollo y el aprendizaje de valores éticos y universales en las etapas de secundaria; y trata de legitimar la segregación por sexo y la segregación por cuestiones sociales, intelectuales y de territorialidad, me refiero a ruralidad y zonas desfavorecidas.*

<sup>72</sup> Educação diferenciada é o termo em espanhol utilizado em 2013 para se referir a uma educação que separa meninos e meninas, em escolas ‘do mesmo sexo’ (termo usado em inglês, *single-sex schools*). Assim, é oposta à educação mista, ou coeducação, que propõe a convivência entre meninos e meninas nas escolas.



financeiros por lei e com a legalização de subsídios às escolas que segregam alunos com base no gênero, dando-lhes o mesmo tratamento quando se trata de assinar acordos que outras escolas, ao contrário das decisões de vários tribunais. Nossa emenda número 319 mais uma vez expressa nossa rejeição deste modelo, nossa rejeição absolutamente categórica, e propõe a supressão do parágrafo 3 do artigo 84.<sup>73</sup> (PÉREZ FERNANDEZ, 2013, p. 23, tradução nossa).

As palavras-chave relacionadas à sexualidade também se destacaram (68 menções), assim como citações que falam sobre Direitos Humanos (41 menções).

Conforme o segundo passo do roteiro, seguiu-se para a análise dos posicionamentos nos parágrafos que continham a palavra “gênero”. Foram analisados os 16 parágrafos. Encontrou-se que 56% dos parágrafos se posicionavam a favor da perspectiva de gênero, enquanto os demais foram classificados como contrários ou não se posicionavam. Em relação às sessões, das 12 sessões que ocorreram no âmbito da CEECD, em metade delas houve alguma menção ao gênero. Destas, 40% dos discursos ocorreram na sessão extraordinária do dia 15 de julho de 2013. Nessa sessão, houve participação de diversos especialistas, representantes do governo e de organizações, como a OCDE.

Partiu-se, portanto, para a identificação dos sujeitos e do seu lugar de fala, e a classificação de seu posicionamento em relação às questões de gênero. Concluiu-se, a partir das tabelas 34 e 35, que a maioria dos posicionamentos a favor da perspectiva de gênero concentrou-se nos representantes de órgãos governamentais e organizações sociais (aproximadamente 45%), seguidos pelos grupos parlamentares GPV e pelo GPMX. As manifestações contrárias foram provenientes também dos representantes (60%), seguidas pelos membros dos grupos GPMX e GPP.

O PLOMCE foi apreciado na comissão desde sua recepção, no dia 21 de maio de 2013 até o dia 26 de setembro de 2013. Em seguida, foi encaminhado ao Plenário do Congresso dos Deputados.

---

<sup>73</sup>No original: *No es equitativo tampoco favorecer a la enseñanza privada frente a la pública, como hace claramente la Lomce, creando centros de excelencia mediante la selección del alumnado, convirtiendo además los conciertos en un sistema más por sí mismo y no en un sistema subsidiador de la enseñanza pública para extenderla a donde no llegue. Desde luego, tampoco nada tiene que ver con la equidad el blindaje de los conciertos económicos por ley y la legalización de las subvenciones a centros que segregan al alumnado por razón de género, dándoles el mismo trato a la hora de suscribir conciertos que a los demás, en contra, efectivamente, de sentencias de distintos tribunales. Nuestra enmienda número 319 manifiesta de nuevo el rechazo a este modelo, el rechazo absolutamente rotundo, y propone la supresión del apartado 3 del artículo 84.*

## **Boletins Oficiais do Congresso de Deputados (BOCD) – CEECD**

Além das transcrições das sessões da CEECD do Congresso dos Deputados, também foram analisados os boletins oficiais do Congresso de Deputados (BOCD) no âmbito dessa comissão. Nesses boletins, constavam os documentos constantes na tramitação do PL, desde o projeto de lei inicial, as propostas de emendas, até a proposição final. Assim, foram analisados três BOCD, publicados no período em que a discussão estava na CEECD.

O primeiro BOCD, de 24 de maio de 2013, disponibilizou o Projeto de Lei da LOMCE em sua integridade, conforme proposto pelo governo do PP. O prazo de apresentação de emendas ficou aberto de 24 de maio a 11 de Setembro de 2013. O BOCD publicado em 18 de setembro de 2013 constituiu-se do compilado de propostas de emendas ao PLOMCE. O terceiro BOCD, do dia 24 de setembro do mesmo ano, continha as correções referentes às emendas e a proposição final do PLOMCE.

Inicialmente, a análise foi feita nos três documentos, em conjunto. Identificou-se a quantidade de menções às palavras-chave principais e, em seguida, analisou-se as palavras-chave em seus parágrafos. Foram identificadas 42 menções à palavra “gênero”, porém, nenhuma menção à “ideologia de gênero”. Destaca-se que houve significativamente maior presença da palavra “ideologia” nos boletins do que nos discursos das sessões da CEECD.

Tabela 10: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos dos BOCD no âmbito da Comissão de Educação e Esporte do Congresso dos Deputados em 2013

<b>Palavras-chave</b>	<b>Parágrafos</b>
Religião/ cristianismo / igreja	133
Sexualidade / sexo / sexual	58
Gênero	40
Igualdade de gênero	25
Direitos Humanos	22
Laico / Laicidad / Laicismo	22
Violência de gênero	22
Educação diferenciada	6
Neoconservador / conservador	6
Neoliberal / Neoliberalismo	5
Educação mista	3
Homossexual / Homofobia / Diversidade afetivo-sexual	3
Feminismo / feminista / feminina	2
Ideologia de gênero	0

Fonte: elaboração própria

Nota-se que termos como “religião/ cristianismo / igreja” permanecem como os mais mencionados, quando consideramos os parágrafos ( $\approx 38\%$ ), seguidos pelas flexões de sexo (17%). Em terceiro, encontram-se os parágrafos nos quais constam o termo gênero (12%).

Ao analisar os 40 parágrafos em que “gênero” é mencionado, percebe-se que a expressão “violência de gênero”<sup>74</sup> aparece em 22 deles, portanto, sendo um tema recorrente e essencial para a presente pesquisa. Durante a classificação desses parágrafos, em relação ao posicionamento e ao grupo parlamentar, verificou-se que muitos deles eram iguais, por constarem em diferentes emendas. Na proposição das emendas, muitas citavam artigos do PL original, muitas vezes propondo mudanças em apenas alguns incisos que não se relacionavam com gênero, ou ideologia, ou outra palavra-chave.

Assim, buscou-se identificar as citações repetidas e analisar, por ordem cronológica, a primeira menção e as demais, a fim de verificar se foram propostas alterações. Em casos de propostas de modificação, mantivemos a citação, porém, em caso de repetição por outros

<sup>74</sup> O termo é utilizado no sentido de combater a violência contra a mulher, e não se identificou relação com demais fenômenos de violências nas escolas, como, por exemplo, situações de homofobia.

motivos, em que a emenda não estava relacionada especificamente à questão de gênero, a citação foi excluída. Após esse filtro, restaram 35 parágrafos que mencionam gênero.

#### **a) Boletim Oficial do Congresso dos Deputados – 24 de maio de 2013**

Na proposta inicial do PLOMCE, constante no BOCD do dia 24 de maio de 2013, foram encontrados cinco parágrafos que mencionavam gênero. Dentre esses, apenas um parágrafo se repetia, pois mencionava como estava escrito na Lei Orgânica de Educação de 2006, a qual o governo buscava recuperar.

Os outros quatro parágrafos foram classificados como “a favor da perspectiva de gênero”. Porém, destaca-se que três deles mencionam violência de gênero, um termo aceito e defendido, inclusive pelo GPP.

#### **b) Boletim Oficial do Congresso dos Deputados – 18 de setembro de 2013**

No BOCD de 18 de setembro de 2013, com a exclusão dos parágrafos que não propunham de fato nenhuma mudança, ou somente repetiam informações anteriores, foram encontrados 22 parágrafos que mencionam gênero, sendo que onze destes na expressão “violência de gênero” (50%).

Apenas a emenda nº 580, de autoria do GPC, possuía um posicionamento favorável à educação diferenciada, reduzindo a importância da educação mista para a igualdade de gênero, e opondo-se a essa perspectiva.

Pode-se aplicar a sentença do Tribunal Supremo alemão, Sala de Contenciosos Administrativos, de 30 de janeiro de 2013, que conclui que ‘na Alemanha como em outros países, as escolas de educação diferenciada têm uma longa tradição e ainda estão difundidas, sem que haja déficits educacionais conhecidos de qualquer tipo’. Na teoria pedagógico-didática, as vantagens e desvantagens das escolas de educação diferenciada continuam a ser discutidas de forma controversa, não se tendo chegado a nenhuma conclusão unânime e incontestável sobre seu valor pedagógico, nem sobre a questão de sua adequação para a internalização da igualdade de gênero pelos alunos<sup>75</sup> (ESPANHA, 2013a, p. 374, tradução nossa).

---

<sup>75</sup> No original: *Es aplicable el razonamiento de la sentencia del Tribunal Supremo alemán, Sala de lo Contencioso Administrativo, de 30 de enero de 2013, que concluye que «tanto en Alemania como en otros países, los colegios de educación diferenciada cuentan con una tradición antigua y siguen estando muy extendidos, sin que se haya tenido conocimiento de que presentan déficits educativos de ningún tipo. En la teoría pedagógico-didáctica, se sigue discutiendo controvertidamente sobre las ventajas y los inconvenientes los colegios de educación diferenciada, sin que se haya alcanzado ninguna opinión unánime e indiscutida sobre su valoración pedagógica, tampoco respecto a la cuestión de su idoneidad para la interiorización de la igualdad de género por parte de los alumnos.*

Além disso, verificou-se o posicionamento dos grupos parlamentares em relação às emendas que tratavam da questão de gênero. A maioria ( $\approx 91\%$ ) das emendas propostas que mencionam gênero foram classificadas como favoráveis à perspectiva de gênero. Cabe, porém, fazer uma observação. Como mencionado anteriormente, mesmo no PLOMCE inicial, já havia a inserção do combate à violência de gênero. Assim, reitera-se que, dos 20 parágrafos favoráveis, metade (50%) falavam de violência de gênero, uma perspectiva adotada até pelos conservadores à época na Espanha: todos parágrafos propostos pelos membros do GPP falavam sobre violência de gênero e não se opunham à utilização do termo na lei orgânica de educação.

As emendas que mencionam a questão de gênero foram analisadas ainda em relação ao tipo de emenda<sup>76</sup> e seu posicionamento. Observou-se que a maioria das emendas propostas eram de modificação, seguidas por emendas de adição. As emendas contrárias à perspectiva de gênero foram emendas supressivas. Dentre as 11 emendas de totalidade, quatro (36%) mencionavam gênero, posicionando-se a favor da perspectiva de gênero.

Além disso, analisou-se também se a menção ao gênero estava na proposta de alteração do texto do PLOMCE ou se compunha a justificativa da emenda. Assim, percebe-se que 9 parágrafos propunham alterações e os demais constavam na justificativa. Destaca-se que, desta análise, foram excluídas as emendas de totalidade, tendo em vista que essas propõem a devolução total do PL.

### **c) Boletim Oficial do Congresso dos Deputados – 24 de setembro de 2013**

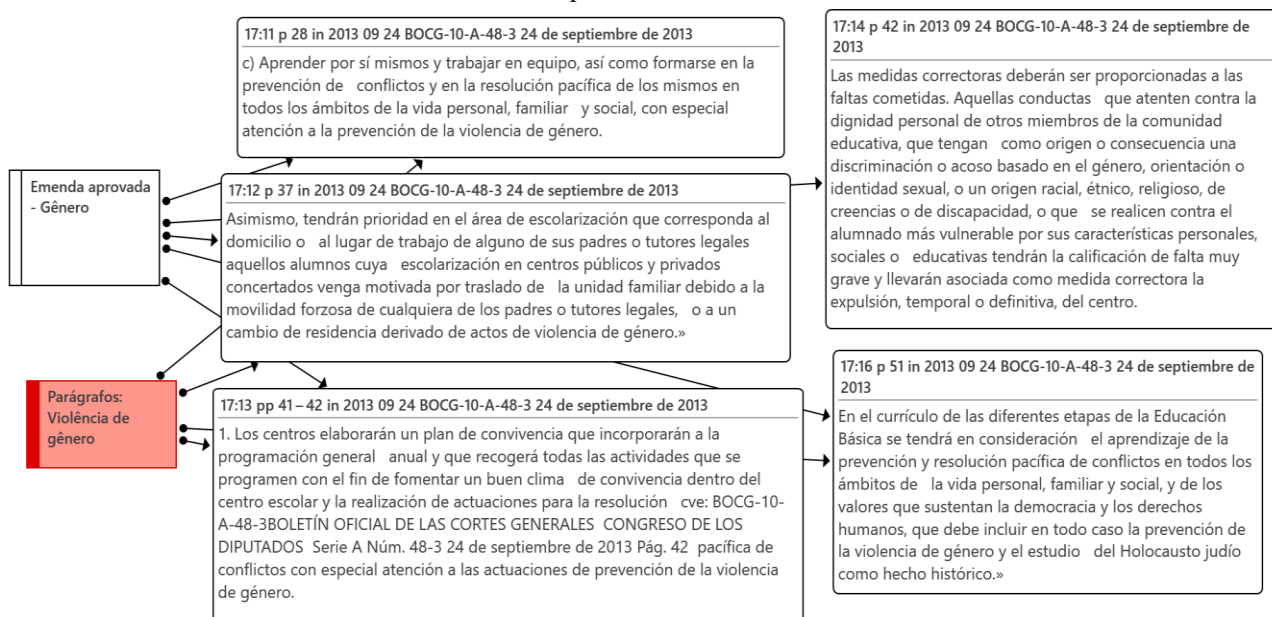
O BOCD do dia 24 de setembro de 2013 apresenta um relatório referente às emendas, assim como um compilado do PLOMCE, conforme modificações. Ademais, o documento destaca ainda quais emendas seguiram para apreciação do plenário da casa.

A fim de compreender a modificação das emendas, foi necessária uma comparação com o PL inicial, destacando se os trechos já constavam naquele documento ou se foram inseridos pelas emendas. Destaca-se que o foco permaneceu nos parágrafos que mencionavam gênero.

---

<sup>76</sup> De acordo com o Regimento Interno do Congresso dos Deputados, em seu artigo 110, “2. As emendas podem ser para o todo ou para os artigos. 3. As emendas à totalidade serão aquelas que tratam da adequação, dos princípios ou do espírito do Projeto de Lei e que propõem que ele seja reenviado ao Governo ou que propõem uma alternativa completa um texto alternativo completo ao do projeto de lei. Elas só podem ser apresentadas pelo Grupos Parlamentares. 4. As emendas aos artigos podem ser de supressões, modificações ou adições. Nos dois últimos casos, a emenda deve conter o texto real proposto” (ESPAÑA, 1982, p.31 – tradução nossa).

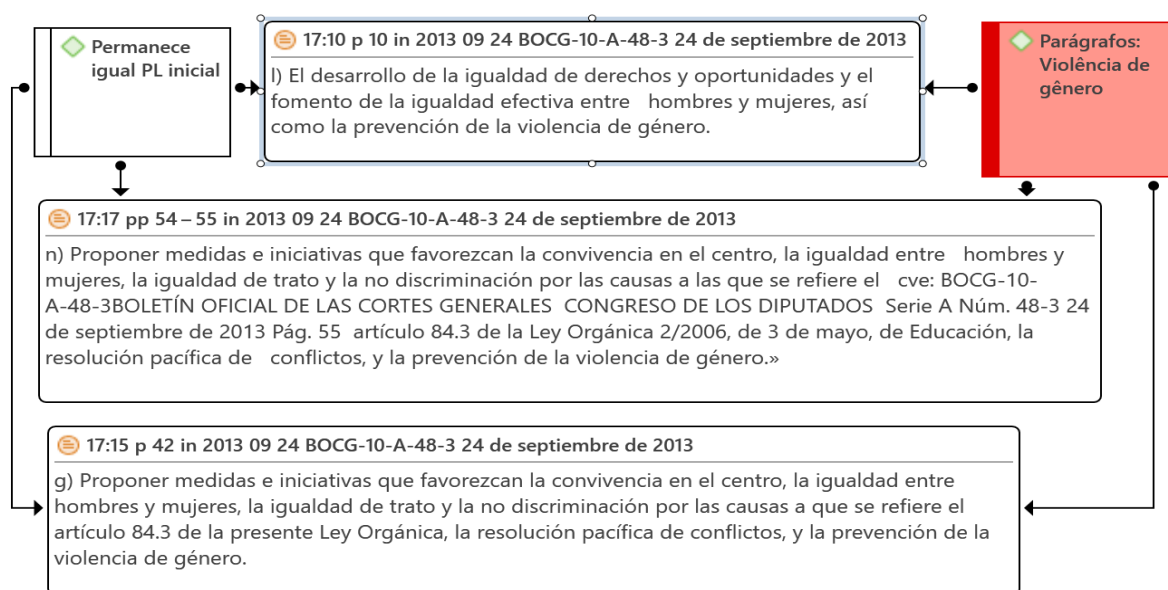
Figura 9: Emendas que mencionam gênero e foram aprovadas pela Comissão de Educação e Esporte do Congresso dos Deputados em 2013



Fonte: elaboração própria

Foram encontrados oito parágrafos nesse BOCD que mencionavam gênero. Dentre eles, aproximadamente cinco foram aprovados, modificando o PLOMCE, de forma favorável à perspectiva de gênero. Os outros três parágrafos que mencionavam gênero já constavam no PL inicial e permaneceram inalterados.

Figura 10: Parágrafos que mencionam gênero e já constavam no Projeto de Lei Orgânica de Melhoria da Qualidade Educativa, no período de 2013



Fonte: elaboração própria

Destaca-se que, dos oito parágrafos, sete apresentavam a expressão “violência de gênero”. A única emenda aprovada que não menciona violência trata das medidas corretivas para o corpo discente que cometer discriminações, dentre elas a de gênero, destacando que devem ser educativas e integradoras e não repressivas. Essa emenda foi proposta pelo GPIIP.

Em 26 de setembro de 2013, foram finalizados os trabalhos na Comissão de Educação e Esporte, sendo a matéria transferida para o Plenário do Congresso dos Deputados, contendo as alterações mencionadas acima.

### Plenário do Congresso dos Deputados

Na página eletrônica do Congresso dos Deputados<sup>77</sup>, a qual apresenta a tramitação e os documentos referentes à LOMCE, foram encontradas duas sessões do plenário que discutiram o projeto. A transcrição das sessões foi disponibilizada no documento chamado Diário das Sessões do Congresso dos Deputados. Tendo em vista que várias matérias são discutidas e

<sup>77</sup> Pode ser acessada pelo link: [https://www.congreso.es/busqueda-de-iniciativas?p\\_p\\_id=iniciativas&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&iniciativas\\_mode=mostrarDetalle&iniciativas\\_legislatura=X&iniciativas\\_id=121%2F000048](https://www.congreso.es/busqueda-de-iniciativas?p_p_id=iniciativas&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&iniciativas_mode=mostrarDetalle&iniciativas_legislatura=X&iniciativas_id=121%2F000048).

votadas em uma mesma sessão, acreditou-se ser necessário isolar apenas os trechos que se referiam ao PLOMCE. Isso foi executado nas sessões plenárias do CD, assim como do Senado.

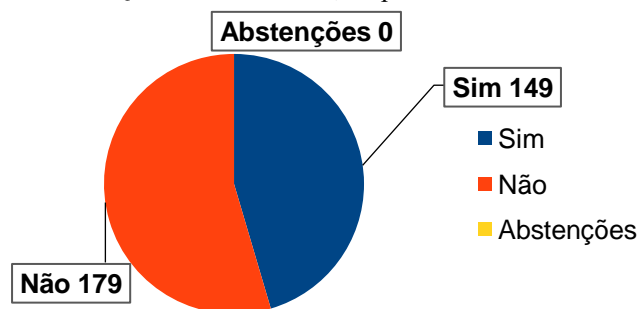
A primeira sessão ocorreu no dia 16 de julho de 2013, na qual ocorreu o debate de totalidade do PLOMCE. A sessão iniciou-se com a apresentação do então Ministro de Educação, Cultura e Esporte, o sr. Wert Ortega. O presidente da sessão destacou que foram apresentadas onze emendas à totalidade de devolução. Assim, prosseguiu-se às defesas das emendas, pelos porta-vozes dos grupos parlamentares que as propuseram.

Inicialmente, a transcrição foi examinada em relação às palavras “gênero” e “ideología”. Na primeira sessão plenária que tratou do PLOMCE, foi identificada apenas uma menção à palavra “gênero”, sendo que essa foi classificada com sentido taxonômico, e não como categoria de análise, tampouco sob a perspectiva da teoria de gênero. Houve 19 menções à ideologia, porém, nenhuma à “ideologia de gênero”.

A partir da análise das demais palavras-chave, destaca-se que os termos “religião” e seus semelhantes permanecem com maior número de citações, seguidos por sexualidade. Ressalta-se ainda que não houve nenhuma menção à violência de gênero, educação diferenciada ou direitos humanos.

Nessa reunião, foram votadas as emendas de totalidade, apresentadas pelo GPMX, GPV, GPIIP, GPC e GPS. A votação foi realizada de forma conjunta, sendo que não foram aprovadas. A votação das emendas em conjunto foi rejeitada por aproximadamente 55% dos deputados. Não estava disponível no sítio eletrônico a especificação dos votos por GP.

Figura 11: Votação das emendas de totalidade na sessão do dia 16 de julho de 2013 no Plenário do Congresso dos Deputados da Espanha, no âmbito da discussão do Projeto de Lei Orgânica de Melhoria da Qualidade Educativa, no período de 2013



Fonte: elaboração própria



A outra sessão que apreciou o PLOMCE no âmbito do plenário do CD ocorreu no dia 10 de outubro de 2013, após a conclusão dos trabalhos da comissão de educação. Nessa sessão, foi apresentado o parecer da CEECD, cujas emendas foram defendidas pelos respectivos grupos parlamentares. A sessão foi analisada conforme metodologia anteriormente explicada. Não foi encontrada nenhuma menção à palavra “gênero”, nem “ideologia de gênero”. Em relação aos parágrafos, apenas 03 mencionavam religião e suas flexões. Nessa sessão, foram votadas diversas emendas, conforme previsão do relatório do dia 24 de setembro de 2013. Tendo em vista que não há nenhuma menção ao gênero, não houve uma análise minuciosa dessas discussões.

### **Boletins Oficiais do Congresso de Deputados (BOCD) – Plenário**

Foram publicados três boletins oficiais durante o período em que a PLOMCE esteve em discussão no plenário do Congresso dos Deputados, em sua primeira fase. Após análise, notou-se que, no parecer da comissão, recebido no dia 08 de outubro de 2013, foram encontradas oito menções à palavra gênero, assim como no BOCD que apresentou a aprovação do PLOMCE pelo plenário. Em ambos os documentos, não houve nenhuma menção à “ideologia de gênero”.

Seguindo para a análise dos parágrafos, não houve menção a nenhuma das palavras-chave no BOCD de 11 de outubro de 2013, assim como não houve menção às palavras-chave que não constam na planilha. Destaca-se novamente a inexistência da expressão “ideologia de gênero”. Religião permanece como a palavra-chave que mais apareceu, seguida por gênero. Por meio da planilha, é possível notar que não houve mudanças no PLOMCE no que concerne o objeto de estudo dessa pesquisa. Por fim, verificou-se que todos os oito parágrafos permaneceram classificados como favoráveis à perspectiva de gênero.

#### **4.2.1.2. Senado (outubro a novembro de 2013)**

Após a apreciação no Plenário do Congresso dos Deputados, o Senado recebeu o PLOMCE no dia 10 de outubro de 2013. Foram realizadas quatro sessões no âmbito da Comissão de Educação e Esporte do Senado (CEES) e duas sessões no plenário.

Para maior compreensão da análise dos dados, é importante descrever a composição dos grupos parlamentares no Senado na X Legislatura (2011-2016).

Tabela 11: Grupos parlamentares ativos no Senado durante a X Legislatura (2011-2016)

<b>Grupo Parlamentar</b>	<b>Partidos principais</b>	<b>Número de Assentos</b>
<i>Grupo Parlamentario Popular en el Senado (GPP)</i>	PP	161
<i>Grupo Parlamentario Socialista (GPS)</i>	PSOE	58
<i>Grupo Parlamentario Catalán en el Senado de Convergència I D'unió (GPC)</i>	Convergència i Unió (CIU)	13
<i>Grupo Parlamentario Entesa pel Progrés de Catalunya (GPEPC)</i>	Iniciativa per Catalunya Verds (ICV)	10
<i>Grupo Parlamentario Vasco en el Senado (GPV)</i>	Partit dels Socialistes de Catalunya (PSC-PSOE)	5
<i>Grupo Parlamentario Mixto (GPMX)</i>	Partido Nacionalista Vasco (PNV)	9
	Diversos	

Fonte: elaboração própria

Apesar de semelhanças com os grupos presentes no Congresso dos Deputados, a planilha acima permite observar também a prevalência da maioria de assentos do GPP em relação aos demais grupos.

### **Comissão de Educação e Esporte do Senado (CEES)**

A primeira reunião da CEES, na qual se tratou do PLOMCE, ocorreu no 21 de março de 2013, com a apresentação do PL pelo então ministro da Educação, o sr. Wert Ortega. Nessa reunião, não houve nenhuma menção à questão de gênero.

Nas três sessões posteriores da comissão<sup>78</sup>, nas quais ocorreram discussões sobre o projeto e sobre as emendas propostas pelos senadores e senadoras, foram encontradas cinco menções à palavra gênero, com destaque para a primeira menção à “ideologia de gênero” no contexto de discussão do PLOMCE.

Ao contrário dos documentos do CD, as sessões da CEES tiveram “ideologia” e seus derivados com o maior número de menções em parágrafos. Houve o mesmo número de menções à sexualidade e religião (25). Em relação ao gênero, identificaram-se apenas cinco parágrafos. Prosseguiu-se para a análise dos posicionamentos e dos sujeitos.

<sup>78</sup> Foram realizadas nos dias 29/10/2013, 12/11/2013 e 13/11/2013.

Destaca-se que, dos cinco parágrafos, três foram classificados como a favor da perspectiva de gênero, e dois como contrários. O quinto parágrafo não foi mencionado por nenhum senador ou senadora, mas foi proposto na redação de uma emenda de adição, a qual foi aprovada na sessão do dia 13 de novembro de 2013. Ainda, foi possível notar que o senador e a senadora<sup>79</sup> que se posicionaram de forma contrária à perspectiva de gênero pertenciam ao GPP, e as senadoras favoráveis<sup>80</sup> pertenciam ao GPS e ao GPMX.

O pseudoconceito da “ideologia de gênero” foi proferido pelo Senador Pera Guerra (GPP):

Em relação às emendas da Esquerda Republicana da Catalunha, a número 229 é similar a da Esquerda Unida que comentei, no sentido de que não gostam da referência ao papel dos pais e mães como primeiros responsáveis pela educação de seus filhos, tampouco que se mencione seu direito de escolher a educação para eles e, em troca, deve-se ressaltar de forma redundante os *slogans* da ideologia de gênero<sup>81</sup> (PERA GUERRA, 2013, p. 28, tradução nossa, grifos nossos).

Nesse parágrafo, é possível realizar três observações interessantes para a pesquisa. O senador defende a perspectiva de que os pais e mães são os principais responsáveis e, por isso, teriam direito de escolher a educação de seus filhos. Nesse sentido, a perspectiva neodireitista é manifesta, pela individualização da responsabilidade da educação na família e, sob o argumento da liberdade negativa como central, retira a possibilidade de uma educação diversa, plural e antidiscriminatória. Essa visão encoraja tanto a educação diferenciada, a educação religiosa, quanto a educação domiciliar.

Nesse sentido, estimula-se o controle dos valores e corpos das crianças e adolescentes, assim como o interesse de instituições e empresas em mercantilizar a educação. Para fortalecer seus argumentos, mais uma vez, a “ideologia de gênero” surge como algo a ser combatido, como inimigo com seus *slogans*. Assim, acobertam sua própria ideologia, sob o manto da “perversa” ideologia de gênero.

---

<sup>79</sup> Posicionaram-se de forma contrária o senador Peral Guerra (GPP) e a senadora Haro Brito (GPP).

<sup>80</sup> Posicionaram-se favoravelmente a senadora Fernández Pena (GPS) e senadora Mendizabal Azurmendi (GPMX).

<sup>81</sup> No original: *En cuanto a las enmiendas de Esquerda Republicana de Catalunya, la número 229 es similar a la que he comentado de Izquierda Unida, en el sentido de que no les gusta la referencia al papel de los padres y las madres como primeros responsables de la educación de sus hijos, ni tampoco que se mencione su derecho a elegir la educación para aquellos y, en cambio, hay que resaltar de forma redundante las consignas de la ideología de género.*

## **Boletins Oficiais das Cortes Gerais – Senado (BOCGS)**

O primeiro Boletim Oficial das Cortes Gerais – Senado (BOCGS) referente a essa matéria foi publicado em 14 de outubro de 2013, contendo o texto do PLOMCE enviado pelo Congresso dos Deputados. Nesse documento, estabelece-se que o Senado teve até o dia 25 de outubro para apresentar propostas de emendas e de vetos.

Prosseguiu-se à análise de todos os Boletins Oficiais produzidos sobre o PLOMCE, enquanto esse projeto esteve no Senado. Nos boletins oficiais publicados no âmbito do Senado, a palavra “gênero” foi mencionada 64 vezes, porém, não houve nenhuma menção à ideologia de gênero. Identificou-se também 61 parágrafos contendo gênero.

Durante a análise, porém, notou-se que vários parágrafos se repetiam em diferentes documentos, pois não houve propostas de sua alteração. Todos permaneceram com posicionamento favorável à perspectiva de gênero. Assim, não consta na tabela abaixo os parágrafos provenientes do boletim que continha o texto enviado pelo Congresso dos Deputados.

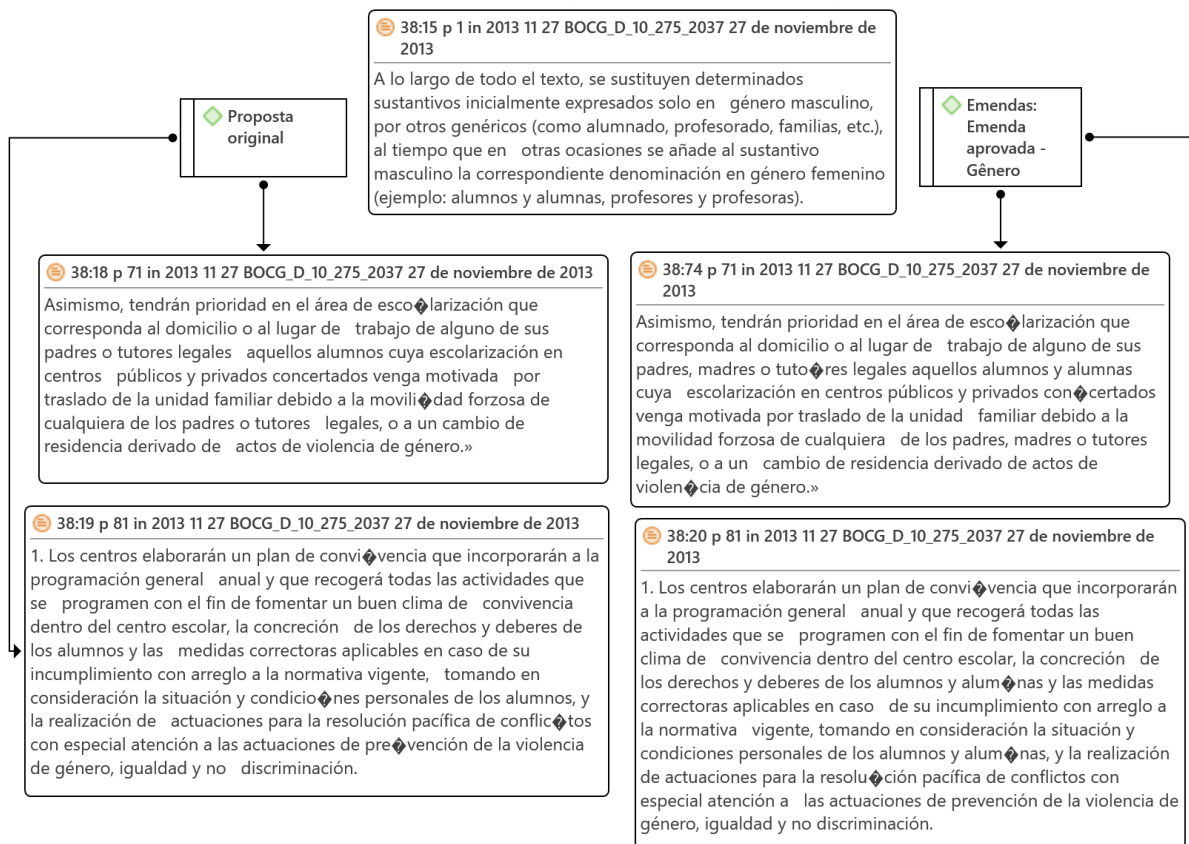
Após as alterações propostas pelo Parecer da Relatoria, não houve novas modificações na redação dos oito parágrafos que mencionavam gênero, portanto, também não constam abaixo os boletins referentes ao Parecer da Comissão e o Texto enviado pelo Senado. O BOCGS que apresenta as propostas de vetos e emendas do Senado, já possui a comparação com o texto do CD, portanto, permanece e qualifica a análise. Também foram retirados os BOCGS que não possuíam menção ao gênero.

Tabela 12: Posicionamento dos parágrafos que mencionam “gênero”, nos Boletins Oficiais no Senado, referentes ao PLOMCE, em 2013

<b>Assunto e data do Boletim Oficial do Congresso dos Deputados</b>	<b>A favor da igualdade de gênero</b>	<b>Contrário à inclusão de gênero</b>	<b>Não se posiciona a favor nem contra</b>	<b>Totais</b>
Propostas de Veto (06/11/2013)	2	-	-	2
Propostas de Emendas (06/11/2013)	14	1	2	17
Parecer da Relatoria (15/11/2013)	8	-	-	8
Emendas do Senado por mensagem fundamentada (27/11/2013)	11	-	-	11
<b>Totais</b>	<b>35</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>38</b>

Fonte: elaboração própria

Figura 12: Comparação das alterações aprovadas nas emendas que mencionam gênero e a proposta original, nos Boletins Oficiais no Senado, referentes ao PLOMCE, em 2013



Fonte: elaboração própria

No BOCGS de 27 de novembro de 2013, no qual constam as emendas realizadas pelo Senado, acompanhadas por mensagem fundamentada, constam as modificações realizadas a fim de adequar o PLOMCE à flexão de gênero, utilizando, por exemplo, alunos e alunas; pais, mães e responsáveis legais. Foram alterados dois dos parágrafos que mencionavam gênero, conforme figura acima. Gênero também foi mencionado na mensagem inicial do documento, explicando as alterações ao longo do texto.

Assim, em 28 de novembro de 2013, o texto do Senado, acompanhado do documento com as emendas, foi enviado ao Congresso dos Deputados.

#### 4.2.1.3. Congresso dos Deputados (novembro de 2013 – 2ª fase)

Houve apenas uma sessão no âmbito do Congresso dos Deputados, para analisar os vetos e emendas propostos pelo Senado, a qual ocorreu no plenário da casa. A sessão ocorreu

no dia 28 de novembro de 2013, e, para fins da pesquisa, analisou-se apenas o conteúdo referente à LOMCE.

Foram identificadas seis menções à palavra gênero, em cinco parágrafos diferentes. A palavra ideologia é a que aparece em um maior número de parágrafos. Em relação ao gênero, quatro parágrafos exprimiram falas de deputados e deputadas, e um apenas enunciou a votação. Destaca-se que duas falas se posicionaram de forma favorável à perspectiva de gênero, inclusive criticando a LOMCE:

Non tem como melhorar una lei que tem sido ruim desde o início, que não tem o apoio da comunidade escolar, que só é apoiada pelos setores mais retrógrados da esfera educacional, setores que ficarão profundamente gratos por vocês terem aceitado uma emenda de um grupo parlamentar sobre educação diferenciada. Não consigo entender, acho que ninguém consegue entender, que acabaram incluindo no texto final da lei uma emenda que retira a condição de cumprimento das recomendações da Unesco ao considerar a educação diferenciada, o que todos nós chamamos de segregação de sexos. Para você, sr. ministro, as decisões dos tribunais sobre este assunto são de pouca importância. A coisa correta a dizer seria não dizer que não importam nada. E, o que é pior, você se preocupa ainda menos com as consequências da desigualdade para as mulheres, os papéis diferenciados, com todas as consequências que isto - repito - tem para o desenvolvimento da igualdade das mulheres.<sup>82</sup> (GARCÍA ALVAREZ, 2013, p.31, tradução nossa).

Além disso, há um discurso claramente contrário, e uma fala em que uma deputada do GPP justifica a lei, com base no combate à violência de gênero, porém, não defende uma perspectiva de fato a favor do gênero.

Penso que vocês me permitirão, numa breve e rápida revisão final, indicar o fio condutor das verdades da reforma porque, como nos romances de ficção, qualquer semelhança com o discurso que vocês vêm mantendo é pura coincidência; vocês confundiram discordar com disfarçar a realidade. Notem que, na Lomce, nos princípios, ressaltamos: equidade que garante igualdade de oportunidades para o pleno desenvolvimento da personalidade; reconhecimento do papel dos pais como os principais responsáveis pela educação de seus filhos; prevenção do assédio e desenvolvimento de valores nas escolas que promovem a igualdade efetiva entre homens e mulheres, bem como a prevenção da violência de gênero; liberdade de ensino e a escolha do tipo de educação e escola; além disso, define, especifica, clarifica e unifica a regulamentação básica do currículo e a distribuição de

---

<sup>82</sup>No original: *No hacen mejor una norma que es mala desde sus inicios, que no cuenta con el respaldo de la comunidad escolar, que solo la apoyan los sectores más retrógrados del ámbito educativo, sectores que se sentirán profundamente agradecidos de que ustedes hayan recogido una enmienda de un grupo parlamentario sobre la educación diferenciada. No puedo entender, no creo que nadie pueda entenderlo, que terminen por recoger en el texto final de la ley una enmienda que elimina la salvedad de cumplir con las recomendaciones de la Unesco a la hora de considerar la educación diferenciada, lo que en román paladino llamamos todo el mundo segregación de sexos. A usted, señor ministro, las sentencias de los tribunales al respecto le importan más bien poco. Lo correcto sería decir más bien nada. Y, lo que es peor, las consecuencias de la desigualdad en las mujeres, los roles diferenciados, aún les preocupa menos con lo que esto —reitero— tiene de consecuencia para el desarrollo de la igualdad de las mujeres.*

competências sob o princípio constitucional de garantir aos espanhóis igualdade de tratamento em um sistema descentralizado e sua coordenação; [...] Em resumo, algo muito distante do que eles disseminam.<sup>83</sup> (MORO ALMARAZ, 2013, p. 38, tradução nossa).

Assim, reitera o combate à violência de gênero, como se fosse suficiente para garantir a igualdade entre homens e mulheres, como está mencionado nos princípios. Mas, ao mesmo tempo, defende a educação diferenciada.

A partir dos dados mostrados na tabela 51, percebe-se que, em relação ao grupo parlamentar, posicionaram-se favoravelmente o deputado Bedera Bravo (GPS) e deputada García Álvarez (GPIP), enquanto manifestaram-se contrários o deputado Martínez Gorriarán (GPUD) e a deputada Moro Almaraz (GPP). Destaca-se ainda que há um equilíbrio em relação ao gênero dos oradores, tendo uma mulher e um homem favoráveis e uma mulher e um homem contrários.

Em relação à votação, o presidente da sessão, deputado Posada Moreno anunciou:

Em primeiro lugar, votaremos uma alteração de redação ao longo de todo o texto, que substitui certos substantivos inicialmente expressos apenas no gênero masculino, por outros genéricos, enquanto em outras ocasiões a denominação correspondente no gênero feminino é adicionada ao substantivo; e para o item único. Dezoito.<sup>84</sup> (POSADA MORENO, 2013, p. 86, tradução nossa).

Foram emitidos 321 votos, sendo 298 a favor, nenhum contra e 23 abstenções. Assim, foi aprovado a flexão de gênero em todo o PLOMCE.

---

<sup>83</sup> No original: *Creo que me permitirán ustedes que, en un repaso final muy somero y rápido, indique el hilo conductor de las verdades de la reforma porque, como en las novelas de ficción, todo parecido con el discurso que vienen manteniendo es pura coincidencia; han confundido discrepar con disfrazar la realidad. Fíjense, en la Lomce, en los principios resaltamos: la equidad que garantiza la igualdad de oportunidades para el pleno desarrollo de la personalidad; el reconocimiento del papel de los padres como primeros responsables en la educación de los hijos; prever el acoso escolar y desarrollar en la escuela los valores que fomenten la igualdad efectiva entre hombres y mujeres, así como la prevención de la violencia de género; la libertad de enseñanza y la elección del tipo de educación y centro; además se define, precisa, clarifica y unifica la regulación básica del currículum y la distribución de competencias bajo el principio constitucional de garantizar a los españoles igualdad de trato en un sistema descentralizado y su coordinación; [...]. En definitiva, algo muy distante de lo que difunden.*

<sup>84</sup> No original: *primero votaremos una enmienda de enunciado a lo largo de todo el texto, que sustituye determinados sustantivos inicialmente expresados solo en género masculino, por otros genéricos, al tiempo que en otras ocasiones se añade al sustantivo la correspondiente denominación en género femenino; y al artículo único. Dieciocho.*

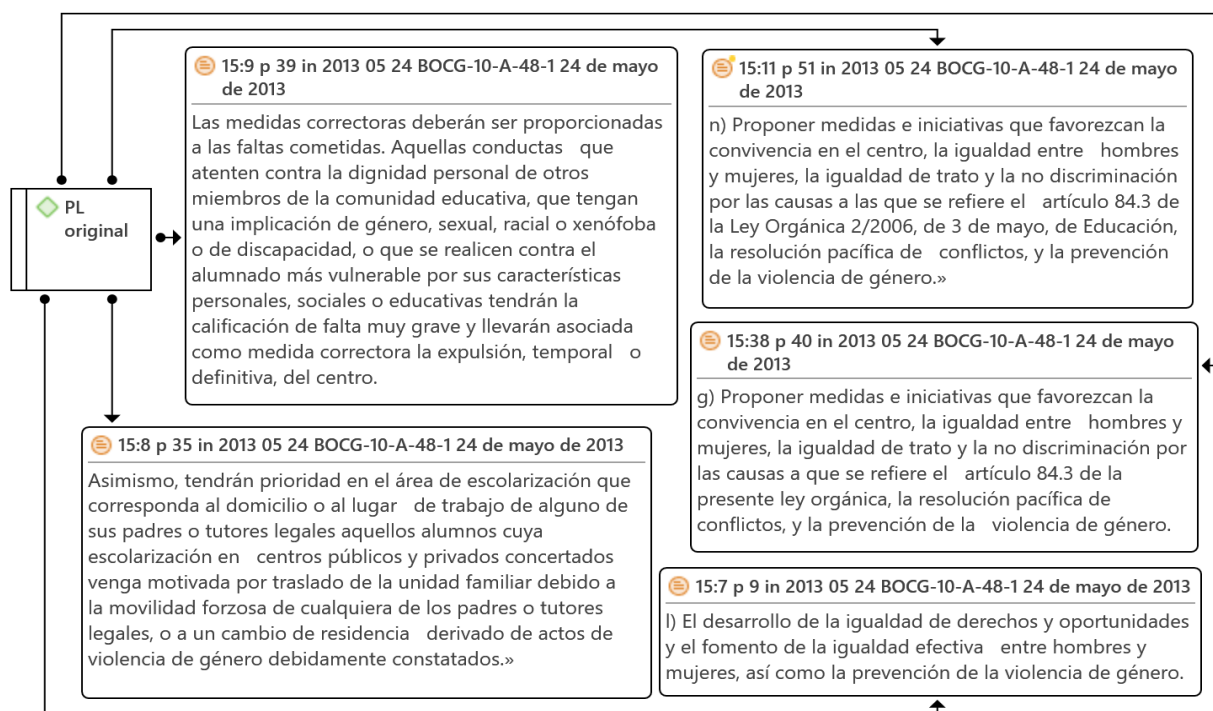


## Boletins Oficiais do Congresso de Deputados (BOCD) – novembro de 2013

O primeiro BOCD publicado após a devolução do Senado consistiu na apresentação das emendas do Senado, documento já analisado quando da conclusão da tramitação naquela casa. Houve apenas um outro BOCD, datado de 04 de dezembro de 2013, o qual expõe a aprovação final da LOMCE.

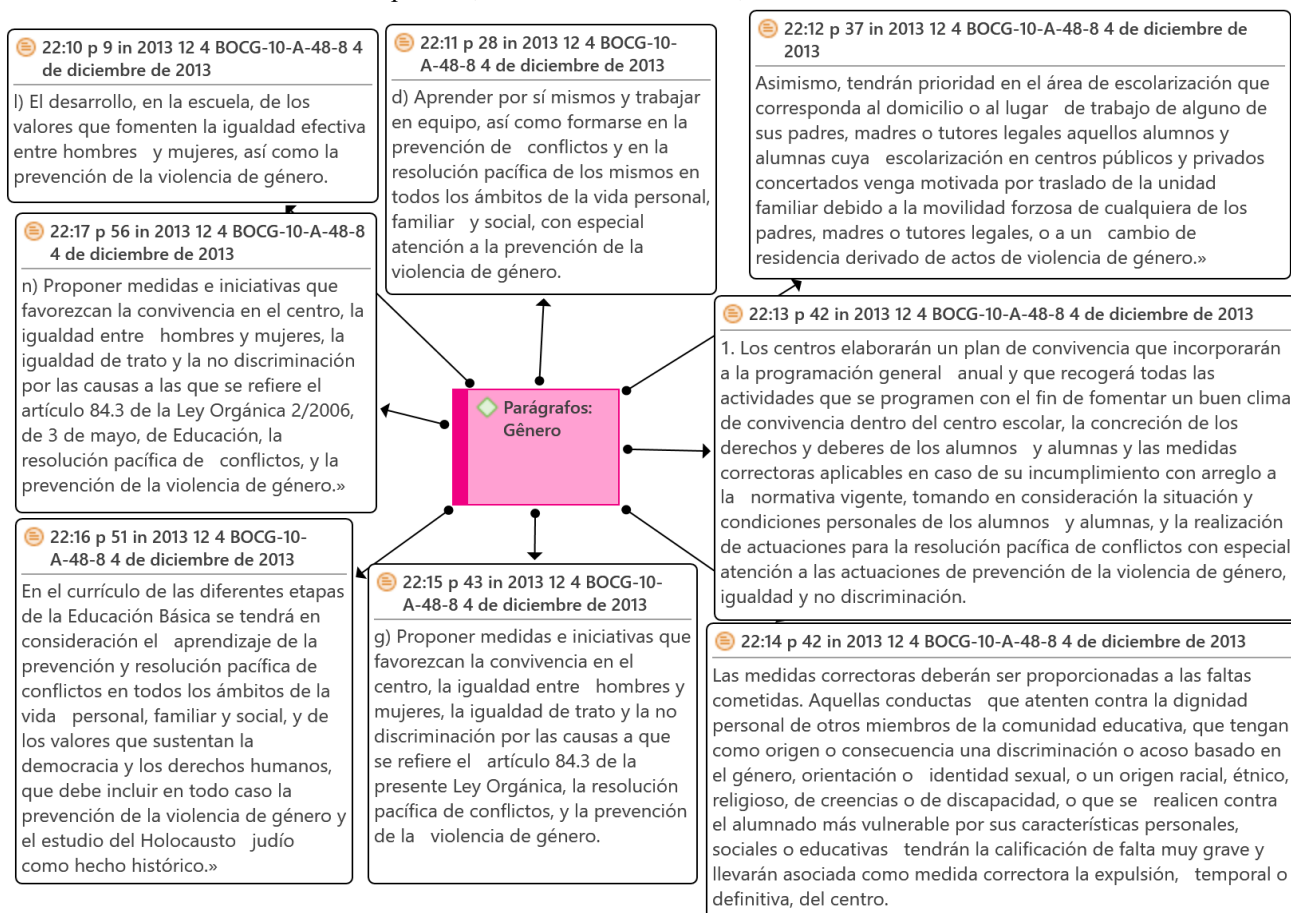
Foram analisadas as modificações presentes no documento final, em comparação com a proposta inicial da LOMCE, de 24 de maio de 2013. No documento final, a palavra gênero apareceu em 08 parágrafos, três menções a mais do que o documento inicial. Decidiu-se, portanto, explorar quais foram as modificações realizadas após a tramitação da lei orgânica. As figuras abaixo mostram quais parágrafos que continham a palavra “gênero” permaneceram inalterados e quais foram modificados.

Figura 13: Emendas que mencionam gênero na proposta original, nos Boletins Oficiais no Congresso dos Deputados, referentes ao PLOMCE, em novembro de 2013



Fonte: elaboração própria

Figura 14: Comparação das alterações aprovadas nas emendas que mencionam gênero, nos Boletins Oficiais no Congresso dos Deputados, referentes ao PLOMCE, em novembro de 2013



Fonte: elaboração própria

Apesar de ser uma lei de caráter conservador e em grande parte permeada pela religião, a LOMCE ainda assim, faz um debate minimamente mais robusto, em relação à igualdade ou desigualdades de gênero, inclusive aprovando modificações favoráveis no seu texto final. Por outro lado, há uma predominância do combate à violência de gênero, o que é importante, mas insuficiente. O caminho até a igualdade de gênero é muito mais amplo e mais complexo do que apenas mencionar a violência de gênero.

Destaca-se ainda que a LOMCE permanece permeada pela familiarização da educação e o uso da liberdade para promover a educação diferenciada, que não contribui para uma educação diversa e plural, que possibilite a convivência entre os sexos e a superação da desigualdade de gênero. Por fim, a flexão de gênero trouxe visibilidade para as mulheres, enquanto, por outro lado, a LOMCE permanece uma lei que não reflete os anseios da população

e dos educadores. Assim, fortalece as necessidades básicas das mulheres, sem, porém, promover os interesses estratégicos de gênero.

#### **4.2.2. Lei Orgânica que modifica a Lei Orgânica de Educação 2/2006 de 3 de maio (LOMLOE) – 2020**

A Lei Orgânica que modifica a Lei Orgânica de Educação 2/2006 de 3 de maio (LOMLOE) foi proposta pelo governo do PSOE em 04 de março de 2020, sendo qualificada no dia 13 do mesmo mês. Em decorrência do início da pandemia mundial da COVID-19, algumas atividades das Cortes Gerais foram temporariamente suspensas, fato que também influenciou na tramitação do PLOMLOE. Este foi aprovado em dezembro de 2020.

##### **4.2.2.1. Congresso dos Deputados (março a novembro de 2020)**

Para qualificar a pesquisa, ressalta-se que, na XIV legislatura, iniciada em 2019, existem dez grupos parlamentares em atuação no Congresso dos Deputados Espanhol:

Tabela 13: Grupos parlamentares ativos durante a XIV Legislatura (2019-)

Grupo Parlamentar	Partidos principais	Número de Membros
<i>Grupo Parlamentario Socialista (GPS)</i>	PSOE; Partido de los Socialistas de Cataluña (PSC)	119
<i>Grupo Parlamentario Popular en el Senado (GPP)</i>	PP	88
<i>Grupo Parlamentario VOX (GVOX)</i>	VOX	52
Grupo Parlamentario Confederal de Unidas Podemos-En Comú Podem-Galicia en Común (GCUP)	Unidas Podemos; En Comú Podem; Galicia en Común	33
Grupo Parlamentario Republicano (GPR)	Esquerra Republicana de Catalunya (ERC); Sobiranistes	13
Grupo Parlamentario Plural (GPPL)	Junts per Catalunya (JxCat); Partido Demócrata Europeo Catalán (PdeCAT); Más País-Verdes Equo; Més Compromís; Bloque Nacionalista Galego (BNG)	12
Grupo Parlamentario Ciudadanos (GPCI)	Ciudadanos	9
Grupo Parlamentario Vasco (GPV)	Euzko Alderdi Jeltzalea-Partido Nacionalista Vasco	6
<i>Grupo Parlamentario Euskal Herria Bildu (GPERB)</i>	Euskal Herria Bildu (EH Bildu)	5
<i>Grupo Parlamentario Mixto (GPMX)</i>	Diversos	11

Fonte: elaboração própria

Após a recepção do PLOMLOE pelo Congresso dos Deputados, sendo a casa iniciadora, começa-se sua tramitação pela Comissão de Educação e Formação Profissional (CEFP).

#### **Comissão de Educação e Formação Profissional do Congresso dos Deputados (CEFP)**

A Comissão de Educação e Formação Profissional do Congresso dos Deputados (CEFP) foi constituída no dia 07 de fevereiro de 2020. De acordo com a página de tramitação, disponível

no sítio eletrônico do Congresso dos Deputados<sup>85</sup>, o PLOMLOE foi publicado em seu âmbito no período de 10 a 13 de março de 2020.

O período de emendas, por sua vez, alargou-se até 24 de setembro de 2020, em decorrência da pandemia e crise causada pelo espalhamento e contaminação mundial pelo vírus COVID-19. Nesse sentido, as reuniões no âmbito da CEFP discutiram a pandemia e outros assuntos. Apenas houve duas reuniões cuja ordem do dia incluiu o PLOMLOE, realizadas nos dias 15 de outubro e 13 de novembro de 2020. Assim, analisamos a transcrição dessas reuniões, disponíveis no Diário de Sessões da comissão.

Em relação às palavras, foram identificadas oito menções ao “gênero”, sendo uma dessas na expressão “ideologia de gênero”. Em relação às palavras-chave, em parágrafos, segue a planilha abaixo.

Assim como nos documentos da LOMCE, as três principais menções nos parágrafos foram sobre sexualidade, religião e gênero. Seguiu-se para o posicionamento e os sujeitos cujas falas mencionavam gênero. Ressalta-se que, mais do que o termo “educação diferenciada” ou “educação mista”, foram encontradas diversas menções à coeducação. Sendo, portanto, adicionada às palavras-chave a serem analisadas.

Dentre os oito parágrafos em que se trata a questão de gênero, sete foram posicionamentos favoráveis, e houve apenas uma manifestação contrária. Destaca-se que, dentre os posicionamentos favoráveis, as deputadas e os deputados pertencem a três grupos parlamentares: GPR (43%), GPS (43%), GCUP (14%).

O deputado que se manifestou de forma contrária pertencia ao partido VOX<sup>86</sup>.

Por último, na emenda 472, exigimos uma educação neutra ideologicamente, que não utilizem a educação para introduzir ideologias absurdas (vários deputados: ideologias

---

<sup>85</sup> Disponível no link: [https://www.congreso.es/busqueda-de-iniciativas?p\\_p\\_id=iniciativas&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&iniciativas\\_mode=mostrarDetalle&iniciativas\\_legislatura=XIV&iniciativas\\_id=121/000007](https://www.congreso.es/busqueda-de-iniciativas?p_p_id=iniciativas&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&iniciativas_mode=mostrarDetalle&iniciativas_legislatura=XIV&iniciativas_id=121/000007).

<sup>86</sup> De acordo com o sítio eletrônico do partido, VOX possui um “projeto [que] pode ser resumido na defesa da Espanha, da família e da vida; na redução do tamanho do Estado, garantindo a igualdade entre os espanhóis e expulsando o Governo de sua vida privada. Somos a Espanha que não precisa olhar para as pesquisas nem ler um jornal para saber qual é o discurso da moda. Nosso discurso nasce de nossas convicções, independentemente de serem mais ou menos populares” (QUÉ es Vox - tradução nossa). Esse discurso pode ser observado nos argumentos utilizados por seus deputados e senadores nas discussões sobre os PLOMLOE. Além disso, é incrivelmente semelhante aos argumentos utilizados por deputados brasileiros na discussão do PNE 2014, ao se posicionarem de forma contrárias à perspectiva de gênero.

absurdas!), como a ideologia de gênero, que é colocada em todos os lugares, até na sopa.<sup>87</sup> (ROBLES LÓPEZ, 2020, p. 12, tradução nossa).

Pronunciada pelo deputado Roblez López, participante do grupo parlamentar VOX, o pseudoconceito da “ideologia de gênero” representava tudo o que foi criado para significar: “ideologias absurdas, [...] que são colocadas em todos os lugares” (ROBLES LÓPEZ, 2020, p. 12). Surge, mais uma vez, como instrumento para deslegitimar a luta pela igualdade de gênero.

### **Boletins Oficiais do Congresso de Deputados (BOCD) – CEFP**

Enquanto o PLOMLOE esteve na Comissão de Educação e Formação Profissional do Congresso dos Deputados, foram elaborados dois boletins oficiais, em 13 de março e 20 de outubro de 2020.

#### **a) Boletim Oficial do Congresso dos Deputados – 13 de março de 2020**

O primeiro BOCD foi publicado em 13 de março de 2020, sendo a apresentação do projeto de lei inicial, conforme enviado pelo governo do PSOE. Ao aplicar a metodologia já explicada, foram encontradas 22 menções à palavra gênero, não sendo identificada a expressão “ideologia de gênero”.

Destaca-se que os parágrafos que continham gênero foram encontrados em maior quantidade (19 menções), sendo que doze dessas menções constavam na expressão “violência de gênero” (≈63%). Em relação ao posicionamento, todos os 19 parágrafos que continham gênero foram classificados como favoráveis, especialmente porque o PLOMLOE foi elaborado pelo PSOE, cujo espectro político é de esquerda. Ademais, dois parágrafos foram mencionados na exposição de motivos e os demais constavam de modificações propostas para alterar a Lei Orgânica de 2/2006, conforme projeto de lei.

#### **b) Boletim Oficial do Congresso dos Deputados – 20 de outubro de 2020**

O Boletim Oficial do Congresso dos Deputados do dia 20 de outubro de 2020 foi constituído pelas emendas propostas pelos deputados e deputadas, por meio de seus grupos parlamentares. Essas emendas foram analisadas tanto em relação às palavras-chave, posicionamentos e grupos parlamentares.

---

<sup>87</sup> No original: *Por último, en la enmienda 472 exigimos una educación neutral ideológicamente, que no utilicen la educación para introducir ideologías absurdas (varios señores diputados: ¡Ideologías absurdas!), como la ideología de género, que la meten en todos los sitios y hasta en la sopa. (Aplausos).*

Foram encontradas 142 menções a gênero, e 44 à ideologia. Destaca-se, que apesar de não ter sido encontrada nenhuma menção à expressão “ideologia de gênero”, durante a análise dos parágrafos, identificou-se que ideologia de gênero aparece em sete destes por meio de menções como “doutrinação ideológica de gênero”, dentre outros.

Ao analisar as palavras-chaves, gênero se destaca como a palavra-chave mais mencionada, em 118 parágrafos, sendo seguida por religião e sexualidade. Dentre os parágrafos que mencionam gênero, aproximadamente 43% fazem parte da expressão “violência de gênero” e 19% (23) fazem parte da expressão “igualdade de gênero”<sup>88</sup>.

---

<sup>88</sup> A busca para compor a categoria “igualdade de gênero” foi composta pelas expressões como “igualdade de género”, “igualdad entre hombres y mujeres”, “igualdad entre mujeres y hombres”, “igualdad de hombres y mujeres”, “igualdad de mujeres y hombres”. Assim, nem todos os parágrafos classificados como menção à igualdade de gênero possuem exatamente essa expressão.



Tabela 14: Posicionamento dos Grupos Parlamentares em relação aos parágrafos que mencionavam a questão de gênero no Boletim Oficial do Congresso dos Deputados publicado no dia 20 de outubro de 2020, no âmbito da CEFP

<b>Grupo parlamentar</b>	<b>A favor da igualdade de gênero</b>	<b>Contrário à inclusão de gênero</b>	<b>Não se posiciona a favor nem contra</b>	<b>Totais</b>
Grupo Parlamentar Plural (GPPL)	34	-	7	41
Grupo Confederado de Unidas Podemos (GCUP)	21	-	3	24
Grupo Parlamentar Republicano (GPR)	9	-	1	10
Grupo Parlamentar Popular (GPP)	6	-	-	6
Grupo Parlamentar Euskal Herria Bildu (GPERB)	6	-	-	6
Grupo Parlamentar Vasco (GPV)	6	-	-	6
Grupo Parlamentar Misto (GPMX)	2	4	-	6
Grupo Parlamentar Socialista (GPS)	1	-	-	1
Grupo Parlamentar VOX (GVOX)	-	10	4	14
Grupo Parlamentar Ciudadanos (GPCI)	-	-	4	4
<b>TOTAL</b>	<b>85</b>	<b>14</b>	<b>19</b>	<b>118</b>

Fonte: elaboração própria

Os parágrafos das emendas que continham gênero foram analisados quanto ao posicionamento e ao grupo parlamentar que propôs a emenda. Dessa forma, identifica-se que o Grupo Parlamentar Plural (GPPL) foi o que mais se manifestou a favor da perspectiva de gênero em suas emendas. Em seguida, o Grupo Confederacional de Unidas Podemos (GCUP) também se pronunciou favoravelmente. Algumas emendas mencionavam gênero em algum momento, porém, não propunham alteração que tratasse sobre o tema, sendo, portanto, classificadas como “não se posiciona a favor nem contra”.

Em relação aos posicionamentos desfavoráveis à perspectiva de gênero, cerca de 70% das emendas foram propostas pelo GVOX. Destaca-se ainda que, dentre as três emendas propostas à totalidade de devolução, a emenda desse grupo parlamentar abordou diretamente a questão de gênero.

4. Por se tratar de uma lei demagógica a serviço de ideologias totalitárias e sectárias em uma tentativa de doutrinação ideológica de gênero. Estas razões iniciais seriam

suficientes para justificar a impossibilidade de apoiar a presente iniciativa, devendo ser rejeitado de pronto o progresso legislativo, uma vez que o espírito desta legislação é afetado e infectado desde o início.  
 5. Este Projeto de Lei vira as costas para a liberdade dos pais de escolher o que consideram bom para seus filhos, para que eles alcancem o pleno desenvolvimento de sua personalidade, conforme estabelecido no art. 27.2 da Constituição, com respeito aos princípios democráticos de convivência e direitos fundamentais e liberdades públicas<sup>89</sup> (ESPAÑA, 2020, p. 7, tradução nossa).

Tendo em vista o grande número de citações e a dificuldade em colocá-las em figuras, elaborou-se uma nuvem de palavras, também no software Atlas.ti, dos parágrafos assinados pelo GVOX.

Figura 15: Nuvem de palavras das falas contrárias à perspectiva de gênero, emitidas pelo GVOX, no Boletim Oficial da Comissão de Educação e Formação Profissional em outubro de 2020



Fonte: elaboração própria

---

<sup>89</sup> No original: 4. Por tratarse de una ley demagógica al servicio de ideologías totalitarias y sectarias en un intento de adoctrinamiento ideológico de género. Estos motivos iniciales bastarían para justificar la imposibilidad de apoyar la presente iniciativa debiéndose rechazarse de plano el desarrollo legislativo de la misma por estar afectado e infectado de origen el espíritu de esta normativa. 5. Este Proyecto de Ley da la espalda a la libertad de los padres a elegir lo que consideran bueno para sus hijos y para que alcancen el pleno desarrollo de su personalidad, como reza el art. 27.2 de la Constitución, en el respeto a los principios democráticos de convivencia y a los derechos fundamentales y libertades públicas.

Tendo em vista que é a palavra-chave analisada, gênero é o termo que mais aparece, conforme esperado. Destaca-se, porém, que a segunda maior ocorrência é “expressão”, que, nos parágrafos do VOX, acompanha, por exemplo, “identidade de gênero” (ESPANHA, 2020).

Em terceiro lugar na nuvem de palavras, está o termo “ideológica”, também havendo menções a “ideológico”, “ideologias” e “ideológicas”, sendo, portanto, um conceito fundamental para os argumentos neodireitistas. O sentido negativo que essa palavra detém, inclusive no senso comum, contribui para a rejeição das expressões ligada a ela.

15) Por tratar, de maneira encoberta, de introduzir uma ideologia própria do partido governante e seus aliados. Este projeto, embora mencione a qualidade do conhecimento e outras expressões similares, inclui apressadamente teorias não científicas, discutíveis e disputadas, tais como as teorias de gênero. Esta nova lei terá o que eles chamam de “perspectiva de gênero” que, embora justificada como um elemento para prevenir a homofobia e pelas pessoas com diferentes orientações sexuais – uma falta de respeito que nosso grupo político concorda em combater. É um sinal claro de que o governo está mais preocupado em cumprir sua agenda ideológica, utilizando instituições estatais para difundir sua **ideologia tendenciosa e não científica, contrária aos princípios e normas morais de grande parte da sociedade espanhola**, do que em proporcionar aos estudantes espanhóis uma sólida educação científica e filosófica livre de aderências<sup>90</sup> (ESPANHA, 2020, p. 9, tradução nossa, grifos nossos).

Fomenta-se, assim, a concepção de que a “ideologia de gênero” visa deturpar os valores morais, sendo carregada de caráter negativo. Ademais, está permeada pela suposta concepção de que proporia desvios em relação aos conteúdos pedagógicos a serem ministrados. A utilização da falácia da “ideologia de gênero” deturpa e deslegitima a perspectiva de gênero, assim como também reforça a exclusão de outras formas de preconceito, como o racismo.

Além disso, na emenda número 463, o GVOX propõe ainda alterar

a expressão “prevenção da violência de gênero” deve ser substituída por “prevenção de todos os tipos de violência”. Esta é uma melhoria técnica, pois é necessário cobrir

---

<sup>90</sup> No original: 15) *Por tratar, de modo encubierto, de introducir una ideología propia del partido en el gobierno y sus aliados. Este proyecto, aunque haga menciones a la calidad del conocimiento, y demás expresiones similares, incluye apresuradamente teorías científicas, y discutibles y discutidas, como las teorías de género. Esta nueva ley tendrá eso que llaman «perspectiva de género» que, aunque se justifique como elemento para prevenir la homofobia y por las personas con diferentes orientaciones sexuales – falta de respeto que nuestro grupo político está de acuerdo en combatir. Es una muestra patente de que el gobierno está más preocupado por el cumplimiento de su agenda ideológica utilizando las instituciones del Estado para difundir su **ideología parcial, científica y contraria a los principios y normas morales de buena parte de la sociedad española**, que de proporcionar a los alumnos españoles una sólida formación científica y filosófica limpia de adherencias ideológicas.*

a prevenção de todos os tipos de violência, sem excluir a violência baseada no gênero<sup>91</sup> (ESPANHA, 2020, p. 313, tradução nossa).

Utiliza-se também na Espanha a estratégia de generalização, a fim de invisibilizar necessidades particulares de minorias, que, muitas vezes, ameaçam os privilégios dos grupos já estabelecidos.

Destaca-se ainda que o GPMX possui quatro parágrafos contrários à perspectiva de gênero, sendo que a autoria de todos foi dos deputados Sergio Sayas López (GPMX) e Carlos García Adanero (GPMX), que propõem alterar o parágrafo 1 do artigo 1 da LOMLOE, excluindo a frase “por meio da consideração de um sistema de coeducação entre meninos e meninas”<sup>92</sup> (ESPANHA, 2020, p.531, tradução nossa), cuja justificativa apresentada foi “Para garantir os direitos e liberdades consagrados no artigo 27 da CE [Constituição Espanhola]”<sup>93</sup> (ESPANHA, 2020, p.531, tradução nossa).

Na justificativa de sua emenda, os deputados utilizam como argumento os direitos e liberdades que constam na Constituição Espanhola, assim, exemplificando a fusão contraditória de princípios neoliberais com neoconservadores: a fim de defender educação separada por sexo, que seria um argumento com caráter conservador, utilizam como argumento a liberdade, princípio central do neoliberalismo.

Por outro lado, os grupos parlamentares GPPL, GCUP e GPR demonstram compreender quão fundamental é constar na lei orgânica de educação a perspectiva de gênero. Dentre outros assuntos que permanecem em discussão durante a tramitação do PLMLOE é o da coeducação. Houve poucas menções à educação diferenciada (9), porém, há discussão sobre a coeducação (24). As emendas dos grupos parlamentares favoráveis à perspectiva de gênero sugerem a supressão do subsídio às escolas de educação diferenciada, ou do mesmo sexo.

Por todas essas razões, propomos uma nova redação para a vigésima quinta disposição adicional que não apenas exclua a possibilidade de subsidiar escolas que segregam por sexo (ou, eufemisticamente, que optam pela educação diferenciada por sexo), mas que também imponha a coeducação como uma estratégia para promover a igualdade

---

<sup>91</sup> No original: *la expresión «la prevención de la violencia de género» por la expresión «la prevención de cualquier tipo de violencia».* Se trata de una mejora técnica, dado que es preciso abarcar la prevención de todo tipo de violencia, sin exclusión por razón de sexo.

<sup>92</sup> No original: *a través de la consideración del régimen de la coeducación de niños y niñas.*

<sup>93</sup> No original: *para garantizar los derechos y libertades consagrados en el artículo 27 CE.*

entre homens e mulheres e para prevenir a violência de gênero.<sup>94</sup> (ESPAÑA, 2020, p.519, tradução nossa).

Assim, apesar de destacar os argumentos negativos e contrários à perspectiva de gênero, a posição favorável permanece incisiva.

### **Plenário do Congresso dos Deputados**

A primeira sessão do Plenário que tratou do PLOMLOE ocorreu em 17 de julho de 2020, cujo objetivo foi apreciar as três emendas de devolução total. Estas foram elaboradas pelos grupos GPCI, GVOX e GPP.

Foram encontradas 10 menções à palavra gênero, com destaque para 1 menção à “ideologia de gênero”. A palavra ideologia e suas formas flexionadas foram identificadas 15 vezes. Em relação aos parágrafos, “ideologia” encontra-se com maior número de menções, junto com “sexualidade”, seguidas por “gênero”. Destaca-se que, somadas, “igualdade de gênero” e “violência de gênero” apareceram apenas duas vezes, não sendo tão discutidas nessa reunião.

Seguiu-se para a análise dos parágrafos que mencionam gênero, sob a perspectiva dos sujeitos e seus posicionamentos.

Destaca-se que, dos oito parágrafos, cinco<sup>95</sup> foram classificados como a favor da perspectiva de gênero, e três como contrários. Os posicionamentos contrários foram emitidos pela Deputada Trias Gil, do GVOX, a qual também mencionou a falácia da “ideologia de gênero”.

Por isso, nós do Grupo Parlamentar VOX desejamos expressar o seguinte: não consentiremos com este tipo de educação sexual, e muito menos sem o consentimento expresso dos pais. (Aplausos). Não consentiremos a doutrinação sectária, totalitária e relativista que quer impor a ideologia de gênero nas consciências das crianças e jovens espanhóis. Eles merecem muito mais! (Aplausos). Não permitiremos que dissociem a sexualidade da afetividade no amor, reduzindo o que é humano a um instinto puramente primário e animal. (Rumores). Não consentiremos a corrupção e a perversão dos jovens e dos menores, manchando sua inocência. (Aplausos). Portanto, deixem nossos filhos em paz e deixem as crianças serem crianças; vamos ver se as crianças mais novas terão agora que pensar em jogos eróticos para crianças, como

---

<sup>94</sup> No original: *Por todo ello, proponemos un nuevo redactado para la disposición adicional vigésima quinta que no solo excluya la posibilidad de concertar centros que segreguen por sexo (o que, dicho eufemísticamente, opten por la escolarización diferenciada por sexo), sino que imponga la coeducación como estrategia para fomentar la igualdad entre hombres y mujeres y para prevenir la violencia de género.*

<sup>95</sup> Foram proferidos pela Sra. Celaá Diéguez (Ministra De Educación y Formación Profesional), pela Deputada Bassa Coll (GPR), Deputada Martínez Seijo (GPS) E Pelo Deputado Mena Arca (GCUP).

acontece, por exemplo, em Navarra. (Rumores). Uma educação de qualidade verdadeiramente inclusiva deve reconhecer a diferença entre os sexos e os diferentes períodos de maturidade entre meninos e meninas. O que você está conseguindo é que os espanhóis caiam em desespero, privando-os do sentido a que são chamados por sua própria natureza como seres humanos<sup>96</sup> (TRIAS GIL, 2020, p. 48, tradução nossa).

Nessa fala, a deputada retoma o argumento de doutrinação, assim como da sexualização de crianças e jovens, ambas acusações ligadas à suposta “ideologia de gênero”. Emprega-se também a tentativa de renaturalização dos seres humanos, enfraquecendo a compreensão da teoria de gênero, a partir da qual os papéis sociais de homens e mulheres são uma construção social e não se resumem à questão biológica.

Ainda assim, há predominância de argumentos favoráveis à perspectiva de gênero, com a especial presença da Ministra de Educação, Maria Isabel Celaá Diéguez. Tendo em vista sua autoria, a LOMLOE foi apelidada com seu sobrenome: Lei Celaá.

Devemos avançar juntos no que nos preocupa a todos, a melhoria e modernização da educação, da formação profissional e da aprendizagem ao longo da vida, como motores democráticos da sociedade do conhecimento, como direitos de cidadania. É um mandato, senhoras e senhores, que devemos construir todos juntos, não deixando ninguém para trás. Vamos fazê-lo com decisões consensuais a curto prazo e com decisões mais estratégicas, também consensuais a médio e longo prazo. Os cidadãos deste país exigem um sistema educacional moderno, mais aberto, menos rígido, multilíngue e cosmopolita; um sistema baseado na universalidade e inclusão, sem segregação ou exclusão baseada na capacidade, gênero ou origem familiar, porque todos e todas nós precisamos uns dos outros e somos todos igualmente cidadãos e cidadãs em construção e aprendizagem permanente, tanto crianças e jovens quanto adultos<sup>97</sup> (CELAÁ, 2020, p. 45, tradução nossa).

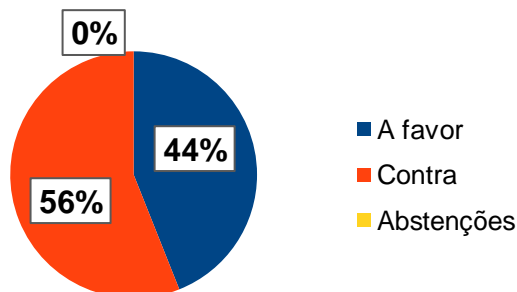
---

<sup>96</sup> No original: *Por esto, desde el Grupo Parlamentario VOX queremos expresar lo siguiente: no vamos a consentir una educación sexual de esta catadura, y aún menos sin el consentimiento expreso de los padres. (Aplausos). No vamos a consentir el adoctrinamiento sectario, totalitario y relativista que quiere imponer la ideología de género en las conciencias de los niños y jóvenes españoles. ¡Ellos se merecen mucho más! (Aplausos). No vamos a consentir que disocien la sexualidad de la afectividad en el amor; reduciendo lo humano a un puro instinto primario y animal. (Rumores). No vamos a consentir la corrupción y perversión de la juventud y la de los menores mancillando su inocencia. (Aplausos). Así que, ¡dejen en paz a nuestros hijos!, y dejen a los niños ser niños; a ver si ahora los niños más pequeños van a tener que estar pensando en juegos eróticos infantiles, como ocurre, por ejemplo, en Navarra. (Rumores). Una enseñanza de calidad realmente inclusiva debe reconocer la diferencia sexuada y el diferente período madurativo entre los niños y las niñas. Ustedes lo que consiguen es que los españoles caigan en la desesperación al desproveerles del sentido al que están llamados por su propia naturaleza como seres humanos.*

<sup>97</sup> No original: *Debemos avanzar juntos en lo que a todos nos preocupa, la mejora y la modernización de la educación, la formación profesional y la formación a lo largo de la vida como motores democráticos de la sociedad del conocimiento, como derechos de ciudadanía. Es un mandato, señorías, que nos toca construir entre todos sin dejar a nadie atrás. Lo vamos a hacer con decisiones consensuadas a corto plazo y con decisiones más estratégicas y también consensuadas a medio largo plazo. La ciudadanía de este país reclama un sistema educativo moderno, más abierto, menos rígido, multilingüe, cosmopolita; un sistema fundamentado en la universalidad y en la inclusión, sin segregar ni excluir por capacidad, por género o por origen familiar, porque*

Seus posicionamentos marcam a visão do governo e do GPS em relação à educação. Seguiu-se, então, para a votação das emendas de totalidade.

Figura 16: Votação sobre as emendas de totalidade apresentadas na sessão do Plenário do Congresso dos Deputados que ocorreu no dia 17 de junho de 2020



Fonte: elaboração própria

Com 195 votos contra, as emendas foram derrotadas. Assim, a PLOMLOE permaneceu em tramitação.

A segunda sessão do Plenário que abarcou a discussão sobre a nova lei orgânica ocorreu no dia 19 de novembro de 2020. Os representantes dos grupos parlamentares foram chamados a fim de defenderem suas emendas. A palavra “gênero” foi mencionada apenas 3 vezes, não sendo encontrada menção à “ideologia de gênero”. A palavra “ideologia” e suas formas flexionadas foi expressa 7 vezes.

Religião, Cristianismo e Igreja destacam-se como mais mencionados, em sete parágrafos, seguidos por Ideologia, em seis. Gênero foi mencionado em dois parágrafos, sendo um contra e um a favor da perspectiva de gênero. O posicionamento favorável partiu da deputada Bassa Coll (GPR), enquanto o contrário foi proferido pelo Deputado Robles López (VOX). Enquanto a deputada Bassa Coll (GPR) comemorava o não financiamento com dinheiro público de escolas com educação diferenciada, defendendo, assim, a coeducação e sua contribuição para a igualdade de gênero, o deputado Robles López do GVOX, condenou as “teorias de gênero”.

---

*todos, todas, nos necesitamos y somos igualmente ciudadanos y ciudadanas en construcción y aprendizaje permanente, tanto niños como jóvenes como adultos.*

Nessa reunião, votou-se o parecer da comissão, que será analisado a seguir, sendo aprovado com 178 votos (52%) a favor. Foram proferidos 147 votos contrários (43%) e houve 17 abstenções. Na votação de conjunto, pois a proposta de lei é orgânica, os resultados foram semelhantes, sendo aprovada a redação do PLOMLOE no Congresso dos Deputados. O projeto seguiu para o Senado, a fim de continuar sua apreciação naquela casa.

Destaca-se que, em todos os documentos analisados em relação à LOMLOE, tanto no Congresso dos Deputados, quanto no Senado, houve apenas uma menção a conservadores e a liberais, nenhuma menção à nova direita e uma menção à palavra Marx, porém, não indicava Karl Marx, tampouco a teoria crítica.

### **Boletins Oficiais do Congresso de Deputados (BOCD) – Plenário**

Foram publicados três boletins oficiais durante o período em que a PLOMLOE esteve em discussão no plenário do Congresso dos Deputados, em sua primeira fase: o Parecer da Relatoria, o Parecer da Comissão e o texto final aprovado pelo CD.

Nos três boletins, não houve nenhuma menção à ideologia ou suas formas flexionadas. No parecer da relatoria, há 30 menções à palavra “gênero”, sendo uma menção a mais nos demais documentos. Para se compreender as alterações, foi realizada uma comparação com o PL inicial. Assim, percebe-se um acréscimo de menções ao gênero.

Em relação aos parágrafos, também se observou que a única alteração entre os boletins, é o aumento de uma menção ao “gênero”.

Tabela 15: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos nos Boletins Oficiais do Congresso de Deputados no âmbito do Plenário do Congresso dos Deputados, no âmbito da discussão do PLOMLOE, de março a novembro de 2020

<b>Palavras-chave</b>	<b>Parecer da Relatoria (19/11/2020)</b>	<b>Parecer da Comissão (24/11/2020)</b>	<b>Aprovação pelo Plenário (26/11/2020)</b>
Gênero	28	29	29
Igualdade de gênero	19	19	19
Violência de gênero	13	13	13
Direitos Humanos	12	12	12
Sexo / sexual / sexualidade	11	11	11
Religião / cristianismo / igrejas	8	8	8
Coeducação	3	3	3
Homossexual / Homofobia / Diversidade afetivo-sexual	2	2	2



Feminismo / feminista / feminina	1	1	1
Sexismo/Sexista	1	1	1

Gênero teve o maior número de menções nos documentos. Dentre os 28 parágrafos que mencionam gênero, aproximadamente 46% fazem parte da expressão “violência de gênero” e 39% (11) fazem parte da expressão “igualdade de gênero”<sup>98</sup>.

Antes de analisar o posicionamento em relação aos parágrafos que mencionam gênero, buscou-se verificar se houve alteração na redação entre os boletins. Nota-se que os parágrafos permanecem idênticos, havendo apenas o acréscimo do item 3. do artigo 21: “No ensino secundário obrigatório, deve ser dada atenção especial à orientação educacional e profissional dos alunos. Nesse âmbito, deve ser incorporada a perspectiva de gênero” (ESPANHA, 2020b, p.21, tradução nossa)<sup>99</sup>.

Assim, foram analisados os 29 parágrafos do texto aprovado pelo plenário do Congresso dos Deputados, sendo todos classificados como favoráveis à perspectiva de gênero. O texto seguiu para apreciação do Senado.

#### 4.2.2.2. Senado (novembro a dezembro de 2020)

Foram realizadas duas reuniões destinadas a discutir o PLOMLOE no Senado, durante os meses de novembro a dezembro de 2020. A primeira ocorreu no âmbito da Comissão de Educação e Formação Profissional do Senado (CEFPS) e a outra no Plenário da casa.

Para se realizar a análise da melhor forma, apresentam-se os grupos parlamentares em atuação no Senado na XIV legislatura (a partir de 2019, até a atualidade).

Tabela 16: Grupos parlamentares ativos no Senado durante a XIV Legislatura (2019-)

<b>Grupo Parlamentar</b>	<b>Partidos principais</b>	<b>Número de Assentos</b>

<sup>98</sup> A busca para compor a categoria “igualdade de gênero” foi composta pelas expressões “igualdade de género”, “igualdad entre hombres y mujeres”, “igualdad entre mujeres y hombres”, “igualdad de hombres y mujeres”, “igualdad de mujeres y hombres”. Assim, nem todos os parágrafos classificados como menção à igualdade de gênero possuem exatamente essa expressão.

<sup>99</sup> No original: *En la educación secundaria obligatoria se prestará especial atención a la orientación educativa y profesional del alumnado. En este ámbito se incorporará la perspectiva de género.*

Grupo Parlamentario Socialista (GPS)	PSOE	114
Grupo Parlamentar Popular en el Senado (GPP)	PP	100
Grupo Parlamentario Euskal Herria Bildu (GPERB)	Euskal Herria Bildu (EH Bildu)	16
Grupo Parlamentario Vasco en el Senado (GPV)	Euzko Alderdi Jeltzalea-Partido Nacionalista Vasco	10
Grupo Parlamentario de Izquierda Confederal (GPIC)	Adelante Andalucía; Més Per Mallorca; Más Madrid; Compromís; Geroa Bai; Agrupación Socialista Gomera	6
Grupo Parlamentario Nacionalista en el Senado Junts Per Catalunya	Coalición Canaria/Partido Nacionalista Canario	6
Grupo Parlamentario Democrático	Ciudadanos; Agrupación De Electores “Teruel Existe”; Partido Regionalista de Cantabria	6
Grupo Parlamentar Mixto (GPMX)	VOX UPN Independiente Partido Aragonés	7

---

Fonte: elaboração própria

Após a recepção do PLOMLOE pelo Senado, iniciou-se sua tramitação pela Comissão de Educação e Formação Profissional do Senado (CEFPS).

### **Comissão de Educação e Formação Profissional do Senado (CEFPS)**

Constituída em 04 de fevereiro de 2020, a Comissão de Educação e Formação Profissional do Senado (CEFPS) realizou sua primeira e única reunião em que os senadores e senadoras trataram do PLOMLOE no dia 18 de dezembro de 2020, conforme disponível no sítio eletrônico<sup>100</sup> do Senado.

---

<sup>100</sup> Pode ser acessado por meio do link: <https://www.senado.es/web/actividadparlamentaria/sesionescomision/detallecomisiones/sesionescomision/index.html?id=S011006&legis=14&esMixta=N&seccionN1=1317&seccionActual=Composicion>.

Analisando o diário de sessões no qual se encontra a transcrição da sessão, verificou-se sete menções à palavra “gênero”, assim como 20 menções à “ideologia”. Não houve menção à “ideologia de gênero”. Em relação aos parágrafos, gênero apareceu em apenas cinco, sendo que dois fazem parte da expressão “violência de gênero” e um da “igualdade de gênero”. Prosseguiu-se, portanto, para a análise dos sujeitos e seus posicionamentos sobre a perspectiva de gênero.

Os parágrafos que foram classificados a favor (60%) foram expressos pelo senador Fernández Rubiño do GPIC e a senadora Plaza García do GPS. As manifestações contrárias foram provenientes do senador Marín Gascón do GPMX, filiado ao partido VOX.

A reunião do dia 18 de dezembro tratou tanto das três propostas de veto, apresentadas pelos grupos GPIC, GPMX e GPP, quanto das 649 emendas. Destaca-se que, mediante votação, os três vetos foram derrotados (12 a favor, 17 contra). Prosseguiu-se para o debate das emendas. Os representantes de cada grupo parlamentar se pronunciaram sobre suas respectivas emendas.

A primeira manifestação foi do senador Marín Gascón (GPMX - VOX), colocando a proposta de “eliminar a expressão e a identidade de gênero. O motivo é que a expressão identidade de gênero procede das denominadas teorias de gênero, teorias sem base científica nem antropológica”<sup>101</sup> (GASCÓN, 2020, p. 21, tradução nossa). O senador ainda vai além, propõe que “Deve-se alterar a expressão ‘a prevenção da violência de gênero’ pela expressão ‘a prevenção de qualquer tipo de violência’”<sup>102</sup> (GASCÓN, 2020, p. 21, tradução nossa). Ambos os posicionamentos permanecem na mesma linha de argumento dos deputados do GVOX, visando desacreditar a perspectiva de gênero, ao mesmo tempo que invisibiliza a violência em decorrência do patriarcado e da concepção de superioridade de homens sobre mulheres.

Inclusive esse é o argumento usado pela senadora Plaza, do GPS:

A propósito, o que eu quero destacar é uma emenda da extrema direita, do Vox, que diz que não devemos diferenciar entre violência de gênero e outras formas de violência, mas é claro que a violência machista é a violência perpetrada por homens contra mulheres simplesmente pelo fato de acreditarem que são superiores e querem ter as mulheres sob seu controle, e isto deve ser ensinado nas escolas. Não há como

---

<sup>101</sup> No original: *eliminar la expresión e identidad de género. El motivo es que la expresión identidad de género procede de las denominadas teorías de género; teorías sin base científica ni antropológica.*

<sup>102</sup> No original: *se debe cambiar la expresión ‘la prevención de la violencia de género’ por la expresión ‘la prevención de cualquier tipo de violencia’.*

desistir de nenhuma forma da educação no feminismo. (Aplausos) Ademais, a lei também presta atenção à prevenção da violência contra crianças <sup>103</sup> (PLAZA GARCÍA, 2020, p.75, tradução nossa).

A partir do Parecer da Relatoria, o Presidente da sessão da CEFPS, propôs a votação do texto do PLOMLOE sem nenhuma emenda. Tendo em vista que os vetos haviam sido derrotados, os senadores aprovaram o Parecer, enviando o texto ao plenário da Casa.

### **Boletins Oficiais das Cortes Gerais – Senado (BOCGS)**

Durante o período em que o PLOMLOE esteve na CEFPS, foram elaborados oito boletins oficiais. O primeiro BOCGS, no âmbito da CEFPS, foi o texto recebido do Congresso dos Deputados, já analisado anteriormente. Em seguida, os demais BOCGS também foram analisados, conforme tabela disponível no anexo.

Notou-se que, considerando que o primeiro BOCGS já foi analisado, somente no BOCGS do dia 17 de dezembro de 2020 encontrou-se alguma menção ao “gênero” e à “ideologia”. Assim, os seguintes passos da análise foram realizados apenas com esse documento, cujo conteúdo apresenta as propostas de emendas.

---

<sup>103</sup> No original: *Por cierto, lo que sí quiero destacar es una enmienda de la ultraderecha, de Vox, que dice que no diferenciamos la violencia de género del resto de la violencia, pero quede claro que la violencia machista es la que ejerce el hombre sobre la mujer por el mero hecho de creerse superior y querer tener sometida a la mujer, y eso hay que enseñarlo en las escuelas. No podemos renunciar de ninguna manera a educar en el feminismo. (Aplausos). Pero, además, la ley también presta atención a la prevención de la violencia contra la infancia.*

Tabela 17: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos do Boletim Oficial no Senado publicado dia 17 de dezembro de 2020, sobre discussão do PLOMLOE na CEFPS

<b>Palavra-chave</b>	<b>Quantidade de Parágrafos</b>
Religião / cristianismo / igrejas	77
Gênero	54
Sexualidade / Sexo / sexual	47
Direitos Humanos	46
Violência de gênero	32
Igualdade de gênero	28
Ideologia / Ideológico	19
Coeducação	10
Educação Diferenciada	4
Homossexual / Homofobia / Diversidade afetivo-sexual	1
Laico / Laicidade	1
Ideologia de gênero	0

Fonte: elaboração própria

Religião, Cristianismo e Igreja destacam-se como os termos mais mencionados nesse boletim, seguidos por “gênero”, com 54 parágrafos. Assim, partiu-se para a análise dos posicionamentos e dos grupos parlamentares que propuseram as emendas.

Foram encontrados 28 parágrafos favoráveis à perspectiva de gênero e 03 contrários, dentro das diversas propostas de emendas. Ainda houve 23 parágrafos nos quais, apesar de haver menção ao termo gênero, as alterações não se referiam à perspectiva de gênero, portanto, foram classificados como “não se posiciona” a favor nem contra.

As três emendas que possuíam posicionamentos contrários foram propostas por senadores do GPMX. Paradoxalmente, esse mesmo grupo teve 3 parágrafos favoráveis e 12 em que não se posicionaram. Verificou-se, portanto, a filiação dos senadores autores das emendas que possuíam parágrafos contrários ao gênero: Jacobo González-Robatto Perote (VOX), José Manuel Marín Gascón (VOX) y de doña Yolanda Merelo Palomares (VOX), foram autores das emendas nº 2 e nº 16, as quais possuíam os três parágrafos desfavoráveis. Destaca-se que as emendas apontavam a necessidade de supressão da expressão “identidade de gênero”, seguindo o mesmo sentido de outras manifestações de deputados e senadores do VOX.

As propostas de emendas foram analisadas pela relatoria, cujo parecer recomendou a aprovação do texto recebido do Congresso dos Deputados sem nenhuma alteração, portanto, não aceitando nenhum veto ou emendas. O parecer foi enviado para avaliação do Plenário do Senado.

### **Plenário do Senado**

A reunião do Plenário do Senado para discussão do PLOMLOE ocorreu no dia 23 de dezembro de 2020. Seguiu-se a mesma metodologia já explicada anteriormente. Foram encontradas 28 menções à palavra “ideologia” e suas demais formas de flexão. Por outro lado, apenas houve 05 menções à palavra gênero. Nesse sentido, ideologia aparece em 28 parágrafos, seguida por feminismo (9 parágrafos) e religião (8 parágrafos). Gênero foi mencionado apenas em 04 parágrafos.

Nessa sessão, os representantes dos grupos parlamentares puderam pronunciar-se sobre suas propostas de veto e emendas. Em seus discursos, foram analisados os quatro parágrafos que mencionavam “gênero”.

O único pronunciamento contrário ao gênero foi pronunciado por um senador Marín Gascón, filiado ao partido VOX e pertencendo ao GPMX. Destaca-se ainda que, mesmo sendo oposição ao governo do PSOE, a senadora Plaza García (GPS) manifestou-se duas vezes de forma favorável à questão de gênero, assim como fez a senadora Escandell Grases (GPERB).

Seguiu-se para a votação, no plenário do Senado, não sendo nenhuma das propostas de veto aprovadas. Em seguida, foram apreciadas as propostas de emendas. Destaca-se que as emendas propostas pelos senadores González-Robatto Perote, Marín Gascón, Merelo Palomares, do Grupo Mixto, e filiados ao VOX, não foram aprovadas.

Destaca-se ainda que, apesar de ter sido realizada votação sobre vetos e emendas, ao final, o documento final aprovou o PLOMLOE sem modificações, permanecendo exatamente como havia sido aprovado pelo Congresso. Dessa forma, não foi necessária nova apreciação pelo Congresso de Deputados, sendo que a última sessão que ocorreu a fim de discutir o PLOMLOE foi no dia 23 de dezembro de 2020, data em que também foi publicado o boletim Oficial referente a aprovação do Senado, sem modificações.

O projeto seguiu para publicação e foi promulgado no dia 30 de dezembro de 2020.

A fim de identificar os efeitos finais da discussão sobre gênero na política educacional espanhola mais recente, realizou-se uma comparação entre o texto inicial do projeto e a lei publicada.

Tabela 18: Comparação entre o texto inicial do PLOMLOE e a lei publicada no dia 30 de dezembro de 2020

<b>Tipo da busca</b>	<b>PLOMLOE – 13 de março de 2020</b>	<b>LOMLOE aprovada – 30 de dezembro de 2020</b>
Palavra-chave - Gênero	22	31
Parágrafos - Gênero	19	29

Fonte: elaboração própria

Verifica-se que houve um aumento na menção à palavra “gênero” entre o projeto inicial e a LOMLOE aprovada. Destaca-se ainda que, nesses documentos, não houve nenhuma menção à palavra “ideologia”. Essa tendência também foi observada ao se analisar os parágrafos que apresentam “gênero”.

Tendo em vista que a lei foi aprovada, todas as menções ao “gênero” são, de alguma forma, favoráveis à perspectiva de gênero. Assim, considera-se que a LOMLOE avança em relação à LOMCE, pois gênero não aparece somente na perspectiva de combate à violência de gênero, mas vai além, permeando 29 parágrafos. Destaca-se que em 23 de fevereiro de 2021 foi publicado um boletim oficial com algumas correções ao texto da LOMLOE, porém, foram, em sua maioria, correções de forma e nenhuma delas se relacionava com o objeto da pesquisa.

Portanto, a partir da análise dos dados, percebe-se que houve avanços na atual legislação educacional espanhola. Apesar da presença de vozes contrárias, em sua maioria provenientes do VOX, não tiveram, de fato, poder político para derrubar a perspectiva de gênero da LOMLOE. Nesse sentido, o caso espanhol possibilita compreender que, ainda que os efeitos da nova direita na educação possam ser percebidos, ainda existem possibilidades de frear seu avanço e fortalecer a luta pela igualdade de gênero e por uma sociedade mais justa e não opressora.

## CONCLUSÃO

A presente dissertação de mestrado fez um esforço no sentido de compreender os efeitos da nova direita nas políticas educacionais brasileiras e espanholas, na segunda década do milênio (2010-2020), especialmente no que se refere à falácia da “ideologia de gênero”. Assim, partiu-se da pergunta de pesquisa: Quais as manifestações da nova direita no debate em torno às políticas educacionais brasileiras e espanholas, no que diz respeito às questões de gênero? E, conseqüentemente, quais os efeitos da falácia da “ideologia de gênero” na formulação, discussão e na promulgação dessas políticas no Brasil e na Espanha, de 2010 a 2020?

Buscou-se averiguar a hipótese de que a nova direita teria como estratégia a retirada dos estudos de gênero dos documentos oficiais que definem as políticas educacionais, comprometendo a discussão sobre equidade de gênero e contribuindo para a contrarreforma no sistema educacional em âmbito brasileiro e espanhol. Nesse sentido, supôs-se que a política educacional no Brasil permanecesse sob a forte influência de aspectos neoconservadores e neoliberais, ao passo que, na Espanha, ocorreria um movimento contrário, direcionando-se à retomada de ideias progressistas. Para isso, considerou-se que a alternância de poder teria um papel fundamental na presença da perspectiva de gênero nas políticas educacionais.

Por meio da análise comparativa, visou-se desvendar as semelhanças e diferenças entre os dois países. Foi possível estabelecer uma comparação entre Brasil e Espanha, pois, nesse milênio, em ambos os países, presenciou-se o fortalecimento da perspectiva neodireitista nos espaços políticos, inclusive por meio de processos de caráter antidemocráticos e contrários aos direitos humanos. A partir da literatura, é possível estabelecer esse ponto de inflexão entre 2011 e 2013, especialmente em relação às políticas educacionais, por meio da disseminação da falácia da “ideologia de gênero”.

Com a finalidade de responder à pergunta e avaliar a hipótese, foram analisadas as transcrições das sessões, assim como os demais documentos pertinentes à tramitação dos projetos de lei educacionais dos dois países, como pareceres, relatórios legislativos ou boletins oficiais, cada um em sua respectiva esfera. Foram examinados os documentos e transcrições referentes aos projetos de lei do PNE 2014, no Brasil, e das LOMCE (2013) e LOMLOE (2020), na Espanha.



No processo de tramitação do PNE 2014, iniciado em 2010, houve três fases distintas: a fase na Câmara dos Deputados, de 2010 a 2012; a fase no Senado Federal, em 2013; e a fase na Câmara dos Deputados, em 2014.

Na primeira fase, comprovou-se um predomínio de posicionamentos favoráveis à perspectiva de gênero, não havendo nenhuma menção, no âmbito das discussões do PL 8.03/2010, à “ideologia de gênero” nesses dois anos. Todas as manifestações referentes ao gênero foram favoráveis à igualdade de gênero, com exceção das expressões com sentido taxonômico. Curiosamente, nesse primeiro momento, também houve poucas menções ao programa Escola Sem Homofobia (ou kit gay), apesar de estar em alta o debate desse assunto.

No Senado, no ano de 2013, percebe-se uma mudança no posicionamento em relação à perspectiva de gênero. Nas duas primeiras comissões – CAE e CCJ – não há menção ao assunto. Porém, nas discussões da CE, apresentou-se o primeiro relatório que apresentou a exclusão da palavra “gênero”, e de todo o trecho que previa a “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Por meio da emenda nº 25, proposta pelo senador Paulo Paim, alterou-se o inciso III do artigo 2º, de forma distinta da proposta inicial da emenda, sem uma discussão de fato. No Plenário do Senado, houve tentativas de retomar a redação inicial do inciso III do artigo 2º, por meio de emendas, porém, estas foram aprovadas, ressalvadas subemendas que expressamente declaravam a “superação das desigualdades educacionais”, de forma generalizada.

A discussão seguiu para a Câmara dos Deputados, ao apreciar o substitutivo enviado pelo Senado. Nesse contexto, houve um acirramento das disputas, especialmente porque alguns deputados, que não estavam na CEPL foram indicados para membros desta, ou alguns deputados que estavam, mas não havia ainda se pronunciado, mostraram-se defensores ferrenhos contra a suposta “ideologia de gênero”.

O período em que as discussões ocorreram refletem também a conjuntura brasileira. Em 2013, havíamos vivenciado as jornadas de junho; os neodireitistas já estavam construindo seu caminho até o poder, infiltrando inicialmente outros espaços, como igrejas; a própria “ideologia de gênero” já havia se espalhado pela América Latina, aterrorizando por meio das manipulações características da nova direita; a crise econômica e política vivenciada pelo país e o enfraquecimento do governo do PT abriu espaço para novos posicionamentos, muitas vezes mais autoritários e polarizados; no âmbito do Congresso Nacional, já haviam sido realizados

diversos eventos com o intuito de divulgar o perigo da “ideologia de gênero” e do “marxismo cultural”.

Assim, em 2014, a palavra “gênero” foi mencionada 175 vezes nas reuniões da CEPL, sendo 30 delas na expressão “ideologia de gênero”. Nesses discursos, os deputados demonstraram diversos aspectos neodireitistas, dentre elas: união de católicos e evangélicos, principalmente neopentecostais; tentativa de enfraquecer as questões de gênero no âmbito da educação, por meio da estratégia de generalização das desigualdades e discriminações a serem combatidas; o sucesso da estratégia de tergiversação do gênero, enquanto conceito. O pseudoconceito da “ideologia de gênero” substitui o próprio conceito gênero, tornando-o condenável, assim como todos e todas que o defendem. A própria votação referente à redação do inciso III do artigo 2º foi marcada por forte polarização, a qual também é uma estratégia neodireitista e que contribuiu para o enfraquecimento da perspectiva de gênero.

A partir da tergiversação, consolidou-se também o pânico moral como estratégia neodireitista, fomentando o medo social, por meio da suposta ameaça “comunista”, “marxista” e “feminista”, consolidada na falácia da “ideologia de gênero”, disseminada por meio de *fake news* e pelos demais atores, que vão desde representantes religiosos, a parlamentares, mídia, políticos, entre outros.

Quando a discussão foi para o Plenário da Câmara dos Deputados, observou-se que a palavra “gênero” foi mencionada em oito parágrafos, sendo que dois deles apresentavam a expressão “ideologia de gênero”. Além disso, no mesmo contexto, observou-se sete parágrafos que mencionam religião, cristianismo e/ou igreja. Assim, especialmente nesse contexto em que os representantes neodireitistas se avolumam e se organizam para defender suas pautas, inclusive por meio de alianças contraditórias, é importante observar a forte presença desses termos.

Em relação à Espanha, foram analisadas duas leis orgânicas, pois foram publicadas entre 2010 e 2020, sob diferentes governos de ideologias também distintas. A LOMCE é concebida como uma lei conservadora, que não aborda questões como direitos humanos e que possui grande influência neodireitista.

Assim como no Brasil, tampouco houve menção à “ideologia de gênero” nos primeiros meses de 2013, nos quais o PLOMCE esteve no Congresso dos Deputados da Espanha. Nota-se, porém, que as palavras-chave que mais aparecem nesse período referem-se à religião,

cristianismo e igrejas, com 150 menções. Além disso, o tema da laicidade já aparece nesse momento inicial.

Também surgiram discussões sobre a educação diferenciada, percebendo-se uma postura favorável a esta. Nesse sentido, o embate ocorreu em relação à perspectiva de que os pais [e mães] são os principais responsáveis e, por isso, teriam direito de escolher a educação de seus filhos. Percebe-se os efeitos da nova direita, tanto pela individualização da responsabilidade da educação na família quanto, sob o argumento da liberdade negativa como central, pela retirada da possibilidade de uma educação diversa, plural e antidiscriminatória. Essa visão encoraja tanto a educação diferenciada, a educação religiosa, quanto a educação domiciliar. Nesse sentido, estimula-se também o controle dos valores e corpos das crianças e adolescentes, assim como o interesse de instituições e empresas em mercantilizar a educação. Destaca-se que, na Espanha, o apoio à educação diferenciada estava mais forte nas discussões da LOMCE, em 2013; enquanto, no Brasil, fortaleceu-se a educação domiciliar, especialmente a partir de 2015 e que permanece na pauta atualmente.

Ainda assim, apesar de não ser progressista, especialmente porque foi proposta pelo governo do PP, no PLOMCE inicial, identificou-se de certa forma a perspectiva de gênero. Ainda que limitada à “violência de gênero”, com sentido de combater essa violência especificamente. Na LOMCE, aprovada ao final de 2013, foram identificadas oito menções ao “gênero”. Ou seja, essa lei permanece permeada pela familiarização da educação e o uso da liberdade para promover a educação diferenciada, que não contribui para uma educação diversa e plural. Porém, aceita o uso do gênero e fomenta, ainda que de forma limitada, a perspectiva de gênero. Destaca-se ainda que a lei aprovada assimilou a flexão de gênero em sua redação, ao contrário do PNE brasileiro.

A LOMLOE, foi proposta pelo governo do PSOE em 2020. Em um contexto bastante diferente de 2013, foi promulgada como uma lei considerada progressista, que preconiza a defesa dos direitos humanos e da igualdade de gênero, na educação. Esperava-se, portanto, verificar a predominância dessa perspectiva em suas discussões.

Ainda que tenha sido aprovada fundamentalmente vinculada à importância da igualdade de gênero, o embate foi bastante forte, especialmente em decorrência da presença de parlamentares do partido Vox. Esse partido, cujos valores estão em consonância com os princípios da nova direita, foi o principal responsável pela menção à “ideologia de gênero” nas

discussões sobre o PLOMLOE. Por meio de falas fortes e muitas vezes agressivas, os parlamentares reforçaram o objetivo para o qual o pseuconceito foi criado: combater e deslegitimar os avanços feministas.

As diversas menções à ideologia, e suas formas flexionadas, já reforçam o sentido negativo que essa palavra detém, inclusive no senso comum, contribuindo para a rejeição das expressões ligada a ela. Ademais, promove-se o medo e a repulsa à expressão “ideologia de gênero” como uma teoria que visa deturpar os valores morais, especialmente como uma ameaças para as crianças e jovens, sendo estrategicamente vinculada à perspectiva de gênero como forma de enfraquecer esta última.

Assim como no Brasil, identificou-se na Espanha o uso da estratégia de generalização, a fim de invisibilizar necessidades particulares de minorias, por meio de expressões como “todas as desigualdades”. O partido Vox chegou ao extremo de propor a supressão da expressão “violência de gênero” do PLOMLOE, e substituí-la por “todas as violências”. A retomada de valores cristãos e da tentativa de renaturalização dos seres humanos também ocorreu nos dois países. Percebe-se ainda, em outra semelhança com o país latino-americano, que os argumentos neodireitistas retomam os direitos e liberdades, os valores e o individualismo, assim, exemplificando a fusão contraditória de princípios neoliberais com neoconservadores, amalgamando-se na nova direita.

Destaca-se, porém, que, apesar da presença neodireitista na Espanha, caracterizada por seus argumentos agressivos e enganosos, a aprovação da LOMLOE representa a resistência da perspectiva de gênero. Essa lei foi aprovada em 2020, apesar da onda neodireitista fortalecida mundialmente e da crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19. Assim, como Paulo Freire, seguimos esperando para que, no Brasil, também possamos (re)construir os avanços em direção à igualdade de gênero e a emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L.C. Uberização: A era do trabalhador just-in-time?. *Revista de Estudos Avançados*. v. 34, n.28, p.111-126, jan/abr 2020. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/?lang=pt> . Acesso em: 28 de jun 2022.

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, Políticas Educacionais e Obsessão Avaliativa. In: *Contrapontos*, volume 7, nº.1, Itajaí, jan./abr. de 2007. Disponível em:

<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/888>. Acesso em: 04 set. 2020.

AFONSO, Sophia C. Roda de conversa sobre necessidades práticas e interesses estratégicos com a profa. Gisela zaremberg. *Revista Feminismos*, [S. l.], v. 5, n. 1, 2018a. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30238>. Acesso em: 31 mar. 2022.

\_\_\_\_\_, Sophia C. *Necessidades práticas das mulheres e interesses estratégicos de gênero: uma análise documental feminista das propostas dos organismos internacionais*. 24 p. (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC). 2018b. Trabalho não publicado.

\_\_\_\_\_, Sophia C. *Necessidades práticas das mulheres e interesses estratégicos de gênero: uma análise feminista das propostas dos Organismos Internacionais para América Latina (1995-2015)*. 2019. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/25509>. Acesso em: 09 set. 2020.

\_\_\_\_\_, Sophia C.; YANNOULAS, Silvia C. Roda de conversa sobre redes e cooperação acadêmica internacional. *SER Social*, [S. l.], v. 22, n. 47, p. 455–461, 2020.

DOI: 10.26512/sersocial.v22i47.29483. Acesso em: 31 mar. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz. Neoconservadorismo e Liberalismo. In: GALLEGOS, Esther Solano (org.). *Ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

AMO, M<sup>a</sup> Cruz del Amo del. La educación de las mujeres en España: de la “amiga” a la Universidad. In: ESPANHA. *CEE. Participación Educativa - La educación, factor de igualdad*, N.11, Jul de 2009. Disponível em:

[https://sede.educacion.gob.es/publiventa/download.action?f\\_codigo\\_agc=14204\\_19&request\\_1ocale=en](https://sede.educacion.gob.es/publiventa/download.action?f_codigo_agc=14204_19&request_1ocale=en). Acesso em: 05 out. 2020.

ANTÓN-MELLÓN, J. El Eterno Retorno. ¿Son fascistas las ideas-fuerza de la Nueva Derecha Europea (ND)? *Foro Interno*, v. 11, p. 69-92, 11. Disponível em <https://revistas.ucm.es/index.php/FOIN/article/view/37009> . Acesso em: 13 dez. 2020.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 11ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

APPLE, Michael. “Endireitar” a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. *Currículo sem fronteiras*, v. 2, n. 1, p. 55-78, 2002. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/apple.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

APPLE, Michael. Audit Cultures, Commodification, and Class and Race Strategies in Education. *Policy Futures in Education*, Volume 3, Number 4, 2005. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/250152031\\_Audit\\_Cultures\\_Commodification\\_and\\_Class\\_and\\_Race\\_Strategies\\_in\\_Education](https://www.researchgate.net/publication/250152031_Audit_Cultures_Commodification_and_Class_and_Race_Strategies_in_Education) . Acesso em: 06 de jun. 2020.

APPLE, Michael W., Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. *Linhas Críticas*, n. 21 (Septiembre-Diciembre), 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=193543849005>. Acesso em: 23 abr. 2020.

AZNAR, José M. *Ocho años de Gobierno: una visión personal de España*. Editor digital: Titivillus, 2004. ePub base r1.2.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, abr. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000100020&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000100020&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 dez. 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 1977.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2002.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 10 impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v.2.

BEHRING, Elaine. *Brasil em Contra Reforma*. Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA, Fátima. [Discurso na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 em 06 de junho de 2011]. Brasília, Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0668/11> . Acesso em: 02 abr. 2022.

BOTELHO, Mariana Beatriz Mataluna. *Longe da crise do ensino médio: uma experiência exitosa na escola pública. Relatos de alunos e professores da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo*. 1.ed. Curitiba: Appris, 2019. 177p.

BRAGA, Eduardo. [Discurso pela Liderança durante a 214ª Sessão Deliberativa Ordinária, ocorrida no dia 27 de novembro de 2013, no Plenário do Senado Federal, sobre a indignação com a condução dos trabalhos da CE durante a votação do Plano Nacional de Educação]. *Diário Oficial do Senado*, Brasília, 2013a. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/18757?sequencia=1> . Acesso em: 02 abr. 2022.

BRAGA, Eduardo. [Discurso durante 227ª Sessão, ocorrida no dia 11 de dezembro de 2013, no Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103/2012 (nº 8.035/2010, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências]. *Diário Oficial do Senado*, Brasília, 2013b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/18788> . Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Regimento Interno*. Estabelecido pela Resolução n. 17, de 1989. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2021-2021.pdf> . Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 8.035, de 20 de dezembro de 2010*. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node019qsj4k7el05z1s1xi7fylabdc64843877.node0?codteor=831421&filename=PL+8035/2010](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node019qsj4k7el05z1s1xi7fylabdc64843877.node0?codteor=831421&filename=PL+8035/2010). Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. *Substitutivo ao Projeto de Lei nº 8.035, de 20 de dezembro de 2010*, apresentado no dia 05 de dezembro de 2011. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011a. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=947081&filename=SBT+1+PL803510+%3D%3E+PL+8035/2010](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=947081&filename=SBT+1+PL803510+%3D%3E+PL+8035/2010). Acesso em 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. *Parecer às emendas ao substitutivo ao projeto de lei nº 8.035, de 2010*, apresentado no dia 27 de abril de 2011. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011b. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=987068&filename=PES+2+PL803510+%3D%3E+PL+8035/2010](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=987068&filename=PES+2+PL803510+%3D%3E+PL+8035/2010). Acesso em 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. *Parecer do Relator*: Pela não implicação orçamentária e financeira; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, à exceção da estratégia 20.11; e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo, com alterações. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014a. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1237910&filename=PSS+1+PL803510+%3D%3E+PL+8035/2010](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1237910&filename=PSS+1+PL803510+%3D%3E+PL+8035/2010). Acesso em 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. *Voto em Separado do senhor Deputado Paulo Freire na condição de membro da Comissão Especial do PL 8035/2010*, o qual aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014b. Disponível

em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1240991&filename=VTS+2+PL803510+%3D%3E+PL+8035/2010](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1240991&filename=VTS+2+PL803510+%3D%3E+PL+8035/2010). Acesso em 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. *Parecer com Complementação de Voto ao substitutivo do Senado Federal ao PL nº 8.035, de 2010*, que “aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências”. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014c. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1246054&filename=CVO+4+PL803510+%3D%3E+PL+8035/2010](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1246054&filename=CVO+4+PL803510+%3D%3E+PL+8035/2010). Acesso em 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. *Câmara dos Deputados – DETAQ*. [Transcrição da Reunião Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2014, no âmbito da Comissão Especial do PL 8035/2010, o qual aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências]. Brasília, Câmara dos Deputados, 2014d. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0387/14>. Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. *Câmara dos Deputados – DETAQ*. [Transcrição da Reunião Ordinária realizada no dia 23 de abril de 2014, no âmbito da Comissão Especial do PL 8035/2010, o qual aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências]. Brasília, Câmara dos Deputados, 2014e. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0420/14>. Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação (CONAE). *Documento final*, Brasília, 2010. Disponível em:

[http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf). Acesso



em: 01 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Presidência Da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim*, 1995. In: Instrumentos Internacionais de Direitos Das Mulheres, Brasília, 2006, p.148-258. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf). Acesso em: 07 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Modalidades de votação*. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/modalidades-de-votacao>. Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos*, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012 (Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, na Casa de origem), do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, apresentado em 10 de dezembro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3981747&ts=1630431400622&disposition=inline>. Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Parecer da Comissão de Constituição e Justiça*, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012 (Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, na Casa de origem), do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, apresentado em 25 de setembro de 2013. Brasília, 2013a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3983853&ts=1630431408441&disposition=inline>. Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Emenda nº 25 ao Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012*, proposta no âmbito da Comissão De Educação, Cultura e Esporte, apresentada em 22 de outubro de 2013 pelo Senador Paulo Paim. Brasília, Senado Federal, 2013b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3984223&ts=1630431409728&disposition=inline>. Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Parecer da Comissão De Educação, Cultura e Esporte*, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012 (Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, na Casa de origem), do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, apresentado em 18 de novembro de 2013. Brasília, 2013c. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3984671&ts=1630431411332&disposition=inline>. Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Emenda nº 04 ao Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012*, proposta não Plenário do Senado Federal apresentada em 06 de dezembro de 2013 pelo Senador Vital do Rêgo. Brasília, Senado Federal, 2013d. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3984223&ts=1630431409728&disposition=inline>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUARQUE, Cristovam. [Discurso na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal proferido na Audiência Pública realizada em 07 de outubro de 2013]. Brasília, *Senado Federal*, 2013. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/49667d96-507c-4a80-a7b8-4f62adeb188f>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York; London: Routledge; Chapman & Hall, 1990.

CARRILHO, Anabelle; BASSALO, Lucelia; YANNOULAS, Silvia C.; AFONSO, Sophia; BARBOSA, Alexandre. Educação básica e gênero: políticas educacionais e a falácia da “ideologia de gênero”. In: LIMA, Ana Raquel C. De; NASCIMENTO, Clara Carolina C. De; MARCONDES, Mariana M. *Dossiê das Desigualdades* [eletrônico]. 1ed. Natal: SEDIS-UFRN, 2002. Disponível em: [https://ccsa.ufrn.br/portal/wp-content/uploads/2022/02/Dossie-Desigualdades\\_N1\\_14-02.pdf](https://ccsa.ufrn.br/portal/wp-content/uploads/2022/02/Dossie-Desigualdades_N1_14-02.pdf). Acesso em: 28 jun. 2022.

CASIMIRO, Flávio Henrique. *A Nova Direita: Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTRO, Cláudio de M.. [Discurso na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal proferido na Audiência Pública realizada em 22 de outubro de 2013]. Brasília, *Senado Federal*, 2013. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/49667d96-507c-4a80-a7b8-4f62adeb188f>. Acesso em: 02 abr. 2022.

CEE. *La familia, santuario de la vida y esperanza de la sociedad*. LXXVI Asamblea Plenaria, Instrucción Pastoral, Madrid, 2001. Disponível em [http://familia.redschoenstatt.org/familia/site/artic/20150328/asocfile/20150328144753/instrucion\\_familia\\_espa\\_a\\_2001.pdf](http://familia.redschoenstatt.org/familia/site/artic/20150328/asocfile/20150328144753/instrucion_familia_espa_a_2001.pdf). Acesso em: 16 set. 2020.

CELAÁ. [Discurso no Plenário do Congresso dos Deputados, sobre o debate de emendas de totalidade, em sessão realizada no dia 17 de junho de 2020]. Cortes Generales. *Diario de sesiones del congreso de los diputados*. Plenário. Sesión núm. 29. Madrid, 2020. Disponível

em: [https://www.congreso.es/public\\_oficiales/L14/CONG/DS/PL/DSCD-14-PL-30.PDF#page=42](https://www.congreso.es/public_oficiales/L14/CONG/DS/PL/DSCD-14-PL-30.PDF#page=42). Acesso em: 02 abr. 2022.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et Al. *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, páginas 295-316.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHARRO, María Calvo. La ideología de género en la escuela. El respeto a la feminidad y masculinidade fórmula para el éxito académico y personal. *Transatlántica de educación*, ISSN 1870-6428, N°. 6, 2009 (Ejemplar dedicado a: Sexo, género y educación), págs. 127-137. Disponível em: <https://sede.educacion.gob.es/publiventa/detalle.action?cod=15118>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015 [ebook].

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. M. *Feminismo, diversidade sexual e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2018.

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: the creation of the Mods and Rockers*. 3 ed. Oxon: Routledge, 2002.

COIMBRA, Lelo. [Discurso na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 em 22 de abril de 2014]. Brasília, *Câmara dos Deputados*, 2014a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0387/14>. Acesso em: 02 abr. 2022.

CORRÊA, Sônia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, e185301, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-83332018000200401&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332018000200401&lng=en&nrm=iso) . Acesso em: 05 nov. 2020.

CORSETTI, Berenice. Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil. *Educação Unisinos*. 23(4): 774-784, outubro-dezembro 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.234.11/60747441>. Acesso em: 25 set. 2020.

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Salvador: UFBA, 2008.

COUTINHO, Carlos N. A época neoliberal: revolução passiva ou contrarreforma? *Novos Rumos*, Marília, v.49, n.1, p. 117-126, ja-jun., 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2383>. Acesso em: 31 mar. 2022.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Álvaro. [Discurso na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal proferido na Reunião Deliberativa Ordinária realizada em 19 de novembro de 2013]. Brasília, Senado Federal, 2013. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/0e91c6c4-0e6e-4c4e-88ac-d22c85a15d95>. Acesso em: 02 abr. 2022.

DOURADO, Luiz F. [Discurso na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal proferido na Audiência Pública realizada em 15 de outubro de 2013]. Brasília, *Senado Federal*, 2013. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/5874d164-44de-4a7c-ac11-28acde5d840a>. Acesso em: 02 abr. 2022.

ESPAÑA. La Moncloa. *Organización del Estado*. Disponível em: <https://www.lamoncloa.gob.es/espana/organizacionestado/Paginas/index.aspx#legislativo>. Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado. *Constitución Española*. BOE, núm. 311, de 29 de dezembro de 1978. Disponível em: [https://www.boe.es/eli/es/c/1978/12/27/\(1\)/con](https://www.boe.es/eli/es/c/1978/12/27/(1)/con). Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Congreso de los Diputados. *Reglamento Interno del Congreso de los Diputados de 1982*. Disponível em: [https://www.congreso.es/webpublica/ficherosportal/reglam\\_congreso.pdf](https://www.congreso.es/webpublica/ficherosportal/reglam_congreso.pdf). Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Congreso de los Diputados. Boletín Oficial de las Cortes Generales. *Enmiendas e índice de enmiendas al articulado al Proyecto de Ley Orgánica para la mejora de la calidad educativa*, publicado el 18 de septiembre de 2013. Madrid, 2013. Disponível em: [https://www.congreso.es/public\\_oficiales/L10/CONG/BOCG/A/BOCG-10-A-48-2.PDF#page=1](https://www.congreso.es/public_oficiales/L10/CONG/BOCG/A/BOCG-10-A-48-2.PDF#page=1). Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Congreso de los Diputados. Boletín Oficial de las Cortes Generales. *Enmiendas e índice de enmiendas al articulado al Proyecto de Ley Orgánica por la que se modifica la Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación*, publicado el 20 de octubre de 2020. Madrid,

2020a. Disponível em:  
[https://www.congreso.es/public\\_oficiales/L14/CONG/BOCG/A/BOCG-14-A-7-2.PDF#page=1](https://www.congreso.es/public_oficiales/L14/CONG/BOCG/A/BOCG-14-A-7-2.PDF#page=1). Acesso em: 02 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Congreso de los Diputados. Boletín Oficial de las Cortes Generales. Aprobación por el pleno al proyecto de ley orgánica por la que se modifica la ley orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de educación, publicado el 26 de noviembre de 2020. Madrid, 2020b. Disponível em:  
[https://www.congreso.es/public\\_oficiales/L14/CONG/BOCG/A/BOCG-14-A-7-5.PDF#page=1](https://www.congreso.es/public_oficiales/L14/CONG/BOCG/A/BOCG-14-A-7-5.PDF#page=1). Acesso em: 02 abr. 2022.

EURICO, Francisco [Pastor]. [Discurso na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 em 08 de abril de 2014]. Brasília, *Câmara dos Deputados*, 2014. Disponível em:  
<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0300/14>. Acesso em: 02 abr. 2022.

FARIAS, Lindbergh. [Discurso na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal proferido na Reunião Deliberativa Ordinária realizada em 20 de novembro de 2012]. Brasília, *Senado Federal*, 2012. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/b944c919-45b1-4101-9cad-97c6cf2bb612>. Acesso em: 02 abr. 2022.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Conservadorismo, fortalecimento da extrema direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. *Revista Lutas Sociais*: revista vinculada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUCSP, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 166-178, 2016. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/31855/pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

FLORES, Isabel Carillo i. Presentacio: La construccio historica del dret a l'educacio em contextos de transicio politica democratica. Educació i Història: *Revista d'Història de l'Educació* Num. 27, gener-juny, 2016, pag. 9-15. Disponível em:  
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5444213>. Acesso em: 05 out. 2020.

GALLEGO, Ferran. La Derecha Europea entre dos Siglos. De la Crisis de Legitimidad al Regreso de la Política. *Historia y Política*. ISSN: 1575-0361, núm. 18, Madrid, julio-diciembre, 2007, págs. 165-195. Disponível em  
<https://recyt.fecyt.es/index.php/Hyp/article/view/44549>. Acesso em: 03 dez. 2020.

GALLEGO, Esther Solano. La Bolsonarización de Brasil. In: *Documentos de Trabajo IELAT* – Nº 121. Alcalá de Henares: Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latinoamericanos – Universidad de Alcalá, abril, 2019. Disponível em:  
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6914400>. Acesso em: 04 set. 2020.

GARBAGNOLI, Sara. Against the heresy of immanence: Vatican's gender' as a new rhetorical device against the denaturalization of the sexual order. *Religion & Gender*, Gante (Bélgica), v. 6, n. 2, p. 187-204, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/312506840\\_Against\\_the\\_Heresy\\_of\\_Immanence\\_Vatican's\\_'Gender'\\_as\\_a\\_New\\_Rhetorical\\_Device\\_against\\_the\\_Denaturalisation\\_of\\_the\\_Sexual\\_Order/link/5a29ffae45851552ae76fade/download](https://www.researchgate.net/publication/312506840_Against_the_Heresy_of_Immanence_Vatican's_'Gender'_as_a_New_Rhetorical_Device_against_the_Denaturalisation_of_the_Sexual_Order/link/5a29ffae45851552ae76fade/download). Acesso em: 13 out. 2019.

GARCÍA ÁLVAREZ. [Discurso na sessão ordinária do Plenário Congresso dos Deputados, realizada em 28 de Novembro de 2013]. Cortes Generales. *Diario de sesiones del congreso de los diputados*. Comision: Educación y Deporte. Sesión plenaria núm. 153. Madrid, 2013. Disponível em: [https://www.congreso.es/public\\_oficiales/L10/CONG/DS/PL/DSCD-10-PL-162.PDF#page=21](https://www.congreso.es/public_oficiales/L10/CONG/DS/PL/DSCD-10-PL-162.PDF#page=21). Acesso em: 02 abr. 2022.

MARÍN GASCÓN. [Discurso na sessão da Comissão de Educação e Formação Profissional do Senado, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei Orgânica de Modificação da Lei Orgânica de Educação de 2006, realizada em 18 de dezembro de 2020]. Cortes Generales. *Diario de Sesiones del Senado*, nº 130. Comisión de Educación y Formación Profesional. Madrid, 2020 Disponível em: [https://www.congreso.es/public\\_oficiales/L14/SEN/DS/CO/DS\\_C\\_14\\_130.PDF](https://www.congreso.es/public_oficiales/L14/SEN/DS/CO/DS_C_14_130.PDF) . Acesso em: 02 abril 2022.

GONDIM, Linda M. P. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. *Polis* [Online], Revista Latinoamericana, Vol. 15, nº 44, 2016, p. 357-379. Disponível em <http://journals.openedition.org/polis/11944>. Acesso em: 02 abril 2022.

GRAZZIOTIN, Vanessa. [Discurso durante sessão ocorrida no dia 17 de dezembro de 2013, no Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103/2012 (nº 8.035/2010, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências]. Diário Oficial do Senado, Brasília, 2013. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/18798?sequencia=1>. Acesso em: 02 abr. 2022.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. 2ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAUJO, Leila; BARRETO, Andreia (org.). *Gestão de Políticas Públicas em Genero e Raça – módulo II*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HIRATA, Helena et al (Orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Patriarcado. Editora Unesp, 2009, pps. 173-179.

IZALCI. [Discurso na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 em 22 de abril de 2014]. Brasília, *Câmara dos Deputados*, 2014. Disponível

em

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0387/14>. Acesso em: 02 abr. 2022.

JAÉN, Victor M. (2019). Las estrategias de institucionalización de la nueva derecha radical española, 2002–2017. *Política y Gobernanza*. Revista de Investigaciones y Análisis Político, 3: 75-102. <http://dx.doi.org/10.30827/polygob.v0i3.6563>. Acesso em: 03 dez. 2020.

JACÓ, Daniel O. *Laicidade, sexualidade e conservadorismos morais: uma análise sobre discursos parlamentares sobre o caso escolas sem homofobia de 2010 a 2014*. 2019. viii, 136 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37791>. Acesso em: 02 abr. 2022.

JIMÉNEZ, Junior Elio López. Transversalidad de género o ideología de género: caso Ecuador. In: MIURY, Paulo Vélez; TAPIA, Marieliza P.; HERRERA, Ciomara P. C. (coord.). *La familia en el contexto social: Estudios sobre el contexto familiar desde la educación y la bioética*, 2019, págs. 163-171.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Bagoas – *Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S.I.], v.1, n. 01, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>. Acesso em: 28 jun. 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de Gênero”: A Gênese de uma Categoria Política Reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma ameaça à família natural?. In: RIBEIRO, Paula Regina C.; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p. 25-52.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004). Acesso em: 10 jun. 2020.

KALIL, Isabela Oliveira. "Incurções da “ideologia de gênero” na educação". *SUR* 29 – v.16 n.29 p.119-128, 2019. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/12/09-sur-29-portugues-isabela-oliveirakalil.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.) *Dicionário crítico do feminismo*. Sao Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

LACERDA, Marina B. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre/RS: Zouk, 2019.

LIMA, Iana G. de; HYPOLITO, Álvaro. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45, e190901, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022019000100567&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022019000100567&script=sci_arttext). Acesso em: 27 abr. 2020.

LOWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.044>. Acesso em 07 out. 2020.

MACHADO, Maria das Dores C. O neoconservadorismo cristão no Brasil e Colômbia. In: BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan M.; MACHADO, Maria das Dores C. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

MADER, Guilherme R. C. *Masculino genérico e sexismo gramatical*. 2015. 159 p. Dissertação (mestrado em Linguística) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/158447>. Acesso em: 02 abr. 2022

MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, Marialice M (org.). *Karl Mannheim: Sociologia*, São Paulo, Ática, pp. 107-136.

MAS, Antonio C. La nueva derecha em España: hacia la revolución conservadora. In: Navajas Zubeldia, Carlos e Iturriaga Barco, Diego (eds.): *Espanha em democracia. Actas del IV Congreso Internacional de Historia de Nuestro Tiempo*. Logroño:Universidad de la Rioja, 2014, pp. 281-291. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4847678>. Acesso em: 07 dez. 2020.

MEGAY, Edward N. Anti-Pluralist Liberalism: The German Neoliberals. *Political Science Quarterly*, Vol. 85, No. 3 (Sep., 1970), pp. 422-442. Disponível em [https://www.jstor.org/stable/2147878?seq=1&cid=pdf-reference#references\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2147878?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_contents). Acesso em: 13 dez. 2020.

MERCHÁN IGLESIAS, F. J. (2021). La política educativa de la democracia en España (1978-2019): Escolarización, conflicto Iglesia-Estado y calidad de la educación. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 29(61). <https://doi.org/10.14507/epaa.29.5736>. Acesso em 02 abr. 2022.

MESEGUER, Xavier Casals. La renovación de la ultraderecha española: una historia generacional (1966-2008). *Historia y Política*, núm. 22, Madrid, julio-diciembre (2009), págs.



233-258 Disponível em <https://recyt.fecyt.es/index.php/Hyp/article/view/44473>. Acesso em: 13 dez 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” -Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf>. Acesso em: 10 jun. de 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLLANO, Esther (org.). *Ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MINAYO, Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu* [online]. 2007, n. 28, pp. 101-128. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado – Volume 32*, Número 3, Setembro/Dezembro, 2017. p 725-747. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000300725&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000300725&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 16 set. 2020.

MORO ALMARAZ. [Discurso na sessão ordinária do Plenário Congresso dos Deputados, realizada em 28 de Novembro de 2013]. Cortes Generales. *Diario de sesiones del congreso de los diputados*. Comision: Educación y Deporte. Sesión plenaria núm. 153. Madrid, 2013. Disponível em: [https://www.congreso.es/public\\_oficiales/L10/CONG/DS/PL/DSCD-10-PL-162.PDF#page=21](https://www.congreso.es/public_oficiales/L10/CONG/DS/PL/DSCD-10-PL-162.PDF#page=21). Acesso em: 02 abr. 2022.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão popular, 2011.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLIVEIRA, Dalila A. Política educacional. In: OLIVEIRA, Dalila A., DUARTE, Adriana C.; VIEIRA, Livia F. (orgs.). *Dicionário de trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação-UFGM, 2010. Disponível em: <https://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes>. Acesso em: 13 maio 2020.

OLIVEIRA, Denize C. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: Uma proposta de sistematização. *Rev. Enferm.* UERJ, Rio de Janeiro, 2008 out/ dez; 16(4):569-76. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0104-3552/2008/v16n4/a569-576.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

PERA GUERRA. [Discurso na sessão ordinária da Comissão de Educação e Esporte do Senado, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa, realizada em 12 de novembro de 2013]. Cortes Generales. *Diario de Sesiones del Senado*, nº 230. Comisión de Educación y Deporte. Sesión celebrada el 12 de noviembre de 2013. Madrid, 2013 Disponível em: [https://www.senado.es/legis10/publicaciones/pdf/senado/ds/DS\\_C\\_10\\_230.PDF](https://www.senado.es/legis10/publicaciones/pdf/senado/ds/DS_C_10_230.PDF). Acesso em: 02 abril 2022.

PEREIRA, Camila Potyara. *Proteção Social no Capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes*. Tese de Doutorado. PPGPS/SER/UnB, 2013. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15153> . Acesso em: 15 maio 2021.

PEREIRA, Camila Potyara. *Proteção Social no Capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo: Cortez, 2016, 368 p.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova Direita e Política Social: neoliberalismo, neoconservadorismo e a negação de direitos. In: GÓIS, João Bôsko Hora; SOUZA, Sidimara Cristina. *Temas de Política Social: análises e discussões*. Volume 1. Curitiba: Editora CRV, 2019.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova direita, corporocracia e política social. In: Pereira-Pereira, Potyara A. *Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social*. 1 ed. São Paulo: Cortez: Politiza, 2020.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI et al. (org.) *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108.

PÉREZ FERNÁNDEZ. [Discurso na sessão ordinária da Comissão de Educação e Esporte do Congresso dos Deputados, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa, realizada em 25 de Setembro de 2013]. Cortes Generales. *Diario de sesiones del congreso de los diputados*. Comision: Educación y Deporte. Sesión núm. 21 (extraordinaria) celebrada el miércoles 10 de julio de 2013. Madrid, 2013. Disponível em: [https://www.congreso.es/public\\_oficiales/L10/CONG/DS/CO/DSCD-10-CO-408.PDF#page=2](https://www.congreso.es/public_oficiales/L10/CONG/DS/CO/DSCD-10-CO-408.PDF#page=2). Acesso em: 02 abr. 2022.

PEREZ, Teresa González. Mujeres, educación y democracia. *Revista de Educación*, vol. 351, Jan-Abril 2010. p. 337-359. Disponível em [http://www.revistaeducacion.educacion.es/re351/re351\\_14.pdf](http://www.revistaeducacion.educacion.es/re351/re351_14.pdf) . Acesso em: 05 out. 2020.

PICHARDO J. Ignacio; CORNEJO Monica. Une décennie de croisade anti-genre en Espagne (2004-2014). IN: VAN DER DUSSEN Sophie; PIETTE Valérie; PATERNOTTE David. Habemus gender ! Déconstruction d'une riposte religieuse. *Sextant*, Volume 31, Editions de l'Université de Bruxelles, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/33042720/Une\\_d%C3%A9cennie\\_de\\_croisade\\_anti\\_genre\\_en\\_Espagne\\_2004\\_2014](https://www.academia.edu/33042720/Une_d%C3%A9cennie_de_croisade_anti_genre_en_Espagne_2004_2014). Acesso em: 16 set. 2020.

PIMENTEL, José. [Discurso na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal proferido em 18 de dezembro de 2012]. Brasília, *Senado Federal*, 2012. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/a5a54a08-e712-41b1-a256-3c080292e943>. Acesso em: 02 abr. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa B.; SZWAKO, José Eduardo (Orgs.) *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116 a 149.

PLAZA GARCÍA. [Discurso na sessão da Comissão de Educação e Formação Profissional do Senado, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei Orgânica de Modificação da Lei Orgânica de Educação de 2006, realizada em 18 de dezembro de 2020]. Cortes Generales. *Diario de Sesiones del Senado*, nº 130. Comisión de Educación y Formación Profesional. Madrid, 2020 Disponível em: [https://www.congreso.es/public\\_oficiales/L14/SEN/DS/CO/DS\\_C\\_14\\_130.PDF](https://www.congreso.es/public_oficiales/L14/SEN/DS/CO/DS_C_14_130.PDF) . Acesso em: 02 abril 2022.

POSADA MORENO. [Discurso na sessão ordinária do Plenário Congresso dos Deputados, realizada em 28 de Novembro de 2013]. Cortes Generales. *Diario de sesiones del congreso de los diputados*. Comision: Educación y Deporte. Sesión plenaria núm. 153. Madrid, 2013. Disponível em: [https://www.congreso.es/public\\_oficiales/L10/CONG/DS/PL/DSCD-10-PL-162.PDF#page=21](https://www.congreso.es/public_oficiales/L10/CONG/DS/PL/DSCD-10-PL-162.PDF#page=21) . Acesso em: 02 abr. 2022.

PROJETO de lei da Câmara nº 103, de 2012. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/108259> . Acesso em: 02 abr. 2022.

PSEUDO, 2021. In: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/pseudo>. Acesso em: 18 maio 2021.

QUÉ es Vox. *Vox España*. Disponível em: <https://www.voxespana.es/espana/que-es-vox> . Acesso em 02 abr. 2022.

QUINTANA, Eduardo. Ley de Educación Sexual Integral: Proyectos de reforma: introducción de la ideología de género y supresión del ideario institucional en colegios de enseñanza pública no estatal (privados). *Dios y el hombre*, Vol. 2, Nº. 2, 2018, págs. 173-181.

RÊGO, Vital do. [Discurso durante 227ª Sessão, ocorrida no dia 11 de dezembro de 2013, no Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103/2012 (nº 8.035/2010, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências]. *Diário Oficial do Senado*, Brasília, 2013. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/18788>. Acesso em: 02 abr. 2022.

REIG PLA, Juan Antonio. La ideología de género: análisis y consecuencias. II Congreso Internacional de la Familia. *Educación y familia*. Libro de actas : Murcia, 2, 3 y 4 de diciembre de 2004, 2005, ISBN84-96353-45-1, págs. 103-120.

REIS, Toni. [Discurso na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 em 25 de fevereiro de 2014]. Brasília, *Câmara dos Deputados*, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0052/14>. Acesso em: 02 abr. 2022.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de Gênero: Uma Falácia Construída Sobre os Planos de Educação Brasileiros. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 maio 2021.

RIVERO, Antonio Piga; GALÁN, Maria Teresa A.. ¿Hay justificación para la implantación obligatoria de la ideología de género?. *Actualidad del derecho sanitario*, ISSN 1136-6869, Nº. 293, 2021, págs. 739-746.

ROBLES LÓPEZ. [Discurso em sessão da Comissão de Educação e Formação Profissional do Congresso dos Deputados, realizada em 13 de novembro de 2020]. Cortes Generales. *Diario de sesiones del congreso de los diputados*. Madrid, 2020. Disponível em: [https://www.congreso.es/public\\_oficiales/L14/CONG/DS/CO/DSCD-14-CO-220.PDF#page=2](https://www.congreso.es/public_oficiales/L14/CONG/DS/CO/DSCD-14-CO-220.PDF#page=2) . Acesso em: 02 abr. 2022.

ROGÉRIO, Marcos. [Discurso na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 em 19 de março de 2014]. Brasília, *Câmara dos Deputados*, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0165/14>. Acesso em: 02 abr. 2022.

ROJAS, Gustavo Sánchez. Sobre la Ideología de género. Una mirada valorativa desde el documento "Varón y mujer los creó..." (2019) de la Congregación para la Educación Católica (Primera parte). *Revista teológica limense*, nº. 3, 2019, págs. 271-295.

ROLLEMBERG, Rodrigo. [Discurso durante sessão ocorrida no dia 17 de dezembro de 2013, no Plenário do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103/2012 (nº 8.035/2010, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências]. *Diário Oficial do Senado*, Brasília, 2013. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/18798?sequencia=1>. Acesso em: 02 abr. 2022.

ROSA, Ana Claudia; CAMARGO, Arlete. Homeschooling: o reverso da escolarização e da profissionalização docente no Brasil. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2014818, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 28 jun. 2022.

RUIZ DELGADO. [Discurso na sessão extraordinária da Comissão de Educação e Esporte do Congresso dos Deputados, realizada em 10 de julho de 2013]. Cortes Generales. *Diario de sesiones del congreso de los diputados*. Madrid, 2013a. Disponível em: [https://www.congreso.es/public\\_oficiales/L10/CONG/DS/CO/DSCD-10-CO-373.PDF](https://www.congreso.es/public_oficiales/L10/CONG/DS/CO/DSCD-10-CO-373.PDF). Acesso em: 02 abr. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALOMÃO, Margarida. [Discurso na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 em 25 de fevereiro de 2014]. Brasília, *Câmara dos Deputados*, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0052/14>. Acesso em: 02 abr. 2022.

SANTOS, Artur H. S.; JAKOBSEN, Kjeld A. O trabalho nas atuais transformações da globalização capitalista. In: OLIVEIRA, Dalila; POCHMAN, Marcio (org.). *A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia*. Brasília: Gráfica e Editora Positiva: CNTE -Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/outros-livros/a-devastacao-do-trabalho-a-classe-do-labor-na-crise-da-pandemia>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SANTOS, Catarina de A. “Sentido, descansar, em forma”: escola-quartel e a formação para a barbárie. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 42, e244370, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.244370>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SANTOS, Catarina; PEREIRA, Rodrigo. Militarização e Escola Sem Partido: duas faces de um mesmo projeto. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 12, n. 23, p. 255-270, jul./out. 2018. DOI: <http://10.22420/rde.v12i23.884> Disponível em: <http://www.esforce.org.br> . Acesso em: 28 jun. 2022.

SANTOS, Liliam dos R. S. O Estado brasileiro: entre o velho e o novo no contexto do capitalismo dependente. In: Pereira-Pereira, Potyara A. *Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social*. 1 ed. São Paulo: Cortez: Politiza, 2020.

SARDENBERG, Cecilia. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. *Labrys. Estudos Feministas* (Online). , v.11, p.45. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/cultrelig/v15n1/0718-4727-cultrelig-15-01-180.pdf>. Acesso em: 28 06 2022.

SARNEY, José. *Presidenta ou presidente*. Academia Brasileira de letras, 2010. Disponível em: <https://www.academia.org.br/artigos/presidenta-ou-presidente>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia J.. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, p.5. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 12 out. 2019.

SCOTT, Joan W. Género: todavía una categoría útil para el análisis. *La Manzana de la Discordia*, Calli, v. 6, n. 1, p. 95-101, ene./jun. 2011. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/77276533.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Estudos comparados como método de pesquisa: a escrita de uma história curricular por documentos curriculares. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21 n. 64 jan.-mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0209.pdf>. Acesso em: 16 maio 2021.

SILVA, Luiz A.; LEÃO, Marcelo B. C.. O software Atlas.ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. *Ciência & Educação* [online]., v. 24, n. 3, Bauru, 2018 , pp. 715-728. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1516-731320180030011>> <https://doi.org/10.1590/1516-731320180030011>. Acesso em: 02 abr. 2022.

SILVA, Wellington T.; SUGAMOSTO, A.; IRIGARAY A., U. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. *Revista Cultura & Religión*, 15 (1), 180-222, 2021. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-47272021000100180&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-47272021000100180&script=sci_arttext). Acesso em: 28 jun. 2022.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SOUZA, Sérgio. [Discurso na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal proferido na Reunião Deliberativa Ordinária realizada em 28 de maio de 2013]. Brasília, *Senado Federal*, 2013. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/706998a5-b7f4-4ab9-ab80-aa1a22430520>. Acesso em: 02 abr. 2022.

STEIN, Laura G.; OREAMUNO, Gilda P. *La IV Conferencia Mundial sobre la Mujer – Interrogantes, nudos y desafíos sobre el adelanto de las mujeres en un contexto de cambio en Estudios Basicos de Derechos Humanos IV*. San Jose de Costa Rica: CIDH, 1996. Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/tablas/a12068.pdf>. Acesso em 17 maio 2021.

SUBIRATS, Marina. La LOMCE: hacia una educación antidemocrática. *Revista interuniversitaria de formación del profesorado*, nº 81, 2014, págs.45-58. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5009038.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SURITA, Teresa. [Discurso na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 em 06 de julho de 2011]. Brasília, *Câmara dos Deputados*, 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=R euni%C3%A3o%20Ordin%C3%A1ria&dtReuniao=06/07/2011&hrInicio=15:11:00&hrFim=20:28:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0974/11&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:11&sgFaseSessao=&Data=06/07/2011&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Especial%20-%20PL&dtHoraQuarto=15:11&txEtapa=>. Acesso em: 28 jun. 2022.

TEIXEIRA, Raniery Parra. “*Ideologia de gênero*”? as reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional. 2019. 169 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35044>. Acesso em 03 ago. 2021.

TERÁN, Remedios Alvarez. Perspectiva (legal) de género en educación. *BROCAR*, Vol. 35, 2011 p.167-178. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3932959.pdf>. Acesso em 05 out. 2020.

TRIAS GIL. [Discurso no Plenário do Congresso dos Deputados, sobre o debate de emendas de totalidade, em sessão realizada no dia 17 de junho de 2020]. Cortes Generales. *Diario de sesiones del congreso de los diputados*. Plenário. Sesión núm. 29. Madrid, 2020. Disponível em: [https://www.congreso.es/public\\_oficiales/L14/CONG/DS/PL/DSCD-14-PL-30.PDF#page=42](https://www.congreso.es/public_oficiales/L14/CONG/DS/PL/DSCD-14-PL-30.PDF#page=42). Acesso em: 02 abr. 2022.

VANHONI, Ângelo. [Discurso na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 em 22 de abril de 2014]. Brasília, *Câmara dos Deputados*, 2014a. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0387/14>. Acesso em: 02 abr. 2022.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004, p.77-104. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/490/494> . Acesso em: 02 out. 2020.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. Contribuições da produção acadêmica sobre gênero nas políticas educacionais: elementos para repensar a agenda. In: CARREIRA, Denise *et. al.* *Gênero e Educação: Fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais*. São Paulo: Ação Educativa/Cladem/ECOS/Geledés /FCC, 2016. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/12/generoeducacao\\_site\\_completo.pdf](https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/12/generoeducacao_site_completo.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

VIEIRA, Gastão. [Discurso na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 em 24 de maio de 2011]. Brasília, *Câmara dos Deputados*, 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0556/11>. Acesso em 02 abr. 2022.

VIEIRA, Gastão. [Discurso na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 em 13 de julho de 2011]. Brasília, *Câmara dos Deputados*, 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=13/07/2011&hrInicio=14:58:00&hrFim=18:15:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1023/11&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:58&sgFaseSessao=&Data=13/07/2011&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Especial%20-%20PL&dtHoraQuarto=14:58&txEtapa=> . Acesso em: 28 jun. 2022.

VIÑAO, Antonio. La Ley Orgánica de Mejora de la Calidad Educativa (LOMCE) de 2013: ¿Una Reforma Más?. *Historia y Memoria de la Educación*, vol. 3, 2016, p. 137-170. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5455669> . Acesso em: 07 out. 2020.

VOLPATO, Enilze de Souza Nogueira. *Subsídios para construção de estratégias de busca para revisões sistemáticas na base de dados Medline via Pubmed*. 2013. 176 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/90371>. Acesso em 22 jun. 2022.

YANNOULAS, Silvia C.; AFONSO, Sophia C.; PINELLI, Laís V. Propuestas Político-Pedagógicas Neoconservadoras: Falacias de la Ideología de Género y del Movimiento Escuela



Sin Partido. *Debate Público*, Año 11, nº 21, p. 65-81, jul. 2021. Disponível em:  
[http://trabajosocial.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/13/2021/08/11\\_Yannoulas.pdf](http://trabajosocial.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/13/2021/08/11_Yannoulas.pdf).  
Acesso em: 31 mar. 2022.

YANNOULAS, Silvia C.; GIROLAMI, Monica C.; CLEMENTE, Adriana; AFONSO, Sophia C.. Capítulo 4: Comparação, Cooperação e Política Social: Relato de Experiências e Reflexões Metodológicas. In: Ghiraldelli, Reginaldo; Yannoulas, Silvia C.. (Org.). *Política Social, Desigualdades e Mundialização*. 1ed. Embu das Artes/SP: Alexa Cultural, 2021, v. 1, p. 125-150.

YANNOULAS, Silvia C.; VALLEJOS, Adriana L.; LENARDUZZI, Zulma V. Feminismo e Academia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 199, p. 425-451, set./dez. 2000. Disponível em <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1334>. Acesso em: 05 out. 2020.

## ANEXOS

### ANEXO I - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.	LIMA, Paula Valim de. <i>O projeto educativo da nova direita brasileira: sujeitos, pautas e propostas</i> . 2020. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <a href="http://hdl.handle.net/10183/218427">http://hdl.handle.net/10183/218427</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.
2.	CAMARGO, Bruna Quinsan. <i>Em defesa das crianças? A instrumentalização da democracia no discurso antigênero na Câmara dos Deputados e em espaços religiosos</i> . 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <a href="https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14257">https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14257</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.
3.	SANTOS, Gabriela Campos dos. <i>Por que não falar de gênero?: a polêmica da ideologia de gênero e os planos municipais e nacional de educação</i> . 2018. 1 recurso online (123 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <a href="http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333287">http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333287</a> . Acesso em: 22 nov. 202.
4.	COELHO, Fernanda Marina Feitosa. <i>“Menino já nasce menino, menina já nasce menina”</i> : Fobia religiosa de gênero e suas implicações no debate sobre o Plano Nacional de Educação brasileiro no período 2012-2014. 2017. 130folhas. Dissertação(Ciências da Religião) - Universidade Metodista de Sao Paulo, São Bernardo do Campo. Disponível em: <a href="http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1693">http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1693</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.
5.	FEREIRA, Camila Camargo. <i>A “Ideologia de gênero” como uma prática discursiva tagarela de silenciamento: uma análise genealógica do projeto de Lei Escola Sem Partido</i> . 2018. 205 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2018. Disponível em: <a href="http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1449">http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1449</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.
6.	FRAGA, Melina Costa Lima. <i>“Meninos vestem azul e meninas vestem rosa”</i> :

	<p>analisando redes discursivas e as lições de gênero do “Escola Sem Partido”. 2019. 192 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Disponível em: <a href="http://www.tede2.ufpe.br:8080/tede2/handle/tede2/8493">http://www.tede2.ufpe.br:8080/tede2/handle/tede2/8493</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.</p>
7.	<p>SOUZA JÚNIOR, Benedito Leite de. <i>A construção do pânico moral sobre a chamada “ideologia de gênero na educação” nos sites de movimentos cristãos (neo)conservadores</i>. 2018. Dissertações de Mestrado - Educação Contemporânea / CAA. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <a href="https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32816">https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32816</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.</p>
8.	<p>OLIVEIRA FILHO, Michel Baltazar de. <i>O imaginário conservador na educação: uma análise dos discursos das audiências do Escola sem Partido (PL nº 7.180/14)</i>. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <a href="http://repositorio.unb.br/handle/10482/35051">http://repositorio.unb.br/handle/10482/35051</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.</p>
9.	<p>PEREIRA, Isabella Bruna lemes. <i>As identidades de gênero e sexualidade na visão dos parlamentares da Câmara Federal: uma análise do discurso a partir dos projetos "escola sem partido"</i>. 2017. 238 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <a href="http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8065">http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8065</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.</p>
10.	<p>TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. <i>Escola Sem Partido: indícios de uma educação autoritária</i>. 2018. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2018. Disponível em: <a href="http://hdl.handle.net/11449/166392">http://hdl.handle.net/11449/166392</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.</p>
11.	<p>HONORATO, Rafael Ferreira de Souza. <i>Gênero nas políticas educacionais da educação de jovens e adultos: trajetória, influências e textos</i>. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <a href="https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9917">https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9917</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.</p>

12.	<p>BARRETO, Juliano Bezerra de Menezes. <i>“Professor, o senhor é virgem?”</i>: contribuições para o ensino de história de abordagens em gênero e sexualidade desenvolvidas em outros contextos disciplinares da educação básica. 2020. Dissertação. Disponível em: <a href="http://hdl.handle.net/10183/224057">http://hdl.handle.net/10183/224057</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.</p>
13.	<p>JACÓ, Daniel Oliveira. <i>Laicidade, sexualidade e conservadorismos morais: uma análise sobre discursos parlamentares sobre o caso escolas sem homofobia de 2010 a 2014</i>. 2019. viii, 136 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <a href="https://repositorio.unb.br/handle/10482/37791">https://repositorio.unb.br/handle/10482/37791</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.</p>
14.	<p>DIAS, Tainah Biela. <i>Sobre religião, estado laico e cidadania lgbt+</i>: a frente parlamentar evangélica e a defesa da verdade sobre a família. 2017. [151 folhas]. Dissertação(Ciências da Religião) - Universidade Metodista de Sao Paulo, [São Bernardo do Campo]. Disponível em: <a href="http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1647">http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1647</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.</p>
15.	<p>COSTA, Emerson Roberto da. <i>República Federativa Evangélica: uma análise de gênero sobre a laicidade no Brasil a partir da atuação dos/as parlamentares evangélicos/as no Congresso Nacional no exercício da 54ª Legislatura</i>. 2016. [222 folhas]. Tese( Ciências da Religiao) - Universidade Metodista de Sao Paulo, [São Bernardo do Campo]. Disponível em: <a href="http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1646">http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1646</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.</p>
16.	<p>JUNQUEIRA, Bruna Dalmaso. <i>Possibilidades para um trabalho docente feminista: professoras mulheres da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, feminismos e a narrativa conservadora da “ideologia de gênero”</i>. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <a href="http://hdl.handle.net/10183/183231">http://hdl.handle.net/10183/183231</a> . Acesso em: 22 nov. 2021.</p>
17.	<p>MORENO, Meire Ellen. <i>Feminismos e antifeminismos na política brasileira: ‘ideologia de gênero’ no Plano Nacional de Educação 2014</i>. Dissertação. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2016. Disponível em:</p>

<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000206286>. Acesso em: 22 nov. 2021.

---

## ANEXO II – TABELAS REFERENTES ÀS ANÁLISES DE DADOS

### 1. Plano Nacional de Educação (PNE) publicado em 2014

Tabela 19: Posicionamento dos sujeitos que mencionaram a temática de gênero nas sessões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, no período de 2010 a 2012

Pessoas / Posicionamento	A favor	Contra	Não se posiciona
SRA. IRINY LOPES (Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres)	13	-	-
SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL (PcdoB/BA)	5	-	-
SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA (PT/RN)	4	-	-
SRA. LUIZA HELENA DE BAIROS (Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial)	4	-	-
SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI (PT/PR)	3	-	-
SR. ALOIZIO MERCADANTE (Ministro de Ciência e Tecnologia)	-	-	-
SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO (PT/CE)	-	-	1
SR. DEPUTADO EDSON SANTOS (PT/RJ)	1	-	-
SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN (PP/SC)	-	-	-
SR. DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL/SP)	-	-	1
SR. DEPUTADO LELO COIMBRA (PMDB/ES)	-	-	1
SR. DEPUTADO NEWTON LIMA (PT/SP)	-	-	1
SR. DEPUTADO RAUL HENRY (PMDB/PE)	-	-	-
SR. FERNANDO HADDAD (Ministro da Educação – MEC)	1	-	-
SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES (Especialista em avaliação, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)	-	-	-
SRA. CLEUSA RODRIGUES REPULHO (Presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME)	-	-	-
SRA. GIZELE DE SOUZA (Representante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil da Universidade Federal do Paraná)	1	-	-
TOTAL	32	-	4

Fonte: elaboração própria

Tabela 20: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos do parecer do relator, no âmbito da CEPL, publicado no dia 05 de dezembro de 2011

Palavras-chave	Parágrafos
Sexo/sexual/sexualidade	27
Gênero (Parágrafos)	24
Religião/cristã(o)/igreja(s)	10
Laicidade / Laico / Laicismo	6
Sexismo / sexista	5
Feminista/feminismo/feminina	2
Homossexual / homofobia	1
Ideologia de gênero	-
Marx/ismo/ista	-

Fonte: elaboração própria

Tabela 21: Situação das emendas e suas justificativas, no parecer do relator, no âmbito da CEPL, publicado no dia 05 de dezembro de 2011

Justificativas	Emendas aprovadas	Emendas parcialmente aprovadas	Emendas rejeitadas	Total
Redação abrangente do substitutivo	2	5	6	13
Competência de outro órgão	-	-	7	7
Detalhamento excessivo	-	1	5	6
Laicidade do Estado prevista na CF/88	-	-	6	6
Lei Complementar nº95 de 1998	-	-	1	1
Merecem debate específico	-	-	5	5
Questões curriculares	-	-	3	3
Refere-se a outra meta ou emendas similares	-	-	3	3
Total	2	6	36	44

Fonte: elaboração própria

Tabela 22: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos das reuniões da CAE do Senado Federal no ano de 2013

Palavras-chave	Total
Gênero (Parágrafos)	8
Religião / cristã/ igreja(s)	4
Sexo/ sexual/ sexualidade	2
Ideologia	1

Fonte: elaboração própria

Tabela 23: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” na CEPL no ano de 2014

Palavra-chave	Menções
Gênero	175
Ideologia / ideológico(a)(s)	69
“Ideologia de gênero”	30

Fonte: elaboração própria

Tabela 24: Quantidade de parágrafos que possuem as palavras-chave, nas sessões da CEPL da Câmara dos Deputados no ano de 2014

Palavras-chave	Prágrafos
Gênero – Parágrafos	126
Sexo/sexual/sexualidade	81
Religião/cristianismo/igreja	68
Laico / laicidade	31
Ideologia de gênero	27
Homossexual / homofobia	19
Marx/ismo/ista	9
Feminista/feminismo/feminina	6
Sexismo / sexista	1
Escola Sem Homofobia	2

Fonte: elaboração própria



Tabela 25: Posicionamento dos parágrafos que mencionam a palavra “gênero” nas reuniões da CEPL no ano de 2014

<b>Posicionamento</b>	<b>Parágrafos</b>
A favor da igualdade de gênero	65
Contrário à inclusão de gênero	52
Não se posiciona a favor nem contra	8
Gênero, número e grau / gênero humano	1
<b>Total (Gênero – Parágrafos):</b>	<b>126</b>

Fonte: elaboração própria

Tabela 26: Parágrafos que mencionam “ideologia de gênero”, por deputado, nas reuniões da CEPL no ano de 2014

<b>Deputado</b>	<b>Parágrafos em que há menção à “ideologia de gênero”</b>
SR. DEPUTADO EROS BIONDINI (PTB/MG)	5
SR. DEPUTADO PASTOR EURICO (PSB/PE)	5
SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO (PSC/SP)	5
SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO MACHADO (PSDB/SP)	4
SR. DEPUTADO PAULO FREIRE (PR/SP)	3
SR. DEPUTADO ANTONIO BULHÕES (PRB/SP)	1
SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT/PE)	1
SR. DEPUTADO STEFANO AGUIAR (PSB/MG)	1
SR. TONI REIS (Representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT)	1
SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO (PT/MG)	1
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>

Fonte: elaboração própria

Tabela 27: Data de inclusão dos e das parlamentares na CEPL da Câmara dos Deputados

<b>Parlamentar</b>	<b>Data da inclusão como membro<sup>104</sup> da comissão</b>
<b>SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL (PcdoB/BA)</b>	07 de abril de 2011 <sup>105</sup>
<b>SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI (PT/PR)</b>	07 de abril de 2011
<b>SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO (PT/CE)</b>	07 de abril de 2011
<b>SR. DEPUTADO CHICO LOPES (PCdoB/CE)</b>	07 de abril de 2011
<b>SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA (PT/RN)</b>	07 de abril de 2011
<b>SR. DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL/SP)</b>	07 de abril de 2011
<b>SR. DEPUTADO IZALCI (PSDB/DF)</b>	07 de abril de 2011
<b>SR. DEPUTADO NEWTON LIMA (PT/SP)</b>	07 de abril de 2011
<b>SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT/PE)</b>	07 de abril de 2011
<b>SR. DEPUTADO PAULO FREIRE (PR/SP)</b>	07 de abril de 2011
<b>SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA (PROS/DF)</b>	17 de junho de 2011
<b>SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER (PSDB/PR)</b>	09 de dezembro de 2011
<b>SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO (PDT/RO)</b>	28 de fevereiro de 2012
<b>SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI (PT/SP)</b>	06 de fevereiro de 2014
<b>SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO (PT/MG)</b>	06 de fevereiro de 2014
<b>SR. DEPUTADO STEFANO AGUIAR (PSB/MG)</b>	11 de fevereiro de 2014
<b>SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS (PSOL/RJ)<sup>106</sup></b>	13 de fevereiro de 2014
<b>SR. DEPUTADO GUSTAVO PETTA (PCdoB/SP)</b>	----- <sup>107</sup>
<b>SR. DEPUTADO ANTONIO BULHÕES (PRB/SP)</b>	27 de fevereiro de 2014
<b>SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO (PSC/SP)</b>	07 de abril de 2014
<b>SR. DEPUTADO PASTOR EURICO (PSB/PE)</b>	08 de abril de 2014
<b>SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO MACHADO (PSDB/SP)</b>	----- <sup>108</sup>
<b>SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA (PSB/RJ)</b>	23 de abril de 2014
<b>SR. DEPUTADO EROS BIONDINI (PTB/MG)</b>	23 de abril de 2014

Fonte: elaboração própria

Tabela 28: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” no Plenário da Câmara dos Deputados, referente ao PNE, em 2014

<b>Palavras-chave</b>	<b>Menções</b>
Gênero	19
Ideologia	4
“Ideologia de gênero”	4

Fonte: elaboração própria

Tabela 29: Quantidade de parágrafos que possuem as palavras-chave, nas sessões que tratavam sobre o PNE, no Plenário da Câmara dos Deputados em 2014

<b>Parágrafos / Menções</b>	<b>Menções referentes ao PNE</b>
Gênero - Parágrafos	8
Religião/cristã/igreja	7
Ideologia de gênero	2
Sexo/sexual/sexualidade	1

Fonte: elaboração própria

---

104 Foram considerados tanto os membros titulares quanto os suplentes, conforme informado no perfil de cada deputado ou deputada no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados. Busca foi realizada nominalmente no link <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>.

105 Esses deputados e deputadas constam no Ato de Constituição da CEPL, publicado no dia 06 de abril de 2011. Portanto, de acordo com os registros no site da Câmara dos Deputados, passaram a fazer parte da comissão no dia seguinte.

106 A primeira fala do deputado Jean Wyllys na CEPL ocorreu em 14 de março de 2012, em uma audiência pública. À época, o deputado não era membro da CEPL. Em suas falas mencionou a suspensão do Projeto Escola Sem Homofobia e a importância da diversidade nas escolas.

107 O deputado Gustavo Petta não foi membro titular nem suplente da CEPL. Suas falas foram proferidas durante audiência pública realizada em 25 de fevereiro de 2014.

108 O deputado Luiz Fernando Machado não foi membro titular nem suplente da CEPL. Suas falas foram proferidas durante reunião deliberativa ordinária realizada em 08 de abril de 2014.

Tabela 30: Posicionamentos nos discursos que mencionaram a temática de gênero, nas sessões que tratavam sobre o PNE, no Plenário da Câmara dos Deputados em 2014

<b>Posicionamento</b>	<b>Parágrafos que continham gênero, relacionado ao tema do PNE</b>
A favor da igualdade de gênero	-
Contrário à inclusão de gênero	7
Não se posiciona a favor nem contra	1
Gênero, número e grau / gênero humano	-
Total (Gênero – Parágrafos):	8

Fonte: elaboração própria

Tabela 31: Relação de votos dos deputados que se manifestaram contrários à inclusão da perspectiva de gênero

<b>Deputado</b>	<b>Voto</b>
SR. DEPUTADO ANTONIO BULHÕES (PRB/SP)	Sim
SR. DEPUTADO EROS BIONDINI (PTB/MG)	Sim
SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO	Não
SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO	Não
SR. DEPUTADO PAULO FREIRE (PR/SP)	Sim
SR. DEPUTADO PASTOR EURICO (PSB/PE)	Não
SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO (PSC/SP)	Não
SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT/PE)	Não
SR. DEPUTADO STEFANO AGUIAR (PSB/MG)	Não

Fonte: elaboração própria

## **2. Lei Orgânica de Melhora da Qualidade da Educação (LOMCE), publicada em 2013 - Espanha**

Tabela 32: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” na CEECD no ano de 2013

<b>Palavras</b>	<b>Menções</b>
Gênero	18
Ideologia / ideológico(a)(s)	92
Expressão: “Ideologia de gênero”	-

Fonte: elaboração própria

Tabela 33: Posicionamentos nos discursos que mencionaram a temática de gênero nas sessões da CEECD em 2013

<b>Posicionamento</b>	<b>Parágrafos que contém gênero</b>
A favor da perspectiva de gênero	9
Contra a perspectiva de gênero	5
Não se posiciona sobre gênero	2
<b>Total</b>	<b>16</b>

Fonte: elaboração própria

Tabela 34: Posicionamento das pessoas que se pronunciaram em relação ao gênero, nas reuniões da CEECD em 2013

<b>Pessoas</b>	<b>A favor da igualdade de gênero</b>	<b>Contrário à inclusão de gênero</b>	<b>Não se posiciona a favor nem contra</b>	<b>Gênero, número, grau</b>
DEPUTADA PÉREZ FERNÁNDEZ (GPMX)	1	-	-	-
DEPUTADA RODRÍGUEZ SÁNCHEZ (GPP)	-	1	-	-
DEPUTADA SÁNCHEZ ROBLES (GPV)	3	-	-	-
DEPUTADO ÁLVAREZ SOSTRES (GPMX)	1	1	-	-
SR. DURÁN RIVACOVA (Catedrático de Direito Civil e Defensor Universitário da Universidade de Oviedo)	-	2	2	-
SR. DELGADO RUIZ (Presidente da Associação Europa Laica)	1	-	-	-
SR. DOVAL MENA (Representante da União Democrática dos Estudantes)	-	1	-	-
SR. LOUZAO RODRÍGUEZ (Secretário Nacional de CIG-Ensino e membro do Conselho Escolar do Estado)	2	-	-	-
SR. SERRANO OLMEDO (Porta-voz da Confederação dos Trabalhadores da Educação)	1	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Fonte: elaboração própria

Tabela 35: posicionamento dos grupos parlamentares em relação à perspectiva de gênero no âmbito da CEECD, em 2013

<b>Grupo Parlamentar</b>	<b>A favor da igualdade de gênero</b>	<b>Contrário à inclusão de gênero</b>	<b>Não se posiciona a favor nem contra</b>	<b>Total</b>
<b>Representantes de órgãos governamentais e organizações sociais.</b>	4	3	2	9
<b>Grupo Parlamentar Vasco (GPV)</b>	3	0	-	3
<b>Grupo Parlamentar Misto (GPMX)</b>	2	1	-	3
<b>Grupo Parlamentar Popular (GPP)</b>	-	1	-	1
<b>Grupo Parlamentar Catalão (GPC)</b>	-	-	-	-
<b>Grupo Parlamentar: A Esquerda Plural</b>	-	-	-	-
<b>Grupo Parlamentar Socialista (GPS)</b>	-	-	-	-
<b>Grupo Parlamentar União, Progresso e Democracia (GPUPD)</b>	-	-	-	-

Fonte: elaboração própria

Tabela 36: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” nos Boletins Oficiais no Congresso dos Deputados, na discussão do PLOMCE no Plenário, em 2013

<b>Assunto e data do Boletim Oficial do Congresso dos Deputados</b>	<b>Gênero</b>	<b>Ideologia / ideológico(a)(s)</b>	<b>Ideologia de gênero</b>	<b>Totais</b>
Parecer da Comissão (08/10/2013)	8	1	-	9
Pedidos para manutenção de emendas a serem defendidas no plenário (11/10/2013)	-	-	-	-
Aprovação pelo Plenário (16/10/2013)	8	1	-	9
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>18</b>

Fonte: elaboração própria

Tabela 37: Posicionamento dos Grupos Parlamentares em relação às emendas que mencionavam a questão de gênero, nos Boletins Oficiais no Congresso dos Deputados, em 2013

<b>Grupo Parlamentar</b>	<b>A favor da perspectiva de gênero</b>	<b>Contrário à inclusão de gênero</b>	<b>Não se posiciona a favor nem contra</b>	<b>Total</b>
Grupo Parlamentar Misto (GPMX)	10	1	-	6
Grupo Parlamentar Popular (GPP)	5	-	-	5
Grupo Parlamentar: Esquerda Plural (GPIP)	5	-	-	5
Grupo Parlamentar Catalão (GPC)	-	1	-	1
Grupo Parlamentar Socialista (GPS)	1	-	-	1
Grupo Parlamentar União, Progresso e Democracia (GPUPD)	-	-	-	-
Grupo Parlamentar Vasco (GPV)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>22</b>

Fonte: elaboração própria

Tabela 38: Tipo de emenda e seu posicionamento em relação à perspectiva de gênero, nos Boletins Oficiais no Congresso dos Deputados, em 2013

<b>BOCD nº 16</b>	<b>A favor da perspectiva de gênero</b>	<b>Contra a perspectiva de gênero</b>
Emendas de Adição	7	-
Emendas de Modificação	8	-
Emendas de Supressão	1	2
Emendas de Totalidade	4	-
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>2</b>

Fonte: elaboração própria



Tabela 39: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” na sessão do dia 16 de julho de 2013 no Plenário do Congresso dos Deputados da Espanha, no âmbito da discussão do PLOMCE

<b>Palavra</b>	<b>Menções</b>
Gênero	1
Ideologia / ideológico(a)(s)	19
Ideologia de gênero	0

Fonte: elaboração própria

Tabela 40: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos na sessão do dia 16 de julho de 2013 no Plenário do Congresso dos Deputados da Espanha, no âmbito da discussão do PLOMCE

<b>Palavra-chave</b>	<b>Menções</b>
Religião/ cristianismo / igreja	8
Sexualidade / sexo / sexual	4
Neoconservador / conservador	2
Gênero	1
Laico / Laicidade / Laicismo	1
Neoliberal / Neoliberalismo	1

Fonte: elaboração própria

Tabela 41: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” na sessão do dia 10 de outubro de 2013 no Plenário do Congresso dos Deputados da Espanha, no âmbito da discussão do PLOMCE

<b>Palavra</b>	<b>Menções</b>
Gênero	-
Ideologia / ideológico(a)(s)	9
Ideologia de gênero	-

Fonte: elaboração própria

Tabela 42: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos da transcrição da sessão do dia 10 de outubro de 2013 no Plenário do Congresso dos Deputados da Espanha, no âmbito da discussão do PLOMCE

<b>Palavra-chave</b>	<b>Menções</b>
Religião/ cristianismo / igreja	3
Sexualidade / sexo / sexual	3
Laico / Laicidad / Laicismo	3
Neoconservador / conservador	2
Direitos Humanos	2
Neoliberal / Neoliberalismo	1
Gênero	-

Fonte: elaboração própria

Tabela 43: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos dos Boletins Oficiais no Congresso dos Deputados, na discussão do PLOMCE no Plenário, em 2013

Palavras-chave	BOCD – Parecer da Comissão (08/10/2013)	BOCD – Aprovação pelo Plenário (16/10/2013)
Religião/ cristianismo / igreja	16	16
Gênero	8	8
Violência de gênero	7	7
Sexualidade / sexo / sexual	4	4
Direitos Humanos	3	3
Igualdade de gênero	2	2
Ideologia	1	1
Ideologia de gênero	0	0

Fonte: elaboração própria

Tabela 44: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” nas sessões da Comissão de Educação e Esporte do Senado que tratavam do PLOMCE em 2013

Palavra-chave	Menções
Gênero	5
Ideologia / ideológico(a)(s)	54
Ideologia de gênero	1
Totais	60

Fonte: elaboração própria

Tabela 45: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos nas transcrições das sessões da Comissão de Educação e Esporte do Senado que tratavam do PLOMCE em 2013

<b>Palavra-chave</b>	<b>Menções</b>
Ideologia / ideológico	43
Religião/ cristianismo / igreja	25
Sexualidade / sexo / sexual	25
Educação diferenciada	13
Neoconservador / conservador	11
Direitos Humanos	6
Laico / Laicidade / Laicismo	6
Gênero	5
Neoliberal / Neoliberalismo	3
Violência de gênero	3
Educação mista	2
Igualdade de gênero	2
Ideologia de gênero	1
Feminismo / feminista / feminina	-
Homossexual / Homofobia / Diversidade afetivo-sexual	-

Fonte: elaboração própria

Tabela 46: Posicionamento dos parágrafos que mencionam a palavra “gênero” nas reuniões da CEES, em 2013

<b>Posicionamento</b>	<b>Parágrafos que contêm gênero</b>
A favor da perspectiva de gênero	3
Contra a perspectiva de gênero	2
Não se posiciona sobre gênero	-
Gênero, número, grau / gênero taxonômico	-
Total	5

Fonte: elaboração própria

Tabela 47: Posicionamentos nos discursos que mencionaram a temática de gênero nas sessões da CEES em 2013

<b>Pessoas</b>	<b>A favor da igualdade de gênero</b>	<b>Contrário à inclusão de gênero</b>	<b>Não se posiciona a favor nem contra</b>
SENADOR PERAL GUERRA (GPP)	-	1	-
SENADORA DE HARO BRITO (GPP)	-	1	-
SENADORA FERNÁNDEZ PENA (GPS)	1	-	-
SENADORA MENDIZABAL AZURMENDI (GPMX)	1	-	-

Fonte: elaboração própria

Tabela 48: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” nos Boletins Oficiais na CEES, sobre o PLOMCE, em 2013

<b>Assunto e data do Boletim Oficial do Congresso dos Deputados</b>	<b>Gênero</b>	<b>Ideologia / ideológico(a)(s)</b>	<b>Ideologia de gênero</b>	<b>Totais</b>
Texto enviado pelo CD (14/10/2013)	8	1	-	9
Propostas de Veto (06/11/2013)	2	13	-	15
Propostas de Emendas (06/11/2013)	18	36	-	54
Índice de Emendas (07/11/2013)	-	-	-	-
Parecer da Relatoria (15/11/2013)	8	1	-	9
Votos particulares (19/11/2013)	-	-	-	-
Parecer da Comissão (19/11/2013)	8	1	-	9
Emendas retiradas (19/11/2013)	-	-	-	-
Texto aprovado pelo Senado (27/11/2013)	8	1	-	9
Emendas do Senado por mensagem fundamentada (27/11/2013)	12	2	-	14
<b>Totais</b>	<b>64</b>	<b>55</b>	<b>0</b>	<b>119</b>

Tabela 49: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” nas sessões do Plenário do Congresso dos Deputados da Espanha, que tratavam do PLOMCE em novembro de 2013

<b>Palavras</b>	<b>Menções</b>
Gênero	6
Ideologia / ideológico(a)(s)	10
“Ideologia de gênero”	-

Fonte: elaboração própria

Tabela 50: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos nas sessões do Plenário do Congresso dos Deputados da Espanha, que tratavam do PLOMCE em novembro de 2013

<b>Palavra-chave</b>	<b>Quantidade de Parágrafos</b>
Ideologia	9
Gênero	5
Religião/ cristianismo / igreja	3
Sexualidade / sexo / sexual	3
Violência de gênero	3
Educação diferenciada	2
Laico / Laicidad / Laicismo	2
Direitos Humanos	1
Feminismo / feminista / feminina	1

Fonte: elaboração própria

Tabela 51: Posicionamentos nos discursos que mencionaram a temática de gênero nas sessões do Plenário do Congresso dos Deputados em novembro de 2013

<b>Pessoas</b>	<b>A favor da igualdade de gênero</b>	<b>Contrário à inclusão de gênero</b>	<b>Não se posiciona a favor nem contra</b>
DEPUTADA GARCÍA ÁLVAREZ (GPIP)	1	-	-
DEPUTADA MORO ALMARAZ (GPP)	-	1	-
DEPUTADO BEDERA BRAVO (GPS)	1	-	-
DEPUTADO MARTÍNEZ GORRIARÁN (GPUD)	-	1	-
Presidente da sessão (enunciado de votação)	-	-	1

Fonte: elaboração própria

### 3. Lei Orgânica de Modificação da Lei Orgânica de Educação (LOMLOE), publicada em 2020 – Espanha

Tabela 52: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos nas sessões da Comissão de Educação e Formação Profissional do Congresso dos Deputados da Espanha, que tratavam do PLOMLOE, de março a novembro de 2020

<b>Palavra-chave</b>	<b>Quantidade de Parágrafos</b>
Sexualidade / Sexo / sexual	16
Religião / cristianismo / igrejas	13
Gênero	8
Laico / Laicidade	7
Coeducação	5
Educação Diferenciada	5
Direitos Humanos	3
Violência de gênero	3
Feminismo / feminista / feminina	2
Igualdade de gênero	2
Homossexual / Homofobia / Diversidade afetivo-sexual	1
Ideologia de gênero	1

Fonte: elaboração própria

Tabela 53: Posicionamentos nos discursos que mencionaram a temática de gênero nas sessões da Comissão de Educação e Formação Profissional do Congresso dos Deputados da Espanha, que tratavam do PLOMLOE, de março a novembro de 2020

<b>Posicionamento</b>	<b>Parágrafos que contém gênero</b>
A favor da perspectiva de gênero	7
Contra a perspectiva de gênero	1
Não se posiciona sobre gênero	-

Fonte: elaboração própria

Tabela 54: Posicionamento dos oradores que se pronunciaram em relação ao gênero nas sessões da Comissão de Educação e Formação Profissional do Congresso dos Deputados da Espanha, que tratavam do PLOMLOE, de

março a novembro de 2020

<b>Pessoas</b>	<b>A favor da igualdade de gênero</b>	<b>Contrário à inclusão de gênero</b>	<b>Não se posiciona a favor nem contra</b>	<b>Total</b>
DEPUTADA BASSA COLL (GPR)	3	-	-	3
DEPUTADA MARTÍNEZ SEIJO (GPS)	2	-	-	2
DEPUTADO MEIJÓN COUSELO (GPS)	1	-	-	1
DEPUTADO MENA ARCA (GCUP)	1	-	-	1
DEPUTADO ROBLES LÓPEZ (VOX)	-	1	-	1
Total	7	1	0	8

Fonte: elaboração própria

Tabela 55: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” no Boletim Oficial do Congresso dos Deputados publicado no dia 13 de março de 2020, no âmbito da CEFP.

<b>Palavra</b>	<b>Menções</b>
Gênero	22
Ideologia / ideológico(a)(s)	-
Ideologia de gênero	-

Fonte: elaboração própria

Tabela 56: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos do Boletim Oficial do Congresso dos Deputados publicado no dia 13 de março de 2020, no âmbito da CEFP.

<b>Palavra-chave</b>	<b>Quantidade de Parágrafos</b>
Gênero (parágrafos)	19
Violência de gênero	12
Sexualidade / sexo / sexual	9
Direitos Humanos	8
Coeducação	4
Laico / Laicidade / Laicismo	4
Religião/ cristianismo / igreja	2
Homossexual / Homofobia /	1
Diversidade afetivo-sexual	1
Feminismo / feminista / feminina	1
Igualdade de gênero	0
Ideologia de gênero (parágrafos)	0

Fonte: elaboração própria

Tabela 57: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” no Boletim Oficial do Congresso dos Deputados publicado no dia 20 de outubro de 2020, no âmbito da CEFP.

<b>Palavra</b>	<b>Menções</b>
Gênero	142
Ideologia / ideológico(a)(s)	44
Ideologia de gênero	-

Fonte: elaboração própria



Tabela 58: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos do Boletim Oficial do Congresso dos Deputados publicado no dia 20 de outubro de 2020, no âmbito da CEFP

Palavra-chave	Quantidade de Parágrafos
Gênero (parágrafos)	118
Religião/ cristianismo / igreja	108
Sexualidade / sexo / sexual	107
Direitos Humanos	92
Igualdade de gênero	53
Violência de gênero	51
Ideologia / Ideológico(a)(s)	32
Coeducação	24
Laico / Laicidade / Laicismo	13
Educação Diferenciada	9
Ideologia de gênero (parágrafos)	7
Feminismo / feminista / feminina	4
Homossexual / Homofobia / Diversidade afetivo-sexual	4

Fonte: elaboração própria

Tabela 59: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” nas sessões do Plenário do Congresso dos Deputados da Espanha, que tratavam do PLOMLOE de março a novembro de 2020

Palavra	Menções
Gênero	10
Ideologia / ideológico	15
Ideologia de gênero	1

Fonte: elaboração própria

Tabela 60: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos nas sessões do Plenário do Congresso dos Deputados da Espanha, que tratavam do PLOMLOE de março a novembro de 2020

<b>Palavra-chave</b>	<b>Menções</b>
Ideologia / Ideológico	10
Sexualidade / sexo / sexual	10
Gênero	8
Feminismo / feminista / feminina	5
Coeducação	4
Laico / Laicidade / Laicismo	4
Direitos Humanos	3
Educação Diferenciada	3
Religião/ cristianismo / igreja	2
Sexismo/Sexista	2
Homossexual / Homofobia / Diversidade afetivo-sexual	1
Ideologia de gênero	1
Igualdade de gênero	1
Violência de gênero	1

Fonte: elaboração própria

Tabela 61: Posicionamentos nos discursos que mencionaram a temática de gênero nas sessões do Plenário do Congresso dos Deputados da Espanha, que tratavam do PLOMLOE de março a novembro de 2020

<b>Pessoas</b>	<b>A favor da igualdade de gênero</b>	<b>Contrário à inclusão de gênero</b>	<b>Não se posiciona a favor nem contra</b>	<b>Gênero, número, grau</b>
DEPUTADA TRIAS GIL (GVOX)	-	3	-	3
SRA. CELAÁ DIÉGUEZ (Ministra de Educación y Formación Profesional)	2	-	-	2
DEPUTADA BASSA COLL (GPR)	1	-	-	1
DEPUTADA MARTÍNEZ SEJO (GPS)	1	-	-	1
DEPUTADO MENA ARCA (GCUP)	1	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>8</b>

Fonte: elaboração própria

Tabela 62: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos no Plenário do Congresso dos Deputados, na sessão do dia 19 de novembro de 2020, no âmbito do PLOMLOE

<b>Palavra-chave</b>	<b>Quantidade de Parágrafos</b>
Religião/ cristianismo / igreja	7
Ideologia / Ideológico	6
Laico / Laicidade / Laicismo	4
Sexo / sexual / sexualidade	4
Gênero (parágrafos)	2
Coeducação	2
Feminismo / feminista / feminina	1
Sexismo / Sexista	1

Fonte: elaboração própria

Tabela 63: Posicionamentos nos discursos que mencionaram a temática de gênero no Plenário do Congresso dos Deputados, na sessão do dia 19 de novembro de 2020, no âmbito do PLOMLOE

<b>Pessoas</b>	<b>A favor da igualdade de gênero</b>	<b>Contrário à inclusão de gênero</b>	<b>Não se posiciona a favor nem contra</b>	<b>Total</b>
DEPUTADA BASSA COLL (GPR)	1	-	-	1
DEPUTADO ROBLES LÓPEZ (VOX)	-	1	-	1
Total	1	1	-	2

Fonte: elaboração própria

Tabela 64: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” nos Boletins Oficiais do Congresso de Deputados (BOCD) no âmbito do Plenário do Congresso dos Deputados, no âmbito da discussão do PLOMLOE, de março a novembro de 2020

<b>Assunto e data do Boletim Oficial do Congresso dos Deputados</b>	<b>Gênero</b>	<b>Ideologia / ideológico(a)(s)</b>	<b>Ideologia de gênero</b>
PL original (13/03/2020)	22	-	-
Parecer da Relatoria (19/11/2020)	30	-	-
Parecer da Comissão (24/11/2020)	31	-	-
Aprovação pelo Plenário (26/11/2020)	31	-	-

Fonte: elaboração própria

Tabela 65: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos na sessão da Comissão de Educação e Formação Profissional do Senado realizada no dia 18 de dezembro de 2020

<b>Palavra-chave</b>	<b>Quantidade de Parágrafos</b>
Ideologia / Ideológico(a)(s)	17
Religião / cristianismo / igrejas	16
Direitos Humanos	7
Educação Diferenciada	6
Gênero	5
Sexualidade / Sexo / sexual	5
Coeducação	2
Laico / Laicidade	2
Feminismo / feminista / feminina	2
Violência de gênero	2
Igualdade de gênero	1
Homossexual / Homofobia / Diversidade afetivo-sexual	1
Ideologia de gênero	0

Fonte: elaboração própria

Tabela 66: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” nos Boletins Oficiais do Senado, na discussão do PLOMLOE na CEFPS, em 2020

<b>Assunto e data do Boletim Oficial do Senado</b>	<b>Gênero</b>	<b>Ideologia / ideológico(a)(s)</b>	<b>Ideologia de gênero</b>
Texto enviado pelo CD (25/11/2020)	31	-	-
Propostas de Veto (17/12/2020)	-	1	-
Propostas de Emendas (17/12/2020)	65	27	-
Índice de Emendas (18/12/2020)	-	-	-
Continuação das Emendas (21/12/2020)	-	-	-
Emendas retiradas (23/12/2020)	-	-	-
Parecer da Relatoria (23/12/2020)	-	-	-
Votos particulares (23/12/2020)	-	-	-
Parecer da Comissão (23/12/2020)	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>96</b>	<b>28</b>	<b>0</b>

Fonte: elaboração própria

Tabela 67: Posicionamento dos Grupos Parlamentares em relação às emendas que mencionavam a questão de gênero no Boletim Oficial no Senado publicado dia 17 de dezembro de 2020, sobre discussão do PLOMLOE na CEFPS

<b>Grupo parlamentar</b>	<b>A favor da igualdade de gênero</b>	<b>Contrário à inclusão de gênero</b>	<b>Não se posiciona a favor nem contra</b>	<b>Totais</b>
Grupo Parlamentar de Esquerda Confederal (GPIC)	18	-	9	27
Grupo Parlamentar Popular no Senado (GPP)	5	-	1	6
Grupo Parlamentar Nacionalista no Senado Junts Per Catalunya (GPN)	2	-	1	3
Grupo Parlamentar Misto (GPMX)	3	3	12	18
Grupo Parlamentar Socialista (GPS)	-	-	-	-
Grupo Parlamentar Euskal Herria Bildu (GPERB)	-	-	-	-
Grupo Parlamentar Vasco no Senado (GPV)	-	-	-	-
Grupo Parlamentar Democrático (GPD)	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>3</b>	<b>23</b>	<b>54</b>

Tabela 68: Menções às palavras “gênero” e “ideologia” na sessão do Plenário do Senado, que ocorreu no dia 23 de dezembro de 2020

<b>Palavra</b>	<b>Menções</b>
Gênero	5
Ideologia / ideológico(a)(s)	28
Ideologia de gênero	-
<b>Totais</b>	<b>33</b>

Fonte: elaboração própria

Tabela 69: Palavras-chave mencionadas nos parágrafos na sessão do Plenário do Senado, que ocorreu no dia 23 de dezembro de 2020

<b>Palavra-chave</b>	<b>Menções</b>
Ideologia / Ideológico	28
Feminismo / feminista / feminina	9
Religião / cristianismo / igrejas	8
Laico / Laicidade	7
Sexo / sexual / sexualidade	7
Coeducação	6
Gênero	4
Igualdade de gênero	3
Direitos Humanos	2
Educação Diferenciada	2
Homossexual / Homofobia / Diversidade afetivo-sexual	1
Neoconservadores / Conservadores	1

Fonte: elaboração própria